POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Gilberto Vergne Saboia

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretora Substituta Maria do Carmo Strozzi Coutinho

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

SAN TIAGO DANTAS

Política Externa Independente

Edição atualizada

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2011

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho
André Yuji Pinheiro Uema
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Juliana Corrêa de Freitas
Pablo de Rezende Saturnino Braga

Revisão:
Júlia Lima Thomas de Godoy

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem

Impresso no Brasil 2011

Dantas, San Tiago.
Política externa independente / San Tiago Dantas. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. – Edição atualizada.
372p.

ISBN: 978.85.7631.304-5

1. Política Externa.

CDU 327.3

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Sonale Paiva - CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Prefácio, 7

Programa de Governo – Política Internacional
Posição de Independência, 20
Preservação da paz e desenvolvimento, 20
Relações com estados americanos, 21
Colonialismo, 24
Nações Unidas, 25
Países socialistas, 25
Países ocidentais, 26
Reestruturação administrativa do serviço exterior, 27

Visita à Argentina
Discurso na Academia Nacional de Direito, 31
Declaração San Tiago – Cárcano, 39

Reatamento de Relações Diplomáticas com a União Soviética
Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 23 de novembro de 1961, 45

O Brasil em Punta del Este
Exposição aos Chefes de Missão dos Estados Americanos no Itamaraty, 101
Declaração sobre a nota dos ex-ministros das Relações Exteriores, 105
Discurso pronunciado na Comissão Geral, 111
Justificação de voto do Brasil, 123
Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, 127
Exposição feita em cadeia nacional de rádio e televisão, 165
Moção de Censura – Discurso na Câmara dos Deputados, 177

O Brasil e a Questão de Angola na ONU, 189

O Brasil e o Desarmamento
Discurso na Conferência do Comitê das 18 Potências sobre Desarmamento, 197
Declaração feitas à Agência Nacional, 203
Declaração em Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento, 209
Declaração das Oito Potências "não alinhadas", 211
Declaração do Assessor Militar do Brasil na Conferência do Desarmamento, 215

Visita do Presidente da República aos Estados Unidos e ao México
Discurso do Presidente João Goulart perante o Congresso dos Estados Unidos, 219
Comunicado Goulart-Kennedy, 225
Discurso no México, 229
Comunicado Goulart-Lopez Mateos, 233

Comunicados Conjuntos
Brasil-Bolívia, 239
Brasil-Iugoslávia, 243
Brasil-Polônia, 247
Brasil-Israel, 251
Brasil-Uruguai, 253

San Tiago Dantas: um projeto econômico para o Brasil, 257
Adacir Reis e Carla Patrícia da Silva Reis

San Tiago Dantas: o Homem, o Estadista e a sua Política Econômica, 267
Affonso Arinos de Mello Franco

A Política Externa do Governo Lula em Perspectiva Histórica, 275
Celso Amorim e Luiz Feldman

Os colóquios da Casa das Pedras: argumentos da diplomacia de San Tiago Dantas, 303
Gelson Fonseca Jr.

A Política Externa Independente e a Luta Modernizadora de San Tiago, 349
Marcílio Marques Moreira

Prefácio

A política exterior independente, que encontrei iniciada no Itamaraty e procurei desenvolver e sistematizar, não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de vertida para a realidade. Os fatos precederam as ideias. As atividades, depois de assumidas em face das situações concretas que se depararam à Chancelaria, patentearam uma coerência interna, que permitiu a sua unificação em torno de um pensamento central do governo.

Não quer isso dizer que a sua elaboração tenha sido empírica ou casual. Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava presente uma constante: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira (I) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (II) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.

Esse foi, desde o primeiro instante, o princípio gerador da política externa e a razão determinada de sua unidade. Passados alguns meses, em que episódios dramáticos puseram à prova a coerência e a resistência da Chancelaria, o povo brasileiro se deu conta, e todos os países compreenderam, que o Brasil havia fixado uma posição internacional, e que essa posição não era arbitrária nem provisória, mas correspondia a interesses e aspirações permanentes da nacionalidade.

Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras. A essas três atitudes se reduzem as críticas formuladas, entre nós, à política exterior independente. O povo a aplaudiu, entretanto, e rapidamente a assimilou, incorporando-a a seu ideário político, nela se apoiando para formular, na área de política interna, reivindicações paralelas ou complementares.

Disse há pouco que na política exterior independente devemos distinguir dois momentos lógicos: o do critério geral, pré-formulado, que inspirou, em face dos fatos, a tomada de atitudes e decisões; e o do sistema formado pela concatenação de todas estas, e pela sua redução a posteriori a uma unidade inteligível.

Creio que esse sistema – ainda hoje em pleno crescimento e em vias de enriquecer-se com novas experiências, que lhe serão acrescentadas na gestão do meu ilustre sucessor – ordenou-se dos seguintes pontos:

A. contribuição à preservação de paz, através, da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
B. reafirmação e fortalecimento dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos;
C. ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
D. apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua rejeição à metrópole.

Acredito que a esses quatro pontos se deva acrescentar um quinto, que não chegou a alcançar expressão plena nos meses de minha gestão, mas que se materializou no convênio assinado com os Estados Unidos para auxílio econômico ao desenvolvimento do nordeste brasileiro. Refiro-me à política de autoformulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional.

(A) A política de preservação da paz e da coexistência exprimiu-se, em primeiro lugar, no reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética[1];

[1] V. discurso na Câmara dos Deputados, em 23 de novembro de 1961, à pág. 45.

em seguida, na atitude do Brasil contrária ao isolamento de Cuba no hemisfério, e à sua expulsão da OEA[2]; e finalmente em iniciativas na Conferência do Desarmamento em Genebra[3] a que comparecemos como nação não alinhada, por definição das próprias potências responsáveis pela escolha dos membros da Comissão especial.

Para o reatamento das relações com a URSS tinha o Brasil razões de ordem econômica e política. As primeiras se relacionavam com a política de ampliação dos nossos mercados, e a elas voltarei mais adiante. As segundas decorriam da opção feita em favor da coexistência como único comportamento condizente com a preservação da paz mundial.

À coexistência se contrapõe o isolamento. O Brasil se mantinha isolado da URSS, por motivos mais de ordem interna que externa, e não sentia os inconvenientes dessa atitude por não aspirar a uma participação mais ativa nas responsabilidades da vida internacional.

O isolamento entre os dois campos ideológicos do mundo contemporâneo só se harmoniza com uma política que vise, consciente ou inconscientemente, à eliminação de um deles, através de uma decisão militar. Essa podia ser uma convicção existente em 1947 e nos anos imediatos, quando o Ocidente detinha o monopólio das armas atômicas e a Guerra Fria podia parecer o prelúdio de um conflito real.

Nos dias de hoje, em que o Ocidente e o Oriente rivalizam na tecnologia e na capacidade de produção, armazenagem e lançamento de armas nucleares e termonucleares, e em que as perspectivas entreabertas pela retaliação atômica são de destruição maciça, não apenas dos vencidos, mas também dos vencedores, já não é possível supor, e sobretudo esperar, um desenlace bélico para as tensões tornadas crônicas, entre os Estados Unidos e a URSS. Como não se cogita, nem seria admissível cogitar-se, de uma partilha do mundo em duas áreas estanques de influência, cada uma sob o controle de uma das grandes potências atômicas, o que resta como solução única é a aceitação da coexistência, com o deliberado empenho de reduzir as tensões através do intercâmbio e do entendimento.

Essa coexistência não significa para a área democrática, ou para a socialista, nenhuma abdicação ideológica, nenhuma perda de confiança na

---

[2] V. especialmente discurso pronunciado na Comissão Geral na Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, em Punta del Este, a 24 de janeiro de 1962, pág. 111.

[3] V. todo o capítulo "O Brasil e o Desarmamento", pág. 197 e segs.

superioridade de sua própria filosofia de vida ou tipo de organização. Ela é uma coexistência essencialmente competitiva, isto é, que põe os dois campos políticos, não apenas em contato, mas também em competição, expondo cada um deles à influência inevitável dos modelos, das realizações e das experiências processadas no outro.

Foi o mundo socialista, e não ocidental, que pretendeu evitar esse contato competitivo através da instituição do isolamento sistemático, ou seja, da "cortina de ferro". A política de aproximação com o Ocidente, hoje aceita e encorajada pelos dirigentes soviéticos, vem ao encontro de uma atitude que o mundo nunca repeliu. A convicção dominante no Ocidente tem sido a de que o conhecimento recíproco da sociedade democrática e da socialista favorece a influência da primeira sobre a segunda, graças aos níveis mais elevados de liberdade individual, que aquela está em condições de assegurar.

As vantagens da coexistência podem ser encaradas, ainda, sob outro aspecto, não menos relevante. O contato entre o mundo socialista e democrático é benéfico a democracias, como a brasileira, onde o regime de liberdades políticas, característico do Estado de direito, se acha superposto a uma estrutura social baseada na dominação econômica de uma classe por outra, e, portanto, na denegação efetiva da própria liberdade. Daí resulta um permanente incentivo à reforma social, com a criação, no seio da sociedade, de pressões crescentes, que podem ser captadas para modificação progressiva de sua estrutura, sem quebra de continuidade do regime democrático.

Há, assim, razões de ordem política internacional e razões de ordem político-social, que amparam a tese da coexistência. Nela é que se fundou o reatamento das relações entre o Brasil e União Soviética, iniciado, no terreno comercial, durante a gestão do Sr. Horácio Lafer, e no terreno político, durante a primeira gestão do Sr. Afonso Arinos. Coube-me convertê-lo em realidade, vencendo a resistência obstinada de alguns setores conservadores apegados à atitude isolacionista.

O segundo episódio, em que a tese da coexistência foi posta à prova, foi o caso da expulsão de Cuba da OEA. O que se visava com essa medida era aplicar ao Governo de um país americano, pelo fato de se declarar marxista-leninista, medidas que importassem no seu isolamento, em relação aos demais povos do hemisfério. O Brasil recusou-se a ver no caso de Cuba algo de diverso do que se tem passado com outros povos, em áreas geográficas mais distantes, e sustentou a conveniência de uma política de coexistência e não de isolamento. Cheguei a apresentar aos chefes de missão

americanos, acreditados no Brasil, e por intermédio deles às Chancelarias respectivas[4], uma sugestão brasileira para que se negociasse com o governo de Cuba um estatuto consensual, cujas finalidades eram, de um lado, evitar a integração daquele país no chamado bloco político-militar soviético e garantir o seu desarmamento até níveis compatíveis com as necessidades defensivas regionais, e, de outro lado, colocar os cubanos a salvo do risco da invasão militar.

Essa tese, que mereceu aplausos de alguns eminentes estudiosos das questões internacionais, permitiria, se vingasse, que a revolução cubana cumprisse o seu ciclo interno, não sob a influência de um único centro de atração – o soviético, mas sob a ação competitiva de dois polos – o socialista e o ocidental.

A coexistência está igualmente na raiz das atitudes do Brasil na Conferência do Desarmamento, em Genebra. A posição em que ali nos colocamos, desde os meus primeiros pronunciamentos[5], a que se seguiram os do Embaixador Afonso Arinos e os do Embaixador Araújo Castro, foi de cooperação ativa, para que as grandes potências nucleares se movimentassem no sentido do desarmamento progressivo e geral. Em vez de tomarmos, nos debates, mera posição de apoio às teses enunciadas por uma delas, procuramos sempre antecipar o rumo em que se delineavam possibilidades de evolução.

Desse modo assumimos um papel inequívoco na política do desarmamento, passando a contribuir para que se abrevie a distância que nos separa de uma coexistência sem risco militar.

(B) Os princípios de não intervenção de um Estado nos negócios internos de outro, e de autodeterminação dos povos, estão incorporados, como é sabido, ao direito internacional público codificado americano.

É sabido que eles representam uma conquista, a cuja sombra foi possível criar um sistema de relações internacionais inspirado na confiança mútua. A OEA se tornou, no quadro desse sistema, o instrumento por excelência de não intervenção.

---

[4] V. exposição aos chefes de Missão dos Estados Americanos, no Itamaraty, em 12 de janeiro de 1962, pág.101.

[5] V. discurso na Conferência do Comitê das 18 Potências sobre o Desarmamento, em 16 de março de 1962, pág. 197.

Creio não exagerar dizendo, entretanto, que a VIII Conferência de Ministros das Relações Exteriores foi o "test-case" do princípio, que dela saiu melhor delineado e certamente fortalecido.

O primeiro ponto a salientar é que o princípio não tira seu valor excepcional para as nações, especialmente americanas, unicamente de sua racionalidade jurídica. Na verdade, ele protege alguma coisa de vital, que é a autenticidade do processo ao longo do qual se opera a transformação dos povos e se dá o pleno amadurecimento de suas independências.

Nenhuma transformação política é válida, se é imposta à sociedade, que a executa, pela consciência de um outro povo ou pelo poder de dominação de outro Estado, ou força, que substitui a sua vontade. Daí a necessidade de nos conformarmos com as vicissitudes da história nacional de um povo, e de esperarmos que ele amadureça sua própria experiência, em vez de submeter-se a um esquema imposto do exterior.

Essa compreensão exata dos fins a que responde o princípio de não intervenção e autodeterminação supera e exclui as objeções algo primárias que lhe são feitas, frequentemente, pelos que supões que não se possa falar na sua aplicação senão quando o governo deriva de eleições livres

Pelo contrário, o princípio tudo protege, por isso mesmo que, através dele, o que se garante é o cumprimento do processo histórico nacional, sem coerção externa que o desvirtue.

O Brasil desempenhou um papel construtivo na consulta de Punta del Este ao contribuir para que não chegassem sequer a ser votadas as proposições que importavam em intervenção nos negócios internos de Cuba, sob o fundamento que nos pareceu evidentemente inadequado da aplicação do Tratado do Rio de Janeiro. Foi este, aliás, um dos pontos mais valiosos do debate ali havido: a distinção específica entre a sanção e a intervenção, essencial à execução correta das normas de segurança coletiva.

(C) A rápida ampliação do mercado externo de nossos produtos tornou-se um imperativo do desenvolvimento do país. Com uma taxa de expansão demográfica que em 1970 situará a população na ordem de 100.000.000, o Brasil necessita elevar a taxa de crescimento do produto nacional bruto a um nível que os estudos econométricos realizados no Itamaraty situam em 7,5% ao ano. Para isso é indispensável uma ampliação da capacidade de importar, que só se conseguirá se as vendas brasileiras para o exterior crescerem, de

ano para ano, na próxima década, a um ritmo superior a 10%. Daí dever ser a conquista de mercados a tônica de nossa política econômica exterior.[6]

É certo que a simples expansão de exportações de produtos primários não representa a solução total de um problema sobre o qual atua permanentemente o fato negativo da deterioração dos termos de comércio, ou seja, a desvalorização contínua dos produtos primários em relação às manufaturas. Mas o crescimento quantitativo é indispensável, e para isso não podemos contar apenas com a capacidade potencial de absorção dos mercados que já frequentamos.

Nossa política voltou-se para a América Latina, em primeiro lugar, e, em seguida, para os países socialistas, sem desprezo das possibilidades de incremento de comércio com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental.

O comércio dos países latino-americanos entre si representava, em 1960, cerca de 9% do comércio global do hemisfério. A diversificação crescente das economias mais desenvolvidas (Brasil, México, Argentina) vem permitir que se aumente esse intercâmbio, sobretudo se as barreiras alfandegárias forem reduzidas preferencialmente e se forem encontrados meios eficazes de financiar competitivamente as exportações.

O Brasil deu à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), nascida no Tratado de Montevidéu, apoio irrestrito, e graças também ao que lhe deram outros países, pôde desenvolver-se em 1962 a Zona de Livre Comércio, em que vemos o germe do futuro Mercado Comum Latino-Americano.

Com relação aos países socialistas, o Ministério das Relações Exteriores fez tudo que se achava ao seu alcance para criar uma linha de intercâmbio, que deve adaptar-se, para lograr pleno êxito, ao tipo de transações característico dos sistemas de economia centralmente planificada. Nenhuma possibilidade de crescimento existe nessa área se o Brasil desejar esquivar-se às regras do comércio bilateral, planejando com as autoridades dos países socialistas, ao mesmo tempo, a compra e a venda de seus respectivos produtos. Haverá, porém, um horizonte promissor se nos decidirmos a tais transações, pois o comércio dos países socialistas é, juntamente com o do Mercado Comum Europeu, o que apresenta, nos dias de hoje, taxa de expansão mais elevada.

[6] V. discurso sobre reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética, pág. 45.

Com relação ao Mercado Comum Europeu, o Ministério desenvolveu ação múltipla para eliminar a situação desvantajosa, o que nos conduz a aplicação das normas do Tratado de Roma, de favorecimento aduaneiro dos chamados "países e territórios associados". Os resultados estão sendo colhidos, ainda incompletos, mas já inequívocos, em algumas decisões que indicam a transitoriedade da discriminação.

(D) A posição anticolonialista sempre esteve implícita na conduta internacional do Brasil, por motivos éticos e econômicos. Os primeiros resultam da autenticidade de nossa política de emancipação econômica e autodeterminação dos povos; os segundos, da necessidade de que os países competidores do nosso em produtos tropicais produzam em regime de trabalho verdadeiramente livre e com os mesmos propósitos de assegurar às suas populações níveis mais elevados de bem-estar.

Na linha anticolonialista do Brasil houve pequenos desvios de atitude apenas pelo desejo de dar a nações tradicionalmente amigas do nosso país oportunidades para que definissem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação a territórios não autônomos confinados à sua administração. Esses desvios foram, porém, superados e retificados na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas, em que a delegação brasileira firmou, pela voz do Embaixador Afonso Arinos, o ponto de vista do Brasil.[7]

Cumpre notar que no caso de Angola jamais o Brasil olvidou os laços de solidariedade histórica que o unem a Portugal. Pelo contrário, o que tememos, ainda hoje, é que uma posição política demasiado rígida comprometa o papel que a cultura portuguesa pode representar na África a longo prazo, e tornar difícil, senão impossível, a transformação dos vínculos atuais em outros, de caráter comunitário, cuja preservação seria útil a todos os povos de língua portuguesa e manteria Angola e Moçambique no quadro cultural e político do Ocidente.

(E) Aludi à cooperação internacional para o desenvolvimento econômico com o propósito de dizer, a esse respeito, algo sobre a Aliança para o Progresso. Acredito, porém, que este livro contém sobre o assunto tão pouco, que será melhor reservar o tema para outra publicação com esse objetivo.

[7] V. discurso do Embaixador Afonso Arinos, na ONU, em 15 de janeiro de 1962, pág. 189.

Limito-me, pois, a acentuar que a política externa independente viu na Aliança uma forma avançada e construtiva de americanismo, desde que a prestação de auxílio técnico e econômico vá ao encontro – como, aliás, recomenda a Carta de Punta del Este – de planos formulados pelos próprios países e aplicados por seus órgãos nacionais.

O risco de planos de cooperação internacional é o de modificarem o sentido que os povos desejam imprimir ao seu próprio desenvolvimento. Esse risco foi evitado na formulação do Convênio sobre Auxílio ao Desenvolvimento do Nordeste, o único de escala nacional assinado no correr da minha administração.

Não seria possível deixar de concluir este prefácio com uma referência à obra de aproximação e entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil, realizada pelo Presidente João Goulart em sua visita aos Estados Unidos, obra que se completou, em relação à América Latina, na visita feita ao México.[8]

Os povos se conheceram melhor, e se entenderam no plano da independência e do respeito mútuo, graças à palavra dos seus Chefes de Estado e as manifestações a que tais visitas deram ensejo.

Agradeço ao editor Ênio Silveira e ao Professor Thiers Martins Moreira e ao Secretário da Embaixada, Dário Castro Alves, a iniciativa que tiveram de publicar este livro, e o trabalho de organizá-lo.

Discutiram eles se devíamos incluir apenas discursos e pronunciamentos meus, ou também atos de nossa Chancelaria e discursos de outros eminentes homens públicos. Pedi-lhes que optassem por esta última alternativa, porque a política exterior posta em prática no Itamaraty nada teve de pessoal, não foi obra de um homem, mas de um governo, e dos profissionais excepcionalmente competentes que cercaram o Ministro de Estado, e o assessoraram em todas as decisões.

Pedi-lhes que incluíssem no livro discursos do Presidente João Goulart, do Chanceler Afonso Arinos, e bem assim notas de Chancelaria e declarações de Embaixadores e Delegados, sempre que lhes parecessem esclarecedoras da política executada. Foi adotado o critério de não incluir senão documentos surgidos durante os meses de minha gestão no Itamaraty. Por isso deixam de figurar alguns textos de especial significação para a política externa, que provêm do governo do Sr. Jânio Quadros e da primeira gestão do Sr. Afonso Arinos.

[8] V. todo o capítulo acerca da visita do Presidente da República aos Estados Unidos e ao México, pág. 219.

Estou certo de que a política exterior brasileira não sofreu, ao passar a ser chamada independente, nenhuma solução de continuidade, pois jamais a Chancelaria brasileira se inspirou em outro objetivo que não fosse a defesa da soberania e da independência do Brasil. O qualificativo apenas indica o alargamento voluntário de uma área de iniciativa própria, e, consequentemente, de responsabilidades.

Esse resultado foi atingido, e graças a ele pode o Brasil hoje levar uma contribuição crescente, dentro de suas forças e possibilidades, à construção de uma ordem internacional pacífica e justa.

Rio de Janeiro, agosto de 1962.

SAN TIAGO DANTAS

PROGRAMA DE GOVERNO

Política Internacional

Política Internacional[9]

A definição de um programa de política exterior no governo parlamentarista deve responder simultaneamente a uma preocupação de continuidade e a uma formulação de objetivos imediatos.

Não só neste, mas em qualquer outro regime, a continuidade é requisito indispensável a toda política exterior, pois se, em relação aos problemas administrativos do país, são menores os inconvenientes resultantes da rápida liquidação de uma experiência ou da mudança de um rumo adotado, em relação à política exterior é essencial que a projeção da conduta do Estado no seio da sociedade internacional revele um alto grau de estabilidade e assegure crédito aos compromissos assumidos.

A política exterior do Brasil tem respondido a essa necessidade de coerência no tempo. Embora os objetivos imediatos se transformem sob a ação da evolução histórica de que participamos, a conduta internacional do Brasil tem sido a de um Estado consciente dos próprios fins, graças à tradição administrativa de que se tornou depositária a chancelaria brasileira, tradição que nos tem valido um justo conceito nos círculos internacionais.

[9] Capítulo final do Programa de Governo apresentado à Câmara dos Deputados pelo Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Tancredo Neves.

Posição de Independência

Deixando de lado a evolução anterior, podemos dizer que a posição internacional do nosso país, de que depende a nossa orientação em face das questões concretas que se nos deparam, tem evoluído constantemente para uma atitude de independência em relação a blocos político-militares, que não pode ser confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição, e que não nos desvincula dos princípios democrático e cristão, nos quais foi moldada a nossa formação política.

Essa posição de independência permite que procuremos, diante de cada problema ou questão internacional, a linha de conduta mais consentânea com os objetivos a que visamos sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromisso de ação conjunta, ressalvados os compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro, e também sem prevenção sistemática em relação a quaisquer outras, de formação política ou ideológica diferente.

Preservação da Paz e Desenvolvimento

Os objetivos, que perseguimos e em função dos quais tomamos nossas atitudes, são: em primeiro lugar, a preservação da paz mundial, hoje a finalidade suprema e comum da ação internacional de todos os povos, mas em relação à qual madrugou a nossa vocação política, inspirada desde os albores da nacionalidade pelas ideias pacifistas e pelo repúdio formal à guerra como meio de ação internacional; em segundo lugar, a promoção do desenvolvimento econômico, ou seja, da rápida eliminação da desigualdade econômica entre os povos, objetivo que relacionamos não apenas ao dever primário de promoção de um nível mais elevado de bem-estar para a humanidade, mas também à preservação da ordem democrática e das instituições livres, pois não parece que a liberdade política possa subsistir, numa nação moderna, se não for complementada pela justiça social e pela igualdade econômica.

Na procura desses objetivos primordiais o Brasil será levado, graças à posição independente em que se colocou, a tomar atitudes e participar de iniciativas, que ora o aproximarão de determinados Estados, ora

poderão alinhá-lo com Estados de orientação diferente. Em nenhum caso, essas atitudes resultarão de uma vinculação ou dependência em relação a Estados ou grupos de Estados, mas exclusivamente da procura do interesse nacional e do melhor meio de atingir os objetivos visados.

Relações com Estados Americanos

Aos objetivos fundamentais, devemos acrescentar aqueles que são como que um desdobramento deles na conjuntura social e política presentes. O Brasil tem mantido, desde os primeiros anos de sua vida independente, a mais íntima e cordial cooperação com todos os Estados americanos e tem prestado o seu apoio e colaboração ao desenvolvimento da organização regional em que eles se integram: a Organização dos Estados Americanos. Essa posição constitui uma das constantes de nossa política exterior e o novo governo deseja permanecer fiel a essa tradição, procurando introduzir no sistema os aperfeiçoamentos que ele reclama para poder atingir um grau mais alto de eficiência. Assim é que o pan-americanismo corre o risco de perder o sentido progressista que o animou desde as primeiras conferências interamericanas, se não se tornar um instrumento de luta pela emancipação econômica e social das nações deste hemisfério.

A primeira fase do pan-americanismo foi essencialmente jurídica e política. A que agora atravessamos há de ser predominantemente econômica e social, pois as nações americanas necessitam estimular e institucionalizar a sua colaboração recíproca para vencer os problemas de estrutura de sua economia e os problemas de elevação do nível de vida e de cultura de suas populações, sem intervir, contudo, em questões de ordem interna das nações, nem impor limites à autodeterminação dos povos.

A cooperação internacional para o desenvolvimento econômico pode ser considerada uma criação da política exterior subsequente à Segunda Guerra Mundial. No tocante à América Latina, essa cooperação se caracterizou, em sua primeira fase, por uma notória timidez na apropriação de recursos destinados pelos países plenamente desenvolvidos, sobretudo pelos Estados Unidos, às áreas subdesenvolvidas do hemisfério. Prevalecia, nessa fase, a ideia de que os países latino-americanos não dispunham de maturidade técnica, de capacidade gerencial e de formação de capitais internos em escala suficiente para absorver auxílio econômico de maior porte e as atenções se concentravam nos problemas de assistência técnica

e em pequenos empréstimos bancários, com marcada propensão para o auxílio à iniciativa privada. Dessa fase, passamos a outra, que se caracterizou pela procura de auxílio econômico de maior magnitude, através de negociações bilaterais junto ao sistema bancário e aos agentes financeiros internacionais. Foi a fase em que, no nosso país, se desenvolveu o trabalho da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos (1951-1953) e se concretizaram os financiamentos obtidos através do BNDE.

Uma terceira fase foi marcada pela substituição das reivindicações bilaterais pelas multilaterais, animadas pela ideia de que as nações latino-americanas, em vez de procurarem solução isolada para os seus problemas internos de estrutura, deviam promover uma ação conjugada que permitisse o atendimento dos problemas da área. Foi a fase da Operação Pan-Americana. Com essa iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pretendeu-se substituir o bilateralismo pelo multilateralismo, ficando, porém, os objetivos circunscritos ao financiamento de projetos de natureza essencialmente econômica, através de agências financeiras especializadas.

Finalmente, uma quarta etapa, materializada na "Aliança para o Progresso" e na Carta de Punta del Este, não favorece apenas o financiamento de projetos de caráter técnico e econômico, mas de programas sociais, transferindo para os países subdesenvolvidos recursos formados nos desenvolvidos e acelerando, desse modo, o processo geral de expansão econômica e de desenvolvimento social.

Os programas de cooperação internacional de que participe o nosso país devem corresponder aos princípios sociais e políticos que orientam o governo. Entende este que o desenvolvimento econômico não pode ser encarado apenas em termos de elevação da renda global, mas que é indispensável complementar essa elevação mediante reformas de ordem social, que conduzam a melhor distribuição de riquezas. Daí a articulação estreita entre o social e o econômico na política de desenvolvimento. Se a estrutura social não for modificada, para que o povo retenha os benefícios do enriquecimento, os efeitos deste podem ser negativos para várias gerações, que verão os benefícios se acumularem em setores limitados da sociedade.

A política de cooperação do novo governo terá, por conseguinte, em vista não apenas projetos de caráter técnico e econômico, mas programas de caráter econômico e social.

Nas relações com os demais Estados americanos, o governo se manterá fiel à tradição da política brasileira contrária aos blocos, às discriminações e

às preferências e adotará uma política aberta, simultaneamente ao entendimento e à cooperação com todos os países deste hemisfério, numa base de absoluta igualdade. Merecerá sua particular atenção o aprimoramento de nossas relações com a República Argentina, em relação à qual nos anima o sentimento de colaboração, de apoio e de afeto, capaz de conduzir-nos, no interesse de todas as demais nações deste hemisfério, a uma constante integração de ordem econômica e cultural. Igual sentimento e preocupação nos prendem ao México, ao Uruguai, ao Chile, ao Peru, à Colômbia, ao Equador, à Venezuela, à Bolívia, ao Paraguai e aos países da América Central e das Antilhas.

Com relação a Cuba, o governo brasileiro manterá uma atitude de defesa intransigente do princípio de não intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto for, nos seus negócios internos. Fiel aos princípios democráticos, que se encontram inscritos na Carta de Bogotá e que constituem base essencial do sistema interamericano, o Brasil deseja ver o governo revolucionário cubano evoluir, dentro do mais breve prazo, para a plenitude da vida democrática, inclusive no que diz respeito ao processamento de eleições livres e à efetividade de garantias para os direitos individuais. Essa evolução depende, entretanto, de forma exclusiva, da autodeterminação do povo cubano e não poderá ser substituída, nem acelerada, por qualquer forma de pressão ou de ingerência vinda do exterior.

Acresce que o Brasil não pode esquecer as causas profundas da revolução cubana e os desajustamentos sociais e políticos de que ela dá testemunho. A instabilidade das instituições democráticas no hemisfério, a intermitência com que se reapresentam regimes ditatoriais, tem sua origem no subdesenvolvimento econômico, nas desigualdades sociais e no interesse egoístico de um certo tipo de empresas de âmbito internacional, que perturbam o funcionamento normal dos regimes e, muitas vezes, alimentam as sedições. Se quisermos acautelar a democracia americana dos riscos políticos que a ameaçam, nossas atenções terão de concentrar-se em medidas de promoção do desenvolvimento e da emancipação econômica e social, únicas capazes de fortalecer a estrutura política desses países. O governo deposita confiança no estabelecimento de uma zona livre de comércio na América Latina, nos termos do Tratado de Montevidéu e sob a orientação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). A integração econômica dos países deste hemisfério é indispensável para criar, em benefício de suas indústrias, uma estrutura mais

forte de mercado e para permitir que melhorem, em benefício de suas populações, as condições gerais de produtividade. O governo pretende complementar os atos relativos à zona de livre comércio com medidas que resguardem, nos quadros do novo regime, a autoridade do Legislativo e ajustar, com os demais países participantes, medidas de defesa das economias nacionais, em face de empresas concorrentes que possam representar qualquer ameaça ao processo de industrialização neles desenvolvido.

Colonialismo

De algum tempo para cá, vem-se afirmando a posição de crescente solidariedade do Brasil com os povos que aspiram à independência econômica e política. Essa posição se funda em duas ordens de argumentos: em primeiro lugar, na solidariedade moral que nos une ao destino de povos oprimidos pelo jugo colonial e impossibilitados de auferirem a justa retribuição do esforço econômico nacional, pela sujeição aos interesses, nem sempre coincidentes, das metrópoles; em segundo lugar, sendo os povos coloniais produtores de matérias-primas que também exploramos, torna-se essencial eliminar as condições de prestação de trabalho e de operação econômica que os colocam em posição artificial de concorrência no mercado internacional.

A esses argumentos cumpre acrescentar que a eliminação do colonialismo se tornou indispensável à preservação da paz, o que tem solidarizado a quase totalidade dos Estados independentes com os povos que lutam pela própria emancipação.

Tornou-se, assim, um dever dos Estados que administram territórios não autônomos prepará-los para a independência, como se comprometeram a fazer ao assinarem a Carta das Nações Unidas, evitando retardamentos que desfavorecem as populações ainda submetidas à tutela e, de outro lado, evitando lançar no convívio internacional entidades ainda despreparadas para as responsabilidades inerentes à vida independente.

O cumprimento dessa tarefa deve inspirar-se na convicção de que nenhum povo logra atingir a plenitude do amadurecimento cultural e do desenvolvimento econômico antes de obter sua independência política, o que exige que esta seja promovida pelos Estados responsáveis, sem delongas desnecessárias e dentro do espírito que inspirou as deliberações de São Francisco.

Nações Unidas

O Brasil tem mantido, no seio das Nações Unidas, uma linha de constante defesa dos povos subdesenvolvidos e alargado a área de sua própria responsabilidade política, tomando decisões próprias sobre problemas que dizem respeito à causa da paz e da segurança mundial.

O governo manterá a posição de independência em relação aos diversos blocos em que se dividem os Estados-membros e votará, em cada caso, tendo em vista os objetivos permanentes de nossa política internacional e a defesa dos interesses do Brasil.

No tocante aos temas que se transformaram em focos de tensão internacional, nossa intervenção jamais será orientada pelo propósito de reforçar posições, mas pelo desejo sincero de contribuir para a conciliação e o superamento de antagonismos. Assim, em face do problema alemão, nossa atuação favorecerá todas aquelas medidas que visem a criar um ambiente profícuo à negociação e ao mútuo ajustamento entre os Estados diretamente responsáveis, e que tendam a encontrar soluções de equilíbrio, suscetíveis de aceitação pelas partes interessadas.

Em relação ao caso da China e à organização estrutural do secretariado, haveremos de apoiar aquilo que melhor traduzir a realidade da vida internacional contemporânea, graças à convicção, em que se encontra o governo, de que qualquer artifício sustentado pela força ou pela inércia não poderá contribuir duradouramente para a manutenção da paz.

A política multilateral do desarmamento contará com o nosso decidido apoio e com a nossa ativa colaboração. Pleitearemos a suspensão imediata das experiências realizadas com armas termonucleares, defenderemos a limitação e a inspeção na produção de armas de destruição indiscriminada e favoreceremos todas as medidas de desarmamento gradual que preencham o requisito da exequibilidade.

Países Socialistas

Poderosas razões militam em favor da normalização das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e todos os Estados, inclusive os que constituem o chamado bloco socialista.

Em primeiro lugar, não podemos esquecer que as perspectivas de desenvolvimento econômico de nosso país nos próximos anos vão exigir um

aumento considerável do volume de nossas importações e que, para isso, precisaremos desenvolver paralelamente as exportações, o que nos obriga a procurar, com agressividade, colocação para os nossos produtos em todos os mercados estrangeiros. Qualquer limitação ou abdicação, nesse particular, seria insustentável e redundaria, mais cedo ou mais tarde, em prejuízo do processo de nossa emancipação econômica.

Em segundo lugar, nossa posição no concerto das nações, especialmente entre os Estados-membros da Organização das Nações Unidas, não tolera as limitações e obstáculos à nossa ação internacional, que decorre da falta de relações normais com outros Estados-membros da mesma organização. Essa normalização não tem qualquer significação ideológica, nem implica simpatia, ou mesmo tolerância, em relação a regimes que se inspiram em princípios diversos dos que informam o sistema democrático representativo, que praticamos. Do mesmo modo, estão ao nosso alcance medidas de ordem interna perfeitamente eficazes para impedir que, à sombra de relações comerciais ou diplomáticas mantidas com esses Estados, se favoreçam movimentos de infiltração ou de propaganda política, contrários à índole de nosso regime e às características de nossa civilização.

Países Ocidentais

As bases em que tradicionalmente assenta a nossa política, em relação aos Estados Unidos da América e às demais potências ocidentais, não sofrerão alterações, resguardada a linha de absoluta independência, pela qual se pautarão as decisões do governo no terreno da política bilateral ou multilateral.

O governo brasileiro aprecia o esforço que vem sendo realizado pelo governo dos Estados Unidos para dar expressão e resultado prático à política de cooperação econômica internacional, notadamente em sua mais recente formulação – a "Aliança para o Progresso" – que representa, como ficou dito acima, uma etapa mais evoluída do pan-americanismo.

É indispensável, entretanto, que o mecanismo, através do qual se efetivem as medidas de cooperação, tenha a simplicidade e a celeridade necessárias a um atendimento oportuno; e que não interfiram na política de cooperação econômica os interesses de organizações privadas, colidentes com os dos países subdesenvolvidos, e cuja influência pode desnaturar os propósitos enunciados pelo governo norte-americano, frustrando, desse modo, os próprios objetivos da ação internacional dos Estados Unidos.

Os países da Europa Ocidental, que já têm participado, através de acordos e de créditos especiais, do sistema de cooperação econômica com o hemisfério, representarão, por certo, um papel de crescente importância em nossas relações comerciais. O governo tem intenção de expandir essas relações e, bem assim, as de natureza cultural e política, nelas abrangendo a totalidade dos Estados europeus.

Reestruturação Administrativa do Serviço Exterior

Para atender à crescente complexidade de uma ação diplomática que se desenvolve nas relações entre Estados e organismos e conferências internacionais, o Ministério das Relações Exteriores reclamava, de longa data, uma reestruturação de serviços.

Foi ela possibilitada pela Lei nº 3.917, de 15 de julho de 1961, que deu nova organização à Secretaria de Estado, aos quadros de pessoal e ao regime de promoções. Essa lei, de grande flexibilidade, rende ensejo a que o governo possa baixar os regulamentos necessários para fazer do Itamaraty o órgão de comando ajustado às necessidades da diplomacia brasileira.

Essa reorganização constituirá uma das primeiras e mais importantes tarefas do governo.

Também se ocupará este de disciplinar, através de um plano adequado, a transferência para Brasília do Ministério das Relações Exteriores e do corpo diplomático acreditado junto ao governo brasileiro, de modo a ultimá-la em prazo determinado, reduzindo ao mínimo as dificuldades com que hoje se deparam, quer a Secretaria de Estado, quer as chefias de missões.

Visita à Argentina

Discurso na Academia Nacional de Direito, em 13 de novembro de 1961

Declaração San Tiago – Cárcano, em 15 de novembro de 1961

Discurso na Academia Nacional de Direito de Buenos Aires, em 13 de novembro de 1961

Senhor Presidente da Academia Nacional de Direito,

Meus senhores,

Aprecio devidamente a honrosa acolhida que me faz esta instituição, depositária das mais ilustres tradições da cultura jurídica argentina. Como professor de direito, é-me grato confessar meu débito para com os mestres argentinos, em cujos livros muito aprenderam os juristas brasileiros da minha geração.

Não se podia ser oferecida tribuna mais honrosa para levar à nação argentina a mensagem fraterna dos brasileiros, do que esta, em que evoco a presença de Rui Barbosa em Buenos Aires, e o seu grandioso discurso, aqui pronunciado, sobre a neutralidade.

Já naquele instante unia os nossos papéis, numa situação internacional, que aos contemporâneos parecia tão grave quanto a de hoje, o sentimento de fidelidade aos princípios da democracia, da supremacia da lei e da justiça. Ontem, como hoje, os nossos povos se achavam unidos, em defesa dos valores morais e políticos da civilização ocidental e cristã, a que pertencemos, e dentro de cujos quadros institucionais esperamos encontrar solução para os problemas econômicos e sociais do nosso tempo, assegurando aos nossos países a inteira emancipação econômica, e às nossas

populações os níveis mais elevados de trabalho, saúde, educação, liberdade e bem-estar.

O primeiro requisito para que esse esforço comum seja frutuoso, é entendermos com clareza, sem subterfúgios, a conjuntura internacional que vivemos.

Estamos numa época em que, como afirmou o Presidente Eisenhower, já não se encontra alternativa para a paz. É a preservação da paz, porventura, o mais antigo dos ideais políticos, mas, enquanto as gerações passadas nele viam um ideal relativo, uma alternativa diante da qual os estadistas e os povos podiam ser levados, em casos extremos, a uma opção diferente e à aceitação consciente da guerra, os homens de hoje sabem que fora da paz já não existe senão o aniquilamento irremediável, e não só dos bens materiais, mas também dos valores morais, que integram a civilização.

O aperfeiçoamento incessante de armas nucleares e termonucleares levou, assim, a tal ponto o risco de destruição que o ideal da paz de relativo se tornou absoluto.

O Brasil participa das apreensões do mundo de hoje diante da exacerbação do antagonismo, a que estamos assistindo, entre o bloco ocidental e o bloco socialista. A corrida armamentista, o reinício das experiências nucleares na atmosfera, e a intransigência recíproca nas áreas de tensão máxima, como Berlim, fazem-nos sentir o malogro dos que supunham que a paz poderia ser o produto paradoxal do aumento dos riscos da guerra, e que do extremo temor poderia nascer o extremo respeito.

A verdade, hoje patente aos olhos de todos, é que somente a redução progressiva do antagonismo político e da competição militar poderá abrir caminho para a construção de uma paz durável. Os países que não detêm controle de armas nucleares, e que não participam, por conseguinte, dessa competição militar, podem prestar à causa da paz serviço de grande alcance, se em vez de agravarem a tensão mundial, mediante a adição de posições polêmicas, com que reforçam a intransigência dos grandes Estados, se dispuserem a buscar soluções de coexistência e de equilíbrio.

A tais soluções podem chegar os povos pela via larga do debate da negociação. Como bem disse o Presidente Kennedy, "não devemos ter medo de negociar, embora não desejemos negociar compelidos pelo medo". Não devemos crer que a confrontação cultural e política entre os países democratas e os socialistas venham a resultar necessariamente, como parecem pensar os tímidos, no aniquilamento das instituições democráticas. Pelo contrário, se é

certo que os Estados socialistas se têm mostrado capazes de resolver de modo satisfatório os problemas do desenvolvimento econômico e do progresso tecnológico, são extraordinariamente pobres e inconsistentes as soluções que apresentam para a institucionalização do poder político e para a salvaguarda dos níveis indispensáveis da liberdade pessoal. A democracia representativa, tal como entendemos no Ocidente, continua a ser o produto mais perfeito da técnica de governar, e sua sobrevivência depende apenas da erradicação de dois males sociais que a debilitam e a contradizem: a desigualdade da participação das classes sociais na riqueza global do país e a diversidade de nível de vida entre os povos desenvolvidos e não desenvolvidos, num mundo unificado pelos meios mais amplos de intercomunicação.

Essas desigualdades e desequilíbrios, que os países procuram reduzir mediante o planejamento dos seus investimentos domésticos e a cooperação econômica internacional, estão, em nosso tempo, sob a ameaça de fatores que podem agravá-los e torná-los intransponíveis para muitas gerações. Refiro-me aos progressos de ordem científica e tecnológica, que transportaram os grandes Estados, em poucos anos, da fase industrial, em que países como a Argentina e o Brasil estão apenas ingressando, para a fase de características e possibilidades ainda imprevisíveis, que se assinala pelo surto da física nuclear e pela conquista do espaço cósmico.

O subdesenvolvimento econômico, tal como hoje o conhecemos, nada mais foi, em última análise, que o resultado do atraso científico, em que se deixaram ficar, em sua grande maioria, os países recém-saídos do regime colonial, no momento em que as condições gerais dos mercados e a própria organização social recebiam a influência no espaço de poucas décadas de uma nova tecnologia, caracterizada pelo emprego da máquina a vapor, do motor de explosão e da eletricidade. Não pode deixar de constituir motivo das mais graves preocupações para os países que estão vencendo agora as etapas do desenvolvimento econômico, para atingirem ao nível médio da civilização industrial, saberem que, ao mesmo tempo, um novo e portentoso salto para diante está sendo dado pelas nações de que, a duras penas, nos íamos aproximando.

O subdesenvolvimento que resultará da perda de contato com a ciência e a tecnologia da era cósmica será muito mais grave do que o anterior, iniciado nas primeiras décadas da era industrial. É que não só os rendimentos econômicos serão de uma ordem de grandeza muitas vezes superior, como a

própria técnica do conhecimento exigirá outro tipo de formação universitária e de mobilização intelectual.

Ouso afirmar que é esse o segundo dos dois maiores desafios lançados hoje aos nossos povos, e especialmente aos seus dirigentes. O primeiro é a construção de uma paz durável, em cujo seio possamos aprimorar a democracia e corrigir os seus fundamentos sociais. O segundo é a atualização imediata de nossa cultura, para que nos possamos manter integrados no surto tecnológico e científico do nosso tempo.

Acredito que o Brasil e Argentina podem ambos realizar separados esse esforço de modernização cultural, e podem levar cada um sua contribuição à causa da construção da paz e da consolidação da democracia. Tais contribuições irão somar-se às de outros Estados, e a obra não deixará de ser comum, embora venha a resultar de esforços paralelos.

Que logrará ser, entretanto, essa contribuição, meus senhores, se ela puder resultar de uma autêntica e profunda união de forças, endereçadas coordenadamente a idêntico objetivo?

Os acordos de Uruguaiana, complementados pelo que o Brasil e Argentina têm concluído com outros países do continente, marcam o rumo dessa união que o senhor Arturo Frondizi e o senhor João Goulart reafirmaram com clareza em comunicado conjunto, no Rio de Janeiro, quando vosso grande Presidente se dirigia a Nova York para pronunciar seu memorável discurso perante as Nações Unidas.

Nossos países receberam, nos anos iniciais de sua formação histórica, a herança de certos antagonismos metropolitanos que marcaram a mentalidade de várias gerações e se deixaram, no passado, estimular por algumas rivalidades e prevenir certas desconfianças. Tudo isso pertence, porém, a um mundo inteiramente extinto, superado pelo trabalho de homens de Estado esclarecidos, que esmagaram as prevenções sob o peso de uma lealdade indeclinável e substituíam a competição pela colaboração. As novas camadas de população, que mudaram a fisionomia social dos dois países, o intercâmbio das ideias, a solidariedade em diversas atitudes políticas, o entrosamento crescente dos interesses materiais, fizeram com que surgissem, como bem disse o Chanceler Cárcano, uma nova Argentina e um novo Brasil.

Nossos dois países executam hoje no campo político e no econômico um idêntico projeto nacional. Ambos se acham empenhados na preservação do sistema democrático representativo, e ambos estão conscientes da necessidade de fortalecer-lhe a infraestrutura, através de reformas sociais

profundas, alcançadas progressivamente, ao mesmo tempo que cuidam de vencer as debilidades de suas respectivas economias, mediante programas de aceleração do desenvolvimento.

Esses programas envolvem para ambos um plano substancial e racionalização da agricultura e da industrialização. Nem o Brasil pode prescindir de desenvolver ao máximo a sua agricultura e a sua pecuária, nem a Argentina pode abrir mão de levar ao limite de suas possibilidades a sua industrialização. É certo que o Brasil tem hoje uma indústria globalmente mais desenvolvida que a Argentina, mas relativamente ao total de recursos e à população de cada país a Argentina é mais industrializada do que o Brasil.

Para uma população de 22 milhões de habitantes tem a Argentina, em 1961, a expectativa de um produto nacional bruto da ordem de US$ 10 bilhões, o que lhe dá por habitante um nível de renda igual ao dobro do Brasil, que tem para uma população de 73 milhões um produto de US$ 17 bilhões.

O problema brasileiro de desenvolvimento se apresenta sob esse aspecto, bem mais árduo, sobretudo se pensarmos nos desequilíbrios regionais internos que temos de enfrentar, e nas tendências de nossa balança de comércio, muito mais negativas do que as vossas, no período crítico de 1960-65.

Basta, porém, uma inspeção sumária das dificuldades que se nos antolham, para mostrar que todas elas apontam aos nossos dois países a estrada larga e segura da união. Vossa função de investimento, no período de 50 a 58, atingindo ao nível de 20%, foi superior à nossa, que em período um pouco maior, não passou de 14%. Em compensação a rentabilidade do capital aplicado em indústrias mantém-se no Brasil a uma taxa bem mais elevada que a Argentina, o que mostra, apenas, que a dimensão do mercado interno brasileiro, pela magnitude de sua população, cria condições mais favoráveis ao estabelecimento de escalas adequadas de produção.

Que maior indicação podem oferecer os dados econômicos do sentido de integração, em que se devem desenvolver as economias dos dois países? É o Brasil o mercado natural não só para absorção de produtos agrícolas. Mas também de manufaturas argentinas, do mesmo modo que na Argentina a indústria e a agricultura brasileiras encontrarão larga receptividade, assegurada pelos índices do nível de renda.

Se nos aproximarmos, o mercado interno argentino somado ao brasileiro, constituirão um só mercado de US$ 27 bilhões, igual ao da França antes da

última guerra, igual ao da Itália nos dias de hoje. Essa união de esforços crescerá de importância e de eficácia à medida que nela se integrarem, em pé de absoluta igualdade, os signatários do Tratado de Montevidéu, e um a um todos os países latino-americanos.

Talvez esteja aí a forma segura de evitarmos a debilitação crescente de nossas economias, que seria consequência inevitável do isolamento.

Também estou convencido de que aí está o meio de tornarmos mais homogêneos os países do hemisfério, levando-lhes condições as mais favoráveis de concorrência e de expansão. Com esse objetivo, o Brasil não hesitará em adotar as medidas que se tornam recomendáveis para a proteção das nações estruturalmente mais débeis, e para impedir que à sombra da liberdade de comércio, se faça sentir qualquer concorrência nociva ao seu desenvolvimento, por parte de grupos econômicos ou empresas não nacionais, com suas bases técnicas ou financeiras implantadas em economias plenamente desenvolvidas.

Assim como acreditamos que o maior entrelaçamento econômico será proveitoso a ambos os países, e poderá constituir o núcleo principal da integração do mercado latino-americano, assim pensamos que a Argentina e Brasil estão habilitados a realizar em comum um esforço produtivo no campo cultural, para que não percamos o passo, no rápido deslocamento da "frente" de conhecimentos, que se vem observando na era cósmica.

A soma de recursos, a troca de informações e o intercâmbio de cientistas, podem operar, e tempo mais breve e com importante redução de sacrifícios, o avanço cultural que nenhum país latino-americano pode dispensar. Ainda que devamos pensar em termos continentais. A época das rivalidades e competições estéreis passou, em todos os terrenos, e com ela a era dos blocos, dos "eixos", dos "ententes" em prejuízo da causa comum, que é a causa americana.

No mundo em que vivemos o ideal da integração já não tem limites, e o que as nações conscientes de seus problemas perseguem é a eliminação gradual das fronteiras culturais e econômicas, que um dia permitirá a das fronteiras políticas e militares, fundindo numa só comunidade os povos separados pelas origens, mas unidos por um destino comum. É este o caso dos Estados latino-americanos. Oriundos de um mesmo tronco e multiplicados em nações diversas pelas vicissitudes da era de independência, uniram-se pela fidelidade aos mesmos ideais políticos, e caminham para as formas ainda mais íntimas de solidariedade no interesse do fortalecimento econômico e da elevação do nível de vida de suas populações.

Acredito que um grande e poderoso instrumento para alcançarmos, em curto prazo, esse duplo objetivo, será a Aliança para o Progresso, criada em Punta del Este, e que representa a fase mais avançada do americanismo. Depois de havermos procurado o desenvolvimento de cada Estado mediante os seus próprios recursos, complementados por cooperação externa obtida sempre através de negociações bilaterais, realizamos um significativo passo à frente com a Operação Pan-Americana, a qual substituiu tais negociações pela iniciativa conjunta dos países do hemisfério, evidenciando os seus interesses comuns. A Aliança para o Progresso representa por sua vez uma nova fase, assinalada pela substituição dos projetos isolados, de natureza estritamente econômica, por programas globais, em que predomina o aspecto social. Estou certo de que esforço conjugado dos Estados Unidos e das Repúblicas latino-americanas logrará, através desse grande empreendimento, enfrentar com sucesso a ameaça do aumento de população e da estagnação econômica em nosso hemisfério.

Tem a família americana diante de si, no momento em que vos falo, uma preocupação comum sobre a qual não posso, nem desejo, omitir a enunciação sincera da posição brasileira. Refiro-me à situação de Cuba no sistema interamericano. Lamentamos sinceramente que o governo cubano tenha se afastado, em pontos essenciais, da prática da democracia representativa, tal como a entendemos neste hemisfério e se acha definida nos oito artigos da Declaração de Santiago. Não perdemos, porém, a esperança de ver aquele país reintegrar-se nas características deste regime, à medida que forem sendo vencidas as etapas do seu próprio processo revolucionário. Tudo que estiver legitimamente ao nosso alcance será feito para que Cuba não se desintegre do mundo americano, a que pertence por fatalidade geográfica e por tradição cultural.

Acreditamos, entretanto, que uma solução do caso cubano só será historicamente válida e politicamente eficaz, se resultar de meios rigorosamente pacíficos, e se for obtida sem quebra do respeito à sua soberania, através da autodeterminação do povo cubano.

No mundo em que vivemos, onde a disparidade de forças atingiu níveis nunca imaginados, a intangibilidade dos princípios é a arma defensiva da soberania das nações militarmente fracas. Não pretendemos, por isso, dar o nosso assentimento a nenhuma ação internacional que ponha em perigo o princípio de não intervenção, a cuja sombra se edificou pacientemente o sistema interamericano. E não o faremos, inclusive, por estarmos convencidos

de que uma ação com tais efeitos não é, do ponto de vista prático, o meio idôneo de que dispomos para defender a unidade política deste hemisfério.

É-me grato dizer que a posição do Brasil e da Argentina têm coincidido também neste ponto.

Meus senhores, dei início a estas considerações lembrando as palavras de um eminente estadista americano, que acentuou não existir, no presente, uma alternativa para a paz. Quero agora encerrá-las dizendo que, não só para a Argentina e o Brasil, mas para todos os países ainda incompletamente desenvolvidos da América, não existe uma alternativa para a união. Unidos, constituiremos uma das principais forças do mundo em que vivemos, e poderemos levar a outros povos os benefícios do idealismo político inato em nossa formação. Desunidos, corremos o risco de vermos tornar-se inviável o nosso projeto nacional, e de cairmos sob a dupla penalidade da estagnação econômica e da desatualização cultural.

Estou certo de que a Argentina e o Brasil responderão ao desafio que lhes é lançado neste século. Meu coração, como o de todos os brasileiros, bate com a mesma ansiedade, com mesma confiança e com o mesmo afeto, pelo futuro da Argentina e pelo futuro do Brasil.

Declaração San Tiago – Cárcano, em 15 de novembro de 1961

Os ministros das Relações Exteriores da República Argentina e dos Estados Unidos do Brasil, doutores Miguel Ángel Cárcano e San Tiago Dantas, tendo analisado detidamente os numerosos problemas ligados à atualidade mundial, à situação continental e às relações entre os dois países e tendo comprovado, mais uma vez, o critério comum com que o Brasil e a Argentina encaram tais problemas, resolveram assinar e tornar pública a presente declaração conjunta.

1º – Em nome dos respectivos governos, os ministros das Relações Exteriores ratificaram a cordial amizade existente entre os dois países e reafirmaram, em todos os seus aspectos, os princípios definidos na Declaração de Uruguaiana e no Convênio de Amizade e Consulta assinado na cidade do mesmo nome.

2º – Diante do grave estado de tensão que apresenta a situação internacional, revelaram preocupação com os crescentes preparativos bélicos e com o reinício das explosões de armas nucleares. De maneira especial, manifestaram a profunda reação que provocaram, nos povos brasileiro e argentino, as recentes experiências realizadas na atmosfera, as quais não somente põem em perigo a paz mundial, mas também ameaçam as populações de todos os países e constituem verdadeiros delitos contra a humanidade. Coincidiram em que é urgente a necessidade

de concluir-se um acordo internacional que proíba a continuação de tais experiências, antes da solução integral do problema do desarmamento, de tramitação necessariamente mais demorada. Acordaram, por conseguinte, em que os governos do Brasil e da Argentina empenharão todos os seus esforços em cooperar para a realização das negociações necessárias e adotarão atitude comum na votação da questão nas Nações Unidas.

3º – Concordaram os dois ministros em que, no atual panorama internacional, todos os problemas devem ser resolvidos por intermédio de meios pacíficos e, em especial, mediante negociações de que esteja excluída a coação ou a ameaça.

4º – Os ministros reiteraram a firme adesão dos seus países aos princípios tradicionais do sistema interamericano e afirmaram o propósito de estimular seu aperfeiçoamento. Coincidiram em que o Brasil e a Argentina em nenhum momento declinarão de sua posição de defesa dos princípios da não intervenção nos assuntos internos e externos dos Estados e da livre autodeterminação dos povos.

5º – Reafirmaram igualmente o repúdio à ingerência de potências extracontinentais nos assuntos hemisféricos e a decisão dos povos do Brasil e da Argentina de participarem, ativamente, na busca das melhores soluções para as questões continentais, dentro do respeito à soberania dos países e com exclusão de todos os meios que possam comprometer a observância do princípio da autodeterminação.

6º – Depois de considerar a situação continental em seus aspectos gerais, os dois ministros concordaram em que o sistema interamericano compromete todos os seus membros no respeito aos princípios da democracia representativa, expressa através de eleições livres e periódicas, assim como na plena vigência dos direitos e garantias inerentes à personalidade humana. Recordaram que, para o Brasil e a Argentina, o respeito amplo e escrupuloso do direito de asilo é norma do direito continental.

7º – Os ministros reafirmaram, mais uma vez, fidelidade aos princípios democráticos e aos ideais da civilização cristã e ocidental, que o Brasil e a Argentina compartilham com os demais povos americanos. Assinalaram que

é necessário preservar cuidadosamente a unidade continental e que devem ser intensificados os contatos entre os governos americanos, para coordenar qualquer decisão ou pronunciamento dos organismos regionais. Concordaram, outrossim, em que a unidade americana e a perfeita estabilidade do regime democrático somente ficarão definitivamente consolidadas quando forem superados no continente os problemas apresentados pelo subdesenvolvimento econômico e pela excessiva desigualdade social, e quando tiverem plena vigência os princípios próprios do sistema continental, em especial aqueles definidos na Carta de Bogotá, na Declaração de Santiago e na de São José da Costa Rica.

8º – Os ministros concordaram em que o impulso a ser dado no esforço que realizam a Argentina e o Brasil no sentido de uma verdadeira união entre os dois países é apenas parte de um movimento maior de integração de toda a América Latina e, assim, decidiram conjugar sua política continental e seus recursos econômicos para melhor colaborar no desenvolvimento de outras nações irmãs, especialmente daquelas que se encontram em estágio ainda menos avançado do progresso econômico.

9º – Os ministros analisaram assuntos de relevante importância para a política comercial dos dois países. Coincidiram em expressar sua satisfação pelos resultados que estão sendo obtidos nas primeiras negociações entre os países membros da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Analisadas as possibilidades que oferecem as exportações brasileiras e argentinas a todas as áreas, concordaram os ministros em que suas perspectivas não são favoráveis, especialmente em virtude da grave incidência das práticas discriminatórias adotadas por alguns países altamente industrializados. Assinalaram que tais práticas anulam os esforços para orientar o comércio internacional em termos genuinamente multilaterais e alteram artificialmente as condições de concorrência entre os países exportadores de matérias-primas e produtos primários. Em consequência, decidiram intensificar o intercâmbio de informações e estudos que preparem a execução de uma política orientada para a defesa recíproca e enérgica das exportações dos dois países. Nesse sentido, resolveram adotar uma linha de ação comum nas negociações, que terão de ser empreendidas na próxima reunião do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, para o que os dois ministros deram a suas delegações instruções expressas.

10º – Ficou, também, assentada a criação de um mecanismo destinado a tornar o mais amplo e ágil possível o sistema de consultas estabelecido no Convênio de Uruguaiana, sem prejuízo da ulterior ratificação legislativa deste último. Expressou-se também a satisfação dos governos pela assinatura, na presente data e após detidas negociações, dos convênios de Extradição e de Assistência Judiciária Gratuita.

11º – Os ministros deixaram constância, finalmente, do espírito de franqueza e cordialidade que presidiu às conversações. Nelas, ficou evidenciada a profunda amizade que une os dois países, a extensão da solidariedade argentino-brasileira e a consciência dos dois governos de que a ação coordenada é a melhor garantia da crescente importância internacional do Brasil e da Argentina e da execução de uma política na qual os países do sul do continente façam ouvir seus pontos de vista próprios quando do tratamento de qualquer problema mundial.

Buenos Aires, 15 de novembro de 1961.

Reatamento das Relações Diplomáticas com a União Soviética

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados,
em 23 de novembro de 1961

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em 23 de novembro de 1961

Senhor Presidente e senhores Deputados,

Dois motivos me trazem hoje à tribuna da Câmara. O primeiro é apresentar, em poucas palavras, um relato da missão que me levou a Buenos Aires, para retribuir a visita feita ao Brasil, há alguns meses, pelo chanceler Adolfo Mugica. O segundo é o assunto momentoso do reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.

A missão a Buenos Aires respondeu, como disse, àquele objetivo primordial. Foi uma missão de cortesia, que deu ensejo a que se estreitassem, uma vez mais, os laços que unem o governo e o povo do Brasil ao povo e ao governo da Argentina.

Além desse objetivo, a missão levava outro: o de implementar os acordos concluídos em Uruguaiana entre o presidente Arturo Frondizi e o presidente Jânio Quadros, acordos que estabeleceram entre os dois países o sistema de consultas recíprocas e que representaram, no momento em que foram concluídos – e depois, quando seus propósitos foram reafirmados no Rio de Janeiro, no encontro do presidente Frondizi e do presidente João Goulart – a firme convicção de que entre a Argentina e o Brasil existem hoje uma tal identidade de objetivos políticos no campo internacional, uma tal fidelidade comum aos princípios da democracia representativa e ao propósito do fortalecimento do sistema interamericano, que é possível processar-se, entre

esses dois países, um sistema de colaboração particularmente estreita, sistema que não equivale a qualquer tendência para a formação de eixo ou de bloco, porque, pelo contrário, fica aberto à livre participação de todos os outros Estados soberanos do hemisfério.

Este objetivo, como o primeiro, foi plenamente alcançado no curso da missão. Em primeiro lugar, evidenciou-se até que ponto aquela identidade de propósitos era real e correspondia não apenas a um desejo dos dois presidentes ou a um propósito das duas chancelarias, mas provinha do próprio estado de espírito do povo argentino, que acompanha, em harmonia perfeita com o povo brasileiro, o desenvolvimento da presente situação internacional.

Como resultado das conversações mantidas durante três dias, assinou-se, no último dia da presença da missão brasileira em Buenos Aires, uma declaração conjunta, largamente divulgada pela imprensa. Dispenso-me de ler essa declaração, por considerá-la já do conhecimento dos senhores deputados, mas peço a Vossa Excelência, senhor Presidente, que a faça transcrever nos anais desta Casa. Essa declaração conjunta, em primeiro lugar, dá notícia de um dos resultados mais positivos do encontro realizado em Buenos Aires – a própria estruturação do sistema de consultas. Não basta o desejo de consultar. Não basta a intenção de trocar ideias sobre os problemas, quando eles surgem, e sobre as soluções que se lhes oferecem. É necessário criar o hábito da consulta, é necessário transformar numa rotina aquilo que, se apresenta como atividade diplomática esporádica, não consegue, senão em casos muito excepcionais, unificar a linha de conduta de duas ou mais nações. O sistema de consultas, engendrado e aceito pelas duas chancelarias, prevê um mecanismo permanente de troca de ideias e de informações. Dele poderão participar todos os outros Estados do hemisfério, permitindo-se, deste modo, que se realize na América Latina este grande esforço de integração e de compreensão, que poderá transformar a nossa zona geopolítica numa grande concentração de forças capaz de, efetivamente, impor seus pontos de vista e fazer sentir suas inspirações, na cena internacional.

Além deste ponto, outros houve para os quais considero de meu dever chamar a atenção da Casa. Já vão longe, felizmente, senhor Presidente, as rivalidades e desconfianças que medraram, no passado, entre a política argentina e a política brasileira. Em grande parte, era aquilo a herança de preconceitos metropolitanos; não correspondia à realidade política dos nossos países.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Levanto a sessão, até que se estabeleça no plenário a iluminação.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Está reaberta a sessão. Continua com a palavra o senhor Ministro San Tiago Dantas.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Dizia eu, senhor Presidente, que, além do ponto citado, a criação de um sistema prático de consultas, capaz de introduzir o hábito da informação recíproca e da troca de pontos de vista, as conversações de Buenos Aires tiveram um outro resultado, a que atribuo grande importância. Referia-me à eliminação definitiva das rivalidades e desconfianças que, no passado, medraram na política de nossos dois países. Essas rivalidades e desconfianças têm sido superadas, gradualmente, pela ação esclarecida de sucessivos chanceleres e, mesmo fora do Ministério das Relações Exteriores, na arena parlamentar, nas lutas partidárias, não têm faltado ao Brasil e à Argentina homens públicos que, com visão ampla e esclarecida do futuro das duas nações, têm consolidado a obra de clareamento dos espíritos e nos têm deixado ver que é através da união de esforços e da colaboração, jamais através da competição e da rivalidade, que esses dois países da América do Sul encontrarão o caminho de sua verdadeira grandeza.

É verdade que ainda há alguns pontos onde os vestígios da rivalidade perduram. Em alguns países da América, é frequente ouvir-se dizer que determinado grupo político é de orientação argentinista e um outro, pelo contrário, é de orientação brasileira; e a cooperação que damos a países menos desenvolvidos do que os nossos muitas vezes tem feito com que Argentina e Brasil se defrontem – no propósito de melhor auxiliar, no propósito de melhor colaborar – o que não deixa, entretanto, de resultar numa forma específica de competição. Para esse lado se voltaram também os entendimentos de Buenos Aires.

SR. HORÁCIO LAFER – Vossa Excelência permite um aparte?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Com grande satisfação, tanto maior quanto Vossa Excelência foi, sem dúvida alguma, um desses chanceleres a que me referi e que contribuíram, através de sua ação pessoal e da orientação que imprimiram à nossa Chancelaria, para melhorar cada vez mais os entendimentos entre Brasil e a Argentina.

SR. HORÁCIO LAFER – Muito grato a Vossa Excelência. Congratulo-me com Vossa Excelência pelo alto significado da viagem que fez porque, quando, por determinação do Presidente Juscelino Kubitschek, visitei a Argentina, fui recebido por um artigo de fundo de "La Nación", que acentuava que, há

vinte e tantos anos, a Argentina não era visitada por um Ministro de Relações Exteriores do Brasil. Fizemos, então o Acordo de Consultas Recíprocas, e devo confessar, publicamente, que todos os dias as duas Chancelarias se consultavam e pudemos agir, em todas as conferências internacionais, no mais absoluto acordo, porque não há interesses que dividam a Argentina e o Brasil. Pedimos o apoio e o concurso de outros países – Uruguai, Chile Colômbia – e todos começaram a participar dessas consultas prévias, o que resultou, na nossa política, no campo interamericano e no internacional, em uma união que precisa ser continuada. Os esforços de Vossa Excelência, aprimorando os métodos de consulta, devem, portanto, merecer o aplauso do país (*Muito bem*). Temos que agir junto com os outros países contra os nossos inimigos, que são comuns, aqueles inimigos que querem derrubar as nossas instituições e aniquilar a liberdade e a independência do homem (*Muito bem. Palmas*).

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço e incorporo à minha exposição o brilhante aparte de Vossa Excelência.

Nesse ponto, senhor Presidente, a que me referia – da colaboração que os nossos países dispensam à economia de outras nações americanas –, foram também significativas as decisões tomadas em Buenos Aires. Assim é que ficou assentado o princípio de que, em vez de existir uma cooperação argentina, ao lado de uma cooperação brasileira; em vez de levarmos aos povos que necessitam do nosso apoio, separadamente, nossa colaboração, passaremos a examinar, em todos os casos, a possibilidade de que a colaboração seja conjunta e que, em vez de se constituir essa conduta num ponto de competição, determinará, ao contrário, que mais se estreitem as mãos dos nossos povos, quando as estendermos às dos demais povos irmãos.

Os resultados do encontro de Buenos Aires marcam, por isso, senhor Presidente, uma linha que não constitui inovação na história das chancelarias do Brasil e da Argentina. Marcam, como bem disse no seu lúcido aparte o nobre deputado Horácio Lafer, um caminho de aprimoramento, um esforço que ainda se há de desenvolver por outras gerações, porque a grande estrada aberta diante dos povos deste continente é a estrada da integração econômica, é a estrada do entendimento cultural amplo e, como consequência final, a estrada da plena união política. A integração econômica é um resultado da necessidade que têm as nossas economias de contar com mercados internos mais extensos, que possam absorver quantidades maiores de produção e, assim sendo, permitir que as nossas indústrias, as nossas atividades primárias

produzam numa escala maior, em que os resultados podem ser verdadeiramente compensadores. Por isso, o Brasil e a Argentina se unem no propósito de dar um desenvolvimento pleno à área livre de comércio latino-americano, embora observando, a esse respeito, todas aquelas preocupações que têm sido acentuadas pelo nosso governo, para que, à sombra da liberdade de comércio, não possamos sofrer a agressão de empresas implantadas em economias plenamente desenvolvidas e que, desse modo, frustrariam as medidas defensivas que somos levados a tomar, em benefício do nosso desenvolvimento.

Do mesmo modo, no campo cultural, ficou assentado um esforço conjunto, uma troca de informações permanente, uma soma de recursos, para que os nossos países possam acompanhar *pari passu* o imenso desenvolvimento tecnológico e científico do nosso tempo.

Nessa reunião, ficou plenamente caracterizado que a chancelaria argentina e a chancelaria brasileira receiam, igualmente, que estejamos às vésperas de novo surto tecnológico e científico, que poderá conduzir países como os nossos a nova era de subdesenvolvimento econômico. De fato, assim como os países recém-saídos do regime colonial não puderam acompanhar os progressos técnicos e científicos da era industrial e, por esse motivo, se inferiorizaram e se atrasaram e sofrem os pesados ônus de que agora nos queremos libertar, assim nós, os povos que hoje estamos conseguindo, à custa das mais duras penas, chegar ao nível médio das nações industrializadas, estamos sob a ameaça de que as nações plenamente desenvolvidas deem um novo e prodigioso salto para diante, em que dificilmente poderemos acompanhá-las, tão dispendiosos e tão complexos são os passos necessários para habilitar uma nação a incorporar os progressos tecnológicos da era dominada pela física nuclear e pela conquista do espaço cósmico.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – Permite-me Vossa Excelência um aparte?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Pois não.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – Nobre Ministro, estou ouvindo, com muita atenção e com o respeito que merece a cultura de Vossa Excelência, o discurso que está proferindo. Ouvi, igualmente, o aparte com que honrou a Casa o nobre Deputado Horácio Lafer, que concluiu dizendo que a luta entre os países é contra o inimigo que quer aniquilar o homem. Atendendo a que as considerações de Vossa Excelência, que se seguiram ao aparte, são exatamente no sentido de elevar o nível de vida do homem para evitar o aniquilamento a

que se refere o nobre Deputado Horácio Lafer, queria perguntar a Vossa Excelência se é possível, com a mentalidade ora dominante na vida de um país como o nosso, considerado subdesenvolvido – mentalidade tradicional e dominante que está, como o plasma, englobada no organismo do homem, que domina o Brasil, que consiste no máximo de lucro com o mínimo de despesa, princípio que está dominando duramente a vida econômica do país –, se pode ele competir com nações do mundo que têm mãos escravas para fazer máquinas e vender mais barato do que nós, na área em que poderíamos entrar. E, sempre que um homem aqui se coloca contra o colonialismo, tenta impedir a penetração nessa área, incorre no risco de estar na área contrária a que se referiu o nobre Deputado Horácio Lafer. Eu nunca fui comunista, não sou e não serei comunista. Mas, pelo fato de nunca ter sido e de não ser no futuro, não estou impedido de dizer a Vossa Excelência que, no Brasil, nesta hora, os comunistas também merecem ser convocados para serem ouvidos sobre esses assuntos econômicos, de tal ordem, que estão complicando a vida brasileira. E, homem de elite como Vossa Excelência, homens de cultura como o senhor Horácio Lafer e outros, não poderiam excluir a colaboração de quem, sinceramente, quer elevar o nível industrial do Brasil, colocando o homem um pouco mais acima do nível de vida em que se encontra. São Paulo, hoje, produz 80% do que consumimos no Brasil, praticamente, em matéria industrial. Lembro a Vossa Excelência que se está elevando o "standard" de vida do povo brasileiro e ninguém tem palavras para falar sobre essa elevação do nível de vida desse povo, que está fugindo dos campos, para morrer de fome nas metrópoles. Daqui a pouco as fábricas paulistas e todas as demais terão superprodução, excesso de produção sem dispor o povo de um nível de vida capaz de atender a esse surto de progresso no Brasil.

Para esse detalhe chamo a atenção de Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço o aparte de Vossa Excelência e creio que ele se ajusta às considerações que fiz há pouco sobre a necessidade de ampliação dos nossos mercados, para assegurar à indústria, à agricultura dos países americanos, as escalas de produção adequadas, que tornem o nosso trabalho remunerativo.

Foram essas, senhores Deputados, em resumo, as considerações que me pareciam cabíveis em torno da viagem realizada a Buenos Aires. Ela marcou, apenas, como disse há pouco, um passo a mais em toda uma longa série de ações diplomáticas convergentes para o mesmo fim. E estou certo

de que as demais nações americanas se rejubilam com os resultados ali alcançados. Eu mesmo pude verificá-lo, ao sair de Buenos Aires e ao ter o prazer de visitar o senhor Presidente da República do Uruguai, a quem convidei, em nome do Presidente da República do Brasil, para visitar o nosso país. Dele ouvi o aplauso mais irrestrito àquelas conclusões e a promessa de que examinaríamos, durante sua visita ao Brasil, o entrosamento mais perfeito entre o seu país e o nosso, dentro desse mecanismo de consulta.

A mesma reação já recebi de outras fontes latino-americanas e, por isso, ouso pensar que a ação diplomática desenvolvida em Buenos Aires tem um sentido que interessa à afirmação da nossa política exterior, que é o de dar a nações como o Brasil e a Argentina uma soma crescente de autoridade para podermos levar à política mundial a contribuição das nossas ideias e do nosso sincero devotamento à causa da paz.

SR. MANOEL DE ALMEIDA – Desejava apartear Vossa Excelência a propósito da afirmativa de que é preocupação do governo a questão de mercados para a nossa indústria. Vossa Excelência, homem lúcido, e que tem andado na vanguarda das preocupações que dizem respeito aos problemas sociais brasileiros, deve ter em vista, em primeiro plano, a recuperação do nosso mercado interno, de ordem de 40 milhões, quase a população sul-americana, que procuramos disputar através da diplomacia e dos escritórios comerciais. Estamos em que Vossa Excelência, com o esclarecimento que lhe é peculiar, fará com que o Gabinete encaminhe os seus passos no sentido de encontrar uma solução rápida – mais rápida do que essa tão decantada reforma agrária à base apenas de distribuição de terras – capaz de oferecer condições de desenvolvimento econômico a esses 40 milhões de brasileiros, de modo a aumentar o seu poder aquisitivo.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado a Vossa Excelência.

Senhor Presidente, trazia o gabinete, no programa que apresentou à Câmara dos Deputados e com o qual disputou a sua moção de confiança, entre os pontos fundamentais da sua linha de política externa, o restabelecimento das relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas, dentro do objetivo de universalização das nossas relações econômicas e políticas. Este ponto do programa governamental não correspondia, nem corresponde, nos desígnios do governo, a qualquer comprometimento da absoluta fidelidade de sua linha ideológica aos princípios da democracia representativa, em que se acha vazada a nossa Constituição e

que é parte integrante do patrimônio político e cultural sobre que se desenvolveu a nossa nacionalidade. Se há um título que reivindico para a política exterior que vem sendo desenvolvida pelo atual governo, é o seu repúdio expresso a toda ambiguidade ideológica. Suas afirmações têm sempre sido feitas dentro de conceitos claros, que permitem à nação sentir onde estão os objetivos do povo e os objetivos do seu governo e verificar que estes se identificam, cada vez mais, com o fortalecimento da prática da democracia e com a salvaguarda das instituições livres, caracterizadas pelo respeito aos direitos fundamentais do homem.

Nada disso, entretanto, senhor Presidente, impede um Estado livre e soberano de considerar, sobre um plano de absoluta objetividade, o problema, Estado cônscio de seus próprios objetivos e de seus próprios problemas, com capacidade para orientar os seus passos, de acordo exclusivamente com a sua vontade, que é a vontade do seu povo. Podemos, sem temores, sem timidez exagerada, mas com cautela, com consciência e com a clara compreensão das consequências dos nossos atos, medir, em toda a sua extensão, qual a conveniência da política brasileira, no que diz respeito às nossas relações com os demais povos (*Muito bem*).

Foi nesse estado de espírito, senhor Presidente, que o governo se dispôs, desde os primeiros dias, a abordar a questão da universalização das relações políticas e comerciais do nosso país, especialmente naqueles pontos em que esse problema se apresentava mais crítico, qual seja o do restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética.

Era este, certamente, um ponto cuja transcendência ninguém poderia diminuir, porque se tratava de restabelecer relações com um país que, em primeiro lugar, se apresenta na cena internacional como o detentor de um poderio econômico, de um poderio militar e de uma expressão cultural que dele fazem um dos maiores Estados do mundo contemporâneo, com larga influência sobre uma extensa área política do universo e com uma importância fundamental no desenvolvimento das relações comerciais modernas.

Ao mesmo tempo, esse Estado é aquele que se apresenta diante de nós como a encarnação mais completa da afirmação de um sistema político do qual estamos, constitucionalmente, profundamente divorciados. Estabelecer relações com países que praticam as mesmas instituições políticas pode ter importância ou pode constituir um ato irrelevante, mas certamente não produz as inquietudes, as interrogações, as dúvidas no seio da opinião pública, que se apresentam quando se trata de examinar o mesmo problema em relação a

um Estado do qual, por força das nossas próprias definições constitucionais, estamos tão profundamente divorciados.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Excelentíssimo senhor Ministro San Tiago Dantas, sabe Vossa excelência do apreço, da admiração e da amizade de longos anos...

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito me honram.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – ... em que sempre respeitamos as nossas divergências. Vossa Excelência deve recordar-se de que, Senador do Estado da Guanabara, fui a única voz que se levantou, na Assembleia Nacional Constituinte, para não interpretar as palavras do então Senador Luís Carlos Prestes, como sendo traição ao Brasil. Várias vezes conversamos sobre política, naquela ocasião, em casa de Francisco Campos, onde recebi o apoio de Vossa excelência, quando votei contra o fechamento do Partido Comunista. Reafirmei sempre a tese de que deveríamos ter relações diplomáticas com todos os países, desde que respeitadas aquelas normas de direito internacional que regulam tais relações. Mas, senhor Ministro, a experiência – e a grande mestra em política é a experiência – nos tem demonstrado que não lucramos nada com a s relações diplomáticas com a Rússia, as quais, *data venia*, de outro ponto de vista, considero nota sombria na tradição diplomática brasileira *(Muito bem).*

SR. BOCAIUVA CUNHA – Não apoiado.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – É opinião de Vossa Excelência. Houve aquelas notas do governo brasileiro, quando fomos insultados pela Rússia.

Foi meu primeiro protesto que fez com que se rompessem as relações diplomáticas. Senhor Ministro, sou da órbita do governo, mas seria faltar à sinceridade, seria trair o espírito, não reafirmar aqui em alguns pontos. Em tese, não mudei de ideia, mas em política, temos de compreender o momento histórico. Naquela ocasião, vínhamos de uma guerra em defesa da democracia, havia o renascimento democrático autêntico no mundo. Nos dias de hoje, é ilusão admitir-se que há entusiasmo democrático no mundo. Nem ao menos os comunistas se dizem comunistas. Ninguém mais é marxista. A palavra nacionalista tem um sentido múltiplo no dicionário político. *(Não apoiado).*

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Atenção! Peço aos senhores Deputados que se manifestem, apoiando ou não, mas de modo que não haja tumulto no plenário. Encontra-se na tribuna o senhor Ministro do Exterior. Sua Excelência veio a esta Casa fazer uma exposição, não para que os

senhores Deputados, neste momento, estabeleçam debate. O debate é com Sua Excelência o senhor Ministro.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, vou tomar a liberdade de lembrar aos meus eminentes colegas que Vossa excelência se viu na contingência, tendo em vista matéria orçamentária, de limitar o meu tempo de exposição. Nada seria mais inconveniente ao Brasil, nada seria mais inconveniente ao bom entendimento dos atos do governo e à sua apreciação, que cabe a esta Câmara, do que, em matéria de tanta transcendência, uma exposição incompleta do Ministro do Exterior *(Muito bem).*

Creio que me cabe o direito de pedir a esta Casa, a que tenho a honra de pertencer, que ouça até o final os meus argumentos, pois permanecerei na tribuna pelo tempo necessário para responder a cada um dos meus colegas. Mas não desejo, senhor Presidente, que uma exposição, que necessita ser fundamentada em todos os motivos que a ditaram, fique incompleta, justamente perante a Casa, a quem cabe apreciá-la *(Muito bem. Palmas).* Peço, pois, como colaboração, essa atitude de respeito para com o Ministro do Exterior, e não para comigo.

SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não houve desrespeito.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Pergunto ao senhor Ministro se vai consentir, ou não, nos apartes.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Vou consentir, senhor Presidente. A única coisa que desejo é evitar que uma exposição que apenas começa e que apenas feriu o tema nas suas características iniciais se possa tornar incompleta, uma vez que Vossa Excelência limitou até 16:30 horas o tempo de que disponho para exposição

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Serei breve.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Vossa Excelência pode apartear pelo tempo que desejar. Sabe o grande apreço que tenho por Vossa Excelência e por todas as suas opiniões.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Pergunto a Vossa Excelência se houve qualquer desrespeito de minha parte.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Não.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Agora, em relação aos meus colegas, é preciso que tenham a paciência de ouvir as minhas palavras, democraticamente. Sou também nacionalista. Todos são nacionalistas, mas alguns são nacionalistas contra o Brasil. Senhor Ministro, não quero ser

obstáculo. Desejo apenas definir uma posição, para que não se veja uma incoerência entre uma atitude histórica naquela época do renascimento democrático e uma atitude também histórica da atual sovietização do mundo *(Muito bem. Palmas).*

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Quero responder a Vossa excelência, com o respeito que merece a sua figura de homem público e intelectual.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Muito obrigado a Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Compreendo muito bem os motivos que ditaram as exposições dos seus pontos de vista, mas quero lembrar a Vossa excelência que, no caso presente, não estamos discutindo nem ideologias, nem doutrinas, nem posições políticas, que possam ser envolvidas pelos Estados a que me estou referindo.

SR. HAMILTON NOGUEIRA – Compreendo perfeitamente o pensamento de Vossa Excelência. Não há qualquer conivência entre o reatamento de relações comerciais e a posição democrática de Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço a Vossa Excelência este esclarecimento perfeito, que encerra esta fase das minhas considerações.

O atual governo encontrou o problema do reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética já numa fase de processamento adiantado, que se iniciou sob o governo anterior. Como muito bem lembrou o deputado Hamilton Nogueira, havia no caminho do reatamento de relações um obstáculo de ordem ética e fundamental, e esse obstáculo residia num artigo injurioso contra o Brasil e o governo, publicado na *Gazeta Literária* de Moscou, em 1947, artigo sem cuja retratação completa o governo não desejava prosseguir examinando a possibilidade do reatamento. Além disso, as negociações se processavam nos Estados Unidos, por intermédio de nosso encarregado de negócios na capital daquele país, e vinham seguindo a mesma tramitação que caracterizou o reatamento de relações com outras potências do bloco socialista, isto é, o simples restabelecimento do direito de legação a ser exercido dentro dos princípios e normas do Direito Internacional Público.

O novo governo, neste particular, adotou as seguintes medidas:

Em primeiro lugar, aguardar que a retratação prometida fosse completa. E só depois que a mesma *Gazeta Literária*, na mesma página e com a mesma evidência, publicou artigo em que emitia conceitos contrários àqueles

que haviam dado lugar ao protesto brasileiro, foi que se admitiu o prosseguimento das negociações. Nossa primeira providência foi transferir essas negociações para o Rio de Janeiro e executá-las mais diretamente sob as vistas do governo brasileiro, para que ele pudesse acompanhar, *pari passu*, dados os aspectos que podiam ser ventilados a propósito do restabelecimento de relações com um Estado do qual, como disse há pouco, tão profundas divergências de caráter ideológico e doutrinário, constitucionalmente, nos separam. Nessa altura, tomou a chancelaria brasileira a decisão de subordinar o exame do reatamento puro e simples à criação de condições especiais, constantes de um convênio entre os dois países, para o exercício do direito de legação, de parte a parte, que nos permitisse assegurar aos nossos diplomatas, no outro país, um tratamento em tudo idêntico àquele que fosse dado aqui aos diplomatas da outra parte.

Esse convênio importa em limitação da liberdade de locomoção no território nacional para agentes diplomáticos e funcionários; importa em fixação de número máximo, só suscetível de alteração mediante novo acordo que importa em um sistema de retirada de pessoas, todas as vezes que isso se faça necessário, sem o processo preliminar de declaração de *persona non grata*, e em outras cautelas do mesmo gênero, estabelecidas com reciprocidade. Esse acordo resultou de um estudo acurado, a que procedeu o Conselho de Segurança Nacional, através de um dos seus mais ilustres oficiais, cujos subsídios foram integralmente aproveitados pela chancelaria.

SR. ADAUTO CARDOSO – Vossa Excelência poderia esclarecer se também em relação ao pessoal chamado "doméstico" houve essas mesmas limitações de locomoção?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – As mesmas limitações inclusive quanto ao número, quanto à faculdade de retirada e, do mesmo modo, quanto aos correios diplomáticos. As medidas adotadas foram aquelas sugeridas pelo Conselho de Segurança Nacional, para que o ato de reatamento se pudesse processar nas condições mais indicadas para a segurança dos países, dentro daquele espírito de reciprocidade de tratamento que, como bem sabe a Câmara, é característica dos atos internacionais.

SR. PINHEIRO CHAGAS – Permita-me. No estágio do desenvolvimento econômico atual, o Brasil já não se poderia dar ao luxo de uma atitude isolacionista, devendo, muito pelo contrário, manter relações com todos os países do mundo onde o interesse comercial o chame. Este, senhor Ministro, o sentido de uma política nacional democrática e progressista. Isto

posto e com as cautelas anunciadas por Vossa Excelência para que o reatamento não sirva de pretexto à infiltração de ideologias estranhas, já agora podemos e devemos apoiar e defender a política externa anunciada por Vossa Excelência. Sem embargo de tudo, senhor Ministro de Estado, eu quereria deixar bem definida a nossa posição de formal repúdio ao comunismo internacional, anticristão, apátrida, liberticida *(Palmas).*

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Foram essas medidas, precisamente, nobre Deputado, as que, sugeridas pelos órgãos competentes, se incorporaram ao instrumento da negociação. Foram examinadas de lado a lado e permitiram que o governo brasileiro, depois de pesar maduramente os motivos que deviam levá-lo a esta decisão, hoje, às 14 horas, na sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, em presença do excelentíssimo senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores desta Casa e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, trocasse notas com a chancelaria soviética, restabelecendo as suas relações com aquele país *(Palmas prolongadas).*

SR. ARRUDA CÂMARA – Vossa Excelência me permite um aparte?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Com muito prazer.

SR. ARRUDA CÂMARA – Começarei, senhor Ministro, por lamentar que o governo brasileiro, contra a maioria da opinião... *(Não apoiado).* "Não apoiado" não é argumento!

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Peço aos senhores Deputados que se manifestem na forma de tradição parlamentar do Brasil e ao Monsenhor Arruda que se dirija aos seus colegas com sua habitual serenidade. A todos solicito, ouçam pronunciamentos, sejam pró, sejam contra, em ordem e de modo que dignifique este plenário.

SR. ARRUDA CÂMARA – Senhor Ministro, vim aqui para raciocinar, não para ouvir vozes! Vim ouvir argumentos e apresentar argumentos. E exijo que meus argumentos sejam respeitados, como respeito os daqueles que de mim divergem *(Apoiado).* Dizia, senhor Ministro, lamentar que o governo brasileiro tenha tomado essa decisão e anuncie ao Brasil católico no dia nacional de Ação de Graças e, ainda mais, nas vésperas do aniversário do massacre realizado no Brasil, pelos comunistas, sob as ordens do enviado russo, o Sr. Harry Berger, em 27 de novembro de 1935. Senhor Ministro, o meu protesto contra essa atitude do governo não é de hoje. Lancei-o aqui, quando o Sr. Jânio Quadros, a quem apoiei para Presidente da República, iniciou essa política exterior e o renovo com toda minha energia, em nome dos meus

eleitores, em nome do eleitorado católico e do pensamento expresso pelo Cardeal do Rio de Janeiro...

SR. ALMINO AFONSO – Não há monopólio de católicos.

SR. ARRUDA CÂMARA – ...Será o monopólio, pelo menos da maioria nacional, que não está de acordo com esta tese *(Palmas).* Senhor Ministro, o governo brasileiro está dando um passo muito perigoso, cometendo talvez o mais grave erro de sua administração, aqui, e na esfera internacional. Sabe Vossa Excelência que quando se restabeleceram as relações do Brasil com a Rússia, foi enviado para aqui, como Embaixador, o Sr. Jacob Suritz, um dos maiores técnicos na preparação de revoluções. Trouxe para cá noventa técnicos na propaganda vermelha. E criou-se um ambiente de tal injúria aos nossos militares, de insulto aos nossos generais, de espancamento aos nossos diplomatas, que o General Eurico Gaspar Dutra foi obrigado a romper de novo as relações com a União Soviética. De modo que Vossa Excelência, por quem tenho a mais profunda admiração e estima...

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado.

SR. ARRUDA CÂMARA – ...cuja cultura respeito e aprecio, receba da minha parte e da de meus eleitores a reação mais energética e o protesto mais solene contra o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com as Repúblicas Soviéticas Vermelhas.

SR. NELSON CARNEIRO – Queria lembrar ao senhor Deputado que estamos às vésperas do 27 de novembro, lembrado por Monsenhor Arruda Câmara e, a esta hora, transita no Senado projeto da Câmara que anistia aqueles comunistas que, em 27 de novembro, ensanguentaram o Brasil.

SR. ARRUDA CÂMARA – Esse é um argumento de insuspeição a meu favor para falar sobre esta tese.

SR. ABEL RAFAEL – Senhor Ministro, havia feito uma série de interpelações a Vossa excelência. Algumas delas já foram respondidas da tribuna. Desejaria, apenas, que Vossa excelência me dissesse, e à Casa, com relação à limitação de pessoal doméstico e burocrático destacado para a Embaixada soviética, se há um número que possa ser fornecido hoje, aqui.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – É meu desejo apresentar este acordo, na forma que me parece a mais adequada para natureza do ato, à Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Nesse sentido, já pedi ao nobre deputado Raimundo Padilha que, em momento oportuno, reúna a comissão para tomar conhecimento direto do documento, quando, então,

não só esse ponto, mas quaisquer outros poderão ser examinados por Vossa Excelência e por qualquer um dos ilustres senhores deputados.

SR. ABEL RAFAEL – Fico muito agradecido a Vossa Excelência pela informação que nos dá. Quero dizer a Vossa Excelência e à Casa que ainda hoje recebi da Presidência da República, como todos os Deputados, um convite para comparecer logo às 6 da tarde, à cerimônia religiosa do Dia de Ação de Graças, ao *Te Deum Laudamus*, no Palácio do Planalto. Parece que o nosso governo acende uma vela a Deus e outra ao diabo *(Não apoiado).* Senhor Ministro, quero fazer uma última pergunta: Vossa Excelência estará ao lado do senhor Presidente João Goulart, do Primeiro-Ministro Tancredo Neves e dos demais Ministros, naquela cerimônia de reverenciamento da memória daqueles que morreram em 27 de novembro e estão no Cemitério São João Batista?

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Essa pergunta, nobre Deputado e meu ilustre amigo, apenas revela que Vossa Excelência, por maior que seja a clarividência de seu espírito, realmente não consegue separar uma questão de ordem puramente política e prática de uma questão ideológica e doutrinária *(Muito bem. Palmas).*

Tenho mostrado, ao longo de minha curta mas intensa vida pública, que sou democrata sincero e um adversário do comunismo internacional *(Muito bem. Palmas).* Todas as minhas atitudes depõem nesse sentido; todas as lutas políticas que enfrentei são o reflexo dessa realidade.

SR. ABEL RAFAEL – Devemos fazer distinção entre a pessoa do Ministro e o cargo.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Vossa Excelência pergunta se estarei presente.

SR. ABEL RAFAEL – Perfeitamente.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Estarei presente, com a consciência tranquila, por ter a certeza de que ali estou realizando um ato de fé, compatível com os meus princípios e sentimentos e que, nesse momento, aqui, estou servindo ao futuro do Brasil. *(Muito bem. Palmas).*

SR. ABEL RAFAEL – Registro com toda atenção o respeito que me merece Vossa Excelência essas restrições de ordem pessoal às minhas palavras. Mas quero dizer a Vossa excelência que não vejo por onde se possa distinguir o lado econômico da questão, quando, até hoje, não foram atendidas as partes econômicas desse reatamento de relações, quando a própria Missão Dantas, depois de correr toda a Europa socialista, nos traz

uma venda de 2 milhões e 100 mil sacas de café, para serem entregues em três anos, cota insuficiente para a nossa produção anual de mais de 50 milhões de sacas de café. Na parte econômica, que tanto se alardeia, eu, como professor de Economia e de uma Universidade, não vejo essa importância e a repilo, como homem inteligente e que raciocina. Na parte política, peço licença para dizer que não posso compreender uma nação cristã que reza um *Te Deum,* vai chorar seus mortos à traição, homens como meu conterrâneo Benedito Bragança, assassinado com um tiro na nuca, enquanto dormia, em 27 de novembro de 1935.

SR. PADRE VIDIGAL – Oportuna a recordação de Vossa Excelência.

SR. ABEL RAFAEL – ...como Danilo Palatini, que recebeu debaixo de um jornal um tiro desfechado por um amigo, com quem tomara café, cinco minutos antes, vai reverenciar a memória desses homens de 27 de novembro de 1935, com todo o governo – Presidente da República, representantes do Executivo e do Judiciário – e ao mesmo tempo restabelece relações com uma nação materialista, nação assassina, que pagou os assassinos, que mandou Harry Berger aqui para auxiliar aquela revolução, que mandou dinheiro para sustentar a revolução no Brasil. Outro dia, ouvimos o chefe confesso da representação russa no Brasil, o senhor Luís Carlos Prestes, dizer em São Paulo, em discurso no salão das classes laboriosas daquele Estado: "Nós nos orgulhamos de haver pegado em armas em 1935". Querem que não tenhamos mais essa consciência política de reatar relações com a nação que tão maus resultados está dando na Argentina, no Uruguai, que assassinou nossos irmãos? Estamos assim, dando novas armas para que assassine novos irmãos. Senhor Ministro, ressalvo a pessoa de Vossa Excelência, a integridade pessoal de Vossa Excelência, mas, ao senhor Ministro do Exterior condeno, porque estamos dando armas aos inimigos, para que assassinem mais irmãos nossos. É um absurdo! Isto só acontece nesta terra de confusão, em que se reza o *Te Deum*, se choram os mortos à traição e se reata relações com os assassinos de nossos irmãos. Isto é traição.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Nunca pensei, nobre Deputado Abel Rafael, que um espírito lúcido como o de Vossa Excelência se pudesse deixar toldar tão profundamente pela paixão.

SR. BEZERRA LEITE – Permite Vossa Excelência um aparte?

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Com muito prazer, mas quero antes dar oportunidade de se manifestar ao senhor Deputado Fernando Santana, que me pediu antes o aparte.

SR. FERNANDO SANTANA – Senhor Ministro, Vossa excelência vem expondo, com o máximo de cuidado, todas as medidas que o governo tomou para o reatamento de relações com a União Soviética. Argumenta-se aqui que, sendo o Brasil um país católico, não seria justo esse reatamento. Recordaria aos colegas que raciocinam desse modo, o exemplo de outros países, também católicos como o Brasil, e que no entanto mantém relações com aquela nação. Em verdade, se fôssemos ver o problema por esse lado, que diríamos da Itália, da França, da Inglaterra, da Bélgica, dos Estados Unidos e de todos os países que agem dessa maneira, e não apenas os cristãos, porque há, nesse rol, também outras religiões monoteístas, como os muçulmanos. Vejo, nesse ato do governo, que Vossa Excelência, nesse instante, anuncia à Câmara uma consequência natural de política da nossa chancelaria, iniciada há alguns anos pelo ex-Chanceler Horácio Lafer, que reatou relações comerciais do nosso país com a Rússia Soviética. Vejo mais, senhor Ministro, na elaboração sistemática da Operação Pan-Americana, pela qual o Itamaraty também é responsável, toda uma argumentação, todo um processo que justifica a ampliação de nossos mercados e das nossas relações diplomáticas com todo o mundo *(Muito bem).*

Ali, senhor Ministro, naquele documento elaborado, inclusive com a participação do ex-Embaixador Augusto Frederico Schmidt, lemos com todas as letras, que o destino do nosso país seria pautado não só na abertura de novas áreas comerciais, até mesmo com a China comunista, mas também no reatamento das relações diplomáticas com todos os povos, como imposição histórica para a nossa diplomacia. Sabe Vossa Excelência que também o Embaixador brasileiro na Rússia, àquela época, senhor Pimentel Brandão, fez um relatório minucioso ao Ministro, dizendo, entre outras coisas, da inconveniência daquele rompimento e mostrou também outras críticas, na mesma ocasião feitas, naquele mesmo jornal, ao Presidente dos Estados Unidos e que não foram levadas em consideração pelo governo norte-americano. Como sabe Vossa Excelência, nossa imprensa costuma agredir os chefes de Estado de todos os países da Europa, do mundo, constantemente, deliberadamente, e isso nunca foi motivo para que a nossa chancelaria rompesse relações diplomáticas. O incidente com o Cônsul Soares de Pina, figura central do incidente na URSS, motivo capital do rompimento que, Vossa Excelência sabe, não chegou a ser um preso; esse diplomata, de volta ao Brasil, ao participar da primeira festa no Hotel Quitandinha, comportou-se tão mal que alguns industriais nossos tiveram que surrá-lo

barbaramente. E depois, esse mesmo Cônsul, já nos Estados Unidos, em Los Angeles, foi, para vergonha nossa, trancafiado no xadrez e seu retrato atrás das grades, exposto em todos os jornais do mundo. Por esse incidente também não rompemos relações com os Estados Unidos, nem deveríamos romper, pois o comportamento mau de um diplomata não justifica a atitude radical do governo brasileiro de romper relações diplomáticas com outro país *(Palmas).*

Por essas razões, senhor Ministro de Estado, e sobretudo pensando neste país, de produção *per capita* ainda muito baixa, necessitamos estender nossas relações comerciais e diplomáticas com todos os países. E acrescentando, senhor Ministro, que o Convênio Internacional do Café deixou fora das cotas estabelecidas para cada país uma dezena de outros, desse bloco com o qual Vossa Excelência agora restabelece relações, nosso país, que tem produção de café em excesso, precisa vender nesses mercados não computados na cota internacional.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Muito obrigado.

SR. BEZERRA LEITE – A pátria do capitalismo – os Estados Unidos – pátria do cristianismo – a Itália – a pátria da civilização – a França – esses três países, essas três lideranças – política, religiosa, cultural – do mundo mantêm as relações diplomáticas e comerciais com a União soviética e com os países socialistas. O Brasil, assinando hoje o tratado que restabelece as relações diplomáticas com a União Soviética, filiou-se a essas três correntes do pensamento mundial e está bem acompanhado nessa sua decisão. Não procede, senhor Ministro, a alegação de que o mundo socialista comprou apenas três milhões de sacas de café para três anos. É cerca de um bilhão de consumidores em potencial, com os quais a economia vai transacionar, graças à sábia orientação que Vossa Excelência está imprimindo ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

SR. MINISTRO SAN TIAGO SANTAS – Muito obrigado. Concedo o aparte ao Deputado João Mendes.

SR. JOÃO MENDES – Senhor Ministro. A Ação Democrática Parlamentar, na sua declaração de princípios, diz que não se opõe às relações do Brasil com qualquer país do mundo; mas acrescenta: atendida a oportunidade dessas relações. Ao chegar a este recinto, Vossa excelência demonstrava as cautelas do governo no reatar dessas relações. Vossa Excelência deixou em meu espírito a certeza de que essas cautelas, elas mesmas, justificam, a inconveniência dessas relações *(Muito bem).* Se é

necessário policiar os diplomatas, por que vamos reatar relações com essa nação, que manda para aqui representantes policiáveis, que ameaçam as instituições democráticas?

SR. PEREIRA DA SILVA – E espiões, talvez.

SR. ALMINO AFONSO – Senhor Ministro, o Partido Trabalhista Brasileiro congratula-se com o governo e com Vossa Excelência em particular, pelo êxito diplomático, que se coroa com o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética. É ponto programático do Partido Trabalhista Brasileiro a manutenção de relações diplomáticas do Brasil com todos os povos do mundo, sem restrições de qualquer natureza, ressalvadas aquelas que signifiquem a defesa da soberania nacional. A exposição de Vossa Excelência, serena, segura, racional, deploravelmente não encontrou, nos opositores à medida que o governo anuncia à Casa, pela palavra de Vossa Excelência, argumento que merecesse um rebate mais seguro. Todos sabem que, neste instante, a grande luta dos países subdesenvolvidos é rigorosamente quebrar a barreira que mantém cada um desses países no estágio de atraso em que suas populações vegetam; todos sabem que tal não será possível no Brasil sem que agressivamente busquemos, em todos os recantos do mundo, mercados novos onde possamos vender nossos produtos e, à base dessa venda, garantir uma receita maior que financie o próprio desenvolvimento econômico do país.

Este, o ponto fundamental. Fora disso, qualquer raciocínio é romântico ou desligado da realidade política e social do povo brasileiro, neste instante de sua luta. Este, o fundamento básico do ponto de vista que o governo sustentou e concluiu de maneira vitoriosa, com o reatamento que Vossa Excelência anuncia à Casa. Nem teria qualquer sentido, sendo aquele de natureza puramente farisaica, que se pudesse ao mesmo tempo advogar a tese de um reatamento de relações comerciais com os países socialistas, esquecendo o reatamento de relações diplomáticas. Todos sabem que, havendo nos países socialistas o monopólio do comércio exterior, é irrecusável que no instante em que qualquer país do mundo negocia com os países socialistas, em verdade o faz de Estado para Estado. Não há por que, portanto, encobrir a realidade. O governo brasileiro, ao assumir a responsabilidade histórica, sem dúvida é digno de todo aplauso do povo brasileiro, porque corresponde ao interesse nacional, nesse instante, e reatando as relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, o faz na segurança que amplia suas possibilidades de luta contra o seu próprio subdesenvolvimento. Vossa

Excelência está de parabéns, por em tão pouco tempo à frente da chancelaria brasileira, ter obtido esse êxito diplomático, merece do povo brasileiro o respeito e o aplauso. Não posso aceitar que alguém levante, nesta Casa, como o fez Monsenhor Arruda Câmara, a alegação de que se desvincula do povo a ação do governo no momento. Recordo-me muito bem de que toda a campanha do Sr. Jânio Quadros, que obteve tão expressiva votação do povo brasileiro, foi feita, inclusive, à base de defesa da tese que neste instante se consubstancia na posição que Vossa Excelência defende, com brilho e com segurança, em termos de exclusivo interesse nacional. Teria a aduzir apenas, nobre Ministro, o apelo de que essa relação que Vossa Excelência acaba de anunciar à Casa não tenha um efeito meramente formal, mas em vez disso, se tirem dela as consequências indispensáveis à luta contra o subdesenvolvimento brasileiro. Que possamos, realmente, nas relações diplomáticas com o mundo socialista, inclusive a União Soviética, alcançar a garantia de que partimos para uma luta agressiva, total e absoluta, onde quer que se encontre, em qualquer área que se coloque, de modo que se assegure ao povo brasileiro aquele desenvolvimento econômico a que faz jus, em que as riquezas nacionais possam realmente ser repartidas na medida do trabalho do povo brasileiro e não prossiga, como ainda hoje está, presos a determinada área econômica que dita a nós, a seu bel-prazer e ao sabor de seus interesses, aquilo que lhe convém, contrariando sempre os interesses do povo brasileiro. Os aplausos do Partido Trabalhista Brasileiro a Vossa Excelência, que é membro do Partido Trabalhista Brasileiro, de que nos orgulhamos neste instante, e ao governo brasileiro, pela atitude corajosa que adotou.

SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – Estão orgulhosos agora. Mas impediram que ele fosse Ministro.

VOZES – *Agora! Agora!*

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazilli) – O nobre Deputado está concluindo o seu aparte.

SR. ALMINO AFONSO – Nobres Deputados e ilustre Ministro San Tiago Dantas, não sou homem de deixar que a luta contra o subdesenvolvimento, à parte colocado maldosamente neste instante, possa eventualmente criar um clima de confusão entre o Ministro, que é o Partido Trabalhista Brasileiro e o líder do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa. O que tinha a dizer como líder de partido já foi dito e não há o que contestar *(Palmas).* Aludo agora, em duas palavras – e fala o Deputado Almino Afonso – às distâncias existentes, e que não foram superadas entre mim e o

Ministro San Tiago Dantas; Sua Excelência as conhece, nunca as neguei. Não me retiro neste instante da posição que tenho honradamente defendido e sustento, sem que isto quebre, absolutamente, um clima de cordialidade e respeito ao senhor Ministro. A luta que politicamente muitas vezes temos travado – eu, de um lado, e Sua Excelência do outro – dentro do Partido Trabalhista Brasileiro, revela simplesmente sintoma da vitalidade de um partido que cresce democraticamente *(Palmas).* Não há por que, portanto, buscar confundir atitude que merece respeito e aplauso com atitude que, porventura, a qualquer instante, tenha sido ditada por gesto de outra natureza. A posição do Partido Trabalhista Brasileiro é clara e completa: o Partido Trabalhista Brasileiro apoia o ato do governo e aplaude a ação diplomática de Vossa Excelência *(Palmas).*

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazilli) – Senhor Ministro, Vossa Excelência vai consentir, porque se trata de disciplinar os trabalhos, no interesse mesmo de Vossa Excelência, atinjamos aquele termo de nossa inicial combinação com Vossa Excelência e com o plenário. São 16:30 horas e deveríamos passar imediatamente à matéria fundamental que está na ordem do dia. É certo que Vossa Excelência teve que ceder grande parte de seu tempo a intervenções e, sendo assim, já agora para que pudesse concluir sua comunicação à Casa, disporia de apenas mais 10 minutos. Vossa Excelência não tem, assim, nesse lapso de tempo, condições para ainda conceder apartes.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, creio eu que Vossa Excelência e toda a Casa conferem ao episódio que estamos vivendo na tarde de hoje a transcendência que ele tem.

E creio que não estaremos violando as tradições regimentais da Câmara dos Deputados, se eu pedir a Vossa Excelência que estenda ainda mais esse tempo, porque teria consequências desfavoráveis para a clara inteligibilidade da posição do governo que me visse na necessidade de abreviar justamente a parte de minha exposição em que devo abordar os fundamentos do ato; por outro lado, não gostaria de deixar de conceder dois ou três apartes que já me foram pedidos há muito tempo e cuja recusa, nesta altura dos debates, seria desprimorosa *(Palmas).*

Pediria, por isto, a Vossa Excelência, senhor Presidente, licença para passar um pouco desse tempo, e permissão para limitar esses apartes aos que já me foram pedidos pelos nobres Deputados Padre Vidigal e Raymundo Padilha. Creio que eram os únicos.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – São muito razoáveis as ponderações do senhor Ministro e o plenário mesmo há de facilitar-lhe, já agora, a oportunidade, para não deixar incompleta a exposição.

É indispensável a colaboração do plenário, deixando de interromper o senhor Ministro, para que Sua Excelência possa efetivamente completar sua exposição.

SR. RAYMUNDO PADILHA – No que me concerne, senhor Ministro, pediria a Vossa Excelência, então, me fosse concedido o privilégio de aparteá-lo em seguida ao término de sua brilhante exposição. Acabo de ouvir de Vossa Excelência que os fundamentos do ato mal foram esboçados, de certa maneira, provocaram um começo de tempestade, que teria perturbado grande parte de sua exposição, e não me quero associar a qualquer ato de perturbação. Então, solicitaria a Vossa Excelência me fosse deferida a possibilidade de manifesta-me logo em seguida à palavra final de Vossa Excelência, com os fundamentos que são por Vossa Excelência anunciados.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – De pleno acordo. E agradeço a Vossa Excelência a colaboração.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – A Presidência deve interferir para dizer que, neste caso, iríamos para interpelação, a réplica e a tréplica, o que é impraticável nesta altura dos trabalhos. Nobre Deputado Raymundo Padilha, Vossa excelência poderá dar seu aparte, mas não dentro desse método de trabalho que a Mesa não vê como aceitar, pois estenderá o tempo do senhor Ministro com elastério de que não dispõe, pois a Mesa precisa levar adiante os trabalhos que lhe cumpre hoje ainda realizar.

SR. RAYMUNDO PADILHA – Com a devida vênia do senhor Ministro de Estado, quero crer que incide Sua Excelência, o Presidente da Câmara, no mais completo dos equívocos. Não pretendo fazer qualquer interpelação. Apenas escolhi uma oportunidade, como o poderia fazer qualquer Deputado, para apartear. Se esta oportunidade me é dada pelo senhor Ministro de Estado, em determinado ensejo, falarei, se Sua Excelência tal aprouver. Não estou aqui querendo prevalecer-me do elastério a que alude o nobre senhor Presidente.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Concederei o aparte a Vossa Excelência...

SR. RAYMUNDO PADILHA – Na devida oportunidade, falarei, porque agora anteciparia determinados julgamentos que serão proferidos dentro em pouco por Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – ...logo que termine a exposição dos argumentos e antes de concluir.

SR. BEZERRA LEITE – Senhor Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com licença do orador.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Tem Vossa Excelência a palavra.

SR. BEZERRA LEITE *(Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador)* – Senhor Presidente, consultaria a Mesa sobre se seria possível admitir-se agora um pedido de prorrogação da sessão, até às 19 horas, de maneiro a que pudéssemos ouvir o senhor Ministro por mais uma hora *(Muito bem)*.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Queira Vossa Excelência encaminhar o requerimento à Mesa para que o Plenário se manifeste a respeito. Como haverá sessão extraordinária hoje, em seguida a esta, será indispensável um intervalo, para que os senhores Deputados possam pelo menos alimentar-se.

Anuncio requerimento de autoria do nobre Deputado Bezerra Leite, de prorrogação da sessão por uma hora.

Os senhores que o aprovam queiram ficar como se encontram. *(Pausa)*.

Aprovado.

Continua com a palavra o senhor Ministro.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Padre Vidigal, quero pedir licença aos meus ilustres colegas para manter o sistema que havia anunciado anteriormente.

Vou ouvir o aparte de Sua Excelência e, em seguida, apresentar as motivações que levaram o governo a concluir o ato anunciado. Terminadas essas motivações, e antes de passar às considerações finais da minha exposição, terei o maior prazer em abrir oportunidade para todos os apartes dos eminentes colegas.

Tem a palavra o Deputado Padre Vidigal para o aparte que me honra.

PADRE VIDIGAL – Senhor Ministro das Relações Exteriores, para Vossa Excelência não é apenas o Deputado que aparteia o titular da Pasta neste momento: é também seu fraternal amigo de muitas horas de convívio agradável e até inesquecível. Sabe Vossa Excelência, senhor Ministro, que as Embaixadas russas na maioria dos países ocidentais têm sido e são focos de espionagem. São focos de campanhas subversivas, são focos de campanha doutrinária comunista, ateia, materialista. É inegável isso. Acaba Vossa Excelência de visitar a Argentina e o Uruguai e, no convívio do Presidente

Frondizi e do Chefe de Gabinete, Haedo, Vossa Excelência constatou as medidas de prudência, de rigorosa prudência do governo argentino, e a severa atitude do governo uruguaio contra os maus efeitos dessa política de relações comerciais e, sobretudo, diplomática com a Rússia. No momento em que o governo brasileiro, na sua parte do Poder Executivo, se prepara para prestar homenagem às vítimas da Intentona Comunista, quero despertar a lembrança de Vossa Excelência para um depoimento do Sr. Luís Carlos Prestes, na Câmara dos Deputados, no sentido de que, no caso de um a luta entre o Brasil e a Rússia, ficaria com a Rússia. Estamos seguros de que os comunistas brasileiros continuam pensando da mesma maneira. E, no momento em que se vai prestar uma homenagem às vítimas dos comunistas, àqueles que foram assassinados enquanto dormiam, como aconteceu com o nosso bravo e inesquecível coestaduano Major Bragança, não vejo, senhor Ministro, por que esquecer isso, estabelecendo relações com um país que vai manter foco de espionagem no Brasil, de propaganda subversiva dessa doutrina deletéria. Eis por que estranho a próxima homenagem que o senhor Presidente da República e o Gabinete irão prestar a essas vítimas do comunismo. Quando se reatam as relações do Brasil com a Rússia, parece-me injustificável tal homenagem, a não ser que o gabinete, com o Presidente da República a frente, pretenda prestá-la da maneira a mais esquisita.

SR. PLÍNIO SALGADO – Duas palavras apenas. Peço me inscreva para pequeno aparte que será, talvez, de menos de um minuto.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Não só a Vossa Excelência como a todos os eminentes colegas que o desejam apartear-me, terei o prazer e a honra de conceder os apartes, quando me aproxime da parte conclusiva de minha exposição.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Nestas condições, o senhor Ministro não será mais aparteado, até o momento que se pronunciar sobre a oportunidade de receber apartes.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS - Senhor Presidente, como dizia, o governo brasileiro encontrou o processo de reatamento de relações na fase que indiquei e julgou de seu dever prosseguir nele, adotando as cautelas que foram por mim enumeradas e que nos permitiram chegar, no dia de hoje, à troca dos atos que restabelecem as relações diplomáticas aludidas.

O primeiro ponto para o qual desejo chamar a atenção da Câmara é que o governo não foi levado a essa decisão por nenhum motivo de simpatia, nem mesmo de tolerância ideológica ou doutrinária, mas, sim, por considerações

de ordem política e de ordem econômica, em que entram em linha de conta, única e exclusivamente, os interesses do nosso país.

No tocante às motivações políticas, senhor Presidente, peço licença para lembrar à Casa que os Estados que hoje mantêm relações com a União Soviética sobem a 71; entre eles, quase todas as democracias modernas. Na Europa, com exceção talvez apenas dos países ibéricos, todos os outros se inscrevem entre os que mantêm relações diplomáticas com a União Soviética. Na América, os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, o Uruguai mantêm relações regulares e trocam, com aquele país, embaixadores ou ministros.

Qual a razão por que esses países, democráticos como os que mais o sejam, fiéis aos princípios em que vazaram as suas instituições políticas, mantêm essas relações diplomáticas e aceitam, como convenientes para a política internacional que praticam, a troca de embaixadores e a manutenção de missões especiais?

Na verdade, senhor Presidente, essa razão há de encontrar-se, única e simplesmente, na conveniência dos contatos diplomáticos entre os povos, mesmo quando são mais profundas as suas divergências e até, com maioria de motivos, quando os pontos de discordância e de atrito aconselham a esses povos que mantenham aberta a possibilidade de discutir e de conversar, para que os atritos e os antagonismos não se exacerbem e não se transformem, a cada passo, em foco de discordâncias maiores.

Na realidade, senhor Presidente, a posição política do Brasil, no mundo de hoje, por definições reiteradas e progressivas de sua chancelaria, é, acima de tudo, de defesa intransigente da paz e dos meios capazes de propiciá-la *(Muito bem).*

A paz não se manterá se o preço que tivermos de pagar por ela for o isolamento. Se as nações se recusarem ao diálogo, se os Estados modernos se fecharem uns aos outros, transformando suas dissidências em prevenções e idiossincrasias, o único resultado dessa atitude há de ser a exacerbação da intolerância e da incompreensão. E, no dia em que a intolerância estiver exacerbada até o ponto extremo, então, realmente, não restará ao mundo outro caminho senão o da guerra. Por isso, senhor Presidente, creio que é dever de consciência de todo homem público desvendar aos olhos do povo que todo isolacionismo político, nos dias de hoje, é uma atitude belicosa. Quem deseja manter os povos isolados uns dos outros, sem contato, sem conversações, sem convivência, longe de estar trabalhando pela diminuição das tensões internacionais e pela eliminação progressiva dos atritos, está

trabalhando pela acumulação das resistências, dos ódios recíprocos, das incompreensões e pelo aumento constante do risco de guerra. Deste dilema é que não parece possível ao governo brasileiro escapar nos dias de hoje. Se queremos sinceramente a paz, temos de ser os advogados da coexistência e não podemos admitir que se parta do princípio de que o regime democrático é dotado de tal fragilidade, que, se for posto em contato e em confrontação com os regimes socialistas, o seu destino estará selado.

Essa afirmação, em primeiro lugar, não é verdadeira. Ela não corresponde à realidade dos nossos dias, pois, pelo contrário, o que se verifica é que os Estados socialistas, embora se tenham revelado capazes de resolver, da maneira mais satisfatória, os problemas econômicos e tecnológicos, ofereceram, no campo das soluções políticas, esquemas frágeis, muito inferiores, como técnica de governar, àquilo que tem sido alcançado pelas democracias. A democracia é, de todas as formas de governo, a que melhor resiste à confrontação e, portanto, a que melhor se impõe, através da coexistência.

Supor que a democracia dependa, para sua sobrevivência, de baixar-se em torno dela uma nova e paradoxal cortina de ferro, é negar a própria verdade da história contemporânea e fomentar condições favoráveis ao desencadeamento de uma nova guerra.

Essa é uma motivação política fundamental, a que o governo brasileiro não podia deixar de ser sensível, ao encarar o problema das relações políticas com os países socialistas e, especificamente, com a União Soviética.

Todos sabem o que tem representado a Organização das Nações Unidas, como grande fórum onde as nações se têm confrontado continuamente e onde têm podido transformar em debate e em agressão verbal aquilo que, de outra maneira, poderia transformar-se em agressão militar. As Nações Unidas têm sido o grande mecanismo hipotensor que, em inúmeras oportunidades, tem feito baixar as tensões internacionais. É o resultado da coexistência, do convívio, é o constante debate, que inclina os povos à negociação e, dessa maneira, prepara condições favoráveis ao advento de uma paz durável.

As relações entre os povos desempenham o mesmo papel. Os povos que não se encontram, os povos que não trocam legações, que se isolam diplomaticamente, são povos entre os quais cresce a incompreensão e o ressentimento. Pelo contrário, os que mantêm a capacidade de negociar e de conversar são povos que podem trabalhar pela maior das causas a que, hoje, se propõe a humanidade: evitar a destruição coletiva, não apenas a destruição

física, mas também a destruição moral, porque, nos termos em que o armamento nuclear e termonuclear colocou a guerra moderna, esta deixou de representar uma alternativa aceitável em certos casos e tornou-se um mal a combater por todos os meios.

A paz, já o disse uma vez nesta Câmara e volto a repetir, deixou de ser, no mundo de hoje, um ideal relativo e se tornou um ideal absoluto; e, para defendermos esse ideal, para fazermos com que a paz se consolide, se aprimore e deite raízes, ainda não se descobriu outro modo, senão o de conviver, o de debater e o de negociar.

Disse o presidente Kennedy, certa vez, com propriedade: – "Estamos prontos a negociar, embora não desejemos negociar compelidos pelo medo". Não é compelido pelo medo que pretendemos negociar.

O que desejamos é criar para nosso país um acesso amplo ao grande debate universal, através do qual poderemos incessantemente trabalhar nesta tarefa que merece a consagração total dos nossos esforços, a tarefa da preservação da paz.

Mas, senhor Presidente, a motivação política não é a única que nos leva a adotar resolutamente o caminho do restabelecimento de relações. Também cedemos a uma outra motivação, que é a motivação econômica. Tive, há pouco, oportunidade de ouvir um aparte – de um dos nossos mais distintos colegas – de que não tinha expressão considerável, em algarismos, o que até hoje se realizou em matéria de trocas entre o Brasil e os países socialistas.

De nada valem as cifras isoladas, de determinado momento, ou de determinada relação. A chancelaria brasileira se vem empenhando a fundo no estudo das perspectivas do nosso comércio, porque não existe, hoje, problema mais decisivo e mais dramático para o futuro da comunidade, à qual pertencemos, do que este das projeções da nossa economia nos anos próximos, especialmente no período que se estende de 1961 a 1970, que será o grande período crítico do nosso desenvolvimento econômico, enquanto não pudermos contar com um grande e diversificado mercado interno.

Quero pedir à Câmara licença para ocupar sua atenção com algumas dessas observações e dados, que me parecem indispensáveis, para que nosso país ganhe consciência plena de suas perspectivas e, sobretudo, saiba como são sombrias, como são dramáticas as avenidas que se abrem diante de nós no terreno da expansão econômica. A verdade é que o Brasil vive, senhor Presidente, nos dias de hoje, um grave episódio do seu crescimento como nação.

A marca dominante desse episódio é a verdadeira explosão demográfica ocorrida em nosso país. Em vez da taxa de crescimento de 2,5% ao ano, que vínhamos admitindo para a nossa população, o que se verificou nos últimos anos é que o Brasil cresce a uma taxa crescentemente acelerada e que essa taxa, no último ano, atingiu o nível de 3,5%. Graças a este fato, a situação do Brasil, no momento atual, pode ser representada através dos seguintes dados fundamentais: estamos com uma população que se estima, em 1960, em 70.528.000 habitantes; em 1970, essa população atingirá 99 milhões; e, em 1980, 125 milhões. Dessa população que hoje temos, já de 70 milhões e meio, considera-se população ativa, tomando parte no processo econômico, 24 milhões de habitantes; e população inativa, os 46 milhões restantes. O produto nacional bruto do nosso país, isto é, a soma de mercadorias e serviços que atende às necessidades desta vasta população, orça por 2 trilhões e 454 bilhões de cruzeiros, tomando como base para estes estudos um cruzeiro deflacionado, que é o cruzeiro de 1960. Desta população ativa de 24 milhões de habitantes, 9 milhões e 200 mil estão nas cidades e 14 milhões e pouco nos campos.

Como se mantém uma população ativa nos campos ou nas cidades? Os economistas nos ensinam que, a cada homem ativo que trabalha em determinado país, corresponde certa quantidade de capital, que possibilita o seu trabalho e lhe assegura rendimento. Nos baixos, nos baixíssimos níveis da economia rural brasileira de hoje, não passa de 70 mil cruzeiros o que se estima como capital necessário para a produção de um homem ativo na zona rural. E, na zona urbana, se fizermos a média entre os que estão ocupados na indústria e os que estão ocupados em outros serviços, o algarismo é 420 mil cruzeiros por pessoa.

Todo este quadro, senhores Deputados, está exposto a uma permanente evolução. Esta evolução se faz sentir, em primeiro lugar, como disse a pouco, no crescimento global da população, mas, ao mesmo tempo que a população cresce, opera-se dentro dela um deslocamento de posições, porque, graças a um dos aspectos mais positivos da nossa situação econômica e social, a população ativa do Brasil aumenta todos os anos. Há, por conseguinte, um índice de ativação da população. Mais pessoas inativas se tornam ativas todos os anos, a uma taxa que se estima em 0,7% ao ano. E, ao lado desse movimento, um outro – de grande importância – ocorre, com o qual todos estamos familiarizados, que é a transferência da população dos campos para as cidades, o fenômeno da urbanização, o deslocamento da população ativa

rural para a área urbana, onde ela procura reocupar-se em serviços vários ou em indústrias. Qual é a taxa à qual aumenta a população ativa urbana e diminui a população rural? O percentual de 2,7 ao ano. Que quer isto dizer, senhores Deputados, se um homem do campo representa setenta mil cruzeiros de capital e um homem ativo da cidade representa 420 mil cruzeiros? Isto significa que as necessidades de capital no nosso país crescem de maneira vertiginosa e que, se nós tivéssemos uma taxa de crescimento do produto nacional bruto igual à do crescimento da população, ao invés de estagnarmos, regrediríamos violentamente. Porque, como as necessidades de capital crescem em virtude desses deslocamentos internos, a taxa de crescimento do produto nacional bruto tem de ser muito mais violenta do que a taxa de crescimento da população. Pois nós, que temos tido, nos últimos tempos, uma taxa de crescimento do produto nacional que não tem chegado a 4% ao ano, feitos os estudos mais rigorosos sobre qual seria a taxa necessária para nos mantermos no nível atual de renda, chegamos à conclusão de que ela precisaria ser de 6%. Se o Brasil conseguir aumentar o seu produto nacional bruto de 6% ao ano, em vez dos três-vírgula-tanto que está aumentando atualmente, nós não progrediremos um passo, continuaremos a ter, mais ou menos, o nível de vida de hoje. Para aumentarmos, para progredirmos, precisamos atingir o nível de 7,5% ao ano, um nível dos mais elevados, que exige de qualquer economia um alto índice de dinamização.

Pois bem, senhor Presidente e senhores Deputados, entre esse índice de aumento e o comércio do país existe uma relação das mais íntimas, uma relação a cujo exame não nos podemos furtar. É que nos primeiros anos, para podermos aumentar as nossas condições de produção, nós temos necessidade de aumentar – e de aumentar rapidamente – o volume das nossas importações de bens de capital, de máquinas, de equipamentos e daquilo que os economistas chamam os *in sumus*, isto é, as matérias-primas, os combustíveis, as unidades semiacabadas.

Já é hoje a importação brasileira formada, em sua parte dominante, por esses equipamentos e por esses *in sumus,* porque o desenvolvimento da indústria nacional tem conseguido substituir para nós a importação dos bens de simples consumo, já acabados.

Mas as necessidades que teremos, para podermos assegurar um nível elevado de industrialização nos próximos anos, essas necessidades são rigorosamente estudadas e constantes destes relatórios, que para aqui trouxe e que ponho à disposição da Câmara e de qualquer dos senhores Deputados,

e que gostaria de discutir e examinar mais longamente em qualquer das nossas comissões.

Estes relatórios demonstram que nossa importação precisará aumentar nos próximos anos, de maneira decisiva, para que possamos enfrentar nosso programa de desenvolvimento e atingir as escalas de crescimento desejadas.

Aqui tenho, nas mãos, um quadro em que todas estas correlações estão indicadas. Peço um pouco de paciência à Câmara para repetir aqui alguns algarismos.

Tomemos o ano de 1961.

Em 1961, o nosso produto nacional bruto é de 17 bilhões de dólares. Estou agora falando em dólares. Em vez de tomar o cruzeiro padrão de 59, tomo o dólar deflacionado de 60.

A taxa de crescimento, hoje, é de 3,8%; a renda *per capita* dos brasileiros, 240, depois dos últimos corretivos feitos às estatísticas divulgadas pelo IBGE – um dos níveis mais baixos de renda entre os países subdesenvolvidos, baixo mesmo no quadro regional da América Latina. E as nossas exportações, que no ano passado orçavam por um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, esperamos que este ano sejam de um bilhão e seiscentos milhões. A que níveis precisaremos elevar as nossas exportações para alcançarmos, em 1965, daqui a apenas quatro anos, este algarismo de 7,5% a que me referi como essencial para um mínimo de desenvolvimento razoável para o nosso país? Precisaremos elevar as nossas exportações a três bilhões e 166 milhões de dólares. Quer isto dizer que a nossa exportação de hoje terá de duplicar. E, se não conseguirmos dobrar a nossa exportação da maneira que aqui estou indicando, o que nós estaremos preparando ao nosso país, não para os nossos filhos, não para os nossos netos, mas para aqueles que aqui vierem tomar assento na próxima legislatura, já é o espetáculo das comunidades asiáticas em franca regressão.

Essa situação, senhores Deputados, é de tal natureza, que um país sobre o qual pesa esse desafio, não tem o direito de colocar limites de qualquer natureza à sua necessidade de procurar novos mercados. Discriminar é fazer discriminações à custa do futuro do nosso povo e das condições mínimas do seu desenvolvimento e da sua segurança econômica. Temos de examinar a situação mundial e temos de ver, dentro dela, onde podemos colocar as nossas mercadorias.

Peço licença, então, para deixar de lado esse estudo e passar a um outro, o das perspectivas do comércio mundial. É claro que só poderemos saber

para onde se deve dirigir a agressividade do nosso comércio e da nossa expansão se tivermos procedido a um exame criterioso, área por área, das tendências do comércio mundial, naquelas áreas onde o comércio estiver em regresso e em retração, onde os povos se estiverem endividando, por não conseguirem exportar tanto quanto baste para cobrir as suas importações nessas áreas. Senhores Deputados, é claro que não teremos grandes probabilidades de encontrar possibilidades para capturar os excessos de crescimento e irmos colocar ali esse aumento de exportação que nos é essencial.

Aqui está, senhores Deputados, um quadro que também ponho à disposição de Vossas Excelências, para que possam examinar todos os critérios e todas as fontes com que trabalha o Itamaraty. Pois que todos esses estudos procedem do Serviço Técnico de Análise e Planejamento da chancelaria brasileira. Aqui se encontra o estudo das tendências do comércio mundial. Considerando-se o período de um decênio, período crítico de 1960 a 1970, aqui está a percentagem de cada área dentro do comércio mundial e o modo por que ela evolui. A tendência do comércio, nos próximos dez anos, acusa um aumento global de 4,56%. Esse deverá ser, segundo as projeções técnicas mais rigorosas, o aumento no comércio mundial. Como contribuem as diferentes áreas para esse aumento? Algumas crescem mais do que 4,5%, outras crescem menos. São as áreas onde existem relativa estagnação. Mas não basta esse critério para orientarmos a nossa política econômica. Temos que saber onde crescem as exportações mais do que as importações, porque ali onde crescem mais as exportações é que haverá meios de pagamento e, por conseguinte, possibilidades de absorção para as novas parcelas com que desejamos contribuir para o comércio mundial.

Tudo nesse estudo, portanto, deve orientar-se por estes dois pontos: primeiro, examinar o dinamismo de cada área; segundo, examinar, dentro desse dinamismo, a preponderância eventual das exportações sobre as importações. Deixemos de lado certas áreas onde as nossas possibilidades não parecem grandes. A África, por exemplo. Seu índice de crescimento será de 3,44% inferior à média global. E a África tem tendência para endividar-se, porque as importações em 1960 estarão em onze bilhões, enquanto as exportações estarão apenas em nove. Poucas serão, portanto, deste lado, as nossas possibilidades. Já na América Latina, existem possibilidades, apesar de em baixo nível. O índice de crescimento da América Latina é 3,35%, mas as exportações excederão as importações. Por isso, o

Itamaraty está, neste momento, dando todo seu apoio ao desenvolvimento da zona livre de comércio e, em grande parte por esse motivo, o ministro do Exterior foi a Buenos Aires conversar com o chanceler Miguel Cárcano, para mostrar-lhe, de papel na mão, o futuro que existe para o nosso comércio regional, se formos capazes de nos entendermos numa base de dinamismo e de ação *(Muito bem, palmas).* Desenvolver a área latino-americana é um dos primordiais objetivos. Sabemos quais são os perigos – que, aqui mesmo nesta Casa, foram denunciados por ocasião da assinatura do Tratado de Montevidéu – e estamos procurando colocar, contra esses perigos, os remédios adequados, porque não declinaremos dessa área, que é vital para a nossa posição.

Consideremos agora, senhores Deputados, a Europa, uma das regiões de maior dinamismo, no seu crescimento, porque o crescimento europeu será de 5,12%, representando uma das áreas mais expansivas do comércio, nos próximos dez anos. É pena que o Brasil tenha, entretanto, de enfrentar, naquele continente, o tremendo desafio do artigo que vou ler: o art. 131, do Tratado de Roma, que institui o Mercado Comum Europeu. Segundo este art. 131, os Estados-membros concordam em trazer à comunidade os países e territórios não europeus que entretêm, com a Bélgica, com a França, com a Itália e com os Países Baixos, relações particulares. Estes países – continua o artigo – fazem objeto do anexo 4º do tratado e aqui está esse anexo 4º, onde se diz quais são esses países. São os seguintes: África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, a República Autônoma do Togo, os territórios sob tutela do Camerun, o Congo Belga, a Ruanda-Urundi, a Somália, sob tutela italiana, e a Nova Guiné Neerlandesa.

Quer isto dizer o quê? Que nesta área de grande expansão do comércio europeu, encontramos pela frente o tratamento discriminatório que os países do Mercado Comum deram a essas nações, cujos nomes acabei de indicar, predominantemente nações africanas, as quais gozam do direito de introduzir os seus produtos na Europa, os mesmos produtos que produzimos, sem quaisquer direitos aduaneiros e sem sofrer tributação interna, enquanto o Brasil...

SR. PACHECO CHAVES – E quando a Inglaterra entrar, senhor Ministro?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – ...e a Inglaterra e outros países da Europa que se aproximam do Mercado Comum – tomemos o café brasileiro para exemplo – ficam sujeitos a 16% contra 0% dos países africanos;

e a manteiga de cacau, 22%; e a castanha do Pará, 8%; e assim por diante, enquanto esses mesmos produtos das áreas africanas gozam de isenção total. Daí, senhores Deputados, nossa preocupação com a Europa, que, hoje, constitui 30% do nosso comércio e onde nossa posição é de defensiva. Estamos ali para defender aquilo que já temos; porque, cacau, 22%, e a castanha do Pará, 8%, a ameaça que pesa, neste momento, sobre a nossa economia – e quero pôr o peso de minha responsabilidade de Ministro das Relações Exteriores para dizer isto à Câmara – a ameaça que pesa sobre a nossa economia é de uma perda não inferior a 185 milhões de dólares de comércio.

Continuando na nossa análise, vejamos agora os Estados Unidos.

São os Estados Unidos uma área de pouco crescimento dinâmico. Seu crescimento, nos próximos 10 anos, está abaixo da média – é de 3,52% – mas, em compensação, as exportações norte-americanas ultrapassam com tanta folga as perspectivas de suas importações, que o comércio com os Estados Unidos se apresenta, imediatamente, como uma outra área eletiva para nossa expansão comercial. As possibilidades que temos nos Estados Unidos só são limitadas pelo fato de que aquele país tem de atender também às necessidades de outras áreas geográficas, que para eles se voltam e com as quais precisam de distribuir o seu excedente de comércio.

Finalmente, senhores Deputados, vamos considerar os algarismos do bloco soviético. Comparadas as exportações, o bloco soviético apresenta um ligeiro excesso de exportações sobre as importações, porque é característica das economias planificadas que as suas compras no exterior sejam programadas a longo prazo, de acordo com seus planejamentos centrais. E, deste modo, a política comercial, dirigida pelo Estado, é toda ela formulada com o objetivo de não permitir a acumulação de saldos, num ou noutro sentido; mas a expansão das suas exportações é satisfatória.

O que, entretanto, é importante – e a Câmara dos Deputados do Brasil não pode ignorar, no momento em que se pronuncia sobre uma questão desta gravidade – é que o índice de crescimento do comércio do bloco soviético é o mais elevado do mundo, é igual a 6,47%. Estamos, portanto, diante de uma área econômica onde existe excedente de capacidade de absorção de produtos, que o nosso país só poderia deixar de atacar e aproveitar se tivéssemos perdido o instinto de conservação *(Palmas prolongadas).* Não há nisso ideologia, senhores Deputados. Não estamos discutindo princípios filosóficos, nem questões doutrinárias. Vamos defender o nosso país, o nosso

regime, o nosso sistema, a nossa civilização, o nosso estilo de vida, com as grandes forças que nos inspiraram na nossa formação e que continuam a orientar e guiar as nossas verdadeiras elites. Mas não vamos fechar os olhos à realidade contemporânea, quando estamos vendo que o nosso país tem um projeto nacional a cumprir. Este projeto nacional é o de salvar da miséria e da pauperização centenas de milhões de brasileiros e só conseguiremos fazê-lo, e só conseguiremos realizá-lo, se conseguirmos aumentar o nosso comércio substancialmente, indo disputar, em todas as áreas, as disponibilidades existentes para a absorção dos nossos produtos. Para sabermos onde devemos disputar só há uma maneira objetiva e lógica de agir: abrir as estatísticas, interpretá-las e estabelecer os modelos econométricos e, através de estudos com base científica, dizer – é este o caminho, ou é aquele. O nosso caminho nos anos próximos não pode deixar de ser: em primeiro lugar, o mercado latino-americano, mercado que, por todos os motivos, temos o dever de desenvolver, de ampliar às últimas consequências; em segundo lugar, o mercado tradicional dos Estados Unidos, onde as possibilidades ainda são imensas e onde, além do mais, temos obtido, através de programas sucessivos de financiamento para grandes empreendimentos nacionais, ajuda que esperamos ver objetivada, no quadro amplo da Aliança para o Progresso; e, finalmente, os países que integram o chamado bloco socialista, onde aparecem os índices de dinamismo e crescimento mais consideráveis da hora atual.

É com estes argumentos, senhores Deputados, foi à luz destes critérios e destas observações que o Itamaraty tomou, conscientemente, a responsabilidade desse grande gesto, de importância transcendental na vida brasileira. E, sem ter medido bem suas razões e suas consequências; sem ter olhado primeiro o aspecto político, a regra de convivência, de coexistência, de defesa do país e de desenvolvimento das relações entre os povos; e, de outro lado, estes algarismos que apontam para a necessidade de desenvolvermos nossa economia e assegurarmos nosso progresso, não teria eu tomado, com o consentimento de todo o governo, a resolução transcendente, no dia de hoje, de trocar com o chanceler soviético as notas que restabeleceram as nossas relações *(Muito bem)*.

Creio, senhor Presidente, que, chegado a esta altura do meu raciocínio, embora me reste alguma coisa a dizer, já poderei conceder todos os apartes que os nobres colegas desejarem.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Pediria aos nobres Deputados que, neste caso, também colaborassem com a Mesa, para disciplinar as suas intervenções. Só dando os apartes à medida que foram sendo concedidos pelo senhor Ministro.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, em primeiro lugar, desejava conceder o aparte pedido pelo nobre Deputado Raymundo Padilha, em segundo lugar, aquele para que se inscreveu o nobre Deputado Plínio Salgado, em terceiro lugar, ao Deputado Fernando Santana e, depois, ao senhor Aurélio Vianna.

SR. RAYMUNDO PADILHA – Senhor Ministro, quando o Ministro Horácio Lafer fez a sua visita a Buenos Aires, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores, honrou-me Sua Excelência com um convite para acompanhá-lo nessa missão, como representante do bloco oposicionista nesta Casa. Representando o partido do governo foi o nosso companheiro e eminente ex-colega Senador Lameira Bittencourt. Naquela ocasião, tive oportunidade de seguir muito de perto os atos internacionais que ali foram praticados.

Neste momento, só me resta congratular-me com a presença de Vossa Excelência quando o vejo, já agora Chanceler da República, reiniciar aquelas tentativas, dar-lhes corpo e, como disse Vossa Excelência, dar-lhes *entelechia.* Assim, temos uma nova fase de dinamização dessas relações, nas quais, quer me parecer, o ponto culminante seria aquele em que Vossa Excelência, desenvolvendo tese muito cara ao seu espírito, impetrava uma ação, no sentido de educação para o desenvolvimento, ou seja, o progresso tecnológico acelerado, para que não sejamos surpreendidos, subitamente, por um atraso que nos seria fatal.

Considero essa contribuição de Vossa Excelência uma das mais importantes até hoje dadas pela inteligência brasileira.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado a Vossa Excelência.

SR. RAYMUNDO PADILHA – De outra parte, quero também agradecer a Vossa Excelência o convite com que me honrou para assistir hoje ao ato de entrega das credenciais do representante soviético no Brasil. Compareci lá, como sabe Vossa Excelência, na minha qualidade eventual e transitória de Presidente da Comissão de Relações Exteriores, num ato que, quero crer, bem cronometrado, não durou mais de vinte minutos. Agora, quando vejo Vossa Excelência vir anunciar oficialmente a gravíssima decisão

que acaba de tomar o governo brasileiro, entendo de meu dever assinalar alguns aspectos e transmitir, na ordem que me for possível, alguns raciocínios que me parecem extremamente oportunos, senhor Ministro, devo dizer a Vossa Excelência que sou perfeitamente cético em relação ao desenvolvimento do Brasil, via Moscou *(Muito bem).* Considero, ademais, como Vossa Excelência – e nesse ponto nos encontramos – perfeitamente neutro, do ponto de vista ideológico, a atitude do governo.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Folgo em ouvir essas palavras de Vossa Excelência, nem esperava outras da alta compreensão de Vossa Excelência.

SR. RAYMUNDO PADILHA – Obrigado. E acredito que, de um ou de outro lado, o inspirador se deve chamar William James, o pai do pragmatismo. Por conseguinte, os dois países viram aspectos de ordem utilitária em favor das respectivas nações. Da parte soviética, possivelmente, a conquista de algumas almas transviadas mais do que o café acumulado; da parte do Brasil, a honestidade de propósito que Vossa Excelência revela e encarna, quando vem perante esta Câmara mostrar com algarismos irrefutáveis, a necessidade que temos da ampliação de mercados. Por isso, eu me coloco em relação a este assunto na posição de um homem que, vendo a fatalidade de um processo histórico e ao mesmo tempo que as coisas se encaminhavam nesse assunto para que pudéssemos perante o mundo afirmar aquilo que se diz ostentoriamente: a nossa maturidade política, não quisesse o Brasil incorporado aquele grupo de nações retrógradas que não gozam do privilégio de ter relações com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Então o Brasil, nação moderna e modernizada, precisava enfileirar-se no rol dessas outras que desejam manter sua máxima atualidade em matéria de política pragmática. Assim, senhor Ministro, dizia eu, compreendo a posição do governo. Não me rebelo contra ela, em primeiro lugar porque, devo dizer a Vossa Excelência, confio extremamente no patriotismo dos homens que compõem o atual gabinete e, particularmente, no do eminente Ministro de Estado.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Sou grato a Vossa excelência.

SR. RAYMUNDO PADILHA – Agora, se essas coisas no plano mais geral me obrigam a estas considerações, que não quero de maneira alguma alongar, abusando da paciência de Vossa Excelência e do Plenário, ocorre-me ainda assinalar que a atitude tomada pelo Brasil, contrapondo-se – Vossa

Excelência não ignora – a correntes ponderáveis da opinião nacional, informadas ou desinformadas, pouco importa – vem acumular sobre o governo massa enorme de responsabilidades. A partir desta data, senhor Ministro de Estado, para que afastemos qualquer identidade ou filiação ou as chamadas afinidades eletivas do velho Goethe, temos de usar precisamente a linguagem contrária. Temos de dizer que as relações com a União Soviética não envolvem comprometimento de ordem alguma, de espécie alguma. Pretendemos construir nosso próprio e livre destino, político e social *(Muito bem).* Seremos soberanos no mais alto sentido de expressão. Seremos, finalmente e decisivamente, para usar expressão em voga, autodeterminados. Por isso, senhor Ministro, acredito que o governo terá atitudes menos equívocas em relação a problemas como o da República cubana e os atentados à dignidade da pessoa humana que se cometem *(Palmas).* Acredito, ademais senhor Ministro, que o governo não afirmará sua neutralidade em relação ao problema de Berlim e da autodeterminação dos berlinenses *(Muito bem).* Admito, mais, senhor Ministro de Estado, que, afinal, este vozerio, cuja fonte suspeitíssima, nós, velho combatentes, sobremodo conhecemos, não virá incluir a esta Casa a possibilidade de abandonarmos velhas e tradicionais relações com o povo da China nacionalista para nos agregarmos ao carrossel bolchevista, instalado em Pequim. Em consequência, senhor Ministro de Estado, essas afirmações de política exterior, devem revelar o nosso sentido de autodeterminantes e de autodeterminados. Isto, no plano externo, senhor Ministro. No plano interno, o reatamento jamais poderá ser invocado como arma de política interna do Partido Comunista do Brasil. Isto não é uma vitória de partido comunista algum. É uma decisão autônoma do povo brasileiro, que Vossa Excelência representa. Vossa Excelência e os democratas autênticos, acredito, interpretarão o gesto de Vossa Excelência como ato de soberania da democracia brasileira e jamais da inspiração do Partido Comunista, instalado no Brasil *(muito bem)*, em razão do que Vossa Excelência deve retirar deste ato todas as suas consequência na política interna do país, quer em relação às atividades ilegais do Partido Comunista, quer em relação a problemas da política econômica do Brasil, a exclusivista política econômica do Brasil, que promete café a quem quiser comprar e, ao mesmo tempo que se atira contra os capitais estrangeiros, se fala em pauperismo e em empobrecimento do país.

SR. CELSO BRANT – São problemas ligados. Um é consequência do outro.

SR. RAIMUNDO PADILHA – Então, senhor Ministro de Estado, com uma análise dessa natureza, quero crer que o problema político, o problema econômico, o significado moral, a transcendência histórica do ato que acaba de ser praticado possam, ao final, ser bem entendidos pela inteligência e pela consciência nacionais. E Vossa Excelência, cujo poder de linguagem pode ser considerado inigualável, cujo estilo impõe o nosso respeito e toda a nossa admiração estética, creia, senhor Ministro de Estado, que ao felicitá-lo pela sua extraordinária exposição, eu ponho nela aquela confiança que o seu patriotismo há de reclamar e há de exigir, ao mesmo tempo em que registro a gravíssima responsabilidade que acaba de assumir o governo, responsabilidade de que, estou certo, Vossa Excelência tem a mais profunda consciência.

SR. MINSTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Deputado, folgo em registrar o aparte de Vossa Excelência, que considero uma contribuição decisiva para a plena elucidação do ato hoje praticado perante o povo brasileiro. Vossa Excelência, com a maior elevação de vistas e compreendendo amplamente o sentido não ideológico e puramente político e nacional dessa decisão, salientou, ao mesmo tempo, a responsabilidade que ela traz para o governo, pela consequência que pode ter e pelo que pode ser evitado.

SR. RAIMUNDO PADILHA – Obrigado.

SR. MINSTRO SAN TIAGO DANTAS – Creia Vossa Excelência que registro suas palavras com especial agrado. Apenas vou permitir-me destacar delas um ponto para responder: aquele em Vossa Excelência qualificou de equívocas as posições do governo brasileiro, no tocante ao caso cubano.

Jamais houve governo que tomasse, em relação ao caso cubano, uma linha de tão clara definição quanto este, porque justamente o que, desde o primeiro dia, constituiu a nossa preocupação dominante foi mostrar que, na nossa atitude, apenas estávamos procurando respeitar integralmente os princípios da democracia representativa numa de suas manifestações mais essenciais, que é o princípio da autodeterminação.

Admitir que um povo possa mudar suas instituições políticas por outro processo que não seja a livre manifestação da sua própria vontade, eis o que o governo brasileiro não tem querido endossar e não endossará em caso algum. Tenho a certeza de que nessa atitude, entre os grandes espíritos de homens públicos com quem encontramos, está o de Vossa Excelência. Simpatia ideológica não impregna, em coisa alguma, nossa posição no caso cubano. É uma posição difícil, reconheço, mas é uma posição em que estamos dispostos a manter essa linha de clareza, isenta de toda ambiguidade e

defendendo do perigo do desaparecimento aquilo que é o maior patrimônio sobre que temos construído a consciência democrática deste hemisfério, o princípio da não intervenção *(Palmas).*

SR. PLÍNIO SALGADO – Permite um aparte?

SR. PRESIDENTE RABIERI MAZILLI – Pediria aos senhores Deputados que dessem apartes na forma de regimento da Casa, ou seja, breves e oportunos. Oportunos são, com certeza, e breves hão de ser pela compreensão de todos, porque se foram feitas intervenções longas, não poderemos realmente iniciar sequer a discussão da matéria em regime de urgência.

SR. PLÍNIO SALGADO – Senhor Presidente, dirijo-me antes de mais nada a Vossa Excelência para lembrar que só usaria um minuto, pois compreendo perfeitamente que o aparte deve ser pertinente e breve. Quero dizer apenas ao meu querido e velho amigo, ilustre Chanceler brasileiro San Tiago Dantas, que falo com serenidade e responsabilidade de chefe de um partido que polariza, no território nacional, os sentimentos anticomunistas da nação e que, por conseguinte, a atitude da minha bancada, como a do meu partido é contrária a esse ato do governo. Como irei falar no grande expediente de segunda ou terça-feira, nessa oportunidade virei apresentar os argumentos negativos, já que Vossa Excelência, com tanto brilho, externou perante este plenário os argumentos positivos do ato governamental. E ainda para que o povo brasileiro saiba que não estive calado neste momento, quero anunciar que, além do discurso do grande expediente, irei desenvolver em todo o país, pela televisão, pelo rádio e todos os meios, uma campanha de esclarecimento. Agora percebo que a Providência Divina está fortalecendo a causa que defendo, porque terei diante de mim o inimigo de que necessito. Até agora temos vivido na água morna, sem ter com quem brigar. As consequências deste ato governamental irão dar-me aquilo que é mais precioso, e a que me referi num livro intitulado: "Palavras novas num Tempo Novo" – o adversário. Iremos lutar no Brasil para defender as tradições cristãs da nacionalidade, a soberania da pátria, e a liberdade e dignidade dos cidadãos. Era o que queria dizer, aparteando assim tão brevemente, a brilhante exposição de Vossa Excelência *(Palmas).*

SR. MINISTRO – Sabe Vossa Excelência nobre Deputado Plínio Salgado, o apreço e estima que lhe tenho. Mas faço questão de que Vossa Excelência saiba, e creio, Vossa Excelência será o primeiro a reconhecer que na defesa desses valores superiores a que Vossa Excelência se referiu no

curso do seu aparte, em hipótese alguma, Vossa Excelência deixará de encontrar-nos a todos no mesmo lado.

SR. FERNANDO SANTANA – Senhor Ministro, evidentemente, grande parte da população brasileira é desinformada em relação a esses problemas fundamentais, como bem disse aqui o Deputado Raymundo Padilha. Mas cumpre aos líderes dessas populações desinformadas, depois da magnífica matematização que Vossa Excelência deu ao problema, dessa tribuna, informá-los com esses dados, com esses elementos. Vossa Excelência, ao examinar a questão, ao nosso ver, não propõe o desenvolvimento brasileiro, via Moscou, mas examinou todas as áreas, viu todas as possibilidades de crescimento e elege aquelas que parecem à Chancelaria, pelos estudos feitos, as mais indicadas para essa luta de salvação de um povo que não quer ficar na miséria. Esse, a nosso ver, o grande sentido do discurso de Vossa Excelência. Por outro lado, senhor Ministro, não é de se ignorar que populações que até bem pouco tempo jamais tomaram Coca-Cola o façam de maneira intensa. Alguém diz, por exemplo, que, se a Coca-Cola fosse remédio, não seria comprada pelas crianças. Essa expansão desse tipo de bebida em países como o nosso, a nosso ver, justifica de maneira extraordinária a expansão do café, mesmo nas áreas em que se toma chá. Daí ter Vossa Excelência acertado, quando quis desvendar essas áreas para o consumo do principal produto de exportação brasileira. Essa razão e a matematização, como disse, do pensamento de Vossa Excelência em torno do problema, deixaram-nos completamente satisfeitos, porque fica resguardado o que há de mais sagrado para nós – o futuro da nação brasileira.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito grato a Vossa Excelência. Tem o aparte o nobre Deputado Aurélio Vianna.

SR. AURÉLIO VIANNA – Nobre Ministro San Tiago Dantas, situemos responsabilidades: quem iniciou, nos últimos tempos, a dinamização da política internacional do país – faça-se justiça – foi, no campo do comércio exterior, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, logo depois, o senhor Jânio Quadros, que apregoou, nas suas andanças pelo país interior que, se eleito Presidente da República, reataria relações diplomáticas com a Rússia Soviética, e a sua declaração teve a chancela da maioria do eleitorado do Brasil. O Chanceler que tanto ajudou o ex-Presidente da República na sua política externa de reatamento de relações diplomáticas, todos sabemos, foi o Ministro Affonso Arinos de Melo Franco, que teve, para tanto, o apoio de seu partido, a União Democrática Nacional. Agora, quem orienta a política externa do

país? O Presidente João Goulart? Não. Pela Constituição da República, no Ato Adicional, é o Primeiro-Ministro, pertencente às fileiras do Partido Social Democrático, o senhor Tancredo Neves. Estatui-se aqui, no art. 18, que todos conhecemos, que "compete ao Presidente do Conselho, manter relações com Estados Estrangeiros, orientar a política externa do país". E Sua Excelência o fez à socapa, Sua Excelência o faz às ocultas? – Não. Pronunciou-se nesse sentido bastas vezes, dessa tribuna, de onde Vossa Excelência fala, para o país inteiro, e recebeu consagradora maioria em dois votos de confiança desse mesmo grupo que não se manifestava, como agora, como não se manifestou – raras exceções – quando se votou o projeto que concede anistia ampla, inclusive aos implicados da intentona de 1935. Nobre Ministro San Tiago Dantas, Vossa Excelência, com a inteligência que Deus lhe deu e com a cultura que conseguiu, mercê de seu esforço, nos seus estudos...

SR MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado a Vossa Excelência.

SR. AURÉLIO VIANNA – ...é o intermediário dessa política externa do país, orientada pelo senhor Ministro, e sacramentada por todo o Ministério, como Vossa Excelência já o declarou. Só há um meio de mudarmos de rumo – pela destituição de todo o gabinete, mediante voto de desconfiança dos senhores Deputados. Ter-se-ia de conseguir, de início, cinquenta assinaturas e, depois, cento e sessenta e quatro. O povo brasileiro, pelo voto, já se manifestou favorável a essa política. Como se manifestariam os representantes do povo brasileiro? Reconhecemos o *jus esperneandi* de quem vive no século XX, com a cabeça na idade de bronze? Não! Na idade da pedra polida? Também não; sim, na idade da pedra lascada. Senhor Ministro San Tiago Dantas, para terminar, direi não acreditar que um Ministério que possui os três Ministros militares que todos conhecemos, anticomunistas confessos, que possuiu um Moreira Sales *(muito bem)*, que possui um Gabriel Passos, que possui um Souto Maior, que possui Vossa Excelência, que jamais fez, nem faz e, pela sua mentalidade, não fará o jogo dos comunistas, não acredito que esse Ministério tivesse reatado relações diplomáticas com a União Soviética para transformar o nosso país num satélite da Rússia, porque, se acreditasse nisso, estaria combatendo em nome de meu Partido, o ato do Ministério. Como não desejo seja o Brasil satélite dos Estados Unidos da América, não colaboro nem colaboraria, para que fosse satélite da União Soviética ou de qualquer outra nação.

SR. MENDES DE MORARES – Lembro o Cavalo de Troia.

SR. AURÉLIO VIANNA – O Cavalo de Troia, Deputado Mendes de Moraes, a que Vossa Excelência se refere, é a reação, a tradição ultrapassada, a falta de visão. É este o Cavalo de Troia que vem atrasando o Brasil. Também não acredito que o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética viria a propiciar a troca de mercadorias entre os dois países. Para mim, o reatamento de relações diplomáticas – porque comerciais já havia – é prova de independência, de maioridade, de autenticidade, de dignidade e de vergonha de parte de uma nação, que precisa, além de ser autêntica, enfrentar a realidade internacional.

Por isto, acho deveriam essas relações ter sido reatadas há mais tempo. Senhor Ministro, preservemos a independência do nosso país sem humilhações, sem subserviências. Já era tempo de o Brasil ser autêntico, ser de fato independente, dirigir-se com seus próprios pés e sua própria cabeça *(Palmas).*

SR. MINISTRO SNA TIAGO DANTAS – Muito Obrigado. Tem o aparte o nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

SR. OSWALDO LIMA FILHO – Senhor Ministro, salvo algumas magníficas exceções, entre as quais se situa a brilhante interferência do nobre Deputado Aurélio Vianna, tenho lamentado o desfile, pelo microfone, dos apartes, de colegas ilustres, honrados, patriotas, mas que estão disputando em torno do ato admirável e louvável, por todos os títulos, do governo brasileiro, que Vossa Excelência acabou de anunciar à Casa, como vitória de suas ideologias. Extremistas da direita e extremistas da esquerda têm aparteado Vossa Excelência, reclamando a paternidade do reatamento de relações diplomáticas do Brasil com a União Soviética, ou procurando condená-lo. É com profunda satisfação, porém, que nós, democratas, que não nos filiamos a essas ideologias estranhas à cultura e à tradição brasileiras, enxergamos na ação do governo, na pessoa de Vossa Excelência, no programa que Vossa Excelência se traçou e vem executando, a fidelidade mais completa aos interesses da nação brasileira. Esses interesses são os da afirmação da identidade internacional do Brasil, da sua independência, da afirmação de sua política, fora dos dois campos internacionais, em conflito ou em desinteligência. E esta é a afirmação da maioridade política, da maioridade internacional do país, que vem afirmando, pelos seus mais eminentes homens públicos, pelo ilustre candidato à Presidência da República, pelo ex-Presidente Jânio Quadros, como pelo atual Presidente João Goulart, pelo senhor Primeiro-Ministro Tancredo Neves, pela palavra do antigo Chanceler, como

pela palavra de Vossa Excelência tão bem delineou, mas com a afirmação de uma política independente, de uma política à altura da dignidade e da soberania do Brasil. Seu companheiro do Partido Trabalhista Brasileiro, com grandes afinidades de pensamento com Vossa Excelência, porque trilhamos, mesmo dentro das ligeiras divergências partidárias, o mesmo pensamento e a mesma ação política, quer congratular-se com Vossa Excelência pela honra insigne que teve de promover, como Ministro das Relações Exteriores, esse ato histórico, representativo da grandeza do Brasil imperial e de hoje.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Como o Deputado Sérgio Magalhães não está presente no momento, dou o aparte ao Deputado Menezes Côrtes.

SR. MENEZES CÔRTES – Senhor Ministro San Tiago Dantas, já de meses me venho manifestando, e continuo na mesma posição, a favor do reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, numa demonstração inequívoca de que somos uma nação soberana e de que não temos medo de manter relações diplomáticas ainda que seja com nações dominadas por uma ideologia que combatemos. Verifico, no discurso de Vossa Excelência, a interpretação exata deste sentimento, que é o do nosso povo, de reafirmar uma posição de independência política no concerto das nações, ao mesmo tempo que repudiamos completamente a ideologia comunista que subjuga a pessoa humana, lhe esvazia a capacidade de iniciativa, mata-lhe a liberdade de pensar e de agir e retira do homem o que nele há de mais sublime, qual seja, o poder de criar, de forma independente, expressão máxima de confiança de ser livre por natureza. Esta, a nossa posição, e com prazer verificamos ser a do Conselho de Ministros, a de Vossa Excelência, a do governo do Brasil.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Nobre Deputado Menezes Côrtes, Vossa Excelência bem imaginará com que prazer registro suas palavras, não só por partirem de Vossa Excelência, colega, cuja opinião tanto prezo e cuja conduta parlamentar tanto admiro, mas também porque Vossa Excelência as proferiu em nome do seu partido, a União Democrática Nacional. Aceite meus agradecimentos.

SR. RUY RAMOS – Eminente Ministro de Estado, estou autorizado a dirigir a Vossa Excelência uma palavra especial, em nome da Frente Parlamentar Nacionalista, constituída, como Vossa Excelência sabe, de representante de todas as legendas partidárias, porque suas ideias penetram por todas as áreas políticas do Brasil. Logo, a Frente Parlamentar Nacionalista

não é contrária a nenhum partido e, ao invés disso, tem recebido a contribuição ideológica das correntes evoluídas de todo os partidos. A Frente Parlamentar Nacionalista se compõe de um grupo que talvez possa diferenciar-se pela consciência crítica que tem dos grandes problemas brasileiros. É um grupo, não melhor do que qualquer outro grupo dos partidos políticos; apenas se destaca, porque pensa que atingiu a uma consciência crítica da realidade brasileira. A Frente Parlamentar Nacionalista também deseja o Brasil liberto, para não ser nem colônia dos Estados Unidos da América, nem satélite da Rússia Soviética. Esta é sua posição ideológica e política. Não deseja ser um grupo submetido nem aos interesses norte-americanos, nem aos interesses soviéticos, mas quer manter o nosso país na absoluta independência e soberania da autodeterminação dos povos. Hoje, a Frente Parlamentar Nacionalista atinge a plenitude na decisão de que Vossa Excelência foi grande responsável; um dos grandes objetivos da Frente Parlamentar Parlamentarista se consuma hoje, com o reatamento das relações do Brasil com um dos maiores países da atualidade que é, indiscutivelmente, a União Soviética. Nenhum homem medianamente esclarecido, nenhum político inteligente e atualizado pode ocultar, sequer, o interesse que tem o nosso país, para seu desenvolvimento e a sua economia, em restabelecer relações com um dos povos que venceu tremendos impedimentos e se coloca, hoje, na altura das maiores potências econômicas do mundo. Assim, em nome da Frente Parlamentar Nacionalista, quero dizer ao eminente Ministro de Estado, representante do gabinete, do governo, que os nacionalistas brasileiros exultam neste momento por constatarem que sua pátria está, realmente, livre das peias políticas e mentais que nos privavam de manter relações com um dos maiores povos da atualidade, inegavelmente a União Soviética.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito agradeço a Vossa Excelência, Deputado Ruy Ramos, essa manifestação. Parte ela de um parlamentar a quem muito prezo e admiro e traz ao ato do governo e o apoio prestigioso da Frente Parlamentar Nacionalista, cujas atitudes, em tantas lutas do nosso país, tem sido sempre claras e marcantes. É um grupo parlamentar que tem contribuído para essa causa comum de nosso povo, que é a luta pela emancipação nacional.

SR. PEREIRA DA SILVA – Eminente senhor Chanceler San Tiago Dantas, permita em receber meus pontos de vista, muito pessoais e muito sinceros, em relação ao ato de nosso governo, restabelecendo relações

diplomáticas com a República Socialista dos Soviéticos de todas as Rússias, nação antidemocrática e anticristã que espalha ódio e terror em todos os quatro cantos do mundo. Esses pontos de vista não coincidem com a fundamentação brilhantíssima, desenvolvida com aquela habilidade e com aquele tato, de jurista e de diplomata, que todos nós reconhecemos em Vossa Excelência, ora à frente de nossa política internacional.

Senhor Chanceler, nas democracias verdadeiras, o direito de opinião é sagrado. Por isso mesmo, com a devida vênia, venho declarar que os argumentos expendidos por Vossa Excelência, em nome do governo, estão muito longe de convencer o país, na maioria absoluta de seu povo.

As razões em repelir a decisão de nossa Chancelaria, importa à nação, empreendidas num momento angustioso de sua vida interna, por certo deverão ter ressonância mais alta, pois outro é o pensamento da nacionalidade brasileira.

A meu juízo e com mais alto aos pontos de vista sustentados por Vossa Excelência, com esse ato, deixamos de lado razões ligadas à nossa própria sobrevivência de nação amadurecida e capaz de guiar-se sem as influências terroristas dos totalitarismos nefastos à liberdade do povo. Perigará, por certo, a nossa honra e a nossa posição de país vanguardeiro na defesa dos direitos humanos; sob ameaça permanente estará a nossa condição de pátria ungida dos sentimentos de fraternidade universal, onde a todos é assegurado o direito de trabalho livre e a consciência da escolha do regime sob o qual desejamos viver e progredir.

Agora, quando cada vez mais se fecham para o mundo democrático as portas de aço da Rússia vermelha, que trucida e escraviza as nações fracas de todos os continentes, o governo brasileiro abre todas as suas entradas aos que representam, para a civilização mundial, o Estado integral, a tirania sanguinária, governando sem piedade e sem tréguas. Temos e devemos ter relações com todos os povos do globo. Mas isso é coisa bem diferente de entrarmos em relações diplomáticas com uma nação que só respeita a força e impõe o seu domínio pela crueldade e pelo desrespeito à dignidade das nações fracas.

Não se pode negar, já agora, senhor Chanceler, a existência de uma diplomacia suicida, entre nós, e lamentamos esteja sendo liderada no salão austero do Itamaraty, para angústia dos manes do velho Rio Branco. Lembro a Vossa Excelência de que foi em um dos salões daquele casarão da paz que o Marechal de Ferro reagiu à insinuação de cinco embaixadores, de que

responderia à bala, ao desembarque de forças estrangeiras no território pátrio, sob pretexto de defender os bens e a pessoa de seus súditos, residentes no Rio de Janeiro. É lamentável pois que de modo inverso, a diplomacia rubro-amarela de Jânio Quadros se tenha infiltrado em nossa Chancelaria, como que amedrontada com os estrondos nucleares, à base de cinquenta megatons. Vossa Excelência, na verdade, acaba de nos trazer uma notícia trágica para os nossos dias futuros.

Deus, porém, julgará melhor do que os criptocomunistas nacionais esse ato inesperado do governo, ao lado de quem colabora na política interna. O futuro que nos espera, de amargores, decepções e humilhações, dará resposta à fórmula inaceitável, senão insensata, do restabelecimento de nossas relações coma Rússia, que Vossa Excelência foi forçado a defender, embora fale mais alto no coração o amor pelo Brasil eterno, que saberemos defender contra a política internacional maquiavélica e cruel que ameaça os nossos destinos.

Perdoe-me Vossa Excelência pela rude franqueza destas considerações.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazilli) – Senhor Ministro, depois que Vossa Excelência conceder, como é do agrado de todos e da sua cortesia nunca desmentida, o aparte à nossa colega Deputada Ivete Vargas, pediria, também, a cortesia dos outros colegas, para que não prossigam dando apartes, a fim de que possamos passar à matéria da ordem do dia, ao menos para iniciar a discussão da que está em regime de urgência.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – É uma hora histórica, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazilli) – O nobre Ministro San Tiago Dantas, se já verificou que há outros colegas que desejam apartear e estão insistindo, saberá como decidir.

SRA. IVETE VARGAS – Senhor Ministro, eu não poderia deixar de dizer a Vossa Excelência, neste instante, uma palavra de aplauso, traduzindo, estou certa, o pensamento dos meus companheiros, que são os meus companheiros de Partido, no estado de São Paulo. Desde há muito que o PTB vem lutando para que o Brasil restabeleça relações diplomáticas, culturais e comerciais com todos os povos do mundo. Adotamos esta posição, convencidos de que somos uma nação madura, de que devemos ser uma nação livre e independente, sem tutelas, quer da esquerda, quer da direita. Não é possível que, enquanto os Estados Unidos, a Inglaterra e outras nações mantêm relações com União Soviética, compram produtos

brasileiros e revendam em melhores condições para aqueles países, permaneçamos em posição subalterna, em posição de cupinchas, quando somos um território imenso, com imensa população e com um destino a cumprir. Não compartilho, senhor Ministro, dos receios de tantas figuras respeitáveis, que acham que esse restabelecimento pode representar ameaça para nossas tradições cristãs. Não compartilho, senhor Ministro, porque confio no povo brasileiro, confio na capacidade de discernir da nossa gente, confio no patriotismo da gente que nasce abençoada pelo lábaro sagrado do Cruzeiro do Sul. Senhor Ministro, o que não é possível – e é o que pretendem as ilustres personalidades que tanto se assustam com o restabelecimento – é erguer uma muralha como a de Berlim, e estou certa de que eles são os que mais investem, são os que mais invectivam a existência dessa muralha. Entretanto, querem fazer aqui dentro de sua própria pátria uma muralha, impedindo que o Brasil vá comprar e vá render onde melhor lhe interesse, buscando em qualquer país recursos que nos possam beneficiar. Nós, que sonhamos com uma pátria grande, livre, economicamente emancipada e socialmente justa; nós, que queremos um Brasil para os brasileiros, mas para brasileiros que vivam melhor, de maneira mais feliz; nós nos congratulamos com esse restabelecimento de relações, porque, efetivamente, vamos ampliar nossas áreas de comércio. No instante em que o PTB aplaude a atuação de Vossa Excelência, sentimo-nos felizes e jubilosos de saber que, à frente do Ministério das Relações Exteriores, está um homem de nosso Partido, da nossa bancada, representando com fidelidade o pensamento unânime de nossa gente, em todos os quadrantes da pátria. Permita-me, também, senhor Ministro, que diga mais a Vossa Excelência. Não posso esquecer minha condição de mulher, e as mulheres sonham com a paz, para que todos trabalhem, para que todas as nações progridam, para que os homens, que tanto preocupam as mulheres – os pais, os irmãos, os filhos, os esposos – permaneçam junto às mulheres, para que seus entes queridos possam prosseguir sua vida normal. O que Vossa Excelência, interpretando o sentimento do povo brasileiro e traduzindo a decisão do governo, acaba de fazer, representa um passo a mais na consolidação da paz, que deve estar no desejo, na consciência e no coração de todos os homens de bem *(Palmas).* Permita ainda, senhor Ministro neste instante histórico em que manifesto a Vossa Excelência meu entusiasmo pelo restabelecimento de relações com a União Soviética, que diga do nosso entusiasmo pela sua atuação do Ministério das Relações Exteriores.

A nota do Itamaraty, hoje publicada na imprensa e apresentada na Organização dos Estados Americanos, a propósito da questão da República Dominicana, é a consagração definitiva da maioridade e da independência do Brasil *(Muito bem).*

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado à Deputada Ivete Vargas e muito grato ao Partido Trabalhista, Seção de São Paulo, que Vossa Excelência associou às suas brilhantes palavras.

Vou pedir licença aos nobres Deputados para, daqui em diante, não anotar outros pedidos de apartes. Desta forma, se o senhor Presidente me permite, e, atendendo a que só terei algumas breves palavras de conclusão a pronunciar, vou conceder os apartes que já havia anotado e que não são em número considerável, pedindo, apenas, aos nobres Deputados, para maior colaboração com os propósitos da Mesa, encurtarem o mais possível seus pronunciamentos.

O que se acha inscrito em seguida é o nobre Deputado Océlio de Medeiros.

SR. OCÉLIO DE MEDEIROS – O discurso de Vossa Excelência, brilhante, corajoso, culto, patriótico, não apenas vem assinalar novos rumos da nossa política externa; convoca esta Casa para um debate democrático em torno dos maiores problemas do nosso tempo, mas impõe, ainda, acima de tudo, uma oportunidade rara para uma revisão de atitudes, uma reformulação de conduta e uma reprogramação de nossas compreensões. Deve ser entendido e sentido, senhor Ministro, pelo seu senso de oportunidade. Mas quando Vossa Excelência analisou as causas que determinaram o reatamento das relações com os países de economia totalitária, Vossa Excelência, invocando dados mais sérios e positivos, alertou a nação sobre os rumos difíceis da nossa conjuntura. Há uma contradição entre a política brasileira e a política americana, no que se refere às relações com a União Soviética. Não se faz política externa com muralhas na vida dos povos. Nós, até hoje, mantínhamos relações comerciais e, hipocritamente, senhor Ministro, relações diplomáticas por trás dessas relações comerciais. Os Estados Unidos da América mantinham relações diplomáticas enquanto as suas classes conservadoras, através de manifestações das suas mais poderosas associações de classe, como as Câmaras de Comércio, tudo faziam para que se intensificassem as relações comercias com a União Soviética. Delegações eram enviadas àquele país e havia uma troca de itens que o Departamento de Estado vetava. Mas, senhor Ministro, aqueles que receiam que a simples

abertura de relações, que o simples reatamento entre os dois países pode representar, para nós, um grave perigo, esses – perdoem-me os nobres colegas – fazem mal juízo, julgam mal nossas instituições, as nossas convicções democráticas, os nossos sentimentos cristãos e católicos. Combate-se o comunismo com as trincheiras abertas. Recordo que, nos Estados Unidos, que sempre mantiveram relações diplomáticas com a União Soviética, existe um curso, o único no mundo dado numa Universidade de Nova York, de economia totalitária, em que são estudadas as economias de todos os países de economia planejada ou do bloco soviético. Mas, hoje, as condições econômicas da Rússia não são idênticas às que apresentava quando iniciou sua decolagem à custa de sacrifício, de sangue e de violência. E, em Nova York, o *New York Times*, um dos maiores jornais do mundo, dava, no dia da morte de Stálin, uma edição especial, que permitiu ao povo americano o conhecimento da realidade da expansão na Rússia, a partir de 1917. Hoje, que a Rússia atingiu o período de maturidade econômica, não tem outro caminho senão marchar para a produção em massa e em larga escala, para o consumo em massa e em larga escala. A essas condições internas da própria Rússia é que devemos atender porque, para que se inicie essa política econômica, não pode prescindir de relações comerciais com todos os povos. Mas não poderemos fazê-lo seriamente, senhor Ministro, como bem disse Vossa Excelência, não havendo relações diplomáticas.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado a Vossa Excelência. Infelizmente, o senhor Presidente acaba de me fazer saber que dentro de cinco minutos terá de passar à ordem do dia. Vou dar a palavra se me permite, aos Deputados Dirceu Cardoso e Cid Carvalho, que estão na ordem. Depois disso, lamentavelmente, não poderei conceder mais apartes.

SR. DIRCEU CARDOSO – Senhor Ministro, aqueles que abandonam as velhas barragens são as primeiras vítimas das inundações do rio. Deus abre as portas, uma atrás da outra.

Assistimos, aqui hoje, não ao início de uma tomada de posição do Brasil em face à Rússia, mas uma segunda posição, porque a primeira já tomamos na Organização dos Estados Americanos, quando o Embaixador Regis Bittencourt absteve-se de votar, na reunião dos Chanceleres americanos, para se criar um dique contra a infiltração comunista na América. Só três Estados americanos tomaram atitude contrária à proposição da Colômbia: O México, votando contra, e o Brasil e Cuba, abstendo-se de votar. Portanto, o restabelecimento das nossas relações com a Rússia nesta altura – relações

que considero inoportunas, em face dos compromissos que temos – é servi-la. Senhor Ministro, as palavras de Vossa Excelência não criaram intranquilidade apenas nesta Casa, mas tiveram um condão: possibilitaram um divórcio de nossas representações, tornaram até líquidas as nossas fronteiras partidárias. De amanhã em diante, dois grupos aqui forcejarão uma atitude em face do restabelecimento das relações do Brasil com a Rússia. Não está apenas no fato do restabelecimento; está na sua repercussão nacional, na sua repercussão continental, na sua repercussão até no mundo *(Muito bem).* Não éramos contra a medida, cinco anos atrás, como talvez não sejamos daqui a cinco anos, mas, sim, nesta hora em que vemos dois blocos que se estendem desde o Ártico, passando pela Europa toda, cruzando pela África e indo aos confins da Ásia e que hoje se estendem até a este plenário.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Temo que Vossa Excelência desejasse ver um desenlace pelas armas.

SR. DIRCEU CARDOSO – Senhor Ministro, tanto desassossego causou a declaração de Vossa Excelência, neste plenário e na América *(não apoiado)*, que quero ler, para seu conhecimento, este documento. Fui eu o primeiro a arguir, aqui, esta questão de tomada de posição, pelo Brasil, na reunião dos Estados Americanos, quando nos abstivemos de votar com dezoito nações americanas, para criar um clima de resistência à invasão comunista na América. Leio, pois, para seu conhecimento, o seguinte telegrama de Buenos Aires:

> O Instituto Argentino de Defesa Jurídica do Ocidente criticou ontem as declarações feitas, na Academia Nacional de Direito e Ciências Sociais, pelo Chanceler do Brasil, Francisco San Tiago Dantas, durante sua recente visita de três dias à Argentina.
>
> O Instituto emitiu uma declaração, assinada pelo seu Presidente, Augusto Garcia, ex-representante argentino junto à Organização dos Estados Americanos, e pelo seu secretário, Marcelo Zavalia.
>
> As declarações lembram certas afirmações de Fidel Castro, segunda as quais não haverá tão logo eleições em Cuba e em seu país estão sendo aplicadas as doutrinas socialistas e os processos indicados pelas potências comunistas que o sustentam.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Valeria a pena Vossa Excelência não terminar essa leitura sem fazer um confronto prévio.

SR. DIRCEU CARDOSO:

Uma vez que o Chanceler brasileiro – concluiu o documento – usou a tribuna desta Academia para fazer afirmações de política internacional, que são compartilhadas por setores sérios e responsáveis de nosso país, e como essas afirmações, se não forem retificadas desta mesma tribuna, poderiam ser consideradas como aprovadas pelos membros deste Instituto, dirigimo-nos senhor Presidente para sugerir-lhe a conveniência de que a entidade estude imediatamente o problema e faça uma declaração pública sobre a situação em Cuba, à luz da Carta da OEA, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e dos demais instrumentos do sistema interamericano, dando-a a conhecer antes da reunião do Conselho da OEA, marcada para o dia 4 de fevereiro de 1962, a qual deverá ser estudado o pedido de uma convocação do órgão de consulta, pedido esse, formulado pela Colômbia.

Senhor Ministro, neste mesmo dia em que, a esta hora, em todas as igrejas do Brasil, nossa população católica, reverente e contrita, está rezando pelo Dia Nacional de Ação de Graças, neste mesmo dia, o governo restabelece relações coma Rússia, numa guinada de cento e oitenta graus de velhas e imorredouras tradições do Itamaraty, e das nossas tradições cristãs, numa tomada de posição contra aqueles que nos dão a mão na hora do sacrifício para aliviar a nossa pobreza, a nossa miséria, e numa demonstração de que este reconhecimento não é um simples reconhecimento diplomático; é servir a Rússia Soviética *(Muito bem. Palmas. Não apoiado)*.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Nobre Deputado Dirceu Cardoso, um dos deveres a que nem Vossa Excelência nem ninguém pode fugir do dia de hoje, ou em qualquer outro, é o dever da verdade. Com esse documento que há pouco nos leu, Vossa Excelência encampou o que nele se contém, inclusive a declaração de que, no discurso feito pelo Chanceler brasileiro, em Buenos Aires, existem declarações idênticas às de Fidel Castro, contra a realização de eleições livres em Cuba. A Vossa Excelência, que é um homem veraz, peço-lhe que hoje à noite leia o discurso do Chanceler brasileiro em Buenos Aires e o coteje com esse texto e amanhã espero ouvir de Vossa Excelência, desta tribuna, o desmentido dessas palavras *(Muito bem. Palmas)*.

Tem o aparte o nobre Deputado senhor Cid Carvalho.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – O nobre Deputado senhor Cid Carvalho é o último aparteante, atendendo a que se deve passar, por imperativo regimental, ao início da matéria que está em pauta, em regime de urgência.

SR. CID CARVALHO – Nobre Chanceler, há tempos, Vossa Excelência lançou, com toda a pertinência, um "slogan" que me parece da maior importância: "Vamos atualizar o Brasil!". Na realidade, o Brasil está precisando de atualização.

Entendo, nobre Chanceler, atualização de um povo, em primeiro lugar, como conhecimento de suas necessidades, como maturidade de suas afirmações, como superação do medo e, sobretudo, como superação de primarismo. Tomo o seu discurso nesta Casa como um pronunciamento de fidelidade ao "slogan" lançado por Vossa Excelência ou de ratificação dele. Diante dos debates, porém, das interpelações, ocorreu-me esta ideia: neste momento, estaria havendo no Soviet Supremo tantas discussões em torno desse reatamento? No Soviet Supremo existiriam facções temerosas da capitalização da Rússia pela simples retomada de relações com o Brasil? Estariam receosos da superação do regime ou da diluição dos bolcheviques na União Soviética pelo fato de restabelecer o país relações com o Brasil? Na certa, nobre Chanceler, não existem esses temores, porque a Rússia é um país consciente de seu poder e do seu papel no mundo. O que não admito é que partamos para o reatamento de relações com a União Soviética com sentimento de inferioridade, Não devemos ter medo de bolchevizar este país como eles não tem medo de capitalizar aquela nação, pelo simples contato *(muito bem)* pela simples relações com Brasil. O que vejo, nobre Chanceler, na oração de Vossa Excelência, muito mais do que uma explicação sobre a necessidade de reatar o Brasil relações com os países socialistas, é uma definição inequívoca sobre o seu "slogan" de maturidade e atualização do Brasil. Seria primário, nobre Chanceler, o Brasil ter de explicar ao mundo e esta Casa precisar perder horas e horas para dizer que o Brasil, que quer ser um grande país, o Brasil que atingiu a sua maturidade, reatou relações com um dos maiores países do mundo. Era o que tinha que dizer *(Muito bem. Palmas).*

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, lamento sinceramente não poder, por imperativo regimental, continuar concedendo os apartes com que me vêm honrando os nossos nobres colegas e que tanta significação dão a este pronunciamento.

Agradeço as palavras do Deputado Cid Carvalho.

SR. CID CARVALHO – A pedido do nobre colega Aarão Steinbruch e em nome do Movimento Trabalhista Renovador, trago a Vossa Excelência a solidariedade deste mais novo partido nacional.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Peço a Vossa Excelência estenda a esse partido meus agradecimentos.

SR. ADAHIL BARRETO – Transformarei meu aparte numa declaração escrita, que vou incorporar ao discurso de Vossa Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço a Vossa Excelência e muito agradeceria também a outros aparteantes que não puderam, por motivo de tempo, apresentar sua intervenção, fizessem a mesma coisa.

Senhor Presidente, a marcha de um país como o nosso não se pode fazer sem momentos como este, que acabamos de viver nesta Casa.

Aqui não tivemos propriamente um choque de ideias, uma apuração de discordâncias. O que aqui tivemos foi um episódio fundamental e inevitável na vida de todo povo que procura afirmar a sua independência. Nada é mais difícil do que ser independente, nada é mais difícil do que tomar nas próprias mãos as próprias responsabilidades. Nada se faz com maiores dificuldades, com mais duras penas e com mais sérias discordâncias do que essa tarefa que estamos empreendendo em nosso país, que é a tarefa simples e, entretanto, dificílima, de fazer com que o Brasil seja governado pelo interesse e pela vontade dos brasileiros. *(Palmas. O orador é vivamente cumprimentado).*

O Brasil em Punta del Este

Exposição aos Chefes da Missão dos Estados Americanos no Itamaraty,
em 12 de janeiro de 1962

Declaração sobre a nota dos ex-ministros das Relações Exteriores,
publicada em 17 de janeiro de 1962

Discurso pronunciado na Comissão Geral,
em 24 de janeiro de 1962

Justificação de voto do Brasil

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em Brasília,
em 7 de fevereiro de 1962

Moção de Censura - Discurso, na Câmara dos Deputados,
em 29 de maio de 1962

Exposição aos Chefes da Missão dos Estados Americanos no Itamaraty, em 12 de janeiro de 1962

Pedi a presença dos senhores Embaixadores e Encarregados de Negócios a este encontro no Itamaraty para lhes dar conhecimento da orientação que o Brasil seguirá na Reunião de Consulta, a iniciar-se em 22 do corrente, em Punta del Este.

Creio não exagerar dizendo que todos nos encaminhamos a essa reunião sob o peso de graves apreensões.

Não há chancelaria que não considere, nos dias de hoje, a preservação da paz mundial a primeira de suas responsabilidades. Assim sendo, é natural que os nossos atos e atitudes nos preocupem, acima de tudo, pela contribuição que podem trazer ao aumento ou à redução das tensões internacionais.

É, pois, de suma importância que na próxima Reunião de Consulta não se tomem resoluções suscetíveis de trazer desenvolvimentos ulteriores, desfavoráveis à paz social e, mesmo, política do hemisfério; de gerar inquietações, maiores que as de hoje; ou de debilitar o sistema interamericano, enfraquecendo a posição do Ocidente.

O atual governo brasileiro exprimiu, por mais de uma vez, o seu pesar por ver o regime cubano apartar-se, por sua livre e espontânea vontade, dos princípios da democracia representativa definidos na Declaração de Santiago, subscrita por Cuba em 1959. A evolução do regime revolucionário no sentido da configuração de um Estado socialista, ou – na expressão do Primeiro-Ministro Fidel Castro – marxista-leninista, criou, como era inevitável,

profunda divergência e, mesmo, incompatibilidades entre a política do governo de Cuba e os princípios democráticos, em que se baseia o sistema interamericano.

Qualquer ação internacional, em relação a Cuba, daí resultante, para ser legítima e eficaz, deve estrita observância aos princípios e normas de direito internacional e não pode deixar de ser orientada pelo propósito construtivo de eliminar os riscos eventuais que a presença de um regime socialista no hemisfério venha a representar, quer para o funcionamento do sistema regional, quer para as instituições de países vizinhos, procurando diminuir, em vez de aumentar, os ódios e prevenções que têm tornado cada dia mais tenso e dramático o antagonismo entre Cuba e outros Estados.

Fórmulas intervencionistas ou punitivas, que não encontram fundamento jurídico e produzem, como resultado prático, apenas o agravamento das paixões e a exacerbação das incompatibilidades, não podem esperar o apoio do governo do Brasil. Fórmulas evasivas, insinceras, que pedem o que previamente já se sabe que terá de ser desatendido ou recusado, também não contam com a nossa simpatia. Acredito, porém, que uma resolução construtiva possa ser alcançada, desde que a procuremos com o sincero propósito de abrir um caminho, ao longo do qual os riscos possam ser gradualmente reduzidos e, afinal, eliminados e fique preservada a unidade do sistema democrático regional.

Não acreditamos que esteja no interesse de Cuba ficar por muito tempo fora do sistema, que contribuiu para construir. Fatores geopolíticos condicionam estreitamente a vida das nações e Cuba, por sua cultura, tanto quanto pelos imperativos de sua economia, há de sentir a necessidade de retornar ao ecúmeno democrático americano, por uma evolução natural superior às paixões políticas e às ideologias.

Temos observado, com prazer, que as chancelarias americanas coincidem, de um modo geral, na condenação do recurso às sanções militares contra o governo revolucionário. Em primeiro lugar, a ação militar por ser coletiva não deixaria de caracterizar uma intervenção (art. 15 da Carta de Bogotá). Em segundo lugar, ela iria provocar, na opinião pública latino-americana, uma justificada reação, que favoreceria a radicalização da política interna dos países do hemisfério e debilitaria, ao mesmo tempo, os laços de confiança mútua essenciais à própria existência do sistema interamericano. No plano mundial, seria de recear que retaliações em outras áreas viessem deteriorar, ainda que temporariamente, as condições conjunturais da paz.

Sanções econômicas também pareceriam um remédio juridicamente condenável, nos termos do art. 16 da Carta, e politicamente inidôneo, já que o comércio de Cuba com a América Latina não tem passado, em média, de 4,5 % do volume global das exportações e 9% das importações.

O rompimento de relações diplomáticas, que se explica no quadro das medidas bilaterais, só se compreenderia multilateralmente, no presente caso, como um passo a que se seguissem outros maiores, pois diminuiria a capacidade de influir sobre o governo com que se rompe, tiraria aos dissidentes o recurso humanitário do asilo e deslocaria do plano continental para a área do litígio entre Ocidente e Oriente a questão cubana, quando estimaríamos que ela não transcendesse os limites do hemisfério.

É pela via da ação diplomática que os Estados americanos poderão alcançar os meios eficazes de preservar a integridade do sistema democrático regional, em face de um Estado que dele se afasta, configurando o seu regime como socialista. Esse Estado pode adotar essa forma de governo e esse regime social, sem ficar exposto a intervenção, unilateral ou coletiva. Não é menor a soberania dos Estados americanos do que a de quaisquer outros Estados.

Por outro lado, é certo que um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas, ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados americanos seja preservado e para que as suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.

Uma Reunião de Consulta, por sua natureza e pelos seus métodos próprios de trabalho, tem a competência e os meios necessários para formular tal orientação. Para executá-la, porém, faz-se necessária a criação de um órgão especial, integrado pelas diversas correntes de opinião representadas na consulta e com latitude suficiente para tomar a si o estudo das obrigações e a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o hemisfério e sobre o qual, ouvidas as partes, se pronunciaria o Conselho da OEA.

Seria essa, estamos certos, uma fórmula viável, que não fere a soberania de Cuba – pois recorre a entendimentos prévios com o seu governo – e que tem o mérito de favorecer uma redução efetiva da tensão internacional hoje existente, vale dizer, de contribuir para o fortalecimento da paz.

O governo do Brasil não alimenta dúvida quanto às dificuldades que cercam a adoção dessa solução. Ela encontra sua razão de ser no propósito de conciliar o respeito pela soberania dos Estados e pelo seu direito de autodeterminação com a defesa da integridade do sistema interamericano, baseado em princípios comuns – entre os quais se incluem os da democracia representativa – e em compromissos jurídicos – entre os quais sobressaem os de assistência recíproca definidos no Tratado do Rio.

Nessa solução, se preserva o princípio de não intervenção, cujo respeito incondicional é indispensável à manutenção dos vínculos de confiança recíproca entre os Estados americanos. Não é possível, por outro lado, acusá-la de negligenciar o imperativo da defesa da democracia americana contra o comunismo internacional, porque ela objetiva, como recurso final, a criação de condições de neutralização do regime instaurado na República de Cuba em bases jurídicas válidas, semelhantes às que se têm estabelecido ou proposto em outras áreas do mundo.

O governo brasileiro submete essas considerações ao exame das chancelarias americanas com o propósito de contribuir para que a Reunião de Punta del Este possa ter um desfecho tranquilizador e um sentido construtivo.

Se os ministros das Relações Exteriores, ao se separarem, deixarem ali aprovada uma proposição que apenas anuncie a necessidade, a curto prazo, de novas decisões mais drásticas e *a priori* inevitáveis, teremos dado um sentido negativo às deliberações de um órgão que é, em nosso sistema regional, o mais alto instrumento de segurança. As decisões da VIII Consulta devem trazer ao hemisfério tranquilização e confiança. O único meio de alcançarmos esse duplo resultado parece ser, não uma cominação, que apenas abra à aplicação de sanções um curto caminho sem alternativa, mas uma resolução em torno da qual ainda seja possível um esforço de cooperação, que temos o dever indeclinável de tentar, antes de considerarmos inviáveis as nossas esperanças de uma pacificação.

É essa posição, coerente com as tradições inalteráveis da diplomacia brasileira, que desejava comunicar a Vossas Excelências e pedir-lhes que a transmitam aos seus respectivos governos.

Declaração sobre a nota dos ex-ministros das Relações Exteriores, publicada em 17 de janeiro de 1962

O Governo não recebe senão como colaboração o documento subscrito por quatro ex-Chanceleres sobre a reunião de Punta del Este[10]. A autoridade dos que o elaboraram e firmaram vem reforçar a linha fundamental já traçada pelo Conselho de Ministros, com aplauso do Presidente da República, e posta em execução pelo Itamaraty.

Pessoalmente lamento que a condução de nossa política exterior não esteja hoje nas mãos de qualquer dos ilustres signatários, bem mais capacitados do

[10] É a seguinte a nota dos ex-Ministros das Relações Exteriores:
Este apelo ao governo da República é formulado por quatro dos cinco ex-titulares da pasta das Relações Exteriores, atualmente, no Brasil. A falta de assinatura do Ministro Raul Fernandes não indica dissentimento, mas pura abstenção, que ele considerou de rigor, pois é membro da Comissão Jurídica Interamericana. Assessor da Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, podendo ser chamado, nessa qualidade, a emitir juízo sobre a questão a ser tratada em Punta del Este.
Compenetrados da gravidade da situação das Américas, sem a menor preocupação de política interna ou partidária, ousamos pedir, por intermédio do ilustre Chanceler San Tiago Dantas, ao Primeiro-Ministro Tancredo Neves, ao gabinete e ao chefe da nação, que recebam este testemunho como cooperação sincera e desinteressada.
Até agora, o Brasil foi sempre defensor infatigável do sistema interamericano e, não tendo pendências com vizinhos próximos ou distantes, nem aspirando à hegemonia ou predominância, pôde constituir-se em sustentáculo de grande obra esboçada por Bolívar que se estruturou em Congresso e em Conferências, sob a forma de tratados, resoluções e declarações, tudo formalizado na Carta de Bogotá, que é a base institucional da nossa efetiva colaboração.

que as minhas para a tarefa com que nos defrontamos. Lendo, porém, as suas palavras de hoje, e sobretudo rememorando os atos que praticaram durante os

---

Sabiamente, o Pan-americanismo aspira a atingir dois objetivos fundamentais: a consolidação dos regimes democráticos e da liberdade e a proscrição de todos os regimes totalitários que suprimam a independência das nações e os direitos da pessoa humana. Não foi por outros motivos que nos batemos contra o nazi-fascismo: ele se propunha a dominar o mundo e absorver a soberania dos demais povos.

Outrossim, os Estados americanos, em repetidas conferências e plenárias formularam resoluções e declarações, assumindo compromissos contra o totalitarismo, e se obrigaram a combatê-lo e a impedir a infiltração fascista ou soviética nesse hemisfério.

Isso aconteceu notadamente em Bogotá (1948), em Caracas (1954) e nas reuniões de Washington (1951), Santiago do Chile (1959) e San José da Costa Rica (1960).

Em todas aquelas oportunidades foram condenadas como subversivas as atividades do movimento comunista (Resolução nº 93, da X Conferência Interamericana em Caracas), como já constava da Resolução nº 32, da IX Conferência em Bogotá, que afirmou ser o comunismo "por sua natureza antidemocrática incompatível com a liberdade americana".

Igualmente categórica é a Declaração de Costa Rica (1960) quando estatui: "2 – repele a pretensão das potências sino-soviéticas de utilizar a situação política, econômica e social de qualquer Estado americano, porquanto tal pretensão poderia romper a unidade continental e pôr em perigo a paz e a segurança do continente...", "4 – reafirma que o sistema interamericano – incompatível com toda forma de totalitarismo...", "5 – proclama que todos os Estados-membros da organização regional têm a obrigação de submeter-se à disciplina do sistema interamericano, voluntária e livremente adotada...".

Em consequência, dentro do sistema continental não é admissível um Estado comunista ou vinculado às potências comunistas.

Tal foi a orientação da OEA, *nomine discrepante*, até o momento em que o Sr. Fidel Castro se instalou no governo de Cuba, depois de um vitorioso movimento de recuperação democrática contra Fulgêncio Batista.

Pouco a pouco, o Sr. Castro se foi, porém, distanciando dos compromissos assumidos por seu país, chegando afinal a regenerar todos os trabalhos e convenções vigentes. A rebelião de Castro contra o sistema continental não se consumou num dia. Ele foi gradativamente cortando os laços que o prendiam às nossas Repúblicas, instalando na ilha um regime de discricionarismo e formulado, a certa altura, a seguinte declaração: "Em Cuba, não haverá mais eleições". Era a proclamação da ditadura perene. Ao lado dessa notificação ao mundo, fez fuzilar adversários, suprimiu todas as formas de imprensa, perseguiu e deportou um bispo e numerosos sacerdotes católicos e praticou violências contra as prerrogativas da pessoa humana. Há pouco tempo, fez pública a declaração de que ele mesmo era comunista e leninista, qualidade que ocultara. Instituindo um Estado dito socialista, aliou-se às potências comunistas como a URRS e a China vermelha.

Dessa forma, tornou-se Cuba um país egresso do concerto internacional, com o qual quebrou todos os laços e ligações.

Isto considerado, surgiu o problema relativo ao comportamento que devem observar as nossas Repúblicas, integradas ao Pan-americanismo e desejosas de mantê-lo em sua plenitude.

O governo Jânio Quadros fixou-se numa posição teórica, declarando-se contrário a qualquer intervenção nos negócios de Cuba e fiel ao princípio da autodeterminação dos povos. Os dois preceitos são incontroversos. Todos os consideramos fundamentais na vida de relação entre os Estados.

seus anos de gestão da Chancelaria, verifico que estamos procurando os mesmos objetivos, e que, se divergimos na apreciação de determinados meios de ação, será talvez porque certa modificação de perspectiva sempre se produz, por mais experimentado que seja o estadista, quando considera os assuntos de Estado sem a imediata responsabilidade de decidi-los.

Verifico, com satisfação, que os quatro ex-Chanceleres aplaudem a posição em que se fixou o Brasil, de irrestrita fidelidade aos princípios de não

---

Mas o problema criado pela comunização de Cuba não se resolve com a simples enunciação daquelas regras gerais. É imperioso combinar o respeito a elas devido, com resoluções, declarações e tratados por todos nós subscritos, sobretudo com a índole do sistema e com a proscrição do comunismo na vida das Américas, com o compromisso que assumimos de não permitir que ele avance sobre nós, eliminando a vigência da democracia representativa, o império da liberdade, as garantias de independência das nações e as franquias indispensáveis à pessoa humana.

Não é necessário intervir pela força em Cuba para resguardarmos tais conquistas. Se, como é impositivo, queremos manter a Organização dos Estados Americanos e opor uma barreira à invasão do comunismo, teremos de encontrar em Punta del Este uma solução que reserve a unidade de nossas Repúblicas, renove nossa fé na democracia e na liberdade e nossa repulsa ao predomínio do totalitarismo que, por definição, é contrário ao espírito dos povos e do Novo Mundo e à sua formação de base cristã.

Cuba, sob Fidel Castro, repudiou a democracia e fundou na ilha um Estado comunista, articulado com a União Soviética e com a China vermelha. Não só isso. Pretende estender a rede comunista a toda América Latina, exportando-nos a sua doutrina revolucionária.

O que não nos parece acertado e nem conveniente é a posição resignatária de cruzar os braços. Até por instinto de conservação têm as Repúblicas americanas de tomar uma atitude que, sem ferir o princípio da não intervenção, isole Cuba do nosso convívio político, através do rompimento coletivo das relações diplomáticas, que a elimine da OEA, enquanto dura a ditadura fidelista, sobretudo, porque não é lícito invocar o preceito da autodeterminação para justificar, sob a capa da neutralidade, o descumprimento dos compromissos soberamente assumidos por todos e pelo Brasil.

Dirigindo-nos ao governo da República para rogar-lhe que considere as questões em debate no resguardo da posição tradicional do Brasil, sempre na primeira linha dos construtores da OEA, de sustentáculo da unidade continental, sob a égide de duas grandes memórias – Rio Branco, Joaquim Nabuco – não nos anima outro pensamento senão colaborarmos para o lustre da nossa pátria e o bom nome de seu governo.

Havendo exercido a direção da Chancelaria em épocas difíceis, tendo representado o nosso país em importantes conferências internacionais, julgamos que os frutos dessa experiência constituam títulos suficientes ao apelo que ora dirigimos aos nossos governantes. Não temos outro intuito senão o de reforçarmos o que imaginamos seja, no fundo, a resolução do governo, para vencer a crise continental, crise capaz de aniquilar a mais completa organização de convivência internacional no mundo e até de tornar possível a explosão de uma terceira guerra.

A consciência brasileira reclama dos seus homens o respeito aos princípios que lhe são fundamentais.

José Carlos de Macedo Soares.
João Neves da Fontoura.
Vicente Ráo.
Horácio Lafer.

intervenção e autodeterminação e que desaconselham, por uma conclusão inevitável, "a intervenção pela força" na República de Cuba.

Nem poderia ser de outro modo. O firme propósito, que temos, de preservar no hemisfério a unidade democrática, não nos poderia levar ao emprego de meios diretos para erradicar de um Estado, qualquer outra forma de regime político. Num documento recente, de outubro de 59, que conta com a assinatura prestigiosa do Delegado do Brasil, Doutor Raul Fernandes, o Comitê Jurídico Interamericano enumerou, em caráter explicativo, os casos de violação do princípio de não intervenção, e entre eles incluiu: "os atos pelos quais um Estado diretamente se opõe a que prevaleça em outro determinada forma ou composição de Governo".

Se pensássemos, aliás, de outro modo, teríamos deixado de ser democratas, pois a vontade de uma nação não pode ser substituída, na escolha de seu regime, pela de nenhum outro Estado ou organismo internacional.

A divergência que o documento evidencia, entre os antigos chanceleres e o atual governo, reside no apelo, que aqueles fazem a este, para que "isole Cuba de nosso convívio político através do rompimento coletivo das relações diplomáticas". O remédio indicado, antes de ser analisado do ponto de vista jurídico, isto é, à luz do Tratado do Rio de Janeiro, que contempla essa classe de sanções, merece ser examinado em face dos seus efeitos políticos.

Que alcance prático teria, para reconduzir à democracia um Estado socialista, ou, como ele próprio se confessa, marxista-leninista, a retirada de missões diplomáticas americanas?

Contra a República Dominicana, acusada de um ato concreto de agressão contra outro Estado, e país isolado no Hemisfério, sem qualquer possibilidade de ligações extracontinentais, as sanções diplomáticas ainda podiam ter efeito e cabimento. E mesmo aí, o Chanceler brasileiro, o eminente Deputado Horácio Lafer, seguiu, como estamos procurando fazer, a linha de prudência do Itamaraty, desaconselhando as sanções obre as quais, depois de votadas, manifestou-se nesses termos:

> O Brasil, senhores Chanceleres, não suspenderá seu trabalho, mesmo que os objetivos não sejam alcançados aos primeiros embates, porque está conscientemente seguro de que a verdadeira solução para casos como o que agora julgamos é algo mais do que sanções ou punições ou medidas restritivas. Acreditamos mais nas sanções morais e naquelas medidas de

persuasão no sentido de que todos os países de nossa comunidade se fundem, em bases democráticas.

No caso de Cuba, o isolamento diplomático conduziria a resultados opostos aos que desejam, em seu bem-intencionado apelo, os quatro ex-Chanceleres. Cuba se integraria ainda mais no mundo socialista, para o qual teria de gravitar por força do repúdio pelas Repúblicas americanas. Ao mesmo tempo, rompido o contrato diplomático com o hemisfério, o caso cubano ficaria aforado, em caráter exclusivo, ao litígio entre Ocidente e Oriente.

De sorte que o rompimento de relações, ou é mero passo para uma "intervenção pela força", como a que os ex-Chanceleres são os primeiros a condenar, ou é remédio inócuo e talvez contraproducente.

Desejo, porém, afirmar aos quatro homens públicos, a quem respeito e admiro, que podem estar tranquilos quanto aos propósitos do governo brasileiro na VII Consulta, e que não precisam recear que fiquemos numa "posição resignatária, de braços cruzados". O que ao ardor do jornalista às vezes pode parecer "braços cruzados", à ponderação do estadista se revela às vezes como linha eficiente de ação.

Não me apaga da memória a atitude construtiva e moderada do Chanceler João Neves no caso do "Livro Azul" sobre atividades antiamericanas e até antibrasileiras do peronismo.

O Brasil vai à VIII Consulta disposto a defender os princípios democráticos e o sistema interamericano até mesmo contra os que, desejosos de servi-lo, proponham resoluções ou adotem atitudes que venham, na realidade, a comprometê-lo.

Condenamos o comunismo internacional, lutaremos por medidas que ponham a democracia a salvo de suas infiltrações, e tudo faremos para que o regime de Cuba não ameace o sistema interamericano.

Nossos melhores exemplos e normas vamos encontrá-los nos arquivos do Itamaraty, enriquecidos por atos que, muitos deles, estão creditados pelo país a alguns dos ex-Chanceleres signatários do documento ontem divulgado por *O Globo*.

Discurso pronunciado na Comissão Geral, em 24 de janeiro de 1962

Desejo que minhas primeiras palavras sejam de saudação aos senhores Ministros das Relações Exteriores dos Estados americanos e aos governos e povos que representam nessa consulta. O Brasil a ela comparece animado pelo espírito de fraternidade que o tem levado a participar de todas as reuniões interamericanas e pelo sincero desejo de contribuir para que a presente consulta represente um passo adiante na elaboração e no fortalecimento do sistema regional a que pertencemos.

Três objetivos orientam o nosso comportamento na presente reunião: primeiro, o de preservar a unidade do sistema, fortalecendo-o em benefício do Ocidente; segundo, o de defender os princípios jurídicos em que ele se baseia, contribuindo para que não se desfigurem no momento em que são chamados à aplicação; terceiro, o de robustecer a democracia representativa em sua competição com o comunismo internacional.

Acredito que esses objetivos são comuns aos Estados democráticos aqui representados, mas as declarações divulgadas antes mesmo de iniciar-se a consulta e as atitudes tomadas no Conselho da OEA ao deliberar-se sobre a sua convocação, fazem crer que existem entre nós certas divergências, não quanto às finalidades que perseguimos, mas quanto aos meios que julgamos adequados para alcançá-las.

A unidade e o fortalecimento do sistema interamericano não resultam, como pode parecer a uma análise apressada e que se contente com a observação superficial de atitudes exteriores, do simples fato de chegarmos, em nossas reuniões, a declarações unânimes e de votarmos documentos que reafirmem nossos propósitos comuns. Muitas vezes a unanimidade se alcança, nas decisões internacionais, ao preço da eliminação da essência de uma controvérsia; e, assim, as simples reafirmações de propósitos já declarados debilitam, em vez de revigorar, o sentido afirmativo já vazado em anteriores declarações.

O que verdadeiramente demonstra que o sistema está vivo e que a união entre os Estados continua a produzir energias para o desenvolvimento de sua existência comum é a capacidade de resolver e superar problemas através de soluções construtivas, em que se sinta a presença de uma comunhão de ideias e de uma soma de forças para alcançar um objetivo visado por todos.

Temos tido, em nossas reuniões interamericanas, grandes momentos, em que se revelou a autenticidade de nossa união e se patenteou a efetividade de nossos esforços. Esperemos que a VIII Consulta de Ministros das Relações Exteriores se possa inscrever entre eles e que não nos tenhamos de desapontar dentro de alguns anos com o resultado de nossas deliberações. Os progressos do sistema interamericano, a sua capacidade de resposta a novas situações e novos problemas estão intimamente vinculados à preservação dos princípios jurídicos que nos permitiram construí-lo.

Nesses princípios se têm assentado nossos compromissos internacionais, dos quais resultam normas obrigatórias para todos os Estados, adotadas, muitas vezes, depois de madura evolução, após passarem por estágios sucessivos de elaboração, em que primeiro se afirmam como simples anelos ou aspirações enunciadas em declarações sem efeito vinculativo, para um dia se transformarem em cláusulas de tratados e convenções.

Nosso sistema regional, olhando do ponto de vista jurídico, é, assim, um conjunto orgânico de normas obrigatórias e aspirações programáticas. Faz parte do método a que tem obedecido sua elaboração histórica aguardarmos o momento próprio de sua codificação, precisamente para que mantenhamos definidas e ao abrigo de confusões de limites eventualmente perigosos a área da soberania de cada Estado e a área dos compromissos limitativos livremente negociados e consentidos.

Nada há, por isso, no sistema interamericano, que não seja obra da vontade dos Estados que nele se associam. A base da organização regional tem sido e há de continuar a ser a independência política dos diferentes Estados de que nem sequer uma mínima parcela foi alienada ou transferida a outro Estado ou à própria organização regional. Não há, por isso, exagero em dizer que a base primordial do sistema jurídico interamericano é o princípio da não intervenção de um Estado nos negócios internos de outros, princípio cuja obrigatoriedade se estende à própria organização e que só encontra seus limites nos casos de aplicação de medidas para a manutenção da paz e da segurança expressamente autorizadas em tratados internacionais.

Não constitui, como sabemos, o reconhecimento do princípio de não intervenção, entre os Estados americanos, um pacífico ponto de partida, reconhecido e proclamado desde a era da independência. Já éramos formalmente nações soberanas e lutávamos contra as ingerências estranhas na área de nossas respectivas soberanias, a princípio, contra a intervenção de potências europeias e, depois, contra a de nações mais fortes do próprio hemisfério, até que o reconhecimento do princípio de não intervenção e o seu escrupuloso respeito pelos Estados em condições materiais de violá-los vieram gerar novas bases de cooperação e de confiança sobre as quais se pôde erguer o sistema de que nos envaidecemos. É lícito dizer-se que a Organização dos Estados Americanos floresceu, nas últimas décadas, como um instrumento por excelência da política de não intervenção.

Numa era em que as tensões internacionais se tornaram extremas e em que muitos países se viram obrigados, para fazerem respeitar sua independência política, a se colocar numa posição de tenso equilíbrio entre os blocos político-militares que se disputam a primazia mundial, tivemos a fortuna de nos podermos colocar à sombra de uma organização que assegurou, através de princípios e normas, a integridade de nossas soberanias, sem precisarmos recorrer a formas inferiores de transação.

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca veio aperfeiçoar esse sistema, dando bases absolutamente precisas à segurança coletiva no âmbito regional. Entre os vários aspectos que o distinguem e que dele fazem, realmente, um instrumento de preservação da paz e da segurança, e não um ato constitutivo de uma aliança ou bloco militar, merece ser posto em relevo neste instante o fato de basear-se o seu mecanismo de defesa comum na ocorrência de um caso concreto e específico de ataque armado ou, nos termos

do art. 6º, de uma agressão equivalente, que possa afetar a inviolabilidade ou a integridade do território, a soberania ou a independência política de qualquer Estado americano, agressão a que se equipara "qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América". Sem que ocorra um fato específico, imputável a determinado agente e capaz de produzir o correspondente evento de dano ou de perigo, não há como invocar as normas do Tratado do Rio de Janeiro, que, assim, ao mesmo tempo que tem circunscrita a sua área de aplicabilidade, deixa de constituir nas mãos dos Estados americanos um instrumento que eventualmente poderia franquear as fronteiras do princípio de não intervenção.

Além da preservação da unidade do sistema interamericano e da defesa dos princípios jurídicos em que ele se baseia, traz o Brasil à presente consulta o firme propósito de contribuir com seus votos e atitudes para o robustecimento da democracia representativa em sua competição com o comunismo internacional.

É a democracia uma aspiração comum dos povos americanos, expressa não apenas no art. 5º da Carta de Bogotá, mas em inúmeros outros documentos do sistema interamericano e, sobretudo, moldada nos episódios mais significativos da nossa história política e social. O sistema interamericano careceria de sentido e perderia mesmo o espírito criador que o vivifica e lhe condiciona a evolução, se o esvaziássemos desse traço fundamental e inalienável que é a aspiração comum dos povos americanos a viverem sob as normas de um regime político que é o único compatível com o respeito à condição humana e com a preservação das liberdades públicas.

Daí a dizer-se que já alcançamos a estabilidade na prática das instituições democráticas e representativas vai, entretanto, um grande caminho. Nossos povos aspiram à democracia, mas ainda não conseguiram alcançá-la de forma permanente, ou mesmo estável, pela interferência de causas sociais e econômicas que nos expõem frequentemente a crises políticas, não raro geradoras de regimes de exceção. Entre essas causas avultam, como é sabido, o subdesenvolvimento econômico, que mantém em nossos países níveis de renda individual hoje apontados entre os mais baixos do mundo, e, além disso, desigualdades na distribuição social da riqueza inteiramente incompatíveis com o grau a que atingiram, na consciência das classes populares, a aspiração ao bem-estar e a noção ética da igualdade. A essas causas de caráter geral deve ser ainda acrescentada a presença, na economia de diversas nações do hemisfério, da interferência constante dos interesses de grupos

econômicos internacionais, que alcançam, no território dos países onde operam, uma soma de autoridade às vezes maior que a dos próprios governos.

Sem a erradicação desses males, que debilitam a democracia representativa, condenando-a a uma permanente instabilidade, não será possível a nenhum país americano lograr êxito na luta contra o comunismo internacional. De nada valerão os princípios morais e políticos, em que se inspira tradicionalmente a nossa civilização, como de nada valerá o amor pela liberdade em que se plasmou, desde as lutas coloniais, o caráter dos nossos povos. Para vencermos o comunismo e colocarmos sobre bases inabaláveis as instituições democráticas e o respeito das liberdades públicas, teremos de empreender – através de medidas internas e, também, com a cooperação internacional – uma luta intensiva pelo desenvolvimento econômico, pela maior igualdade na distribuição social da riqueza e pela emancipação da economia de cada nação dos vínculos em que ainda perduram os resíduos de um sistema colonial.

É certo, porém, que não só internamente terá de ser travada a batalha pela defesa da democracia. No mundo moderno, a luta entre o Ocidente e o Oriente tornou-se expressão do antagonismo entre a democracia e o comunismo internacional, e nenhum Estado que deseje preservar suas instituições livres pode deixar de enfrentar, também neste terreno, o desafio. Para fazê-lo, de forma historicamente construtiva, é necessário, em primeiro lugar, compreender que a chamada Guerra Fria não é, como a muitos ainda parece, talvez pela perseverança de hábitos mentais já desatualizados, um mero ponto de passagem ou etapa preparatória de uma guerra real. Era essa, de fato, a impressão formada no espírito dos nossos contemporâneos quando se restauraram, terminada a última guerra mundial, os desentendimentos que culminariam nas grandes tensões internacionais dos nossos dias.

A nova realidade, que precisamos encarar em toda sua extensão e profundidade, é, entretanto, que a Guerra Fria, em vez de uma simples etapa, parece constituir uma forma permanente de convivência, da qual sairemos apenas quando a evolução dos acontecimentos houver superado as formas presentes de antagonismo que contrapõem o Ocidente e o Oriente. Se essa é uma forma de convivência que se estenderá por um período de tempo imprevisível, a conclusão imediata que se nos impõe é que, para lutarmos dentro dela pelos ideais e princípios da civilização ocidental e democrática, temos de partir da convicção da inutilidade de medidas de força, que geram,

por uma reação inevitável, outras medidas congêneres, e bem assim temos de procurar em todas as circunstâncias, não o agravamento, mas a redução progressiva das tensões internacionais. Onde quer que as tensões aumentem, coloca-se em perigo a causa da paz; e a ruptura da paz representa, para todos os povos, seja qual for o resultado eventual de um conflito militar em grande escala, a certeza do desaparecimento físico e moral, pois não serão menores as probabilidades de destruição maciça do que as de perda irreparável dos valores da civilização.

Lutar pela democracia, nos termos em que se coloca o antagonismo entre o Ocidente e o Oriente, é, assim, em primeiro lugar, lutar pela preservação da paz e, dentro dela, por condições competitivas que, onde quer que se tenham verificado, sempre favoreceram a preservação, o robustecimento e até a recuperação das instituições livres, com perda de predomínio ou de influência para o comunismo internacional.

É esse um ponto sem o qual não poderíamos, a nosso ver, senhores Chanceleres, abordar com objetividade, nesta reunião, o problema do estabelecimento de um Estado socialista – ou, como ele próprio se declara, marxista-leninista – em nosso hemisfério, pois o caso de Cuba é inseparável, em sua significação e em seu tratamento, do grande problema do antagonismo entre o Ocidente e o Oriente e da luta pela democracia contra o comunismo internacional.

Numerosas vezes, nos últimos anos, temos assistido à criação de condições favoráveis à interferência do comunismo internacional em Estados democráticos ou pelo menos solidários com as democracias ocidentais. Algumas vezes, essa interferência assumiu o caráter de uma simples preponderância de forças políticas internas dentro dos quadros de uma competição eleitoral; outras vezes, assumiu o caráter de uma associação entre forças revolucionárias nacionalistas e populares e movimentos de filiação comunista, atuando conjugada ou paralelamente. Especialmente nesse último caso, com o qual se aparenta o de Cuba, a interferência soviética, na área que ela procura fixar sob sua influência, assume o caráter de verdadeira penetração cultural e econômica, além de ingerência política em seus negócios internos. Se, nesse momento, se adotam medidas que conduzem o país a um isolamento sem alternativas, a sua gravitação para o bloco soviético não pode deixar de ser inevitável. Onde, porém, as potências ocidentais tiveram a clarividência de deixar uma porta aberta, para que, através dela, continuasse a processar-se o contato político, econômico e cultural com o Ocidente, não

houve talvez um só caso em que a causa ocidental não tivesse acabado por prevalecer, ou na própria configuração das instituições políticas, ou pelo menos na definição da linha de conduta internacional do Estado. Está bem próximo de nós o exemplo do Egito. Se, no momento da ocupação de Suez, os Estados Unidos não tivessem tido a clarividência de deixar ao governo do Egito uma alternativa em direção ao Ocidente, é bem provável que a República Árabe Unida não pudesse ter escapado à *vis atractiva* do bloco soviético, em direção ao qual teria sido isolada. Do mesmo modo, se a Inglaterra não tivesse, no caso do Iraque, mantido um canal aberto para o entendimento com o Ocidente, não seria hoje aquele país árabe um baluarte ocidental no Oriente Médio.

Não acreditamos que o caso de Cuba possa ser examinado e discutido como se ele se situasse fora da história contemporânea, nos limites de um território ideal, em que os acontecimentos se processassem sob a influência de causas e circunstâncias puramente americanas. Acreditamos, pelo contrário, que Cuba nos ofereça um exemplo típico de Estado onde uma revolução de tipo nacional e popular recebeu, a princípio, a colaboração e, mais tarde, a crescente influência de forças caracterizadamente comunistas, cuja presença se vem acentuando dia a dia nos assuntos internos e na conduta internacional daquele Estado americano. No momento em que os chanceleres do hemisfério se reúnem para considerar, ainda que sob os termos de uma convocação genérica, especificamente o caso cubano, é impossível separar a política que adotemos em relação a esse país da política geral de defesa da democracia contra o comunismo; e é dentro dos exemplos e precedentes oferecidos pela história política recente que teremos de situá-lo, se o quisermos abordar corretamente.

Senhores Chanceleres, são essas as premissas da posição brasileira na presente reunião de consulta. Desejamos preservar e robustecer a unidade do sistema americano e, para isso, consideramos indispensável, não uma decisão unânime e inoperante, mas uma solução construtiva. Desejamos defender os princípios jurídicos em que se baseia o sistema regional e não queremos por isso adotar soluções perigosas, que tornem indecisos os marcos divisórios do princípio de não intervenção. Desejamos, finalmente, lutar pela democracia e para isso desejamos situar Cuba no panorama geral do antagonismo entre o mundo ocidental e o mundo soviético, assegurando condições que não propiciem o seu definitivo alinhamento com o bloco totalitário, mas ensejem, pelo contrário, o seu retorno, ainda que não imediato, à órbita dos povos livres.

As soluções até agora apresentadas a esta reunião de consulta, ou anunciadas pelos governos que a ela concorrem, não parecem corresponder às preocupações da delegação do Brasil. É certo que vimos com prazer o abandono gradual, e acreditamos que unânime, do apelo às sanções militares como remédio eficaz para o caso de Cuba. Teríamos destruído o sistema interamericano no dia em que considerássemos a intervenção armada meio idôneo, não para rechaçar uma agressão materializada em fatos determinados, mas para eliminarmos um regime político por contrariar os princípios democráticos em que se baseia a Carta de Bogotá.

Embora as sanções militares estejam eliminadas das cogitações de todos, não será demais lembrar que os princípios democráticos constituem aspiração comum dos povos americanos, mas que o seu abandono por um governo do hemisfério não constitui caso previsto em qualquer tratado para aplicação de medidas coercitivas ou sanções. Merece ficar excluída de forma definitiva a interpretação incorreta de que a Resolução 93 de Caracas reformou o Tratado do Rio de Janeiro. Um tratado não pode ser reformado senão por outro, que obedeça aos mesmos trâmites de conclusão e ratificação. Além disso, se esse argumento não bastasse, aí estariam os termos da Declaração de Santiago do Chile, oriunda de projeto cuja apresentação à V Reunião de Consulta constitui um galardão da diplomacia brasileira e que reconhece expressamente, ao enunciar os oito princípios característicos da democracia americana, que a sua observância não tem caráter obrigatório, mas exprime uma aspiração comum, um polo para que tende em sua evolução histórica a consciência política dos povos do nosso hemisfério.

Nem poderia ser de outro modo, se considerarmos que os Estados americanos vão realizando, sob as dificuldades de ordem social e econômica que acima apontei, a sua marcha ascensional para a implantação permanente da democracia representativa, mas muitos ainda sofrem, de tempos em tempos, a inevitável interrupção decorrente do estabelecimento de ditaduras pessoais ou de rebeliões com inclinação ideológica variável.

Não estaríamos à altura das nossas responsabilidades, se – conhecendo, como conhecemos, as circunstâncias sob que se processa a evolução política dos nossos países e sabendo que é condição indispensável ao sucesso dessa mesma evolução a posse irrestrita dos atributos da soberania – viéssemos converter o organismo regional num instrumento de averiguação da índole dos regimes estabelecidos eventualmente num Estado americano

e reconhecer-lhe o direito de intervir para erradicar os que se apresentassem como emanação do comunismo internacional.

Se não conceberíamos a aplicação de sanções militares, no que coincidimos felizmente com a opinião geral, também não somos favoráveis à imposição de sanções econômicas ou diplomáticas. Ambas, em seu caráter de medidas multilaterais, compreendidas no art. 8º do Tratado do Rio de Janeiro, nos parecem carecer, tanto quanto as medidas militares, de fundamento jurídico adequado. Analisadas em seus efeitos políticos, elas nos parecem, na melhor hipótese, infrutíferas e, na pior, contraproducentes, pois as sanções econômicas privariam Cuba de um comércio de proporções diminutas, que em nada contribui para a manutenção da economia cubana, muito mais arrimada a mercados de países membros da NATO e já agora aos que integram o bloco das nações socialistas. Quanto ao rompimento de relações diplomáticas, seria medida de caráter puramente simbólico para tratamento de um problema, ao qual devemos dar solução efetiva, dentro do quadro da competição entre o Ocidente e o Oriente. Rompidas as relações com os países do hemisfério, nem por isso desapareceriam – antes se acentuariam – as razões que podem levar Cuba a uma integração total no bloco socialista. Estaríamos dando, com medidas dessa natureza, ao caso cubano precisamente aquele tratamento que há poucos momentos condenei, qual seja o de isolá-la; o de não lhe deixar alternativa, através da qual possa manter suas ligações com o Ocidente, o que fatalmente nos conduziria ao dilema de, ou transformarmos Cuba num país comunista, em caráter irreversível, ou termos de examinar amanhã, em relação a ela, estas mesmas medidas de caráter militar que hoje renegamos, na presente reunião.

Nem se compare o caso cubano ao da República Dominicana, objeto de sanções de efeitos bastante discutíveis, decretadas na Reunião de Costa Rica. A República Dominicana se encontrava sob uma ditadura tipicamente local e suas condições de manutenção econômica e de sobrevivência política se achavam praticamente circunscritas ao mundo americano. Se, ali, as sanções ainda tinham alguma possibilidade de produzir como efeito o retorno do país às condições próprias do nosso hemisfério, no caso cubano, em que justamente se acusa o regime de manter vínculos políticos e econômicos com um sistema extracontinental, o isolamento só produziria, como consequência, o reforço desses vínculos, sem qualquer possibilidade evolutiva favorável ao Ocidente.

Assim como não votará sanções militares, econômicas ou diplomáticas para aplicação imediata, também não deseja o Brasil favorecer resoluções que importem na inevitável aplicação de sanções diferidas. Há resoluções que hoje assumem um caráter puramente cominatório, mas que não contêm em si mesmas outra consequência senão a de colocarem os Estados americanos, dentro de um prazo mais curto ou mais longo, diante de nova necessidade de deliberar sobre a imposição de sanções pelos mesmos fundamentos.

Particularmente, nos parece desaconselhável a fórmula de uma intimação a Cuba para que rompa, dentro de prazo determinado, as vinculações que mantenha com o bloco sino-soviético, ficando, no correr do período, sob a fiscalização de um comitê que apresentaria o relatório dos seus trabalhos a um órgão do sistema. Essa fórmula de sanções proteladas tem o grave inconveniente político de constituir um perigoso elemento de radicalização e exaltação da política interna em diversos Estados americanos. Teríamos aí, como consequência inevitável, uma luta em vários Estados entre correntes desejosas de influenciar a segunda decisão, o que daria ao movimento fidelista uma ressonância continental inteiramente em desproporção com a sua verdadeira significação no presente. Os chanceleres americanos não podem deixar de considerar, em primeira linha, nas soluções que adotarem nesta reunião de consulta, o efeito pacificador ou intranquilizador que elas venham a ter sobre os países do hemisfério e, ao mesmo tempo, o sentido evolutivo que ela assumirá na competição entre o Ocidente e o Oriente.

Outro caminho para o qual apontam várias manifestações de chancelarias americanas é o da definição dos efeitos que teria o alinhamento de Cuba entre os Estados comunistas sobre a sua filiação ao sistema interamericano. O Brasil compartilha a convicção de que existe incompatibilidade entre os princípios em que se baseia o sistema interamericano e o alinhamento de um Estado com o bloco sino-soviético, como Estado comunista. Enquanto a filiação à Organização das Nações Unidas depende exclusivamente de que um Estado preencha a condição genérica de ser *amante da paz*, a filiação à Organização dos Estados Americanos depende da comunhão nos princípios e objetivos enunciados na Carta de Bogotá. Entre esses princípios se requer "a organização política com base no exercício efetivo da democracia representativa". A perda momentânea dessa efetividade não envolve uma incompatibilidade definitiva com o sistema e o organismo em

que ele se exprime, mas a aceitação deliberada e permanente de uma ideologia política que o contradiz e combate gera uma situação irrecusável de incompatibilidade, de que não podem deixar de ser extraídas consequências jurídicas.

Será certamente um dos mais delicados e profícuos labores desta conferência examinar a extensão dessas incompatibilidades e os meios legais de vencê-las para a ordem jurídica. Um Estado, ao afastar-se dos princípios e objetivos em que se funda a comunidade de Estados democráticos do hemisfério, não pode deixar de aceitar que lhe seja proposta a adoção de certas obrigações negativas ou limitações. Tais obrigações são, na verdade, indispensáveis para que o sistema de segurança dos Estados americanos seja preservado e para que as suas instituições e governos fiquem a salvo de qualquer possibilidade de infiltração subversiva ou ideológica, que constitui, aliás, forma já qualificada de intervenção.

Uma reunião de consulta, por sua natureza e pelos seus métodos próprios de trabalho, tem a competência e os meios necessários para formular tal orientação.

Para executá-la, porém, faz-se necessária a criação de um órgão especial, integrado pelas diversas correntes de opinião representadas na consulta e com latitude suficiente para tomar a si o estudo das obrigações e a elaboração do estatuto das relações entre Cuba e o hemisfério e sobre o qual, ouvidas as partes, se pronunciaria o Conselho da OEA.

Seria essa, estamos certos, uma fórmula viável, que não fere a soberania de Cuba, pois recorre a entendimentos prévios com o seu governo, e que tem o mérito de favorecer uma redução efetiva da tensão internacional hoje existente, vale dizer, de contribuir para o fortalecimento da paz.

O governo do Brasil não alimenta dúvidas quanto às dificuldades que cercam a adoção dessa solução. Ela encontra sua razão de ser no propósito de conciliar o respeito pela soberania dos Estados e pelo seu direito de autodeterminação, com a defesa da integridade do sistema interamericano, baseado em princípios comuns, entre os quais se incluem os da democracia representativa; em compromissos jurídicos, entre os quais sobressaem os de assistência recíproca definidos no Tratado do Rio.

Tais são, senhores Chanceleres, as linhas fundamentais da posição que o Brasil assume em face do problema cubano, na VIII Reunião de Consulta. Quero expressar aos eminentes colegas, representantes de Estados que romperam, no exercício de suas soberanias, relações diplomáticas e

comerciais com Cuba, o respeito do Brasil pelos motivos que inspiraram essas decisões.

Quero ainda dirigir-me de maneira especial ao eminente representante dos Estados Unidos. Tem cabido à nobre nação norte-americana um papel de liderança mundial na luta pela defesa da democracia e pela preservação das liberdades públicas. O Brasil está integrado nos objetivos dessa luta e a atitude que assume na presente consulta corresponde, no seu entender, ao meio mais adequado de bem servir à causa comum.

Não considero que seja essa a melhor oportunidade de examinar, sob a fórmula de hipóteses, outras alternativas que se abrem às conclusões da presente consulta. Todo problema em que se acha em causa a soberania dos Estados oferece dificuldades e reclama soluções, que muitas vezes não satisfazem a expectadores ansiosos por lances sensacionais, mas que, na aparente modéstia de suas limitações, conseguem modificar, a longo prazo, o rumo dos acontecimentos e baixar, em benefício da paz, as tensões internacionais. É o que o delegado do Brasil espera que venha a suceder, graças à experiência e à ponderação dos chanceleres americanos, ao fim da presente reunião.

Justificação de voto do Brasil

Senhor Presidente,

A delegação do Brasil adere aos argumentos de ordem jurídica, que foram expostos de maneira cabal pelos nossos eminentes colegas, os chanceleres da Argentina, do Equador e do México. A orientação que assumimos, em face do problema criado pela identificação do regime de Cuba com o marxismo-leninismo, ficou bem clara, penso eu, na exposição que tive a honra de fazer ante os senhores chanceleres, por ocasião da abertura de nossos debates gerais. Naquela oportunidade, salientei que, no entender da delegação do Brasil, a criação de um regime comunista no hemisfério entrava em conflito conceitual com os princípios do sistema interamericano. Por essa razão, demos nosso voto favorável ao 1º e ao 2º dos artigos da parte resolutiva. Esta incompatibilidade resulta, a nosso ver, de que a Organização dos Estados Americanos está baseada em certo número de princípios e propósitos entre os quais abunda, expresso na alínea d do artigo 5º da Carta, o exercício efetivo da democracia representativa.

Não é esta uma organização em que a qualidade de membro seja independente de uma certa identidade de propósitos que orienta, por conseguinte, o sentido geral da vida dessa organização. Daí, entretanto, a supor que a infidelidade de um Estado a um desses princípios, precisamente a um dos principais, possa dar lugar a uma medida que não é prevista em

qualquer norma do sistema interamericano vai, a nosso ver, uma grande distância. Na verdade, como aqui foi salientado com toda clareza, em Direito Internacional Público não nos podemos permitir essas aplicações ampliativas, que consistem em supor que são permitidos determinados atos, apenas porque a eles não se faz alusão no instrumento. O que não está precisamente definido no instrumento, o que os Estados que o assinaram não constituíram como uma limitação de sua própria autonomia, não pode, de maneira alguma, ser extraído por via de qualquer interpretação.

Acresce, senhor Presidente e senhores Chanceleres, que, no entender da delegação do Brasil, também existe, nessa matéria, um aspecto político que não pode ser posto de lado, no exame a que procedemos, com a plena consciência da importância histórica do momento que estamos vivendo.

O aparecimento de um Estado marxista-leninista em nosso hemisfério não é um episódio isolado na conjuntura mundial. Não podemos deixar de inscrevê-lo no quadro do grande conflito entre o Ocidente e o mundo socialista dos nossos dias e de procurar situar, dentro dos limites desse quadro, as medidas que tomamos para enfrentar o tema, em defesa dos princípios democráticos e em defesa das ideias democráticas que nos unem. Numa época em que os povos já se certificaram de que não lhes está aberto nenhum caminho para a solução de seu antagonismo através do agravamento dos conflitos, das tensões internacionais e das soluções violentas, o caminho que verdadeiramente nos abrem e ao qual temos que recorrer, cedo ou tarde, é o caminho da criação de condições competitivas, que nos possam assegurar a vitória dos princípios democráticos em que acreditamos.

A delegação brasileira trouxe para esta reunião de consulta um ponto de vista, que tive a honra de expressar numa das nossas primeiras sessões da Comissão Geral, mas sentiu, desde logo, que esse ponto de vista talvez ainda não amadurecera suficientemente na consciência de todos para que o pudéssemos verter com proveito e nos termos de uma resolução. Não importa; estamos convencidos de que aquele ponto de vista não perdeu o seu valor e que a imperfeição inevitável das soluções a que teremos de chegar enquanto não recorremos a ele, diminuirá, necessariamente, o caminho até o instante de sua adoção. Esta convicção nada mais é do que um reflexo da confiança que temos, em primeiro lugar, na superioridade da democracia representativa, sobre toda e qualquer outra forma de governo. Onde quer que tenha sido deixada uma alternativa, uma porta aberta, para o sistema democrático, esse sistema terá a força atrativa suficiente para se

impor, mais cedo ou mais tarde, e para eliminar qualquer outro sistema concorrente. A pobreza das soluções políticas oferecidas ao mundo pelo socialismo, em tão veemente contradição com outros progressos de ordem econômica ou tecnológica, prova que a democracia ainda é a maior das técnicas de governar engendradas pela experiência do homem e pela civilização. É, sobretudo, a única dentro da qual se consegue resguardar o nível indispensável das liberdades humanas e assegurar condições permanentes para o progresso. Essa firme certeza de que a democracia é, no mundo contemporâneo, o regime do futuro e de que todos os desafios que lhe são hoje lançados pelo mundo socialista terminarão pela vitória inelutável do regime de liberdade, essa convicção está na base do ponto de vista em que se colocou o Brasil, nesta consulta e na orientação de toda a sua política exterior. Além disso, senhor Presidente, acreditamos firmemente que o mundo americano tem uma vocação inelutável para a unidade e o entendimento. As distorções – que porventura se verifiquem num ou noutro país, sob a influência de condições históricas, mais superficiais ou mais profundas – nada poderão contra esse sentido de unidade, contra essa força atrativa da nossa vocação continental e, por isso, nesse momento em que votamos, quero reafirmar, em nome do meu país, em nome do seu povo e do seu governo, a inabalável confiança que temos nos princípios da democracia representativa, o sistema interamericano, no futuro da organização regional que praticamos e que temos o dever de aperfeiçoar e desenvolver, e a certeza que temos de que, ao termo de todas essas dificuldades e lutas, asseguraremos a vitória dos princípios em que acreditamos.

Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 7 de fevereiro de 1962

Senhor Presidente e senhores Deputados,

Compareço à Câmara para cumprir o dever de lhes prestar contas da atuação do Brasil na VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Punta del Este.

Foi esse um certame internacional que empolgou a opinião pública do Brasil e de toda a América, talvez, em parte, porque os assuntos da política externa hoje se impõem à consciência dos povos como opções decisivas para seu próprio futuro e, em parte também, porque, pela primeira vez, enfrentávamos nos quadros do sistema interamericano um problema da Guerra Fria, um problema do antagonismo entre as potências do Ocidente e aquelas que integram o chamado bloco comunista.

Por tudo isso, senhor Presidente, a chancelaria brasileira não se aproximou da reunião de Punta del Este sem manifestar, em primeiro lugar, às chancelarias dos demais Estados americanos as suas graves preocupações. Com inúmeros dos governos da América, tivemos oportunidade de trocar correspondência. Em contatos com os seus representantes acreditados no Rio de Janeiro, mostramos que importância havia em preparar adequadamente essa consulta, na qual todos sabíamos bem como entrar, mas não sabíamos como sair, tão grave era o problema que se ia submeter à consideração dos Estados e tão grave o sentido das resoluções a serem tomadas. Especialmente com o

Departamento de Estado, as conversações da chancelaria brasileira foram longas e minuciosas. Data de 12 de novembro do ano passado o segundo memorando entre o Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Estado, por intermédio de seu embaixador acreditado no Rio de Janeiro. E esse memorando, que alguém já chamou em nossa chancelaria "memorando profético", apresentava com clareza os problemas com que nos íamos defrontar, as dificuldades que íamos ter de resolver em face de uma situação política que a todos apaixonava e de um sistema jurídico contido em normas precisas, em princípios bem definidos, que nenhum Estado americano, digno de sua própria soberania, ousaria desrespeitar.

Essas conversações resultavam, todas elas, de que o Brasil conceituava, do mesmo modo que os demais Estados democráticos do hemisfério, como fato de suma importância para esta área geográfica, o aparecimento de um regime político instaurado por meio de um processo revolucionário que se declara marxista-leninista e, como tal, destoava dos princípios da democracia representativa em que se baseia o sistema interamericano, princípios esses reeditados expressamente no art. 5º da Carta de Bogotá. Diante de uma situação destas, convinha, a nosso ver, que as chancelarias demoradamente estudassem a matéria sobre que seriam chamadas a decidir, a fim de que, só depois de decantados os seus pontos de vista, de unificadas as suas orientações e as suas soluções, caminhassem para uma assembleia, com a prévia certeza, ou, pelo menos, com a prévia probabilidade de que os seus resultados seriam construtivos. Por esse motivo, poucos dias antes de partir para Punta del Este, tive oportunidade de reunir no Ministério das Relações Exteriores os chefes de missão dos Estados americanos, acreditados junto ao nosso governo, e de manifestar-lhes com franqueza as nossas apreensões, ao mesmo tempo que lhes definia com sinceridade a nossa posição nacional e a nossa linha de conduta. Comparecendo hoje à Câmara para falar da reunião de Punta del Este, sou, entretanto, obrigado a reconhecer que muitas dessas apreensões foram excessivas e que, embora nos tenhamos de fato defrontado com grandes problemas, com dificuldades sem conta que, sobretudo, se exteriorizaram nos grandes debates travados dentro de cada país, entre as correntes políticas, entre os órgãos de imprensa; apesar de tudo isso, repito, sou obrigado a reconhecer que a reunião de Punta del Este revelou, entre os Estados americanos, um grau de unidade de propósitos tão íntimo e tão definido que, na verdade, longe de olharmos para essa conferência, no futuro, como para uma reunião de resultados negativos,

teremos de considerá-la uma reunião que marcou época na formação do americanismo. Em primeiro lugar, porque em Punta del Este as vinte nações democráticas deste hemisfério reafirmaram com absoluta unidade de convicção, a sua fé democrática. Todas elas reconheceram que os princípios democráticos estão na base da nossa maneira regional de viver e que é com fundamento nesses princípios que teremos de promover o desenvolvimento do sistema interamericano. A Ata de Punta del Este contém, além disso, como primeira resolução, um documento que não podemos deixar de considerar, em todos os seus aspectos, transcendental. Esse documento recebeu o título "Ofensiva do Comunismo na América Latina" e contém a enunciação de uma posição de luta perante a ação subversiva do comunismo internacional, posição em que se alinharam as vinte nações democráticas do nosso hemisfério.

As conclusões desse documento representam um grande progresso sobre documentos anteriores, no mesmo sentido, e que pontilham a história das reuniões interamericanas. Desde a IX Conferência Interamericana, em 1948, quando se aprovou a Resolução nº 32, os povos americanos têm afirmado seu propósito de lutar contra o comunismo.

Mas, nesse documento de Punta del Este, pela primeira vez, se afirmou alguma coisa que peço permissão para ler, pois aqui me parece estar contido um pensamento que merece ficar incorporado aos Anais da Câmara dos Deputados.

Diz o item 4º desse documento:

> Persuadidos de que se pode e se deve preservar a integridade da revolução democrática dos Estados americanos ante a ofensiva subversiva comunista, os ministros das Relações Exteriores proclamam os seguintes princípios políticos fundamentais:
>
> – O repúdio de medidas repressivas que, com o pretexto de isolar ou combater o comunismo, possam facilitar o aparecimento ou o fortalecimento de doutrinas e métodos reacionários que pretendam suprimir as ideias de progresso social e confundir com a subversão comunista as organizações sindicais e os movimentos políticos e culturais autenticamente progressistas e democráticos.
>
> – A afirmação de que o comunismo não é o caminho para a consecução do desenvolvimento econômico e a supressão da injustiça social na América e que, pelo contrário, o regime democrático comporta todos os esforços

de superação econômica e todas as medidas de melhoramentos e de progresso social, sem sacrifício dos valores fundamentais da pessoa humana. A missão dos povos e dos governos do continente, na atual geração, é promover o desenvolvimento acelerado de suas economias, para eliminar a miséria, a injustiça, a doença e a ignorância, nos termos da Carta de Punta del Este.

– A contribuição essencial de cada nação americana, para o esforço coletivo, cujo objetivo é proteger o sistema interamericano contra o comunismo, é o respeito cada vez maior pelos direitos humanos, o aperfeiçoamento das instituições e práticas democráticas e adoção de medidas que representem, realmente, o impulso no sentido de uma mudança revolucionária nas estruturas econômicas e sociais das repúblicas americanas.

Tornou-se, assim, a declaração fundamental de Punta del Este, ao mesmo tempo, uma declaração contra o comunismo e contra o reacionarismo, uma declaração que reafirma a confiança de nossos povos, de que é só através da prática da democracia representativa e do respeito da pessoa humana que poderemos encontrar o caminho do nosso desenvolvimento e da nossa integral realização, mas que, contra esses resultados, se erguem o perigo do comunismo e o perigo da distorção reacionária que, sob o pretexto de combatê-lo, apenas propõe uma fórmula estéril, eficaz unicamente para paralisar o progresso dos povos.

Foi igualmente importante, em Punta del Este, aquilo que se fez e aquilo que se deixou de fazer. Quando aquela conferência foi convocada, o que se pressentia, o que se temia é que instrumentos jurídicos como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca fossem submetidos a uma fórmula de interpretação livre, capaz de transformar o nosso sistema de segurança coletiva e de proteção mútua num autêntico instrumento de intervenção.

O Tratado do Rio de Janeiro, concebido para que os Estados americanos se defendam conjuntamente dos riscos de um ataque armado ou de uma agressão equivalente, consubstanciado num fato concreto, jamais foi concebido como instrumento político para que os Estados deste hemisfério ou a sua organização regional se convertam em juízes dos regimes políticos adotados por qualquer país, seja pela via das eleições livres, seja pela via das revoluções. Na verdade, a primeira condição, o primeiro requisito para nos desenvolvermos neste hemisfério como uma comunidade de nações

independentes, que perseguem, pelos caminhos do progresso, o seu próprio aperfeiçoamento democrático, é o respeito à soberania de cada povo, é deixar que cada povo resolva, pelo seu mecanismo interno de opinião pública, de reações populares de todo gênero, o problema que só a ele compete – o do seu destino.

A Organização dos Estados Americanos, de que tanto nos orgulhamos, tem sido, principalmente depois de 1933 e da definição, em Montevidéu, do princípio da não intervenção, o instrumento por excelência da proteção da independência dos Estados. Poderíamos dizer: o instrumento da não intervenção. O que temíamos era ver um aparelho de segurança coletiva, feito para ser aplicado diante de casos concretos, transformar-se num instrumento de julgamento de regimes; e o temíamos, sobretudo, porque temos todos a consciência de que o ideal democrático que anima os povos do nosso hemisfério traça-nos um caminho, mas ainda estamos longe de atingir o seu termo. Diariamente, os Estados americanos se veem expostos ao colapso, felizmente temporário, de suas instituições democráticas. Constantemente, a sombra dos regimes de exceção paira sobre a existência dos povos livres. Constantemente, a ameaça das ditaduras, armadas ou desarmadas, contraria o sentido de evolução democrática em que estamos empenhados. E nada seria mais perigoso para a independência dos povos deste hemisfério, nada estenderia uma sombra mais aterradora sobre o futuro das nossas soberanias, do que uma decisão coletiva pela qual se constituísse um organismo regional em juiz, árbitro e perito da natureza democrática dos regimes que praticamos e que abrisse definitivamente a porta para a intervenção, sob o signo do consentimento coletivo. Era esse o receio que animava todas as chancelarias responsáveis deste continente, ao se aproximarem de Punta del Este, onde tinham certeza de encontrar um problema, mas temiam por igual problema e a sua solução.

Neste sentido, senhor Presidente e senhores Deputados, é que nos devemos rejubilar, neste momento, de que Punta del Este tenha sido, realmente, uma vitória. Foi a vitória inconteste do princípio da não intervenção. Os Estados americanos ali se reuniram sob a pressão do mais grave desafio já lançado às instituições democráticas do nosso hemisfério. E a resposta dada, a solução alcançada, a ata redigida significam uma reafirmação peremptória da confiança de todos neste princípio, a cuja sombra hão de prosperar as instituições democráticas do nosso hemisfério.

Em Punta del Este não foram propostas sequer sanções militares contra o regime cubano. Fosse qual fosse esse regime, essas sanções militares não chegaram a ser propostas, nem formuladas por ninguém. Propuseram-se, com fundamento na interpretação livre e abusiva do Tratado do Rio de Janeiro, sanções econômicas e ruptura das relações diplomáticas. Mesmo entre nós, na nossa imprensa, vozes – algumas delas as mais autorizadas – se pronunciaram, antes do início da consulta, pelo cabimento desses remédios. Mas constituiu uma vitória da democracia e da causa da independência americana o momento das votações, no penúltimo dia daquele certame, quando os Estados que haviam proposto tais sanções solicitaram a retirada dos projetos que haviam apresentado. Não necessitou, por isso, a Conferência de Punta del Este manifestar-se sobre as aplicações abusivas do Tratado do Rio, tão forte, tão poderoso, tão significativo foi o impulso da defesa de um princípio que é, porventura, a pedra angular sobre que se levanta a nossa comunidade de nações livres. Assim como preservamos o princípio da não intervenção, assim como o deixamos intacto nos quadros da Organização dos Estados Americanos, assim também mostramos que a OEA sabe e pode tomar as medidas que estão ao seu alcance, para defender-se de um regime que contraria os seus princípios. Por vinte votos aprovou-se a exclusão do governo cubano da Junta Interamericana de Defesa, organismo que tem a seu cargo a defesa coletiva do hemisfério e que, tendo sido criada por uma reunião de consulta, podia ser objeto de modificações por outra reunião de consulta.

Assim também tomaram-se medidas de caráter preventivo, inclusive no tocante à criação de um comitê consultivo ao qual poderão os governos, no livre exercício de sua soberania, recorrer, se o quiserem, todas as vezes que se defrontarem com o perigo da subversão de origem internacional. Um único ponto restou, um único ponto constituiu-se um divisor de águas entre as delegações que concorriam ao certame e este ponto foi a dedução das consequências cabíveis, do fato de se reconhecer que, entre um regime que se declara marxista e o sistema interamericano, existe uma incompatibilidade. Dessa incompatibilidade ninguém duvidou.

Antes de partir para Punta del Este tive oportunidade, como disse há pouco, de reunir, no Itamaraty, os embaixadores dos Estados americanos e de fazer-lhes uma explanação sobre a posição brasileira.

Peço à Câmara dos Deputados especial atenção para este documento, porque ele é importante para que possamos medir e observar, em sua integridade, a coerência da posição brasileira.

Essa explanação, feita depois de fixadas – pelo Conselho de Ministros, sob a presidência do eminente presidente Tancredo Neves – as diretivas que a delegação brasileira deveria observar na consulta, contém rigorosamente os pontos de vista que em Punta del Este foram defendidos pelo Brasil.

Tudo quanto declaramos que votaríamos a favor, votamos a favor. E tudo o que declaramos, naquela exposição, que não contaria com o nosso voto, não contou com o nosso voto.

A delegação brasileira inscreve a sua atitude entre esses dois limites: a declaração prévia da sua posição internacional e o resultado do seu voto, escrutinado no último dia da consulta. Uma coerência perfeita uniu esses dois momentos. E já então, nesse documento em que condenávamos as sanções militares, em que condenávamos as sanções econômicas e o rompimento das relações diplomáticas, reconhecíamos que a Organização dos Estados Americanos é uma organização unida em torno de determinados princípios e que entre eles prima, pela sua significação e pelo seu alcance, o respeito aos princípios da democracia representativa, o propósito do seu cumprimento efetivo. Mas também reconhecíamos, ao mesmo tempo, que a incompatibilidade formal, existente entre esses princípios e aquele sistema, não fora vertida em 1948, por ocasião da aprovação da Carta de Bogotá, para os próprios estatutos da Organização. Há organismos internacionais que consagram em seus estatutos a norma do desligamento compulsório dos seus membros.

SR. PADRE VIDIGAL – Permita Vossa Excelência um aparte.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Com muito prazer.

SR. PADRE VIDIGAL – Quando Vossa Excelência ressalta a coerência de atitudes da delegação brasileira em Punta del Este, gostaria que respondesse, já não tanto à Casa, mas à opinião pública brasileira, à pergunta formulada no *Diário Carioca* de hoje: "Se não havia como expulsar Cuba da OEA, em nome do primado do direito sob que se abroquelou a delegação brasileira, como pôde ela expulsar Cuba da Junta Interamericana de Defesa, que é um órgão daquela organização?".

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Com grande prazer respondo, não sem lamentar, meu ilustre confrade e companheiro de bancada, a quem tanto admiro, que Vossa Excelência desta vez não me tenha feito, como costuma, o obséquio de sua atenção. Acabei de dizer que a Junta Interamericana de Defesa, órgão criado para a defesa do hemisfério, para cuidar da sua estratégia geral e coletiva, longe de ter sido

criado nesta carta ou em qualquer tratado internacional, foi criado por uma resolução da 3ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores; e tudo quanto uma reunião de consulta dos ministros das Relações Exteriores faz, uma outra reunião de consulta tem autoridade para desfazer. Esta carta, porém, Nobre Deputado, quem a fez não foi uma reunião de consulta. Quem a fez foi, em primeiro lugar, uma conferência interamericana, que é o mais alto poder constituinte dentro do nosso sistema, e quem a tornou obrigatória para todos nós, quem fez com que nenhum ministro das Relações Exteriores tenha o direito de transgredi-la com interpretações levianas, foi o voto desta Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao aprová-la, para ratificação, e bem assim o voto de outros Congressos do nosso hemisfério. Estamos aqui diante de uma lei e não diante de uma decisão administrativa da consulta. Somente porque existe essa diferença, que evidentemente escaparia ao articulista a quem Vossa Excelência deu a honra de uma citação, somente por esta razão é que uma decisão era possível e a outra era impossível *(Muito bem).*

Pois bem, senhores Deputados, a Carta das Nações Unidas, a Carta de São Francisco, elaborada em 1945, três anos antes da Carta de Bogotá, consagrou expressamente, nos seus primeiros artigos, o mecanismo através do qual se elimina um Estado-membro, compulsoriamente. A Carta da Organização dos Estados Americanos não consagrou nenhuma norma desse gênero. Que responde, para casos desses, o direito internacional? Não é assunto que se tenha descoberto em Punta del Este, não é assunto que pudesse haver passado despercebido aos internacionalistas, que versam cotidianamente essa matéria. O que se declarou, o que se disse, o que se repete, sem voz dissonante, é que, quando o pacto constitutivo de uma organização não contém norma para exclusão de um dos seus membros, o meio de excluí-lo é a reforma do pacto constitutivo da organização. Parece que não é diferente, na matéria dos contratos. A forma que temos de excluir um sócio, quando especialmente a não prevermos, é também uma reforma do contrato social, embora nas questões de direito privado possamos sempre inscrever as normas convencionais no âmbito mais largo de uma lei. Mas, em matéria internacional, onde nenhuma interpretação ampliativa se permite, onde tudo o que os Estados não concordaram em limitar fica reservado à área exclusiva de sua soberania, em direito internacional o que não estiver dito na carta tem de ser introduzido nela pelo mecanismo de sua própria reforma. E esse mecanismo aqui está, o art. 111 da Carta de Bogotá.

Que cabia aos Estados americanos, se queriam agora, em face de situação nova que se apresenta, engendrar uma norma jurídica que lhes permitisse segregar de seu seio o Estado que destoava dos princípios básicos da organização? Reformar a carta. E o processo de reforma da carta está estabelecido. Há órgãos competentes para fazê-lo. Só quem não o é, é a reunião de consulta, porque esta, sendo uma reunião de ministros, uma reunião de agentes do Executivo, não pode introduzir, por uma aparente via interpretativa, uma norma nova em tratado aprovado pelo Congresso e ratificado pelo governo dos Estados.

Com este fundamento, com esta convicção jurídica, com este pensamento formado, o Brasil e também as delegações de mais cinco países que, pela sua população, pela importância da sua cultura e pela importância da sua economia, excedem os dois terços do mundo latino-americano, entenderam que deviam tomar uma posição inflexível em defesa do direito.

Já tem sido dito, tantas vezes que me acanho de repetir, mas a defesa do direito, no mundo em que vivemos, para as nações militarmente fracas e que não dispõem de recursos, nem econômicos nem tecnológicos, para poderem fazer frente aos problemas de segurança, com as grandes armas nucleares e termonucleares da atualidade, a linha defensiva para essas nações, aquela de onde não podem recuar, aquela de onde não podem consentir que se abra uma fissura, porque depois dessa fissura nada mais existe senão o desconhecido, é a intangibilidade dos princípios e da norma jurídica. Ai do Estado responsável que compareça a uma reunião internacional para homologar, com seu voto, uma ressurreição da política de poder! A política de poder ainda pode constituir, nos nossos dias, um sonho, uma aspiração dos que julgam que têm o poder ou que talvez o tenham verdadeiramente. Mas para os Estados, que sabem que esse poder não se encontra nas suas mãos, para esses, o que se impõe é se abroquelarem nos ideais da justiça e do respeito à ordem jurídica, única fortaleza que resta aos que querem defender a sua própria independência e civilização.

SR. ALDE SAMPAIO – Estava-me reservando para fazer duas perguntas a Vossa Excelência quanto à atitude que tomou em Punta del Este e, posteriormente, quanto à belíssima exposição que Vossa Excelência vem desenvolvendo.

MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado.

SR. ALDE SAMPAIO – Mas a questão foi provocada pelo nobre colega, Padre Vidigal. Então, eu não queria furtar-me a continuar no mesmo assunto. E passo a dizer que Vossa Excelência, tomando a atitude que tomou, pelo Brasil, acompanhado por esses países, que por essa forma se orientaram, a meu ver, prestou serviços não só a essas seis nações, mas aos próprios Estados Unidos, país líder nestes mesmos princípios democráticos, como também, vamos dizer, ao mundo *(Muito bem).*

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço a Vossa Excelência essas considerações.

SR. ALDE SAMPAIO – Mas uma dúvida veio ao meu espírito, e já ontem havia apresentado indicação à Câmara, para que fosse levada a Vossa Excelência, como solução para um problema internacional que me veio à consciência, por uma visita recentemente feita aos países socialistas. Havia formulado duas perguntas que então passo a fazer. A uma, Vossa Excelência antecipadamente já deu resposta.

A primeira pergunta, senhor Ministro, era esta. Vossa Excelência, em Punta del Este, sobrepôs a todas as outras razões a norma jurídica pré-estabelecida. Parece que é este o ponto primordial. Quando numa combinação – faço então o comentário – quando numa combinação alguém perde um requisito essencial, ainda que não estipulado esse requisito, a combinação automaticamente se desfaz como norma comum aceita por todos. Se, por exemplo, numa associação de brasileiros, se descobre que alguém não tinha ou não tem mais essa nacionalidade, a eliminação desse membro é automática. Pergunto então a Vossa Excelência: uma vez que o mundo está dividido em dois blocos de nações com mentalidade em luta e com manifesta divisão política – e acrescento agora a mesma frase que Vossa Excelência há pouco disse – em antagonismo às nações democráticas do Ocidente e às que integram o bloco socialista, pergunto eu: a saída de um dos blocos para a entrada no outro não constitui a perda de um requisito essencial que, no caso, seria a perda da solidariedade com o bloco? Com a perda dessa solidariedade não estaria Cuba em situação de não poder compartilhar com o bloco americano? A outra pergunta, senhor Ministro, ainda correlata a esta, seria feita nos termos que a seguir mencionarei. Mas desde já devo dizer que Vossa Excelência antecipou quase a resposta, afirmando que as nações fracas realmente só se podem estabilizar ou ter segurança de sua existência em base de direitos pré-estabelecidos.

A segunda, senhor Ministro, seria ainda esta, ainda sobre a atitude de Vossa Excelência, quando determinou a prevalência da norma jurídica pré-estabelecida sobre todas as outras razões. Apresentei à Presidência da Câmara, para que fosse encaminhada a Vossa Excelência, sugestão para que o Brasil propusesse às outras nações a construção de um comitê internacional, com o objetivo de elaborar um código de coexistência pacífica. Nesta indicação se mostra que o mundo está dividido em duas metades que se defrontam, com mentalidades diversas e organizações políticas irreconciliáveis. Em Punta del Este, Vossa Excelência propôs a formulação de normas de convivência entre Cuba e as nações da América. Tenho que isto representaria uma experiência de coexistência pacífica entre povos em regimes político-econômicos diversos. Faço, então, a pergunta a Vossa Excelência: acha que esta experiência poderia servir de modelo para um código de coexistência pacífica entre dois blocos em conjunto? Ou, pelo contrário, entende Vossa Excelência que, sem a coexistência pacífica, assente entre os dois blocos como um todo, não é possível a coexistência pacífica entre as partes?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Agradeço o aparte lúcido e construtivo de Vossa Excelência, senhor Deputado Alde Sampaio. Na verdade, vou pedir licença para me deter de maneira especial na segunda parte porque, como bem salientou Vossa Excelência, a primeira já está praticamente contida na última parte de minha explanação, e, desejoso de não ser demasiado longo, não quero repetir-me.

Vossa Excelência apontou com clareza para o setor em que uma posição construtiva deve ser tomada. Por isso aproveito a sugestão e o aparte de Vossa Excelência para transitar para a fase seguinte da minha exposição em que justamente pretendia, depois de dizer à Câmara por que motivos não votamos a medida de exclusão que não tina assento na Carta, explicar-lhe o que oferecemos, pois nenhuma delegação poderia, cônscia de suas responsabilidades, reconhecer a existência de uma incompatibilidade sem oferecer um remédio, por débil que fosse, para superá-la.

É esse remédio que Vossa Excelência lembra na segunda pergunta do aparte com que honrou, e esse remédio não escapou à delegação brasileira, desejosa de trazer para o debate internacional uma posição construtiva, uma posição que pudesse representar a visão brasileira do problema que se entreabria pela primeira vez no nosso hemisfério, quando um Estado americano se declara, pela voz do chefe de deu governo, marxista-leninista, e, assim sendo, se desalinha do número das nações democráticas.

Aqui, senhor Presidente e senhores Deputados, tocamos o ponto em que a posição política da delegação brasileira passa a exigir uma explanação.

Entendemos que o mundo em que vivemos não pode mais ser conceituado como um mundo que vive às vésperas de uma guerra real. Esta concepção da Guerra Fria, como simples ponto de passagem, como simples etapa da qual transitaremos, naturalmente, para uma etapa de choque militar e guerra real, correspondia, em primeiro lugar, a uma dificuldade que tinham os homens de Estado de se adaptarem a uma situação nova. Correspondia, também, a uma esperança de que, na emulação tecnológica entre o Ocidente e o Oriente, se pudesse firmar, de um momento para outro, uma situação de tal superioridade que um bloco pudesse condenar o outro à certeza de uma derrota, de uma rendição.

A evolução de nossos dias apontou-nos realidade bem diversa. Estamos vendo, em primeiro lugar, que os progressos tecnológicos se equiparam, que os países conquistam hoje vantagem num domínio, para perdê-la, rapidamente, em outro. E, sobretudo, que o poder destruidor dos engenhos de guerra, a partir das chamadas armas termonucleares, atingiu a tais proporções, que o desfecho militar, mesmo com a prévia segurança da vitória, foi abolido, para qualquer das facções, por um imperativo da sobrevivência. O que todos sabem é que a guerra é, realmente, a destruição; não a destruição dos que nela tomam parte, não a destruição de algumas cidades, de alguns exércitos ou de alguns homens de Estado, mas a destruição maciça das populações, dos regimes, das culturas, das convicções, das ideias e que, depois de uma guerra, nos termos em que ela hoje se apresenta, o que existe é o nada, e de tal maneira que podemos repetir a frase do ex-Presidente Eisenhower: "No mundo moderno, para a paz já não existe alternativa".

SR. ABEL RAFAEL – Permita Vossa Excelência Rendo homenagem à brilhante inteligência de Vossa Excelência, à sua oratória, mas peço licença para discordar de sua dialética. Não é de hoje que me oponho à política exterior do país, como Vossa Excelência reconhece.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Rendo minha homenagem a Vossa Excelência, neste particular.

SR. ABEL RAFAEL – Nas minhas considerações, que vou tecer agora, nada há de depreciativo a Vossa Excelência, a quem muito considero, envolvo nas apreciações o gabinete, que Vossa Excelência representa, porque Vossa Excelência mesmo acabou de dizer que apenas cumpriu determinações do gabinete. De forma que aquilo que verberamos na política

exterior do Brasil, seguida pelo Itamaraty e apresentada por Vossa Excelência e que é apolítica do gabinete é uma política que consideramos errada. Então peço licença para, inicialmente, ponderar a Vossa Excelência sobre sua exposição, que ouvi ontem em primeira mão na televisão, em videoteipe aqui em Brasília. Peço licença para estranhar que, sendo Vossa Excelência um Ministro, tenha desrespeitado o parlamentarismo, preferindo ir primeiro ao povo através de uma cadeia de televisão, antes de comparecer a esta Casa *(Muito bem)*, que foi quem delegou poderes para trazer esse relatório. Se discordamos de Vossa Excelência, também o consideramos particularmente e queremos apenas discutir, porque isso é próprio de regime representativo democrático.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Antes que Vossa Excelência prossiga no seu aparte, quero pedir licença para responder a esse ponto de cortesia. Em primeiro lugar, ainda em Punta del Este, pedi ao nosso eminente Presidente Deputado Ranieri Mazzilli, hora para fazer esta exposição perante a Câmara. Em segundo lugar, se achei que não devia demorar por mais tempo uma explicação ao público, foi porque, Vossa Excelência sabe tão bem quanto eu e todos que poderosas forças estão mobilizadas em nosso país *(Muito bem, palmas)*, especialmente no Rio de Janeiro, para promover a confusão no espírito público...

SR. PADRE VIDIGAL – Quais são elas?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – (...) e para desacreditar não só nosso governo, mas o nosso país *(Muito bem. Palmas)*. E Vossa Excelência sabe também que, como Ministro das Relações Exteriores, nada mais sou do que membro de um gabinete, que é uma comissão do Congresso e, como membro de uma comissão do Congresso, compareci a um programa de televisão para dar ao povo a explicação que devíamos.

SR. PADRE VIDIGAL – Vossa Excelência tem obrigação de vir a esta Casa prestar essas contas, tem obrigação...

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Atenção! Solicito aos senhores Deputados que, na forma do regimento, aguardem permissão para apartear. Os apartes precisam ser consentidos antes de anunciados.

SR. PADRE VIDIGAL – Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Só com o consentimento do orador.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Com muito prazer. Estou pronto a consentir, se o senhor Presidente o permite, ao senhor Deputado Padre Vidigal.

SR. ABEL RAFAEL – Mas eu desejava prosseguir, porque aguardava que Vossa Excelência concluísse seu pensamento para, sem perturbação, voltar a interrogar.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Perfeito.

SR. ABEL RAFAEL – Nem a Casa, nem o Brasil sabem quais são essas forças. Já um Presidente que se depôs a si mesmo falou nessas forças e até hoje não sabemos quais sejam.

SR. PADRE VIDIGAL – Esta é uma Casa séria e não queremos coisas aéreas.

SR. ABEL RAFAEL – Não podemos ficar à mercê de tais acusações. Pedimos a Vossa Excelência que nos diga os nomes, porquanto efetivamente muita gente se opõe a essa política, como nós *(São proferidos apartes simultâneos).*

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Atenção! Solicito aos nobres colegas só aparteiem, e ao microfone, na forma regimental, desde que o orador o consinta. Peço que colaborem com a Mesa na manutenção da ordem dos trabalhos.

SR. ABEL RAFAEL – Senhor Ministro, é forma de libelo tremendo essa de, na discussão, quando se perde terreno, acusar os adversários de propósitos outros, que não aqueles verdadeiros.

É próprio de quem foge à luta.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Quem diria Vossa Excelência que ganha terreno?

SR. ABEL RAFAEL – Quem está ganhando terreno?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – O povo brasileiro, que está mostrando sua vontade, mesmo àqueles que gostariam de vê-lo privado dela *(Palmas)*.

SR. ABEL RAFAEL – Vejo camadas populares atônitas diante da política exterior e os órgãos de imprensa, as associações particulares, as associações religiosas protestarem contra esse tipo de política que estamos seguindo. De forma que não estou vendo o povo vitorioso em coisa alguma. Contesto a afirmação de que saímos vitoriosos da reunião de Punta del Este. Acho que devemos conduzir a discussão nos termos elevados em que vínhamos trazendo, sem querer atribuir a quem quer que seja outros propósitos, sem querer que haja força maior do que a do governo que Vossa Excelência representa. Eu, deputado pequeno e de partido pequeno, não tenho a televisão, como Vossa Excelência, para expor relatório; não tenho televisão quando falo; não tenho

os Ministros me ouvindo, como Vossa Excelência os tem. Vossa Excelência tem o poder de governo atrás, tem o poder econômico, tem o poder de um grande partido – o PTB, apoiando-o. Se há alguém competentemente econômico insurgindo-se contra Vossa Excelência, é que as forças estão equilibradas. De minha parte, modesto deputado por Minas Gerais, que faz campanha à custa de oratória...

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – A quem já declarei que rendo as minhas homenagens, porque, inclusive, a faz nos quadros do seu próprio partido com uma linha de conduta ideológica que todo o Brasil conhece de longa data.

SR. ABEL RAFAEL – Obrigado pela justiça que me faz. Quando me oponho à política de Vossa Excelência, não represento grupos, não represento facções, mas apenas meu partido, minha ideologia. Represento o povo brasileiro, a cristandade que se opõe à comunização do Brasil. Queria, pois, estranhar também que, no próprio documento que Vossa Excelência leu de início, já assuma foros de linguagem diplomática certo vocabulário comunista, em que o termo "reacionário" é dado como sendo do inimigo, e o "progressista", que o comunista admite apenas para aquele que adere às suas teses. Estamos vendo verdadeiramente uma modificação na política do Itamaraty, e os próprios documentos que nos são trazidos revelam essa tendência de rotular de "reacionário" apenas aquele que reage de fato, porque acha que é um direito seu, da democracia. Feito este reparo, devo dizer que ouvi com atenção o argumento jurídico de Vossa Excelência, quando argumenta com a Carta da OEA, que não dispõe de dispositivo nenhum para a expulsão de seus membros que se tenham afastado do convívio dos povos americanos. Mas poderíamos assim julgar, por antinomia, com diz o senhor Deputado Alde Sampaio: aquele que perdeu a condição de pertencer a uma sociedade, logicamente está excluído. Mas, se não era da competência da Consulta de Chanceleres poderia pelo menos ser feita recomendação a uma conferência posterior, com maiores poderes, a fim de que se excluísse a nação que está, evidentemente, sendo prejudicial aos interesses americanos. Pergunto: por que não foi tratada pelo Itamaraty essa possibilidade de recomendação a uma reunião futura que tivesse amplos poderes para então expulsar definitivamente Cuba, uma nação hoje satélite da Rússia e que faz apenas agitação no continente americano? Espero que Vossa Excelência me responda.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Vou fazê-lo.

Em primeiro lugar, quero dar a Vossa Excelência um esclarecimento que talvez lhe valha surpresa. O documento que acabei de ler e apontar como um dos melhores e mais construtivos entre os documentos interamericanos foi redigido não pelo Itamaraty, mas por uma Comissão da própria consulta integrada por assessores do mais alto nível. Compareceram a essa Comissão, integraram-na, quatro países: a Venezuela, o Chile, o Brasil e os Estados Unidos. E representou os Estados Unidos nessa Comissão, de cujos trabalhos saiu este documento, um dos homens considerados hoje, com razão, expoente da cultura mundial, um dos maiores economistas do desenvolvimento, o Professor Rostov. E este documento, no parágrafo que escandalizou Vossa Excelência pelo uso da palavra reacionário, é da coautoria do Delegado dos Estados Unidos, Professor Rostov *(Risos e palmas).*

SR. ABEL RAFAEL – Não conheço as raízes ideológicas do Professor Rostov ou de quem quer que seja.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Mas conhece sua condição de Delegado do Departamento de Estado.

SR. ABEL RAFAEL – Vossa Excelência sabe que no próprio Senado americano tem sido muitas vezes acusada a infiltração comunista, existente inclusive na Secretaria de Estado.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Vossa Excelência treplicará minhas respostas em outra oportunidade. Assim como ouvi os seus apartes, vou agora respondê-los.

SR. ABEL RAFAEL – Perfeitamente, Excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Pergunta-me Vossa Excelência por que não foi recomendado pelo Itamaraty que se adotasse a medida de consagrar, numa reforma da Carta, a expulsão de um país marxista-leninista da organização.

Esta pergunta, nobre Deputado Abel Rafael, tem o mérito indiscutível de nos recolocar no âmago da questão política, cuja exposição eu estava iniciando, e vou por isso pedir a Vossa Excelência um pouco de paciência para que Vossa Excelência sinta integralmente a resposta no curso deste raciocínio.

SR. ABEL RAFAEL – Aguardarei.

Em primeiro lugar, quero dizer a Vossa Excelência que ninguém o propôs, e talvez, por uma única razão: porque essa medida, que importaria numa reforma da Carta de Bogotá, em vez de ser resolvida naquele instante, pelos agentes do Poder Executivo ali reunidos, que são os chanceleres das nações, teria que ser resolvida, primeiro, numa conferência interamericana; segundo,

em cada Congresso, que teria de examinar e de aprovar o novo texto da carta.

E talvez por isso não se tenha proposto tal medida, porque não pareceu avisado, aos que queriam imediatamente obter uma decisão, submeter pontos dessa importância ao debate dos Congressos dos países da América *(Aplausos)*.

Mas vou dizer a Vossa Excelência por que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil não a propôs e é aí que voltamos ao âmago da questão política. Dizia eu, que, para nós, no mundo de hoje, o antagonismo que se delineia entre o Ocidente e o Oriente, entre as potências socialistas e as potências democráticas ocidentais, antagonismo para o qual se cunhou a denominação de Guerra Fria, longe de representar uma etapa transitória da qual evoluiremos para uma guerra real, representa um estado permanente de competição. Ninguém pretende chegar à guerra. A guerra, realmente, hoje, é um fantasma de destruição que a todos igualmente horroriza. E o que se pretende, o que se visa, o que se objetiva é, nos termos de uma competição entre o comunismo e a democracia, obter vitórias diplomáticas, realizar um trabalho de recíproca influência e alcançar, através desse processo constante, predominância política. Este é o quadro do antagonismo mundial. E dentro desse antagonismo mundial, qual tem sido a posição do Ministério das Relações Exteriores, como intérprete da política externa do Brasil? O Brasil se tem filiado, de maneira clara e indiscutível, ao grupo daquelas nações que consideram que devem existir condições de convivência para que se possa travar, com seriedade e segurança, a competição. Queremos competir. Não queremos o isolacionismo. Não queremos reforçar tensões internacionais, torná-las mais exacerbadas. Não queremos aproximar os povos do perigo de uma guerra deflagrada pelo exagero da tensão, num determinado ponto do panorama mundial. O que queremos é fazer com que a democracia possa lutar com os regimes socialistas, que lhe lançam o seu desafio, e possa, afinal, triunfar, pela superioridade dos seus princípios, pela maior adequação da sua técnica de governo, pela sua maior capacidade de dar garantias e respeitar as necessidades básicas do homem. Esta é a posição do governo brasileiro. O governo brasileiro é partidário da convivência e, dentro da convivência, para alcançá-la, para chegar a ela, não hesita em empregar a arma específica, a arma diplomática por excelência, que é a negociação. Queremos negociar...

SR. ABEL RAFAEL – Veja, nobre Chanceler San Tiago Dantas, o que ocorre no Vietnã e no Tibete. Ambos seguiram essa política de convivência e hoje como estão?

Essa política de convivência não é invenção de Vossa Excelência Essa política já foi inaugurada por muitos outros povos, que hoje gemem sob o regime da Rússia.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – A política que não for de convivência é de exarcebação das tensões internacionais, que conduzem à guerra.

SR. ABEL RAFAEL – O que estamos é capitulando. Estamos constantemente capitulando.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Vou responder a Vossa Excelência uma vez mais. Não é essa, de maneira nenhuma, a linha de capitulação. A capitulação consiste em reforçar o choque, torná-lo mais irredutível, criar condições reciprocamente impenetráveis e suprimir a negociação e o contato. Pelo contrário, o único caminho para a paz é aquele em que asseguramos condições de convívio e de conversações em que possamos, negociando de Estado a Estado, de regime a regime, de ideologia a ideologia, preservar a paz dentro dos quadros de uma sociedade constitucionalizada.

SR. ABEL RAFAEL – A tese de Vossa Excelência seria verdadeira se as forças fossem iguais e se os métodos fossem compatíveis com a dignidade humana. Os métodos russos, porém, têm sido métodos de opressão, têm sido métodos de espionagem em toda parte, têm sido métodos de infiltração, têm sido métodos de suborno. O que podemos nós, democracia desarmada, democracia de inocentes úteis, fazer em contraposição a essa investida russa? Os povos todos estão capitulando diante da Rússia. Estamos vendo que todos começaram bonzinhos, com essa linguagem de convivência, e um a um foram virando colônia russa. E Cuba está aí como colônia russa. Vamos, então, usar de toda boa vontade com Cuba, de toda condescendência com Cuba, que está mandando armas para o Brasil? Interpelo Vossa Excelência, como Ministro das Relações Exteriores: tem conhecimento do que se noticiam sobre a entrada de agentes cubanos e armas estrangeiras pelo Recife, apreendidas pelo Exército Nacional, armas essas que existem também em Goiás, segundo dizem os jornais? Estamos conversando, na Câmara, com o senhor Ministro das Relações Exteriores, que então nos esclarecerá. Agora, se

não é verdade, o Ministro das Relações Exteriores já deveria ter desmentido esses jornais; e, se é verdade, Vossa Excelência nos anunciará alguma coisa em torno disso.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Peço que Vossa Excelência, sobre esse assunto, interpele o meu colega de Gabinete que tem a seu cargo os problemas de ordem interna. Quanto a mim, vou continuar a responder a Vossa Excelência sobre os pontos da política internacional.

SR. ABEL RAFAEL – Perdão! O fato está ligado à política internacional.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Vou continuar sobre o assunto de política internacional.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Atenção, nobre Deputado.

SR. ABEL RAFAEL – Senhor Presidente, estou dentro dos debates parlamentares.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, senhores Deputados. A política da convivência pacífica, tendo como seu instrumental primordial a negociação, não é uma invenção do governo atual do Brasil, não foi criada pelo atual governo de gabinete, não é uma concepção que possa ser considerada nova, nem pelo Congresso, nem pelo povo. Não é, tampouco, uma inovação do governo do Presidente Jânio Quadros, que tão importantes modificações trouxe ao campo da política internacional. Vou pedir licença à Câmara para ler a enunciação clara e positiva dessa política, nos termos de um discurso pronunciado perante as Nações Unidas *(lê)*: "Com efeito, a convivência pacífica dos povos constitui um imperativo de nossa época. O desenvolvimento das armas nucleares fez com que a guerra deixasse de ser instrumento alternativo de política".

Chamo a atenção da Câmara para esse período lapidar:

> O desenvolvimento das armas nucleares fez com que a guerra deixasse de ser um instrumento alternativo da política. Face à inadmissibilidade de soluções bélicas, o mundo se acha confrontado com a necessidade de ajustar, por negociações, as diferenças que superam as nações. O caminho único em busca da solução para os problemas do nosso tempo é a negociação permanente, o propósito de sempre negociar. As Nações Unidas não são um super-Estado, mas, sim, a afirmação de que o mundo tem que viver em estado contínuo, paciente, obstinado de negociações. Elas são o mecanismo que oferece as máximas oportunidades para

encontros e linhas de compromisso. Se é certo que esse processo de negociação envolve o permanente risco de impasse, não é menos verdade ser a única forma pela aqui ainda poderão encontrar-se soluções que assegurem a sobrevivência da humanidade.

Senhores Deputados, não se pode dizer mais nem melhor. É a política externa do Brasil...

SR. ABEL RAFAEL – Quem proferiu este discurso?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – ... afirmada no governo do Presidente Juscelino Kubitschek pelo Chanceler Horácio Lafer.

SR, ABEL RAFAEL – Esse discurso é mais antigo, Excelência, porque foi proferido pelo foro romano, por aqueles que defendiam a convivência com Cartago. Era o espírito mercantilista da negociação que já operava em Cartago.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Não, nobre Deputado: é a política do Brasil, a política da paz, definida em termos perfeitos, nesta manifestação de um dos grandes Chanceleres que têm honrado o Itamaraty, perante a 15ª Assembleia das Nações Unidas. Dessa política, o Brasil não pretende, no atual governo, afastar-se, certo como está de que com ela interpreta a vontade deste Congresso Nacional e interpreta também a vontade do nosso povo.

SR. ABEL RAFAEL – Isto eu contesto, excelência.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, a política de convivência, certamente, nos levaria a apresentar, para o caso do governo cubano, corretivos, tentativas de soluções. Bem o disse, no seu lúcido aparte, o nobre deputado Alde Sampaio. Mas essas tentativas de solução, destinadas a criar condições especiais de convivência para um regime que destoa dos princípios democráticos comuns aos demais Estados, só poderiam ser alcançadas, não pela via proibida da intervenção, mas pela via larga e sempre aberta da negociação.

Esta foi, realmente, a linha que o governo brasileiro levou à Conferência de Punta del Este, sob a forma de uma proposta que não desejamos vazar num projeto de resolução, mas que preferimos conter nos limites de um discurso proferido durante o debate geral, para submetê-la às reações das diferentes delegações e sentir, então, em face dessas reações, se seria aquele o momento oportuno de formulá-la, ou se, pelo contrário, deveríamos deixá-la enunciada, para que pudesse frutificar sob mais favoráveis circunstâncias.

Não podíamos esquecer, senhores Deputados, que aquela era uma conferência convocada por Estados que já haviam depositado, na secretaria da reunião, projetos sobre aplicação de sanções e que, portanto, seria temerário que uma delegação, em face de um dispositivo que se apresentava dessa forma, oferecesse projeto baseado, todo ele, na ideia mais límpida, na ideia mais construtiva, na ideia mais pura, mas da qual, talvez, os debates, àquela altura, ainda se encontrassem um pouco afastados. Ainda não havia falado, nesse instante, o eminente representante dos Estados Unidos, o ilustre homem público que é o secretário de Estado Dean Rusk. Depois de seu discurso, verificou-se que a delegação dos Estados Unidos não endossava os propósitos de aplicar sanções com base no Tratado do Rio de Janeiro, pois que Vossa Excelência não mencionou tais propósitos entre as quatro metas que enunciou no seu pronunciamento. A fórmula brasileira foi lançada em toda a sua plenitude no âmbito do debate geral. Ali, explicamos amplamente. Ali, sustentamos que não favorecíamos soluções que, estabelecendo o isolamento de Cuba dentro do hemisfério, na verdade só teriam o mérito de encaminhá-la definitivamente para o alinhamento com o bloco político antagônico ao sistema americano.

Relembramos os grandes exemplos da história contemporânea. No Egito, no Iraque, onde quer que se tenham verificado movimentos populares com a presença, com a influência, com a coparticipação de movimentos comunistas, o que sucedeu? Sempre que as potências democráticas tiveram a lucidez de deixar aos novos regimes uma porta aberta para entendimentos com o Ocidente, o que acabou prevalecendo, ao longo do tempo, foi a linha ocidental; e, ou esses povos retornaram à prática da democracia, ou, se não o fizeram, pelo menos não adotaram a linha de conduta internacional do bloco soviético. É que, na verdade, embora muitos democratas não o acreditem, o que há de mais forte é a democracia. E como a democracia é forte, e como as potências ocidentais representam uma mensagem, sobretudo para os povos que, através de revoluções populares, se libertam da opressão, onde quer que se tenha deixado uma alternativa para o Ocidente, esta alternativa acabou por prevalecer. Daí a nossa posição radicalmente contrária a propormos à Carta uma emenda que não teria outro sentido senão o do isolacionismo. Não queremos isolar. Queremos negociar. Queremos conviver. Queremos, como disse há pouco no seu aparte o nobre deputado por Pernambuco, criar um estatuto de obrigações negativas, de limitações, que, sendo aceito livremente, não fere o princípio de não intervenção e abre a porta para a criação de um

regime de relações com Estados em que a palavra do Ocidente, a vocação geográfica, o fatalismo cultural acabarão por predominar. Não é verdade que Cuba esteja perdida como nação para a convivência democrática. Se não a isolarmos, se não a bloquearmos de tal maneira que não lhe deixemos outro rumo senão a integração definitiva no bloco soviético, Cuba completará o seu processo revolucionário e o seu processo revolucionário a trará de volta à convivência dos Estados democráticos deste hemisfério. Esta tese, afirmada com coragem, pode parecer, a muitos, utópica.

SR. ARRUDA CÂMARA – E é.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Pode parecer a outros uma divagação, mas o curioso é que o maior dos comentaristas de política internacional do nosso tempo, o maior dos peritos em assuntos internacionais, aquele que as chancelarias do mundo consultam sobre problemas da atualidade, Walter Lippmann, dedicou dois artigos à Conferência de Punta del Este e, depois de examinar as teses que ali eram apresentadas e defendidas, escreveu estas palavras:

> Não deveremos gritar que fomos derrotados porque os maiores países da América do Sul não concordaram em votar sanções que, nos Estados Unidos, forneceriam grandes manchetes aos jornais e que não teriam qualquer efeito substancial e decisivo sobre o regime castrista.
> "Que não poderá ser feito que, realmente, valha a pena?", pergunta Walter Lippman. E ele mesmo responde: O primeiro passo a dar será a formação de uma base jurídica para a contenção de Castro, na forma arguida pelo Brasil.

SR. PADRE VIDIGAL – Senhor Ministro, Vossa Excelência, em tempos idos já se ia habituando a ver-me defendê-lo nesta Casa, ora a propósito, ora sem propósito. Mas, quando Vossa Excelência me concede este aparte, devo dizer-lhe que desta vez não é para defendê-lo, ou para defender sua posição em Punta del Este, como já defendi sua posição, nesta Casa em atitudes anteriores.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Com grande orgulho para mim.

SR. PADRE VIDIGAL – Deve Vossa Excelência ter reparado que dos raros aplausos colhidos por Vossa Excelência nesta Casa, na tarde de hoje, dos raros apartes, muitos foram desimpatizantes de Cuba e de Fidel Castro *(Não apoiado)*. Tenho a impressão de que o povo brasileiro a que Vossa Excelência se referiu, no seu discurso, como tendo obtido vantagem na Conferência de Punta del Este, é essa ala do esquerdismo que está pretendendo crescer no Brasil *(apoiado e não apoiado)*, porque o povo brasileiro, senhor Ministro, ouso confessá-lo, sentiu-se traído na Conferência de Punta del Este *(Não apoiado)*, sentiu-se traído e nem pense Vossa Excelência, inteligente e arguto como é, que estes "não apoiados!" às minhas palavras significam alguma coisa para Vossa Excelência, porque partem daquelas mesmas pessoas que, no tempo do Presidente Juscelino Kubitschek, vetaram sua ida para o Ministério da Agricultura *(Não apoiado)*. Como Vossa Excelência, nesta oportunidade, satisfaz-lhes os apetites, dão eles, senhor Ministro, a sensação de que Vossa Excelência está sendo aplaudido pelo plenário. Mas, senhor Ministro, pedi-lhe o aparte para dizer a Vossa Excelência, primeiro, que esta Casa do Congresso, a Câmara dos Deputados, na sua maioria, absolutamente não é contra a nação cubana, porque não confunde a nação cubana, o povo cubano com meia dúzia de tiranos que o dominam nesta oportunidade *(muito bem)* e talvez – e aí coincide o meu pensamento como de Vossa Excelência – ambos desejamos que a nação cubana reencontre os caminhos da verdadeira vida democrática, libertando-se desses tiranos que temporariamente a oprimem. Antes de terminar, senhor Ministro, se lhe não merece atenção o meu pedido, lembre-se de que minha voz é de um povo que Vossa Excelência já representou nesta Casa, o povo...

SR. ALMINO AFONSO – Há um pouco de exagero nisso.

SR. PADRE VIDIGAL – ...mineiro, povo do Vale do Rio Doce – nós, mineiros, sabemos que não há exagero em minhas palavras, pois somos um povo de formação cristã, de formação católica, senhor Ministro, que condena esse estado de coisas atualmente existente em Cuba e deve exigir de Vossa Excelência um pronunciamento sincero sobre essas tais forças ocultas a que Vossa Excelência fez menção no seu discurso há poucos momentos. Apelo para a sua compostura moral, apelo, senhor Ministro, para sua dignidade de Ministro de Estado, intérprete da política exterior deste gabinete, em exercício, que diga a essa Casa, e através dela, com a coragem que nunca lhe faltou, diga ao povo brasileiro quais são essas forças ocultas *(Muito bem. Palmas)*.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – Se Vossa Excelência não disser, senhor Ministro, digo eu.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Concedo o aparte ao nobre Deputado Herbert Levy.

SR. HERBERT LEVY – Senhor Ministro, ouço Vossa Excelência, na sua brilhante dissertação, com o encantamento que costumam despertar seus pronunciamentos nesta Casa.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Muito obrigado.

SR. HERBERT LEVY – Confesso, entretanto, a Vossa Excelência, que não estou podendo concordar com a fulgurante dialética adotada por Vossa Excelência na sua exposição. Quero referir-me, em primeiro lugar, à perfeita validade por todos nós reconhecida dos princípios contidos no documento preliminar lido por Vossa Excelência dessa tribuna. São princípios perfeitamente pacíficos. Não configuram, porém, o caso concreto, objeto da controvérsia de opinião em torno da atitude brasileira. Ouvi Vossa Excelência dizer, com maior ênfase, que não poderia a Conferência de Punta del Este converter-se num tribunal para julgamento de regimes. Quero lembrar a Vossa Excelência, que não se tratava, em verdade, de julgar o regime de Cuba, porque este se definiu por si próprio ao inscrever-se entre os que pregam a revolução comunista mundial para entregar as nações todas ao jugo soviético. Não havia, portanto, um problema de julgamento de regimes. Por último, Vossa Excelência se refere – e o faz muito bem – ao reconhecimento da incompatibilidade entre o regime cubano e a comunidade democrática interamericana. Nesse sentido, a posição do Brasil parece-me impecável. Da mesma forma, a influência que tenhamos exercido para que afastássemos a hipótese – prevista a influência armada, que só merece encômios da nossa parte. Ninguém pode acreditar, em sã consciência, na eficácia da intervenção pela força para resolver o problema cubano. Entretanto, senhor Ministro, aqui é que pairam as principais dúvidas sobre os méritos verdadeiros da posição brasileira assumida na Conferência de Punta del Este. Vossa Excelência teve de optar entre o que me permitirei classificar, e justificarei em seguida, uma sutileza jurídica e o reforço do sistema de segurança coletiva estabelecido pelo consenso unânime das nações americanas. E foi na forma por que resolveu essa opção que se encontram nossas divergências. Nesta matéria, senhor Ministro, permitir-me-ei citar algumas das lúcidas palavras pronunciadas em Punta del Este pelo eminente Ministro das Relações

Exteriores da Colômbia, Sr. José Caicedo Castilla, para que possamos fixar o que me parece o centro da controvérsia. Diz Vossa Excelência o senhor Ministro das Relações Exteriores da Colômbia:

> Entre os princípios que queríamos defender e que defendemos com a preservação do sistema regional americano, estão, essencialmente, o da igualdade jurídica dos Estados e o da não intervenção, e, como complemento necessário de um e de outro, uma série de processos de ação coletiva, que regulam as relações de nossos países e entregam o poder público, não à força, mas à decisão majoritária democrática num regime parlamentarista de consultas de determinações obrigatórias, que agora não teve um malogro sequer. Assim considerado o processo de desenvolvimento de nosso direito americano, não é possível compreender como alguém possa equivocar-se ao qualificar a ação coletiva como uma violação ao princípio da não intervenção. Nossa associação foi, e é, eminentemente voluntária. E quando aceitamos a ação coletiva com determinados requisitos, em circunstâncias específicas e criamos uma autoridade internacional para exercê-la, foi descartada a intervenção unilateral e convertida em ato ilícito. Todas as decisões que se adotam, por exemplo, como o emprego do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, nada mais são do que o acatamento de normas contratuais obrigatórias. Falar em "intervenção coletiva" neste caso é esquecer a evolução do direito internacional, a jurisprudência sobre esta matéria e as estipulações de tratados vigentes.

Vossa Excelência me perdoe pela extensão inevitável desta minha intervenção, para melhor esclarecimento desse ponto fundamental:

> A Carta da Organização, constituição escrita de nosso organismo regional, consagra o princípio de não intervenção, em seus arts. 5 e 16. Esses artigos são essenciais para a própria existência de nossa associação jurídica, que é violada quando um Estado impõe sua vontade a outro de forma legítima. Por isso a Carta de Bogotá não confunde, nem o poderia fazer, a intervenção com a ação que resulta do cumprimento do pacto de segurança coletiva. Assim o determina o art. 19 da Carta, que destrói qualquer semelhança entre intervenção multilateral e ação coletiva. A primeira seria uma aliança ilícita na América; para ignorar os direitos de um ou mais Estados. A

> segunda tende sempre a restaurar o direito violado e a reparar a afronta feita a toda uma organização internacional...

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Permita-me Vossa Excelência roube um momento do seu aparte. Queria pedir especialmente a atenção da Câmara para o texto que está sendo lido pelo Deputado Herbert Levy, pois ele é básico para se compreender bem o quanto faltava razão para esta posição defendida pelo eminente Chanceler, autor destas palavras que estão sendo lidas. È indispensável, por isto, acompanhar este raciocínio.

SR. HERBERT LEVY – "... a segunda tende sempre a restaurar o direito violado e a amparar a afronta feita a toda uma organização internacional, seja em relação com a própria associação, pelo violação de compromissos multilaterais solenes, seja em relação a um ou mais Estados que colocaram a defesa de seus direitos a cargo da organização".

E mais adiante – apenas este trecho, para caracterizar ainda melhor o que é reacionário e o que é a defesa contra o reacionarismo, contra a imposição do mais forte: "(...)deliberar a segurança coletiva seria a tendência mais reacionária de nossa época, porque implicaria no retorno de preponderância do mais forte ou do menos escrupuloso(...)".

E agora, se Vossa Excelência me permite, pra completar o meu raciocínio e possibilitar a contestação, em melhores termos, de Vossa Excelência, aqui está o texto do instrumento básico da criação da Organização dos Estados Americanos, cujos artigos 15 e 16 vou ler:

> Art. 15. Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória contra a personalidade do Estado e os elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.
>
> Art. 16. Nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercitivas de caráter econômico e político para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter deste vantagens de qualquer natureza.

Agora, o art. 19 citado: "As medidas adotadas para manutenção da paz e da segurança, de acordo com os tratados vigentes, não constituem violação dos princípios anunciados nos arts. 15 e 17".

Se Vossa Excelência me permite, para configurar o que se encontra se um lado e o que se encontra de outro lado, e definir melhor a opção seguida por Vossa Excelência, como chefe da delegação brasileira, aqui está o art. 25.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – É uma transcrição do Tratado do Rio de Janeiro.

SR. HERBERT LEVY – É uma transcrição quase que perfeita do Tratado do Rio de Janeiro.

> Se a inviolabilidade ou a integridade do território, ou a soberania ou a independência política de qualquer Estado americano for atingida por ataque armado ou por alguma agressão que não seja ataque armado, ou conflito extracontinental, ou intracontinental ou conflito entre dois ou mais Estados americanos, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, os Estados americanos, em obediência aos princípios de solidariedade ocidental ou de legítima defesa coletiva, aplicarão as medidas e processos existentes nos tratados.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Quais são estas medidas?

SR. HERBERT LEVY – Permita Vossa Excelência que conclua.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – As do art. 8º do Tratado do Rio de Janeiro.

SR. HERBERT LEVY – Exatamente. Vossa Excelência, como é natural, domina totalmente a matéria. Aqui se encontra:

> Para os efeitos deste Tratado, as medidas que o organismo de consulta concorda em adotar compreenderão uma ou mais das seguintes:
> a) A retirada dos chefes da missão.
> b) A ruptura das relações diplomáticas.
> c) A ruptura das relações consulares.
> d) A interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das econômicas ou das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas e radiotelegráficas.
> e) O emprego da força armada.

Veja-se, portanto, senhor Ministro, senhor Presidente, senhores Deputados, a que extremos, na defesa da segurança, chegaram os Estados

americanos: o bloqueio econômico, o bloqueio de fato, de comunicações, de transmissões e até a intervenção armada. Então, senhor Ministro de Estado, quando Vossa Excelência optou, com a negativa do voto, que possivelmente influenciou o das cinco demais nações que nos acompanharam, contra a exclusão de Cuba do sistema interamericano, Vossa Excelência estava, de um lado, enfraquecendo o sistema de segurança coletiva...

SR MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Fortalecendo-o, como sucede, quando ele é aplicado.

SR. HERBERT LEVY – Permita. Vossa Excelência o estava enfraquecendo, porque ele, inclusive, para se proteger de situações idênticas à que se configura em Cuba, país declaradamente votado a uma revolução mundial, que pretende entregar todas as nações ao jugo comunista, organiza um pacto de defesa coletiva da comunidade interamericana, que vai aos extremos de admitir a intervenção armada. Estou de acordo com Vossa Excelência que seria um desastre se chegássemos a esse extremo. Entretanto – Vossa Excelência me permita que repita – através da sutileza jurídica, porque não está expressa entre as medidas tomadas a de exclusão do organismo cujos próprios princípios fundamentais ele está violando, Vossa Excelência então preferiu, repito, ir para a sutileza jurídica, mas quebrando a unidade da resolução, que faria com que se reforçasse, em benefício de todas as democracias, da segurança de cada nação, o pacto de segurança coletiva *(Muito bem. Palmas)*.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que o nobre Chanceler Caicedo Castilla, autor da explanação lida pelo eminente Deputado, é jurista a que muito prezo e admiro. Durante quatro anos, fomos colegas no Comitê Jurídico Interamericano e tenho pelo seu saber jurídico todo o respeito. Entretanto, toda essa exposição lida pelo nobre Deputado Herbert Levy pode ser resumida em duas frases: se o caso cubano importa numa violação dos tratados existentes, as medidas coercitivas que se tomarem contra ele não constituem intervenção. Até aí estamos quase no domínio do truísmo. Nada mais precisaria ser dito senão a leitura precisamente do art. 19 da Carta, a que procedeu também o nobre Deputado Herbert Levy: "As medidas adotadas para a manutenção da paz e da segurança, de acordo com os tratados vigentes" – repito, as que sejam adotadas de acordo com os tratados vigentes – "não constituem violação dos princípios enunciados nos arts. 15 a 17". Vale dizer: do princípio de não intervenção. É tão certo isso, é tão claro, é tão óbvio, é tão extraordinariamente

evidente que, creio, não precisamos fazer apelo à autoridade jurídica do Doutor Caicedo Castilla para afirmar que esta é, sem dúvida, uma ideia perfeitamente compatível com o Direito. Poderíamos até enunciá-la deste modo: a aplicação de uma medida de força, quando prevista na lei, para reprimir um fato que a lei condena, não constitui um ilícito.

Creio ser essa uma das bases, aliás, de toda a construção do ordenamento jurídico. Na ordem internacional, é assim que isto se configura. Se alguém aplicar contra um Estado medida dessa natureza, sem que tenha havido a violação de um tratado existente, há intervenção; se, porém, tiver havido violação de um tratado existente, não há intervenção.

Que sucedeu em Punta del Este? Tive a honra de ouvir o brilhante discurso do Ministro Caicedo Castilla. Foi o primeiro que falou na Assembleia de Punta del este, precisamente por ser o Chanceler do país que convocava a consulta.

Ao terminar o seu discurso, apresentou ele, em absoluta coerência com o que sustentara, os projetos de resolução aplicando sanções contra Cuba. Que fez ele no último dia? Com a mesma coerência, e depois do debate, retirou os projetos.

Não poderemos tirar da conduta do Chanceler da Colômbia nenhum argumento para dizer que ele, mesmo naquele caso, entendia que havia sido violado um tratado existente, porque as sanções que propunha, quando proferiu este discurso, ele mesmo as retirou no curso dos debates. Quer dizer, até certo ponto esta argumentação nada mais faz do que demonstrar uma tautologia e de certo ponto em diante se torna inconcludente porque o eminente Chanceler que a apresentou, um dos melhores americanistas, autor de obras de grande nomeada e representante de um dos países de que se orgulha a comunidade americana, retirou suas proposições. Por que as retirou? Pelas suas convicções. Ninguém pode pensar que um Estado como a Colômbia, com a sua independência, com a sua autoridade cultural, com a força de suas tradições jurídicas e com o peso da sua influência política, atue numa conferência interamericana sob outro critério que não o da verdade, tal como concebe sua chancelaria. E daí não tenho como me afastar.

SR. HERBERT LEVY – Permita-me apenas introduzir um reparo nessas considerações de Vossa Excelência Quando usei os argumentos do nobre Chanceler colombiano e procedi à sua leitura, porque as suas ideias se identificam com os pontos de vista que também sustento sobre a matéria, salientei a Vossa Excelência inteiro acordo quanto a que se eliminasse aquela

aplicação de penas que os tratados facultavam, que seria até a própria intervenção armada. O Chanceler da Colômbia e outros representantes, conforme disse bem Vossa Excelência retiraram qualquer proposta nesse sentido, mas mantiveram-se – e é este o ponto de divergência em torno do qual me fixei no debate com Vossa Excelência – no propósito lógico, consequente, necessário, da exclusão do Estado cubano da comunidade interamericana.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Isto nada tem a ver com os artigos invocados por Vossa Excelência, porque não figura nem podia figurar entre as sanções previstas no Tratado do Rio de Janeiro qualquer medida que importasse em transgressão da Carta. Nunca se admitiria que uma das sanções previstas no art. 8º do Tratado do Rio de Janeiro pudesse ser medida que importasse na transgressão da Carta ou de qualquer tratado. E creio que Vossa Excelência não me dirá que a frase final do art. 8º refere "quaisquer outras medidas", porque é claro isto quer dizer: "quaisquer outras medidas lícitas", porque as ilícitas, as transgressões das cartas, as transgressões dos tratados, as transgressões dos compromissos internacionais nunca foram postas à disposição nem de uma Consulta de Ministros de Estado, nem de nenhum outro organismo, como instrumento para promover a segurança coletiva ou aplicação da lei internacional.

SR. HERBERT LEVY – Permita Vossa Excelência, mas, entre as recomendações finais do seu discurso, o Chanceler colombiano cita o seguinte: que se examine e resolva o caso da incompatibilidade de um regime político que voluntariamente se colocou fora do sistema interamericano e sua continuação como membro desse sistema, com os privilégios que este lhe outorga e sem sujeição às obrigações.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Foi o que ele fez. E a delegação do Brasil, como tive oportunidade de expor, votou, a respeito desse assunto, de acordo com o reconhecimento da incompatibilidade e com os limites que a Carta de Bogotá traçava à aplicação de uma solução.

Senhor Presidente, não quero prolongar por mais tempo a exposição que, penso eu, já abrangeu os diferentes aspectos de ordem jurídica e política da questão. Quero apenas fazer, perante a Câmara, pequeno retrospecto de certos comentários apresentados aos resultados da Conferência de Punta del Este e que, a meu ver, necessitam de breve retificação. O primeiro deles diz respeito ao decantado prejuízo para a execução do programa "Aliança para o Progresso" que poderia advir da posição tomada pelas delegações de

seis Estados americanos. Desejo contestar formalmente que isso possa a vir a acontecer. Em primeiro lugar, quero render minha homenagem à delegação norte-americana por não ter, em momento algum, pretendido vincular um programa de desenvolvimento econômico à tomada de uma resolução política como aquela de que se cogitava na Consulta. Em segundo lugar, quero dizer que, no meu entender, a posição de independência e de respeito em que se colocaram os Estados que vazaram a sua opinião de acordo com as convicções jurídicas de suas chancelarias não pode senão recomendar esses Estados à consideração dos povos com que mantêm relações no nível da mais alta dignidade. Não houve opressão econômica em Punta del Este. A delegação brasileira manteve com a delegação dos Estados Unidos o mais cordial e o mais altivo dos entendimentos. É certo que em alguns setores da opinião norte-americana menos esclarecidos pode parecer que a "Aliança para o Progresso", representando um esforço econômico do continente norte-americano para o desenvolvimento do hemisfério, possa repercutir de algum modo na conduta internacional dos Estados. Mas não é isso o que pensa o governo norte-americano. Não é isso o que pensam as correntes liberais daquele país. E onde quer que se raciocine com altivez e dignidade sobre este problema, estou certo de que ninguém pretenderá que a chancelaria brasileira, ou que qualquer outra chancelaria americana funde a sua apreciação jurídica e política dos fatos internacionais em qualquer consideração de ordem material. Pelo contrário, em Punta del Este, o que se reafirmou foram os princípios que inspiraram a "Aliança para o Progresso", e uma das resoluções aprovadas por 20 votos, patrocinadas precisamente pela delegação dos Estados Unidos, além de outras, foi a que reafirmou as bases dessa cooperação, cooperação indispensável como medida preventiva para que possamos erradicar do nosso hemisfério a miséria, a doença, a ignorância, fontes em que medram todas as ideologias subversivas e que debilitam verdadeiramente a estrutura democrática nacional.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – Permita-me Vossa Excelência um aparte?

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Com prazer.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – Eminente Ministro San Tiago Dantas, quero iniciar meu aparte com uma citação: "verdades puras professo dizer, não para vos ofender com elas, mas para mostrar-vos onde e quando vos ofendeis vós a vós mesmo, para que melhoreis se vos achardes incompreendido". É do Padre Vieira essa introdução e foi o Padre Vidigal

que me inspirou a iniciar assim, quando lançou a Vossa Excelência e à Câmara um repto que explodiu no seio do plenário como uma bomba de efeito retardado, cuja espoleta acaba de deflagrar para que Vossa Excelência citasse, com a sua autoridade de Ministro das Relações Exteriores, e mais, com a sua autoridade de colega, de representante da Câmara naquele ministério, junto ao governo, o nome das forças ocultas às quais Vossa Excelência se referiu. Lançou o Padre Vidigal em desafio, que, enquanto não for respondido, deixará na consciência nacional a penumbra de uma dúvida cruel que ficará a nos atormentar enquanto formos Deputados. Por isso gritei do meio do plenário como o eco de uma montanha que responde ao grito do padre. Eu tenho o nome das forças que Vossa Excelência não declinou. Mas não quero dizê-los agora. Espero por Vossa Excelência. Se Vossa Excelência não o fizer, peço que requeira à Mesa uma sessão secreta para que eu traga os nomes dos autênticos responsáveis ou dessas forças ocultas, responsáveis pelo empobrecimento do Brasil e desejosos de continuação ou perpetuação do comunismo que no Brasil é objeto, hoje, de negócios. Queria concluir dizendo que Vossa Excelência está fazendo uma brilhante, admirável exposição. Ela vem a todos encantando, mas está dividida em duas partes; uma parte chamada negativa, e outra destorciva. Gostaria que Vossa Excelência, agora, concluísse na parte autêntica – e a parte autêntica a meu ver é Vossa Excelência dizer à nação, à Casa, mesmo que tenhamos de fechar as portas, para que o povo não saiba as verdades que ocorrem no Brasil, porque isto é uma espécie de moeda falsa; já não pode circular e não pode chegar aos ouvidos do povo. Digo a Vossa Excelência o seguinte: pelo menos que não se digam os nomes, porque não sou afeito a difamações e quem acusa é obrigado a provar. Quero acusar numa sessão secreta para depois ir para a rua. Se a Câmara negar essa sessão secreta que vou pedir com Vossa Excelência, se Vossa Excelência concordar, tenho o direito de ir para os sindicatos, para a praças pública, despertar a nação da letargia em que se encontra. Quero dizer a Vossa Excelência apenas isto: as forças ocultas começam assim. Primeiro, indústria e energia elétrica, dominadas por trustes e grupos: indústria de carnes e derivados, que permite lucros de 200 a 300% do capital investido; indústria do trigo, do petróleo, indústria automobilística, de vidro plano, indústria da borracha, química, farmacêutica, indústria de cimento, de alimentação, de montagem de veículos e máquinas, de material elétrico, de comércio exportador, de comércio importador, transporte e comunicações, indústria de empreendimentos e financiamentos.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Pediria ao nobre Deputado me permitisse terminar a minha exposição, que é sobre a Conferência de Punta del Este.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – Mas a Conferência de Punta del Este foi feita em função disso. Vamos ser realistas: a indústria da publicidade a que Vossa Excelência se referiu. Agora, os nomes dos Deputados, Senadores, dos politicoides, dos antropófagos que se empanturram com o empobrecimento do povo brasileiro, os nomes dos que combatem os ladrões internos para abrir caminho e favorecer os ladrões externos, aos quais servem com amor e devoção, eu os citarei, se Vossa Excelência quiser, quando sair da tribuna, num dos corredores da Câmara. Mas se Vossa Excelência o desejar, pode dá-los porque tenho catalogados os nomes de todos para desmoralizá-los perante a nação e, de uma vez por todas, acabar com esse falso puritanismo responsável pela existência de uma extrema direita subversiva e uma extrema esquerda revolucionária, que estão trazendo intranquilidade à nação. Para a correção dessa situação, invoco a cultura, a inteligência, o espírito público de Vossa Excelência. Cite Vossa Excelência as forças ocultas que o impedem de estender melhor o seu raciocínio ou executar a sua política de autodeterminação, se é esse o seu objetivo. Peço perdão a Vossa Excelência pelo aparte demasiado prolixo, mas o assunto apaixona a qualquer brasileiro, e o meu coração velho de brasileiro se inflama, se empolga e se irrita quando ouve discussões gasosas em torno de casos sérios e graves, que precisam ser tratados com gravidade e seriedade. As denúncias precisam ser provadas. A nação e o povo não suportam mais atitudes blandiosas e enervantes.

Vamos para os fatos e conte Vossa Excelência com minha colaboração.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Pediria licença ao nobre Deputado Arnaldo Cerdeira, que conhece o apreço que lhe tenho, mas sinto que um assunto paralelo se está introduzindo numa exposição que aqui estou para fazer como Ministro das Relações Exteriores, numa prestação de contas ao Congresso Nacional *(Muito bem)*. Queria, por isso, ater-me rigorosamente aos limites propósitos que justificam minha presença na tribuna. Vou pedir licença aos nobres colegas para, durante alguns momentos, suspender os apartes, apenas para poder pôr uma conclusão nesses raciocínios e não exagerar demais atenção que lhes roubo.

SR. ARNALDO CERDEIRA – Permita-me apenas um minuto.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Atenção! O nobre Ministro acaba de declarar ao plenário que não mais consentirá em apartes, para que possa

prosseguir na sua exposição e concluí-la. É certo, também, que já vamos com o horário avançado.

SR.CARVALHO SOBRINHO – É profundamente lamentável.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Atenção! Peço aos nobres Deputados não mais interrompam o nobre Ministro com seus apartes, a não ser que Sua Excelência os permita, numa outra solicitação.

SR. ARNALDO CERDEIRA – Peço licença ao nobre Ministro para declarar...

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Está assegurada a palavra ao senhor Ministro para prosseguir na sua oração.

SR. TENÓRIO CAVALCANTI – Diante da minha denúncia, ou a Câmara apura e me exclui do seu seio, ou não apura, e estou incompatibilizado com ela.

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Peço aos senhores Deputados não mais interrompam o orador, atendendo a que o senhor Ministro não deseja receber apartes.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Senhor Presidente, toda a Câmara sabe a alta consideração que tenho pelo nobre Deputado Arnaldo Cerdeira e com que pesar me privo do seu aparte neste instante. Mas se permitir que, em torno da exposição que aqui vim fazer sobre um problema do Ministério das Relações Exteriores, se forme um debate lateral, que pode e deve apaixonar o plenário, certamente não poderei dar conta da tarefa que aqui me trouxe. Só por isso peço ao nobre Deputado Arnaldo Cerdeira que me perdoe, porque, se lhe conceder o aparte, deverei conceder a muitos outros colegas que, ao lado de Vossa Excelência, o estão solicitando.

Senhor Presidente, a VIII Reunião de Consulta, para alguns, pode representar um enfraquecimento da unidade americana. Na verdade, creio que nunca estivemos tão longe do enfraquecimento e mais perto do fortalecimento do sistema. O que fortalece uma comunidade de nações independentes é a demonstração de que cada uma raciocina livremente, toma suas deliberações à luz de suas próprias convicções e, com acerto ou com erro, vota no concerto dos demais países, de acordo com a linha de sua independência. Creio que nunca tivemos tantos motivos, como hoje, de nos orgulharmos do sistema regional a que pertencemos, como no momento em que fica mais uma vez evidenciado que as nações que integram esse sistema tomam suas determinações por conta própria, tanto as que votam num sentido, como as que adotam posição contrária, afirmando suas próprias teses,

desenvolvendo seus próprios pontos de vista, irmanadas por um objetivo comum, que é o de fortalecer os princípios democráticos, de lutar contra a ação subversiva do comunismo e eliminar os males do subdesenvolvimento, que debilitam a sua estrutura social. Acredito também que muitos poderão falar, a propósito das teses jurídicas defendidas em Punta del Este, em sutileza jurídica e bizantinismo. Mas o direito, sempre que é invocado para cortar o caminho da força, é chamado bizantinismo. Não terá sido essa a primeira e, com certeza, não será a última vez. A verdade é que o direito, longe de ser um exercício intelectual, longe de constituir um artifício, constitui uma força que deita suas raízes na própria consciência das nações e condiciona sua existência. Quanto ao Brasil, estou certo de que nessa conferência a que comparecemos, dentro de uma linha perfeita de coerência, demonstramos firmeza de propósitos, opinião própria sobre os problemas em que nos cabia deliberar, mantivemos a tradição vinda dos governos anteriores, procuramos honrar a tradição dos chanceleres que nos precederam no Itamaraty e, acima de tudo, conseguimos afirmar que o nosso país conhece as suas responsabilidades internacionais e não treme diante, não de forças ocultas, que, como forças ocultas, não conheço nem me interessam, mas não treme diante do reacionarismo ostensivo, do reacionarismo que não precisa ser desmascarado porque ele próprio se desmascara nas palavras e atitudes daqueles que o exprimem perante a opinião pública, seja pelas colunas de um ou outro órgão da imprensa, seja no seio dos movimentos políticos. *(Apoiados e não apoiados).*

(Trocam-se apartes simultâneos.)

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Atenção! A Presidência está no comando dos trabalhos. Peço aos senhores Deputados que não intervenham sem consentimento do orador e o Presidente solicita ao nobre senhor Ministro...

SR. PADRE VIDIGAL – Que se contenha!

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – ...que continue a manter a sua elevada linguagem a respeito dos conceitos que está emitindo, ouvidos pela Casa com toda a atenção.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – A referência a essa linha de conduta não constitui ofensa a ninguém...

Não constitui ofensa a ninguém apontar as grandes divisões da opinião pública sabidamente existentes no país. Não atribuí a qualquer dos meus eminentes colegas posições ou julgamentos que não sejam próprios de

parlamentares da elevação moral e do espírito público de quantos que se encontram nesta Casa. Pelo contrário, senhor Presidente, a cada um deles rendi, a seu tempo, as minhas homenagens, pois conheço as suas opiniões e a coragem com que as sustentam.

(Tumulto no plenário. O senhor Presidente faz soar as campainhas.)

SR. PRESIDENTE (Ranieri Mazzilli) – Solicito aos senhores Deputados que possibilitem ao nobre Ministro que se encontra na tribuna prosseguir na sua oração e ser compreendido pelo plenário.

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – É inútil, senhor Presidente, que se procure fazer crer que, da minha parte, deixei de ter, por qualquer dos meus nobres colegas, o apreço e o respeito pelas qualidades patrióticas que todos aqui têm demonstrado. Nem consigo mesmo atinar, senhor Presidente, por que motivo se formou, tão inesperadamente, este incompreensível equívoco.

Pelo contrário, aos nobres aparteantes que me honraram com o seu comentário contrário, a cada um deles prestei as homenagens que devo à sinceridade de suas atitudes, à franqueza de suas convicções. Isso prova que estamos numa democracia. Uma democracia nada mais é do que a confrontação ampla e, algumas vezes, apaixonada de pontos de vista e de convicções.

Dentro deste princípio em que todos se podem defrontar de cabeça erguida, com a plena certeza de que serão ouvidos com respeito e de que serão acatados em suas opiniões, é que aqui estou para expor com sinceridade e objetividade uma linha de conduta, num determinado acontecimento internacional.

Queira Vossa Excelência, senhor Presidente, exprimir também à Câmara o meu apreço por cada um dos nobres colegas que aqui me apartearam, manifestando opinião contrária àquelas que desenvolvi. Compreendo as razões que os inspiram. Entendo que elas todas estão na lógica mesma da formação de correntes de opinião pública e da variedade de matizes da representação popular e que não seríamos um Congresso democrático, não seríamos, sobretudo, um Congresso representativo, se aqui não tivéssemos, sentados nestas bancadas, homens que representam todos os coloridos da opinião pública do nosso país. Todos o têm sabido fazer com altivez e com dignidade e todos merecem, por conseguinte, o meu respeito, como todos merecem o respeito do Conselho de Ministros que tenho a honra de integrar.

Quero dizer, senhor Presidente, para encerrar as minhas considerações, que estou certo de que a VIII Reunião de Consulta, pela unidade de propósitos que revelou entre as nações americanas, pelo alto nível de respeito mútuo que nela se manteve, desde a sua instalação até o seu momento final, e pela atitude desassombrada mantida por todos os Estados na luta contra o comunismo subversivo e na luta em defesa da democracia e do fortalecimento do regime democrático, há de contar entre os episódios do pan-americanismo mais construtivos, mais produtivos de resultados e que mais aproximaram, inclusive, os Estados que divergiram em algumas votações.

Muito obrigado *(Muito bem, muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).*

Exposição feita em cadeia nacional de rádio e televisão, em 5 de fevereiro de 1962

Aqui estou para apresentar ao povo brasileiro o relato objetivo do que se passou na VIII Consulta de Ministros das Relações Exteriores em Punta del Este. Creio não exagerar dizendo ter sido esta a conferência internacional que mais emocionou nos últimos tempos a opinião pública do país. Contribuiu para isso, em primeiro lugar, a crescente importância que assume aos olhos do povo tudo o que diz respeito à política externa. Os homens do nosso tempo se estão dando conta de que é através das relações entre os povos e do comportamento dos Estados que se decidem os destinos de cada comunidade. E por isso a política externa é o grande tema da opinião pública do nosso tempo. Contribuiu também para isso o fato de que este conflito, que se encontra na raiz da reunião de Punta del Este, trouxe ao nosso hemisfério o grande antagonismo do mundo contemporâneo entre as potências democráticas do Ocidente e as potências que integram o bloco comunista. A luta entre a democracia e o comunismo, o conflito entre dois estilos de vida e duas concepções da ordem social invadiu a política, tornou-se a base das reações da opinião pública em setores os mais diversos e é natural, quando esse conflito ocorre nas proximidades das nossas fronteiras, quando sentimos um caso político que o situa no nosso hemisfério. Para os povos reunidos nas pessoas de seus chanceleres, não podem deixar de estar voltados os olhos de todas as nações.

Aqui estou, como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, para fazer ao povo brasileiro um relato objetivo do que significou essa conferência. Devemos saber o que ali foi feito. Devemos saber por que foi feito. E devemos também dizer o valor do que se fez para que possamos julgar, cada um de nós, se foi útil ou foi inútil que os chanceleres se reunissem em Punta del Este. Não tenho a menor dúvida em dizer que a reunião de Punta del Este apresentou resultados positivos. Devo dizer que esses resultados excederam mesmo a expectativa de muitas chancelarias que concorreram àquela reunião, pois ela foi convocada em condições de grande incerteza e sem que tivesse sido ouvida a palavra avisada daqueles que desejavam antes uma consulta de alto nível entre os Ministros, entre governos, para definir com clareza os objetivos e deixarem entrevistos os resultados da reunião. Na verdade, entretanto, apesar disso, apesar da incerteza, apesar das preocupações com que acorremos à consulta, para as quais a chancelaria brasileira chamou a atenção de todas as outras, podemos dizer que os resultados alcançados foram construtivos. Em primeiro lugar, em Punta del Este, firmou-se com clareza a posição comum de todos os povos do hemisfério em defesa da democracia e contra a ação subversiva do comunismo internacional. É certo que já possuímos em nossas declarações interamericanas outras que obedeciam aos mesmos propósitos e continham as mesmas ideias. Mas de declaração em declaração, uma evolução se percebe. Desde a declaração 32 da Conferência Interamericana até a declaração nº 1, firmada agora em Punta del Este, percorreu-se um longo caminho. E o que é importante assinalar é que esta Declaração de Punta del Este materializa uma posição doutrinária inteiramente nova nos documentos do gênero. Ela é uma declaração de defesa da democracia e de condenação ao comunismo. Mas é também uma declaração condenatória ao reacionarismo, condenatória das atitudes puramente negativas que, sob o pretexto de combaterem o comunismo internacional, na verdade, combatem o progresso social e o processo revolucionário democrático dos povos. Esta declaração surgiu de uma reunião a que estiveram presentes os assessores mais ilustres de quatro delegações, entre elas a do Brasil e a dos Estados Unidos. E os seus itens finais merecem ser lidos na abertura deste programa porque eles situarão o povo brasileiro no espírito novo, no espírito novo que presidiu à tomada de atitude dos estados Americanos, frente à ação do comunismo internacional.

Eis esses itens: persuadidos de que se pode preservar a integridade da reconstrução democrática nos Estados americanos, ante a ofensiva

subversiva comunista, os Ministros de Relações Exteriores proclamam os seguintes princípios políticos fundamentais: o repúdio de medidas repressivas que, com pretexto de isolar ou combater o comunismo, possam facilitar o aparecimento ou o fortalecimento de doutrinas e métodos reacionários, que pretendam suprimir as ideias de progressos sociais e confundir com a subversão comunista as organizações sindicais e os movimentos políticos e culturais autenticamente progressistas e democráticos; a afirmação de que o comunismo não é caminho para a consecução do desenvolvimento econômico e a supressão da injustiça social na América que, pelo contrário, o regime democrático comporta todos os esforços de superação econômica e todas as medidas de melhoramento e de progresso social, sem sacrifícios dos valores fundamentais da pessoa humana.

A missão dos povos e dos governos do continente na atual geração é promover o desenvolvimento acelerado de suas economias para eliminar a miséria, a injustiça, a doença e a ignorância, nos termos da Carta de Punta del Este; é a contribuição especial de cada nação americana para o esforço coletivo, cujo objetivo é proteger o sistema interamericano contra o comunismo; é o respeito cada vez maior pelos direitos humanos, o aperfeiçoamento das instituições e práticas democráticas e a adoção de medidas que representam realmente o impulso, no sentido de uma mudança revolucionária nas estruturas econômicas e sociais das Repúblicas americanas.

Esta foi a declaração que os Estados americanos reunidos em Punta del Este assinaram por vinte votos, irmanando-se todas na fé nos princípios democráticos, na disposição de lutar contra as formas de reacionarismo que, sob o pretexto de combaterem o comunismo internacional; mas também na disposição de lutar contra o comunismo internacional; mas também na disposição de lutar contra as formas de reacionarismo que, sob pretexto de combaterem o comunismo, combatem o progresso e procuram atalhar o próprio amadurecimento das democracias americanas. Não foi esta, entretanto, a única declaração de Punta del Este. Ao lado dela, houve outras que apresentam aspectos positivos, no sentido da unidade do espírito formado naquela reunião para enfrentar o problema em torno do qual se reuniam os chanceleres. Assim é que as vinte nações democráticas do hemisfério se uniram numa declaração comum de que existe incompatibilidade entre os governos marxista-leninistas e os princípios democráticos em que se baseia o sistema interamericano. É a Organização dos Estados Americanos uma organização regional baseada numa carta que lhe serve de estatuto – a Carta da

Organização dos Estados Americanos, assinada em Bogotá. E essa Carta, no seu art. 5º, letra *d*, consagra como um dos princípios básicos daquela associação, que a solidariedade dos Estados americanos e os altos fins a que visa requerem a organização política dos mesmos, com base no exercício efetivo da democracia representativa. É portanto a Organização dos Estados Americanos uma organização fundada nesta comunhão de ideias, e embora até hoje não tenhamos podido reduzir aos termos de um tratado a obrigação de cumprirmos a democracia representativa como forma de governo, embora seja isto um princípio, uma aspiração, um anelo, para o que encaminhamos os nossos povos, e não ainda um compromisso jurídico, cuja falta represente a quebra de um compromisso internacional, devemos reconhecer que aí está a base, a base política sobre que se unem os Estados americanos. E isto também se reconheceu em Punta del Este.

Outras medidas de caráter executivo foram tomadas em relação ao regime cubano, também com o voto dos vinte países. Assim, por exemplo, afastou-se o governo cubano da Junta Interamericana de Defesa, organismo de caráter militar, que havia sido criado por uma reunião de consulta, e que outra reunião de consulta tinha poderes para modificar. Assim, também se reafirmou a confiança no programa da "Aliança para o Progresso". E assim também se proclamou a necessidade de promover em toda a América eleições livres, porque eleições livres representam a forma mais perfeita, através da qual se exerce a autodeterminação dos povos.

Não foi, porém, apenas pelo que aprovou, pelo que aprovou por unanimidade, que a reunião dos chanceleres teve uma importância transcendental. Ela teve igualmente importância pelo que não aprovou, pelo que recusou, pelo que evitou. E quem não soube comparar o que esta conferência poderia ter sido com aquela que ela afinal foi, não chegará a formar um juízo exato de sua significação. É que antes de se reunir a conferência, e mesmo depois de instalada, quando já se apresentavam os projetos de resolução, a Conferência de Punta del Este parecia chamada a aplicar, contra o governo cubano, em virtude de seu alinhamento como governo marxista-leninista, as sanções previstas no Tratado do Rio de Janeiro, Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que tem por finalidade a ação defensiva conjunta dos Estados deste hemisfério, quando contra um deles se desfecha um ataque armado, uma agressão ou um fato concreto, que possa

ser considerado equivalente. Sem que se pudesse apontar o fato concreto, sem que se pudesse indicar a agressão ou a ameaça de agressão através de um fato determinado, pretendeu-se levar a reunião de consulta a utilizar um instrumento poderoso, de segurança coletiva, que é o Tratado do Rio de Janeiro, fazendo com que ele servisse para a adoção de medidas coercitivas, cuja finalidade última, quer se queira quer não, seria a erradicação de determinado regime político do hemisfério.

Os países que mais se insurgem contra o comunismo, os que maior fidelidade votam às instituições democráticas, votam, por isso mesmo, porque são países democráticos, intransigente fidelidade à lei. Não podem aceitar que, na aplicação de um tratado, os seus dispositivos sejam usados com uma flexibilidade desabusada, para fins diferentes daqueles que são consagrados no instrumento.

Se o Tratado do Rio de Janeiro foi feito para a defesa comum contra fatos concretos, contra ataques armados ou agressões equivalentes, não pode ser usado contra um regime porque contra isso se insurge um princípio que é básico para os povos deste hemisfério, o princípio de não intervenção de um Estado, ou grupo de Estados, nos negócios internos de um outro. E o Comitê Jurídico Interamericano, em trabalho memorável em que tem procurado enumerar os casos de intervenção, citou como um deles precisamente este: procurar intervir num Estado para mudar o regime político ali vigente. Nenhum Estado americano, digno de suas convicções democráticas, poderia admitir nesta altura de nossa evolução política que o Tratado do Rio de Janeiro, ou a Carta da organização, ou qualquer outro instrumento internacional, fosse utilizado como um pretexto para se praticar uma intervenção na área específica da soberania do Estado. Contra isso se insurgiram os países da América Latina, em pronunciamentos sucessivos de algumas de suas chancelarias mais responsáveis, e entre elas a chancelaria brasileira, que adotou o critério de expor o seu ponto de vista com antecipação, antes mesmo de reunir-se a Conferência de Chanceleres, em discurso pronunciado pelo Ministro de Estado, aos chefes da missão de Estados americanos acreditados no Rio de Janeiro. Esse discurso, que na época foi criticado por muitos, que julgavam preferível que o Brasil se reservasse para dar a sua opinião quando a consulta já estivesse aberta, tornou-se hoje um precioso ponto de referência, porque nada melhor do que voltar a ele, nada melhor do que voltar às suas palavras para verificar o que o Brasil condenava, o que o Brasil pretendia votar e o que o Brasil repudiava, antes mesmo de se iniciar a conferência.

Aí está, nesse discurso que tenho em mão, a declaração peremptória do governo brasileiro de que condenaria qualquer recurso e sanções militares contra o governo revolucionário, e salientava que a ação militar, por ser coletiva, não deixaria de caracterizar uma intervenção. Condenava também as sanções econômicas, não só porque constituíam uma intervenção, mas também porque eram inócuas. O comércio da América Latina em Cuba não passava de 5,5% do total de exportações cubanas, e 9% das importações. E condenava o rompimento das relações diplomáticas, porque entendia que, em face de um governo que sai da prática da democracia representativa e se alinha segundo outros princípios estranhos ao nosso hemisfério, a solução adequada não é o isolamento; a solução adequada é aquela que, limitando os riscos representados pela presença de um tal governo no hemisfério, entretanto permita a convivência, pois a convivência no mundo contemporâneo tem sido o caminho seguro para fazer com que as revoluções populares voltem ao seio da democracia. Basta percorrermos os exemplos que a história recente nos oferece. Onde se deixou um governo revolucionário e popular uma alternativa, uma porta aberta para o mundo democrático, esse governo não se alinhou com as potências comunistas e acabou ou por retornar a uma forma mais ou menos perfeita de democracia ou, pelo imenso, a adotar na sua conduta internacional uma posição favorável ao Ocidente.

Convicto de que a grande causa do conflito mundial entre o Oriente e o Ocidente é o robustecimento do Ocidente e é a manutenção de condições competitivas que nos permitam afastar constantemente o perigo de uma nova guerra e manter abertas as estradas por onde poderemos superar as grandes tensões que ameaçam o mundo de hoje, o Brasil condenou as medidas isolacionistas antes mesmo que se iniciasse a conferência. Lá encontramos os projetos para que essas medidas fossem aplicadas e não nos faltaram no Brasil as vozes que dissessem que o Brasil se devia também perfilhar nessa posição favorável às medidas mais extremas.Tivemos porém a ventura de ver que estas posições intransigentes, tão ao paladar da opinião reacionária, foram abandonadas uma a uma na Conferência de Punta del Este. Não se votaram sanções militares, não se votaram sanções econômicas, não se votou o rompimento das relações diplomáticas. O eminente Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, no discurso que pronunciou perante a reunião de consulta, não advogou nenhuma dessas medidas. E aqueles que as tinham proposto retiraram-se no dia em que a comissão geral devia emitir sobre ela o seu voto. Respeitar-se o Tratado do Rio de Janeiro, mantê-lo intacto foi

uma demonstração de vitalidade do sistema interamericano, de respeito pelos princípios jurídicos que nele se encarnam, e porventura nessa omissão está um dos aspectos mais construtivos da reunião que acaba de realizar-se.

É verdade que em torno de uma questão dividiram-se os Estados americanos. Não em torno da incompatibilidade entre um regime marxista-leninista e os princípios democráticos do sistema interamericano. Em torno dessa incompatibilidade houve um ponto de vista unânime: as vinte nações democráticas do hemisfério votaram a respeito de modo uniforme. Que consequência, porém, extrair desta incompatibilidade? Esta Carta dos Estados americanos não contém nenhum artigo que preveja a expulsão ou a suspensão de um Estado no seio da organização. Diz como se adquire a condição de membro, mas não fala na perda coercitiva desta condição. Quer isto dizer que um Estado-membro, por maiores que sejam as divergências entre ele e o sistema, não poderá ser afastado em caso algum? Não. A Carta não dispõe sobre o processo de eliminação. E o que o Direito Internacional nos ensina é que quando um organismo internacional não prevê, com uma norma própria, o modo de eliminação de um dos seus membros, a maneira de alcançar esse resultado é a reforma da Carta. Tal qual numa sociedade onde não existam normas contratuais para eliminação de um sócio, porque aí o que se terá de fazer é reformar o contrato social. E muito mais, quando ao invés de uma sociedade privada sujeita às leis internas do país, se trata de uma organização internacional, cujos princípios estatutários não podem ser interpretados ampliativamente, pois tudo que não esteja aqui pactuado está reservado pela soberania dos Estados-membros. O caminho portanto estava indicado, era o art. 111 da Carta, que prevê a sua reforma. E por que não se quis seguir esse caminho? Por que aqueles que desejaram aplicar ao governo cubano o remédio da exclusão, não quiseram seguir o caminho da reforma da Carta? Porque a reforma da Carta envolve um processo determinado de elaboração. Esta elaboração termina nos congressos dos Estados que devem dar a sua ratificação ao ato de reforma. O que a delegação brasileira impugnou no tocante à exclusão do governo cubano da organização foi que se violasse a Carta de Bogotá. E sua posição não foi isolada porque ao lado dela se alinharam Estados que representam a grande maioria da população, a grande maioria da renda, a grande força da cultura da América Latina. Alinharam-se a Argentina, o Chile, o México, o Equador, a Bolívia. E estas nações que se uniram às demais na proclamação contra o comunismo internacional e na defesa da democracia entenderam que era do seu dever permanecerem

intransigentes na defesa de uma arma que é a grande arma das nações militarmente fracas. Essa arma é a intangibilidade da norma jurídica. Ai dos países militarmente fracos que consideram a norma jurídica um instrumento de somenos importância sobre o qual podem concluir transações. Em primeiro lugar não seria o atual governo do Brasil, não seria o atual Ministro das Relações Exteriores que iriam arrastar o nosso país a uma atitude em desmentido flagrante com os antecedentes da nossa política internacional. Porque se há uma tradição que tenhamos, se há uma tradição que mereça o respeito de todos, inclusive de nossos adversários, é a tradição de colocarmos o direito como regra suprema para toda a conduta do Estado. Jamais o Brasil se afastou desse princípio e não se afastou em Punta del Este. Enfraquecemos com isso a unidade dos Estados americanos? Certamente não. Acredito antes que a fortalecemos porque provamos ao mundo que as nações deste hemisfério formam uma organização regional de Estados verdadeiramente livres. Somos sócios uns dos outros. Mantemos o direito de discordar e não comprometemos nesta discordância, nem um minuto, seja a unidade de nossos propósitos, seja a cordialidade dos nossos empreendimentos.

Posso dizer ao povo brasileiro que me ouve que a delegação brasileira e a delegação norte-americana mantiveram em Punta del Este as melhores relações de cordialidade, de respeito mútuo e de cooperação e ouso acreditar que depois de nos havermos mantidos fiéis a um ponto de vista que havíamos anunciado antes da consulta, que havíamos comunicado às demais chancelarias e de que não nos afastamos, estamos mais unidos do que nunca aos países nossos aliados e nossos amigos porque todos sabem o que significa hoje a nossa aliança, a aliança de um Estado verdadeiramente independente e cônscio das suas responsabilidades, que usa o seu poder nacional para tomar as decisões que lhe competem e que leva a sua contribuição, positiva e altiva, à construção de uma obra comum. Não posso passar sobre este ponto sem render aqui as minhas homenagens ao Presidente da nobre nação argentina. O Presidente Frondizi enfrentou no interior do seu próprio país uma crise política severa, em consequência da admirável atitude tomada por sua delegação em Punta del Este. E vale a pena ouvir as suas palavras, estas palavras que extraio de tantas outras do seu memorável discurso. Depois de rememorar o que ali se passara, concluiu ele: "as delegações de seis Estados, Brasil, México, Chile, Equador, Bolívia e Argentina, fundamentaram sua abstenção numa vital consideração de ordem jurídica. A reunião de chancelaria convocada como órgão de consulta não tem faculdade para excluir o governo

de um Estado-membro da Organização dos Estados Americanos, conforme os estatutos e os tratados em vigor. Quero assinalar que este é um ponto de direito absolutamente claro, tanto mais sólido quanto é fato que o direito internacional, que resolve questões vinculadas à soberania dos Estados, só admite interpretações restritivas. Estas razões jurídicas não são meramente formais. Toda a tradição jurídica de humanidade civilizada descansa sobre o princípio de que não há penas sem leis anterior ao fato do processo. Afastar-se desse conceito fundamental é incorrer na mais flagrante arbitrariedade. Renunciar a este princípio equivale nas relações humanas – a adotar a lei da selva". Não poderíamos concordar em que, contra os nossos pontos de vista longamente decantados na história e nos arquivos das nossas chancelarias, fosse o novo voto robustecer uma unanimidade a que propositadamente se dava o nome de decisão política, como que a indicar que não era uma decisão jurídica. Que motivos levaram tantos Estados americanos a tomarem tal atitude? Em primeiro lugar respeitaremos a conceituação que cada chancelaria deve ter do que é a verdade jurídica segundo ela própria. Não nos cabe julgar as opiniões dos países nossos irmãos. Cabe-nos, pelo contrário, respeitá-las como queremos que eles respeitem as nossas, mas não podemos esquecer que em grande parte esta exclusão de um governo, sem autorização prévia na Carta e omitindo o processo regular de sua reforma, respondeu a objetivos de política interna e à satisfação de determinados ângulos da opinião pública nacional, a determinados setores mais intransigentes do parlamento, da imprensa, de determinadas correntes de opinião. Nem por isso eram motivos que pudessem assumir o caráter de uma norma de conduta universal. O Brasil defendeu, pelo contrário, uma posição que foi considerada por muitos, em determinado instante, utópica, porque mostrávamos que a incompatibilidade entre o regime cubano e o hemisfério deveria ser resolvida através de um estatuto de obrigações negativas adotadas pelo processo de mediação. Essa solução pareceu a muitos irrealística, mas é uma grande satisfação para a chancelaria brasileira verificar que os maiores comentaristas internacionais dos nossos dias, entre os quais merece uma posição destacada o grande comentarista norte-americano, Walter Lippmann, escrevendo sobre os trabalhos de Punta del Este, consideraram todas as fórmulas ali apresentadas inadequadas, para dizer num determinado instante (leio o artigo do Sr. Walter Lippmann, de 24 de janeiro do corrente ano); "o primeiro passo a dar será a formação de uma base jurídica para a contenção de Castro, assim como afirma o Brasil". E em

seguida vem ele indicando as características da proposta brasileira. Proposta que o Brasil apresentou com o propósito construtivo de fazer frente a um perigo comum e que, se não prosperou nessa conferência, teve pelo menos o mérito em impedir que prosperassem soluções menos sensatas e, afinal, há de permitir um dia que se encontre o caminho correto para colocar o problema cubano em termos não de isolamento, não de erradicação, mas de limitação e de convivência.

Quero dirigir finalmente ao povo brasileiro, ao encerrar esta exposição, algumas breves palavras, de avaliação dos resultados. Acredito que o balanço dessa conferência foi positivo para todos nós; foi positivo para o Brasil, que deu em primeiro lugar uma demonstração de coerência, pois sustentou na conferência, do primeiro ao último dia, a posição que o seu Ministro do Exterior havia anunciado aos chefes de missão dos Estados americanos. Foi positivo para o Brasil, porque demos uma demonstração de firmeza. Aquilo que nos pareceu ser a posição correta, aquela que correspondia às nossas tradições jurídicas e à nossa compreensão do sistema americano, nós a assumimos e mantivemos inalterada até o final. E foi também uma posição de respeito, porque o melhor fundamento da amizade é o respeito mútuo. Não nos afastamos dos Estados Unidos nessa conferência. Pelo contrário, dele nos aproximamos, porque aumentamos ainda mais o cabedal de respeito, que tem sido o melhor fundamento para as relações entre os dois países. Foi também positiva para a América, porque demonstrou a unidade dos povos americanos na defesa da democracia. Demonstrou a sua confiança nos métodos de combate contra o comunismo, baseados na luta contra o subdesenvolvimento econômico e contra a miséria, e condenou formalmente os processos reacionários de luta contra ele. Foi também positiva para a América, porque dessa conferência o princípio de não intervenção e de autodeterminação dos povos saiu intacto, não se cometeu nenhuma intervenção, não houve infração de qualquer natureza ao princípio da autodeterminação. E nem mesmo esta reclusão, em torno da qual não se chegou por unanimidade, representou propriamente uma solução definitiva, porque na preocupação de evitar a agressão frontal aos termos da Carta, o que se aprovou afinal em Punta del Este foi mais a decisão de excluir do que o ato da exclusão.

Sei que o Ministro das Relações Exteriores sofreu no curso dessa conferência alguns momentos de severa crítica e de dura incompreensão. É para isto que existe o homem público. É pra levar adiante aquilo que constitui

realmente a vontade de seu povo e o pensamento do seu país, sem hesitar diante da incompreensão, sem temer sequer diante da injustiça. Mas não posso deixar de abrigar-me à sombra de um precedente ilustre, porque mesmo para os que se dispõem a enfrentar friamente o cumprimento do dever, é sempre de um grande conforto moral sentirem atrás de si um exemplo que os encoraja. Não posso deixar de lembrar Rui Barbosa, na Conferência de Haia, em 1907, certamente o maior certame internacional quanto à intensidade com que se projetou na opinião pública do nosso país. O maior êxito da diplomacia brasileira – Rui Barbosa, viu-se na contingência de sustentar na tese crucial daquela conferência, que era a criação de um Tribunal Permanente de Arbitragem, uma tese de ordem jurídica contra a qual se colocavam os oito grandes da época. Tratava-se da igualdade entre os pequenos e os grandes Estados. Rui Barbosa defendeu o princípio da igualdade contra aqueles que pretendiam uma fórmula de participação desigual. E houve um momento que o nosso grande Embaixador naquele certame enfrentou a dura, difícil situação de se ver seduzido a votar vencido, contra todos os outros Estados. Neste momento falou-lhe a voz da chancelaria brasileira, expressa não por outro senão pelo Barão de Rio Branco, nesses termos inesquecíveis: "Agora que não podemos ocultar a nossa divergência com a delegação norte-americana, cumpre-nos tomar aí, francamente, a defesa do nosso direito e o das demais nações americanas".

Estes são os antecedentes da diplomacia brasileira. É dentro dessa linha imperturbável, dessa linha ininterrupta de obediência ao direito de intangibilidade dos tratados, das normas e dos princípios que hoje, como ontem, em Punta del Este, como em qualquer outra das nossas grandes conferências do passado, atuou e atua o Itamaraty.

Moção de Censura – Discurso, na Câmara dos Deputados, em 29 de maio de 1962

Senhor Presidente,

Antes de dar início à minha exposição, desejaria uma consulta a Vossa Excelência sobre um ponto de ordem. Ao longo dos debates havidos nesta Casa, ensejados pela moção de censura, foram apresentadas várias interpelações. Entendo que são interpelações às questões levantadas no curso de exposições feitas da tribuna, ou mesmo em aparte, e que exigem esclarecimentos da parte do ministro das Relações Exteriores. Pergunto a Vossa Excelência se, falando neste momento, depois de um debate encerrar, e para responder às observações feitas à margem dele, devo ater-me à moção de censura, ou devo e posso, igualmente, tratar das interpelações?

SR. PRESIDENTE – "A questão de ordem suscitada pelo Sr. Ministro San Tiago Dantas deve ser resolvida por assemelhação de métodos de trabalho e proposições outras que não esta moção de censura, por isso que ainda não dispomos das regras específicas para a matéria. A indagação de Sua Excelência, devo informar que não obstante encontrar-se na tribuna num horário correspondente ao chamado grande expediente, está entretanto Sua Excelência conforme havia comunicado a mim, na situação de vir tratar da moção de censura,objeto de discussão já encerrada na sessão anterior. Nestas condições, o Sr. Ministro de Estado tem a palavra

para tratar desta proposição, e somente dela, para que a disciplina de nossos trabalhos possa realmente facilitar o juízo que sobre o assunto o plenário deve de fixar, a fim de deliberar sobre a matéria. As questões suscitadas por interpelações anteriormente apresentadas à Mesa deverão ser, com certeza desde logo, tratadas por Sua Excelência, mas noutra oportunidade, que pode ser a de sessões imediatamente seguintes, mas não nesta oportunidade".

SR. MINISTRO SAN TIAGO DANTAS – Neste caso, senhor Presidente, desejo pedir a Vossa Excelência que me considere inscrito para, numa próxima sessão e, se possível, imediatamente na de amanhã, fornecer aos eminentes membros desta Casa os esclarecimentos a que fazem jus à vista das interpelações apresentadas. Acredito mesmo, senhor Presidente, que a moção e as interpelações não podem deixar de ter um tratamento processual direto, uma vez que, nas moções, estamos sujeitos à votação ao plenário e que, nas interpelações, estamos sujeitos, precipuamente, ao dever da resposta. E, só no caso desta ser julgada insuficiente, poderá ela transformar-se em nova moção, para a qual o voto será solicitado.

Entretanto, creio que se interpelações estão hoje mais presentes ainda ao espírito dos nossos eminentes colegas do que o próprio objetivo da moção, já que esta foi apresentada recentemente, mas havia sido formulada e apresentada pela primeira vez em fevereiro do corrente ano, versando, exclusivamente, a conferência de Punta del Este, vou ater-me, de acordo com a solução dada por Vossa Excelência à questão de ordem, aos termos da moção, mas desde já quero dizer aos eminentes membros desta Casa que aqui estarei, nesta tribuna, na primeira sessão em que Vossa Excelência me puder conceder inscrição e muito estimaria que fosse a de amanhã, para resolver, em caráter informativo, os outros pontos levantados pela Câmara no curso do debate. Muitos destes pontos pareceram-me [*sic*], realmente, um esclarecimento amplo, pois não posso compreender que paire qualquer dúvida a respeito deles no espírito dos eminentes congressistas. São questões fáceis de esclarecer, de elucidar. Muitas delas resultam antes de deturpações ocasionais de um noticiário incompleto, do que propriamente de uma apresentação integral dos fatos. E é com prazer que voltarei a esta tribuna, não apenas amanhã, mas tantas vezes quantas sejam necessárias, para trazer à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional as satisfações que lhes deve o governo pelos atos que pratica no ministério a meu cargo.

Com relação à moção de 17 de fevereiro, senhor Presidente, creio que, decorrido tanto tempo, passados já tantos meses da VIII Reunião de Consultas que a ela deu ensejo, é justo que a examinemos em dois aspectos sucessivos. No momento em que a moção foi formulada pela primeira vez, era natural que seus eminentes signatários e a Câmara tivessem para apreciar-lhe o mérito apenas o elemento racional da compreensão da decisão ali tomada pela delegação do Brasil. Os meses, porém, passaram sobre a decisão da VIII Consulta e, hoje, já podemos juntar àquelas considerações outras, que, por assim dizer, apresentam o seu período de prova, pois, desde o encerramento da consulta até hoje, a vida internacional do hemisfério e, dentro desta, a posição do Brasil, tiveram desdobramentos que nos permitem apreciar, à luz da experiência, a decisão tomada em Punta del Este, pela maioria das nações americanas e, no quadro desta decisão, a posição tomada pelo Brasil. Vou pedir licença aos meus eminentes companheiros da Câmara dos Deputados para nessa exposição, que procurarei tornar a mais objetiva e desapaixonada, apresentar um conjunto de argumentos e de fatos e, desta forma, poder estabelecer uma base para o debate que, ainda hoje, provavelmente, aqui teremos a oportunidade de reacender.

Peço permissão, por isto, para começar por uma exposição e, depois de chegado a um certo ponto dela, então, iniciar o debate com todos aqueles que me quiserem dar a honra de sua contribuição através de apartes.

Em primeiro lugar, senhor Presidente, não podemos esquecer que a VIII Reunião de Consulta adquiriu, na vida do continente americano, uma significação inusitada. A ela foram convocadas as nações deste hemisfério, para deliberarem sobre os termos de uma convocatória, que levava a crer que se pretendesse aplicar ao caso cubano o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, conhecido com o nome de Tratado do Rio de Janeiro.

Esta convocatória correspondia a argumentações expendidas no conselho da organização por alguns Estados americanos que haviam insistido em caracterizar o estabelecimento de um regime em Cuba, sem as características do regime democrático representativo, como algo que podia justificar a aplicação de sanções nos termos do Tratado do Rio. Fossem sanções diplomáticas como a ruptura das relações, fossem sanções econômicas como as medidas aplicadas ao comércio ou fossem mesmo sanções militares. Ao abrir-se a consulta, havia propostas sobre a Mesa que previam a aplicação de tais sanções. Desde muito antes, entretanto, se havia iniciado, entre as chancelarias americanas, um largo debate, através de trocas de notas e de

informações. E, no próprio Conselho da Organização dos Estados Americanos, os países haviam feito ouvir as suas vozes para analisar, à luz dos tratados vigentes, os objetivos consignados na convocação.

É sabido, senhor Presidente, que o desenvolvimento da ação internacional – e, especialmente, no nosso hemisfério – consiste principalmente no equilíbrio de três princípios, ou diria melhor, de três objetivos, que estamos igualmente empenhados em alcançar. O primeiro destes princípios é a não intervenção de um Estado nos negócios internos do outro. O segundo é a preservação e o fortalecimento da democracia representativa em nosso hemisfério. E, o terceiro é a construção de um sistema de segurança coletiva, baseado na aplicação de sanções contra o eventual agressor. O modo por que estes três objetivos se limitam reciprocamente, a forma pela qual cada um deles precisa ser defendido da aplicação irregular ou inconveniente do outro, constitui o aspecto, ao mesmo tempo mais delicado e mais importante da ação diplomática internacional.

Se é verdade que queremos desenvolver a democracia representativa, se é verdade que desejamos preservá-la e assegurar o seu fortalecimento, também é verdade que não desejamos fazer da defesa da democracia uma base, um pretexto, um motivo para que os Estados intervenham nos negócios internos do outro e substituam as deliberações desse próprio Estado pelas suas deliberações. Daí a fronteira que teoricamente precisa ser tratada com nitidez e que, na prática, precisa ser observada com rigor entre o princípio da não intervenção e esse outro princípio inscrito no artigo 5º da Carta de Bogotá e que traduz a aspiração dos povos americanos ao regime de liberdade.

Ao mesmo tempo, as sanções, senhor Presidente, são instrumentos através dos quais a organização coletiva a que pertencemos procura defender cada um de seus Estados-membros dos riscos do ataque armado e da agressão. Nada mais perigoso do que as sanções amanhã se converterem num instrumento de intervenção, graças ao qual, em vez de procurarmos reprimir a agressão e reduzir o ataque armado ao Estado anterior, passemos a poder interferir dentro de um Estado e a ditar-lhe a vontade de um outro ou mesmo da organização geral a que todos pertencem. A possibilidade de transgressão dessa fronteira, que separa a aplicação desses diferentes princípios internacionais, é constante; e o mérito da diplomacia do nosso continente, a finalidade mesma da ação internacional em que se acham engajados todos os Estados deste hemisfério é fazer com que os três possam ser colimados, sem que jamais, graças à invocação inadequada de um, posterguemos a aplicação

de um outro. E é este, em Punta del Este, como de um modo geral em qualquer conferência internacional convocada sob a égide do Tratado do Rio de Janeiro, o problema que se antepunha aos cuidados das chancelarias americanas.

Podia o Tratado do Rio de Janeiro ser invocado para resolver-se, através das vias das sanções coletivas, o caso criado em Cuba pelo estabelecimento de um regime não enquadrado no conceito continental de democracia representativa? As chancelarias americanas examinaram esse caso cuidadosamente. Não foi apenas o Itamaraty, não foi apenas o governo brasileiro, através do seu órgão técnico, que se debruçaram sobre as dificuldades da espécie. Na verdade, a Argentina, o México, a Colômbia, o Peru, o Chile, os Estados Unidos, todos os países que integram, como Estados-membros, a Organização dos Estados Americanos dedicaram à questão o mais carinhoso estudo. Os resultados desse estudo não tardaram em transparecer. O governo brasileiro, depois de examinar o caso à luz dos seus precedentes internacionais e de cotejar a espécie e as normas a ele aplicáveis, chegou a uma conclusão clara a respeito dos limites que podiam orientar a ação da nossa chancelaria.

Em primeiro lugar, partimos da ideia indiscutível de que o Tratado do Rio de Janeiro não conceitua o simples estabelecimento de um regime político, seja ele qual for, como um caso de ataque armado ou de agressão. É certo que há regimes políticos em que a agressão é mais fácil de medrar no espírito dos governantes e outros em que, pelo contrário, o maior controle de opinião pública atua como um freio sobre as intenções agressivas; mas nem por isso é lícito definir um regime político, sejam quais forem as suas características, como um ato agressivo em si mesmo. Basta pensar que a Organização das Nações Unidas mantém em pé de relações amistosas Estados que praticam os mais variados regimes políticos conhecidos no mundo contemporâneo.

Esses Estados se reúnem em assembleias internacionais, firmam tratados, entretêm uma vida diplomática ativa e nada disso seria possível se alguns deles, em virtude das características do regime que praticam, tivessem de ser considerados um agressor em ato de agressão, ou mesmo na iminência de despertá-la. A agressividade dos regimes é, muitas vezes, um resultado da índole ideológica ou de certas circunstâncias ocasionais, que influem no espírito dos povos ou dos governantes, mas não é uma característica imanente às instituições, sejam elas quais forem; e, por isso, conceituar um regime como um ataque armado, ou como um ato agressivo, seria transpormos os limites de um documento internacional, que é, porventura, o mais sério e o de maior

responsabilidade para os Estados que o firmaram neste hemisfério. O documento a que me refiro é o Tratado do Rio de Janeiro, o único que permite, em determinados casos, que os Estados americanos se unam para praticar uma ação em relação a outro Estado, ação que, se não fosse legitimada, se não fosse fundamentada rigorosamente no tratado, teria de ser considerada uma intervenção.

Aí está, senhor Presidente e senhores Deputados, o ponto em que o conceito de sanção se separa do conceito de agressão. Tudo aquilo que for praticado sob o rótulo mesmo de sanção, mas sem fundamento nos tratados que a preveem e permitem em casos determinados, configurará a intervenção de um Estado nos negócios internos de outro. E, por isso, em vez de medida lícita, compatível com a ordem internacional e com os seus fundamentos jurídicos, terá de ser considerada medida ilícita e configurará, na ordem internacional, um estado de intervenção.

Invocar a aplicação de sanções, fosse de que natureza fosse, sobre um Estado, apenas mediante a alegação de que nesse Estado se pratica um determinado regime, escapava aos termos exatos do Tratado do Rio de Janeiro; e, por essa razão, o governo brasileiro formou o seu pensamento no sentido de que o caso que nos levaria à VIII Reunião de Consulta jamais poderia ser considerado um caso de aplicação desse tratado e não poderia, por conseguinte, levar à aplicação de sanções diplomáticas, econômicas ou militares. Perturbando embora, senhor Presidente, a ordem cronológica que desejo observar nesta exposição, quero dizer que os fundamentos em que se baseou a orientação da nossa chancelaria foram, afinal, adotados por todas as chancelarias que compareceram àquele certame.

Embora na convocatória da VIII Consulta se previsse a aplicação do Tratado do Rio; embora estivessem sobre a mesa da conferência propostas subscritas por alguns Estados, que previam a aplicação de sanções no quadro do tratado referido, os debates de Punta del Este foram suficientemente esclarecedores e, quando a conferência marchou para o momento culminante da votação, os Estados que haviam subscrito aquelas propostas tomaram a iniciativa de retirá-las, de tal maneira que sanções diplomáticas, sanções econômicas e sanções militares não foram objeto de voto na VIII Reunião de Consulta. É esse primeiro ponto que não pode deixar de ficar bem claro, no momento em que o governo brasileiro, nos termos da moção de censura de que tenho neste momento a oportunidade de defender-me, foi considerado pouco atento aos problemas básicos da

segurança do nosso hemisfério. Pelo contrário, o Brasil não viu em Punta del Este uma questão de segurança porque, na realidade, nenhum outro dos Estados americanos ali presentes pretendeu obter dos demais Estados um voto que implicasse a aplicação do sistema de segurança coletiva regional. Peço, por isso, licença aos doutos signatários da moção de censura para acentuar que, no que diz respeito à segurança coletiva do hemisfério, longe de nos termos encontrado, em Punta del Este, numa posição de discordância no ato das votações, o que vimos foi a posição que o governo brasileiro adotou e tornou expressa na sua primeira manifestação pública dirigida aos embaixadores acreditados no Rio de Janeiro, perfeitamente perfilhada pela unanimidade da conferência. Aí, não houve discrepância e, peço para dizer, senhor Presidente, com o devido respeito pelos signatários da moção, que não cabe a censura.

Um segundo ponto, já versado na própria moção e desenvolvido ao longo dos debates que se travaram nesta Casa, diz respeito à coerência do governo brasileiro no tocante à defesa dos princípios democráticos em nosso hemisfério. Foi dito, e repetido várias vezes, que em nossa política exterior introduzimos um momento de incoerência ao desertarmos, na VIII Reunião de Consulta, de um dos princípios afirmados na declaração de Santiago do Chile.

Ser-me-ia, realmente, senhor Presidente, extremamente penoso – e não sei como poderia salvar-me de tal mácula em minha vida pública – se depois de ter tido a honra de ser o redator da Declaração de Santiago do Chile e de havê-la apresentado ao voto da V Reunião de Consulta, em nome do governo brasileiro, fosse eu quem, na VIII Reunião, fosse negar aplicação àqueles preceitos e sustentar pensamento diverso daquele que tivera a honra de esposar e de apresentar. É, porém, extremamente injusta esta apreciação. Na verdade, a Declaração de Santiago do Chile, como ainda hoje teve oportunidade de dizer da tribuna, em seu memorável discurso, o nobre deputado Almino Afonso, é um documento político, no qual as nações americanas reunidas na V Consulta tiveram a preocupação básica de enunciar as características fundamentais, graças às quais podemos identificar em nosso hemisfério o regime democrático representativo. É sabido que o conceito de democracia tem sido discutido, modificado e mesmo deturpado. Se queremos defender a democracia e fortalecê-la em nosso hemisfério, precisamos saber de que democracia se trata, ou, antes, que traços fundamentais individuam este sistema de governo.

A Carta de Bogotá, de 1948, no seu artigo 5º, limitou-se a dizer que os Estados americanos se empenhavam na preservação dos princípios da democracia representativa, mas não havia ainda, naquela ocasião, um grau de concordância entre os Estados participantes da Conferência Interamericana que lhes permitisse definir o conteúdo destas palavras e colocar, em lugar de uma simples alusão, um conceito de contorno definido.

Os anos passaram sobre a Conferência Interamericana de Bogotá e, ao longo destes anos, em reuniões internacionais sucessivas, em comitês, em conselhos, os Estados americanos procuraram trabalhar, por todos os meios ao seu alcance, este conceito de democracia, para poderem desenvolver aquilo que a carta apenas indicava. Foi, creio eu, na IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 1951, três anos depois da de Bogotá, que pela primeira vez se aprovou um projeto que recomendava a adoção de medidas de fortalecimento da democracia em nosso hemisfério. Esta resolução traduziu muito bem o anelo, profundo e permanente, dos povos do nosso hemisfério para elevar a sua vida política até o mais alto padrão de existência política dos povos, que é o regime democrático. Mas sabemos que a democracia é uma conquista, que os povos não atingem a ela senão através de vicissitudes históricas, em que muitas vezes há períodos de avanço e períodos de retrocesso. A cada passo, o nosso coração se confrange quando vemos uma nação, onde supúnhamos implantadas e estabelecidas as instituições representativas, tombar sob a ação de um golpe de força, desfigurar as instituições, transformar-se num regime de fato ostensivo. Mas o anelo dos povos americanos tem vencido estas vicissitudes, tem ido além destas peripécias e, sempre, tem podido renascer a nossa ânsia de sermos verdadeiramente uma democracia, restaurando o regime representativo com base no voto, conquistando-o pela evolução da nossa cultura política e, também, pelo espírito de reivindicação de nossos povos.

Esse desejo de fortalecer a democracia em nosso hemisfério, esta aspiração, ao mesmo tempo cultural e política, foi lançada em 1948 em Bogotá, recomendada em 1951 pela IV Consulta, mas o passo mais notável dado nesse caminho e que constitui, sem dúvida alguma, um título da diplomacia brasileira, foi a Declaração de Santiago do Chile, em que se conseguiu dar conteúdo à expressão e dizer quando é que um regime, pela ocorrência de determinadas conotações, pode ser considerado um regime democrático, dentro dos limites históricos deste conceito no continente americano. Ajustou-se, porventura, em Santiago do Chile, que os povos americanos se obrigavam a

observar nas suas instituições políticas as características da democracia representativa? Combinou-se em Santiago do Chile que qualquer país que se afastasse daquele modelo, daquele parâmetro estaria sujeito a ver suas instituições políticas reorganizadas pelos demais Estados, através de uma comissão ou através de uma deliberação do órgão regional, a Organização dos Estados Americanos? Jamais. Isto não se fez, porque isto não se podia fazer.

Em primeiro lugar, porque é da essência da democracia que ela resulta da vontade popular, que não pode ser substituída pela vontade de nenhum outro organismo, de nenhuma outra entidade, de nenhum outro grupo de nações.

Senhor Presidente, o motivo que nos levou, então, a nos opormos à ideia da exclusão foi – além daquele que anteriormente salientei, da inoperância – este outro de que, no entender da chancelaria brasileira e das demais chancelarias que votaram no mesmo sentido, em face da divisão de campos políticos que se observa no mundo de hoje, devemos preservar condições de competição. É necessário que os Estados possam competir, é necessário que possamos fazer sentir, dentro de cada um deles, a palavra, o exemplo, a linha de discussão e de debate que pode manter os Estados – onde a liberdade sobra momentaneamente – abertos para um retorno ao caminho das instituições democráticas.

Finalmente, senhor Presidente, o terceiro motivo, de ordem jurídica: jamais assistimos, na diplomacia brasileira, a um único caso em que se constituísse em critério da nossa política externa passar por cima de normas jurídicas para darmos soluções puramente políticas em matérias reguladas pelo direito.

Se há uma tradição jurídica no nosso país, se há na diplomacia brasileira uma constante, essa constante é a da observância da norma jurídica em todos os casos e da não transgressão da norma jurídica nos casos em que ela pode e deve ser aplicada. Por isso, senhor Presidente, quis o Brasil, em face daquela circunstância, adotar a atitude de completo respeito a um tratado assinado pelo Brasil, que era a Carta de Bogotá. E este tratado não permitia que se excluíssem Estados-membros, sendo [*sic*] através do único mecanismo que em tais casos se conhece, que é o da reforma do próprio tratado, e da reforma da própria Carta. Foram estas as circunstâncias que levaram o Brasil a votar da maneira por que o fez.

Decorridos estes meses, senhor Presidente, o que se vê? Em primeiro lugar, a resolução tomada pela maioria da VIII Consulta não produziu nenhum

efeito prático em relação aos objetivos. Pelo contrário, a atitude do Brasil, mantendo a sua linha de conduta internacional e preservando as suas relações com o Estado excluído da organização, deu ensejo a que pudéssemos prestar ao mundo, à causa democrática e à liberdade de opinião, serviços consideráveis. Tem sido a embaixada do Brasil na capital de Cuba o refúgio certo de todos aqueles que discordam do regime político ali praticado. Tem sido o Brasil o Estado que tem intercedido, inúmeras vezes, para conseguir abrandar os rigores de uma situação política. Tem sido o Brasil, acima de tudo, a porta aberta através da qual o mundo democrático mantém a presença naquele país; país cujas tradições de fidelidade aos princípios democráticos não deixarão de triunfar sobre um episódio momentâneo de ditadura.

É inútil, senhor Presidente, pensarmos que as ditaduras, que os regimes extremistas se estabelecem em caráter definitivo. Todos eles são transitórios. Todos eles são regimes que tendem a desaparecer.

O Brasil e a Questão de Angola na ONU

O Brasil e a Questão de Angola na ONU

Abrindo o debate, no plenário das Nações Unidas, em Nova York, sobre a questão da Angola, o senador Afonso Arinos, chefe da delegação do Brasil, pronunciou o seguinte discurso:

> Ao definir a sua atitude, perante a Assembleia Geral, no debate da situação da Angola, a delegação do Brasil o faz com plena consciência de suas especiais responsabilidades nesta questão.
> Nossa opinião é determinada pela influência de dois fatores. O primeiro resulta da história do nosso passado e dos seculares laços que nos ligam a Portugal, cuja cultura se manteve em tantos e tão importantes elementos da formação nacional brasileira.
> O segundo fator é o anticolonialismo brasileiro, traço marcante da nossa fisionomia nacional, imposto pela fraternidade racial, pela posição geográfica, pelos interesses econômicos e pela sincera convicção, firmada tanto nos círculos dirigentes quanto nas massas populares do meu país, de que o anticolonialismo e o desarmamento são as duas grandes causas deste século, os dois problemas básicos da vida internacional contemporânea, de cujas soluções dependem, em grande parte, o progresso e a paz da humanidade.
> O Brasil, assim, proclama sua inalterável amizade a Portugal, que nos vem da história do passado; mas afirma nitidamente a sua posição anticolonialista,

que lhe é imposta pelo que um grande escritor português do século XVII, o padre jesuíta Antônio Vieira, chamou a 'História do Futuro'.

A matéria em discussão tem sua origem na Resolução 1.603, da XV Assembleia Geral, de 20 de abril de 1961, a qual, por sua vez, proveio da solicitação apresentada no mês de março, por 40 delegações afro-asiáticas, pedindo a inclusão, na agenda da Assembleia, de um item referente à 'situação em Angola'.

As conclusões do relatório sobre Angola

O governo brasileiro estudou cuidadosamente o relatório do subcomitê sobre a situação em Angola (A/4.978), criado pela referida Resolução 1.603, relatório que constitui, a seu juízo, um documento indiscutivelmente útil, não obstante as limitações que se devem à impossibilidade de obtenção de dados colhidos *in loco*. A esse respeito, o governo brasileiro lamenta que o governo português não tenha permitido a visita a Angola do comitê em apreço, o que lhe teria permitido reunir elementos diretos de informação e, talvez mesmo, contribuir, pela ação de sua própria presença, a um abrandamento das tensões existentes. Por outro lado, uma posição afirmativa, que ainda esperamos de Portugal, nesse sentido, testemunharia seu desejo de cooperar com as Nações Unidas na procura de soluções pacíficas e construtivas.

A análise do relatório permite à delegação do Brasil fixar os seguintes pontos, que lhe parecem de importância capital:

1. A situação em Angola oferece aspectos críticos e tende a se agravar cada dia; a prolongação da luta armada, por sua vez, torna cada vez mais difícil um entendimento entre as partes.
2. As tentativas de solução militar, além de serem contrárias às recomendações e decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, não resolveram, até agora, o problema angolano e, seguramente, não o resolverão.
3. Os acontecimentos de Angola constituem, como o reconheceu o Conselho de Segurança (S/4.835), uma causa atual e potencial de atritos internacionais, não somente no continente africano, mas ainda em outras partes do mundo, e são de natureza a pôr em perigo a manutenção da paz e da segurança internacionais.

4. Ainda é possível, entretanto, na opinião da delegação do Brasil, encontrar uma solução pacífica, a única capaz de não destruir os elementos positivos que a presença portuguesa trouxe ao país e de salvaguardar relações proveitosas entre Portugal e Angola, análogas às que se verificam, hoje em dia, entre antigas metrópoles e territórios de além-mar recém-emancipados. Tal solução seria certamente a melhor, para os interesses de Portugal e de Angola.
5. Em tal sentido, o reconhecimento, por Portugal, do direito do povo angolano à autodeterminação, facilitaria enormemente a cessação imediata da luta e do derramamento de sangue, bem como a preparação das profundas reformas legislativas e administrativas, necessárias à evolução pacífica do território para a autonomia.

Preservação da cultura portuguesa na África e na Ásia

Os laços especialíssimos que existem e continuarão sempre a existir entre Brasil e Portugal constituem um elemento a mais para desejarmos que a situação de Angola seja resolvida pacificamente, o mais cedo possível, de modo compatível com os interesses de portugueses e angolanos e com a preservação de elementos culturais e humanos, que são característicos da presença portuguesa na África. O Brasil não pode ser alheio à sorte desses elementos, que também são parte de sua vida e se situam na fonte de sua formação histórica.

Nisso tudo, tem o Brasil um grande interesse e, talvez mesmo, uma parcela de responsabilidade. O Brasil não pode aceitar com indiferença que a língua e a cultura portuguesa venham a desaparecer da África e espera que os elementos positivos da cultura ocidental, transplantados para a Índia e a China pelos portugueses, possam ser respeitados, da mesma forma por que respeitamos, no Brasil, os elementos culturais trazidos por chineses, japoneses, judeus, negros, italianos, alemães, árabes e tantos outros povos, que contribuem na formação do nosso povo e no progresso do nosso país.

Por isso mesmo, o Brasil, caso se apresente oportunidade, não hesitará em prestar toda a cooperação e toda assistência no encaminhamento da questão de Angola e aguarda com ansiedade o momento em que Portugal aceite a aplicabilidade do princípio de autodeterminação e se mostre disposto a acelerar as reformas que se tornam indispensáveis. O Brasil se julga no dever de fazer um apelo a Portugal para que aceite a marcha natural da

história e, com sua larga experiência e reconhecida sabedoria política, encontre a inspiração que há de transformar Angola em núcleo criador de ideias e sentimentos e não cadinho de ódios e ressentimentos. O Brasil exorta Portugal a assumir a direção do movimento pela liberdade de Angola e pela sua transformação em um país independente, tão amigo de Portugal quanto o é o Brasil. Porque, no presente estágio da história, as convivências internacionais profícuas à humanidade somente vingam e prosperam entre povos livres e soberanos. Disso é exemplo vivo a comunidade luso-brasileira.

O Brasil contra a anexação de territórios pela força

Nossa isenção e objetividade foram demonstradas recentemente, quando da invasão das possessões portuguesas na Índia. Nessa altura, fiel à Carta das Nações Unidas, o Brasil elevou um protesto solene contra a violação dos princípios de paz e de respeito ao direito, que deveriam ser, para todos, sagrados. Continuamos a considerar gravíssima e de consequências perigosas a impotência do Conselho de Segurança no caso de Goa, decorrente de uma das maiores lacunas do mecanismo da Carta. Entretanto, movido pelas mesmas preocupações, o Brasil manifestou-se a favor da observância do capítulo XI da Carta, que Portugal declarou inaplicável às suas antigas colônias africanas. O próprio presidente do Conselho dos Ministros de Portugal, professor Oliveira Salazar, reconheceu a coerência da posição brasileira, ao observar em discurso recente, que traduzo do texto inglês: "O anticolonialismo é também uma constante da política brasileira, mas outra constante é também o não reconhecimento das anexações territoriais obtidas pela força".

Gestões do Brasil para procurar uma fórmula conciliatória

Guiado por tal espírito, o governo brasileiro tem tentado, desde a apresentação do relatório do subcomitê sobre a situação em Angola, até o reinício da presente sessão da Assembleia Geral, auscultar a posição das partes em conflito, assim como a dos membros das Nações Unidas, com o propósito de encontrar uma fórmula suscetível de ampla aceitação.

Para isso, chegou a considerar a ideia de um projeto de resolução que, após fazer referência à Resolução 1.603 da Assembleia Geral e ao relatório do subcomitê, considerasse que não havia ofensa para a soberania de um país em aceitar a presença de uma comissão de averiguação estabelecida

pela Assembleia Geral, dentro dos limites impostos pela Carta. A parte dispositiva de tal projeto teria formulado um apelo a Portugal, no sentido de que oferecesse todas as facilidades ao subcomitê para cumprimento de sua missão, e teria expressado a esperança de que Portugal, inspirando-se na valiosa e diversificada experiência de soluções pacíficas e efetivas já adotadas por outros Estados europeus na África, tomasse medidas para favorecer condições adequadas, em Angola, para o exercício da autodeterminação.

Evidenciou-se rapidamente, entretanto, que tais sugestões não eram suscetíveis de reunir a aceitação de Estados cujas posições eram antagônicas. Alguns as julgaram extremadas. Outros – e dos menos suspeitos de nacionalismo africano – as acharam demasiadamente brandas.

Não descremos ainda, contudo, da evolução favorável de parte a parte e da possibilidade de ser apresentada alguma proposta que, sem condenações não somente inúteis, mas ainda prejudiciais, por exacerbar ânimos já tão excitados, possa contribuir à cessação do derramamento de sangue e a solução pacífica da questão angolense. Qualquer que seja a sua origem, estamos dispostos a apoiar projetos nesse sentido. Firmeza e moderação são os caminhos que devem conduzir as Nações Unidas na delicada tarefa de colaborar para a solução do problema de Angola. Firmeza nos propósitos e moderação nos processos.

O Brasil fiel à sua história e aos seus compromissos

Esta será a orientação do Brasil, que, neste caso, deve preservar a sua inalterável amizade para com o povo português. O Brasil, por outro lado, não pode fugir ao seu dever, indeclinável, de dar todo o apoio à marcha de Angola para a autodeterminação no quadro geral do anticolonialismo. Só assim o Brasil se manterá dentro da sua tradição de país soberano, pacifista e desejoso da paz e do progresso para todos os povos do mundo.

Sustentando o princípio da autodeterminação de Angola, o Brasil não só se mantém fiel à sua história de antiga colônia e aos seus ideais de nação livre e democrática, como cumpre o compromisso sagrado que assumiu ao assinar a Carta de São Francisco e ao votar a favor das resoluções das Nações Unidas relativas à eliminação do colonialismo em todo o mundo.

O Brasil e o Desarmamento

Discurso na Conferência do Comitê das 18 Potências sobre Desarmamento,
em 16 de março de 1962

Declarações feitas à Agência Nacional, em Genebra,
em 19 de março de 1962

Declaração em Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento,
em 23 de março de 1962

Declaração das oito Potências "Não Alinhadas" contra as
Explosões Atômicas, apresentada em Genebra pelo Delegado do Brasil,
Senador Afonso Arinos

Declarações do Assessor Militar do Brasil, General Emílio Ribas,
na Conferência do Desarmamento em Genebra,
em 23 de março de 1962

Discurso na Conferência do Comitê das 18 Potências sobre Desarmamento, em 16 de março de 1962

O Brasil recebeu sua inclusão no comitê de desarmamento com a plena consciência da extensão de suas responsabilidades, a que se teria, daí por diante, de associar-se.

Se é verdade que a responsabilidade pela preservação da paz mundial cabe, de forma preponderante, às potências nucleares, que são as únicas a disporem dos meios de destruí-la, também é certo que só se alcançarão progressos numa ação internacional para reduzir os riscos imediatos de guerra se os povos não armados se unirem aos armados, no esforço comum para a eliminação de um perigo que a todos atinge com igual intensidade.

Para conter ou afastar tal perigo, não é bastante o temor recíproco dos Estados que dispõem de armas nucleares e termonucleares no estádio tecnológico mais avançado e têm capacidade de produzi-las, armazená-las, renová-las e lançá-las sobre o objetivo. O progresso tecnológico é suscetível de atravessar fases de equilíbrio, em que as possibilidades de destruição mútua se equivalem, mas pode atravessar também fases em que um Estado, ou grupo de Estados, alcança superioridade ofensiva ou defensiva sobre seu contendor. Essa superioridade eventual é propícia ao seu intento de procurar obter uma decisão.

Se é certo que os dirigentes políticos, com a visão global do problema, têm meios de avaliação do risco que ultrapassam a simples consideração do desfecho militar, os que encaram o conflito ideológico do ponto de vista

limitado da superioridade técnica atual ou do interesse econômico não deixarão de exercer uma pressão num sentido belicista; e é o quanto basta para que atinja níveis mais elevados o perigo potencial da destruição. Por outro lado, o risco tende a aumentar à medida que o progresso tecnológico se estende a áreas maiores e que outros Estados logram acesso aos armamentos nucleares ou termonucleares por meios próprios ou por alianças políticas. A ampliação do número de detentores do poder de iniciativa introduz, na equação de forças, novas variáveis independentes. Rompida, ainda que numa área geograficamente limitada, a paz nuclear, tornam-se mínimas as possibilidades de evitar que a ação se propague e atinja o centro do conflito mundial.

A preservação da paz já não pode, pois, ser assegurada através da procura de superioridade militar, ou de qualquer das fórmulas em que se baseou, na era pré-atômica, a *política de poder* dos grandes Estados. Se queremos a paz, é a paz e não a guerra o que devemos preparar; e, para isso, estão igualmente aptos e são igualmente responsáveis tanto os Estados armados, quanto os não armados, desde que tenham consciência dos riscos a que se acham expostos os seus e os outros povos e que estejam decididos a encarar com independência e objetividade o problema que nos reúne nesta comissão.

A experiência dos últimos anos nos ensina que, neste problema, existem duas maneiras de proceder. A primeira, consiste em propor ao adversário o que previamente já sabemos que ele não poderá aceitar, sob pena de debilitar sua posição sem o correspondente enfraquecimento da posição contrária. Foi este o tipo de procedimento que fez do problema do desarmamento o campo predileto da Guerra Fria. Propostas inviáveis são lançadas, de parte a parte, na expectativa não de um progresso efetivo no campo do desarmamento, mas de um rendimento político imediato junto à opinião pública internacional.

A segunda maneira de proceder, menos frequente, infelizmente, consiste em averiguar os limites de transigência compatíveis com a manutenção dos níveis atuais de segurança e em procurar levar até aqueles limites as negociações. É este evidentemente o único meio de alcançar progressos efetivos no domínio do desarmamento e, por paradoxal que pareça, não são as nações nuclearmente armadas, mas as não armadas as que podem criar condições mais favoráveis ao seu emprego.

De fato, os projetos desarmamentistas, característicos da Guerra Fria, não são lançados por uma potência nuclear na expectativa de enganar outra potência nuclear, mas para obter o lançamento de seu crédito junto à opinião

pública mundial. É junto a essa opinião pública, sobretudo das demais nações, ansiosas por condições que lhes assegurem a prosperidade e a confiança no futuro, que tais medidas conseguem ser colocadas e recebidas pelo valor nominal, gerando simpatias ou antipatias e oferecendo, assim, benefício político aos que tomam a iniciativa de propô-las.

Se essas nações não armadas – sedentas de uma paz não apenas durável, mas definitiva – tomarem a atitude esclarecida e corajosa de denunciar e repelir tais projetos de mera Guerra Fria, em vez de emprestarem seu apoio ao reforço de posições puramente polêmicas, adotadas por qualquer dos blocos militares, estará, em pouco tempo, neutralizado, e mesmo destruído, o efeito político de tais projetos e rapidamente se poderão criar as condições necessárias para uma política desarmamentista com resultados reais.

É nessa posição que se pretende colocar a delegação do Brasil, no correr dos trabalhos deste comitê. O Brasil é uma nação integrada política e culturalmente no Ocidente, que procura resolver os seus problemas econômicos e sociais nos quadros da democracia representativa, mas que não faz parte de qualquer bloco político-militar, ressalvada sua vinculação aos tratados de assistência recíproca para defesa do hemisfério americano contra agressões oriundas do próprio hemisfério ou de potências extracontinentais. Desejamos trazer ao desarmamento uma contribuição correspondente à primazia que invariavelmente atribuímos à paz em nossa política externa e estamos certos de que a melhor forma de fazê-lo é preservarmos a independência de nosso pronunciamento e a autoridade de nossa voz, para empenhá-la em tudo que possa favorecer ao desarmamento efetivo e imediato, e recusá-la a tudo que apenas vise a reforçar polêmicas, sublinhar antagonismos, impressionar a opinião pública ou protelar resoluções.

O Brasil compreende e aprecia os esforços que tanto os Estados Unidos como a União Soviética têm envidado para alcançar um condicionamento adequado entre a progressão do desarmamento por etapas e o estabelecimento simultâneo de uma inspeção internacional eficaz. Parece, entretanto, que o problema não se esgota nesses dois aspectos e que existe um terceiro, sem cuja consideração paralela muitas propostas correm o risco de se tornarem utópicas. Refiro-me à reconversão de uma economia largamente influenciada pela produção de armas, como é hoje a das potências nucleares, a objetivos de ordem social e econômica no interesse exclusivo da paz. São do conhecimento de todos as estimativas do que representam os programas militares, como investimento de capitais, volumes de encomendas e mobilização

de mão de obra. Sobre esse assunto acaba de oferecer-nos o secretário das Nações Unidas um valioso e objetivo relatório. Tanto num país de economia centralmente planificada, como num país de livre iniciativa, a cessação de encomendas criaria graves problemas internos, se devesse significar simplesmente fechamento de fábricas, dispensa de empregados e liberação de fundos públicos. É indispensável que se planeje a conversão de uma economia armamentista numa economia pacifista e que os imensos recursos hoje mobilizados em nome de uma causa mundial, que é a da segurança, sejam encaminhados através de uma organização internacional que reúna todos os fundos liberados nos países em que se processe o desarmamento, à solução de outro problema mundial, que é a eliminação, a curto prazo, da miséria dos povos e da excessiva desigualdade econômica entre os Estados.

Sem o planejamento da reconversão econômica, o desarmamento pode significar para as próprias nações armadas um desequilíbrio de perigosas consequências. É auspicioso pensar que está ao nosso alcance a solução desse desequilíbrio e que tal solução pode dar ensejo a um progresso substancial, não apenas para esses países, mas também para os países não armados, dos mais aos menos desenvolvidos. Outro ponto que nos parece merecer um tratamento claro e construtivo é o que diz respeito à segurança específica das nações que não dispõem de armamento nuclear ou termonuclear, nem têm acesso às decisões finais sobre a conveniência do seu emprego tático ou estratégico. Em 26 de dezembro de 1959 um tratado entre doze potências declarou, no seu artigo 1º, que a Antártida "será usada apenas para fins pacíficos" e proibiu, no artigo 5º, que ali se realizassem explosões nucleares, ou depósitos de material radioativo. Em 28 de novembro de 1961, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 1.652 (XVI), que considera o continente africano zona desnuclearizada, a ser respeitada como tal. O Brasil deu o seu voto a esta resolução. Medidas deste gênero, seja qual for a sua eficácia material, indicam o desejo de limitar a área de risco atômico. Ao mesmo tempo, exprimem o repúdio a qualquer legitimação do emprego de armas de destruição maciça e indiscriminada. É fora de dúvida que atinge a soberania dos Estados e arriscaria as relações entre os governos e os povos que representam, a aceitação do emprego desse tipo de armas no território de um país que não pode participar, de forma eficaz, das decisões correspondentes. Não estaríamos apenas atraindo retaliações imprevisíveis; estaríamos, sobretudo, aceitando uma quota indeterminada de responsabilidades num ato em que não nos cabe uma quota proporcional de iniciativa.

Outro ponto sobre o qual desejo enunciar perante a comissão o ponto de vista brasileiro é o que respeita à suspensão de experiências nucleares e termonucleares, especialmente na atmosfera. O Brasil exprimiu nos termos mais claros a sua reprovação, quando a União Soviética, em outubro do ano findo, realizou sucessivos testes dessa natureza – assumindo a responsabilidade de reabrir uma competição tecnológica, em que uma trégua promissora se havia estabelecido desde 1958 – e igualmente exprimiu a sua esperança de que a decisão ainda condicional dos Estados Unidos de reiniciar tais experiências não se venha a concretizar.

Duas razões nos levam a tomar uma atitude de inflexível oposição e formal condenação dessas experiências: a primeira consiste na certeza de que elas estimularão, mais do que qualquer outro meio, aquela procura de uma superioridade ofensiva ou defensiva momentânea, a qual se constituirá em fonte inevitável de pressões belicistas no seio do Estado que se encontrar em posição favorecida; a segunda reside no receio de que estejamos contribuindo para uma contaminação radioativa da biosfera, que vai reduzindo a margem de tolerabilidade e comprometendo, não tanto o presente, quanto o futuro da nossa espécie. Quando sabemos que a utilização da energia nuclear para fins pacíficos deixa, ela própria, no presente estágio da tecnologia, um resíduo a ser debitado àquela margem inextensível, é fácil concluir o que representa, à luz de nossos deveres para com as gerações futuras, a realização de tais experiências emulativas.

Quero relembrar aqui, aplicando-as de maneira específica aos testes nucleares, as seguintes palavras do senhor Jules Moch, como delegado da França, um país cuja ausência nesta reunião é lamentável: "Pas de désarmement sans contrôle; pas de contrôle sans désarmement; mais tout le désarmement qui peut être contrôlé".

Depois de ouvir os discursos de ontem dos representantes dos Estados Unidos e da União Soviética, devo constatar que as posições respectivas desses dois países não parecem ter mudado substancialmente. Creio, porém, ter percebido nuanças na apresentação de certos aspectos do problema, sobretudo no que diz respeito à suspensão dos testes nucleares, que autorizam a acreditar na possibilidade de um progresso rápido e real neste terreno. Devo reafirmar que, a nosso ver, não deveria haver dificuldades insuperáveis que se oponham a um resultado pronto sobre a questão da suspensão dos testes. Os técnicos das nações mais adiantadas no domínio nuclear estão de acordo, creio eu, sobre a possibilidade de controle eficaz dos testes tanto

submarinos quanto os que se processam na atmosfera e na biosfera sem que seja necessária uma inspeção ou uma verificação local mais pormenorizada. Acreditamos, assim, que essas experiências deveriam ser suspensas imediatamente. Quanto às experiências subterrâneas, os estudos técnicos poderiam ser retomados sem perda de tempo, a fim de estabelecer o grau mínimo de inspeção *in loco* indispensável a assegurar a execução dos compromissos assumidos.

Um acordo sobre essa questão poderia ser concluído sem demora e constituir objeto de trabalho de um comitê que deveria ser designado imediatamente com essa finalidade.

Senhor Presidente, o Brasil saudou como um dos acontecimentos auspiciosos do ano findo, no campo das relações internacionais, a declaração comum sobre os princípios convencionados pelos Estados Unidos da América e pela URSS para as negociações relativas ao desarmamento, cujo texto foi encaminhado, em 20 de setembro, ao presidente da Assembleia Geral pelos Srs. Stevenson e Zorine. Essa declaração afirma, no seu item 1º, que o fim das negociações é chegar a acordo sobre um programa que assegure: a) o desarmamento geral e completo, para que a guerra não mais seja um instrumento para solucionar problemas internacionais; b) a adoção de processos seguros de solução pacífica de conflitos internacionais e de manutenção da paz dentro dos princípios da Carta das Nações Unidas. Com essa finalidade, as duas grandes potências "fazem apelo ao concurso de outros Estados", entre os quais quiseram, no projeto apresentado à Assembleia Geral e que se converteu na Resolução 1.722 (XVI), incluir o Brasil.

O Brasil consagrará a essa tarefa um espírito de colaboração indeclinável. Muito obrigado.

Declarações feitas à Agência Nacional, em Genebra, em 19 de março de 1962

Genebra, 19 – "Podemos dizer que a conferência ainda está na fase de apresentação de ideias gerais. Era de esperarmos que assim fosse. A conferência está convocada para durar até o fim do mês de maio; e a sua fase decisiva, se chegarmos, realmente, a uma fase decisiva, será na primeira quinzena do mês de maio, quando, possivelmente, a reunião se transformará em reunião de cúpula, com a presença dos chefes de governo" – declarou à Agência Nacional o Chanceler San Tiago Dantas, chefe da delegação brasileira à Conferência de Desarmamento, reunida nesta cidade.

Prosseguiu: "O que se imaginava era que, nessa primeira fase da reunião, os ministros das Relações Exteriores expusessem os pontos de vista dos seus países sobre a matéria. Daí, passaríamos a uma série de contatos informais, para verificarmos até que ponto podia ser avançado o trabalho de uniformização de pontos de vista e, depois, desde que esse trabalho se revelasse promissor e que se revelasse o ensejo para uma decisão sobre as controvérsias principais, passaríamos à reunião de cúpula. É mais ou menos isso que tem acontecido. Até agora, temos ouvido, nas reuniões matinais, dois ou três pronunciamentos, cada dia. E hoje realizou-se a primeira reunião informal, em que já se esboçou uma procura dos pontos mais importantes de controvérsia, para depois passarmos ao seu tratamento, à sua discussão, talvez nos quadros de um ou vários subcomitês. O que se percebe é que as nações não vieram a Genebra

apenas pelo prazer de se reunirem, uma vez mais, em torno desse delicado problema. Tanto os Estados Unidos como a União Soviética aqui vieram porque esperam que seja possível avançar alguns passos. E tudo aquilo que se avançar na estrada do desarmamento é da mais alta significação e das mais profundas consequências. O fato de nos termos reunido, desta vez, oito nações não alinhadas com as dez que anteriormente representavam o bloco ocidental e o bloco soviético ou socialista, representou um fator novo nos debates. Esse fato veio trazer para o plenário do desarmamento a voz dos países que não tomam parte nas decisões táticas ou estratégicas de emprego de armas nucleares, mas que estão, entretanto, tão expostos quanto os outros às suas eventuais consequências. É natural que a voz dos países não alinhados seja uma voz de grande significação para o mundo, porque eles interpretam o modo de sentir de bilhões de pessoas, para quem a guerra se apresenta como um flagelo e, o que é mais grave, como um flagelo involuntário. Na verdade, o ambiente é de cordialidade e de cooperação. Mesmo entre as delegações dos Estados Unidos e da União Soviética não se reproduziu, até agora, o tom agressivo que tem dominado outras reuniões. Pelo contrário, nota-se um esforço para encontrar uma linguagem que não diminua as esperanças de um entendimento. Todos sabemos que este não é fácil, mas, por não ser fácil, nem por isso é impossível. Acredito que tenhamos algum progresso a fazer no decorrer desta semana, à medida que vamos ouvindo os pronunciamentos dos ministros e que vamos podendo verificar o quanto são uniformes os pontos de vista das nações em torno desta magna questão. Ainda hoje ouvimos o representante do Canadá. O Canadá é considerado um país integrante do bloco ocidental, membro da NATO[11]. Entretanto, não houve diferenças substanciais entre o seu pronunciamento e os pronunciamentos feitos pelo Brasil e, vamos dizer, pela Índia, embora o seu representante, senhor Krisna Menon, ainda não tenha feito o seu discurso oficial. Mas, nas intervenções que fez até agora, deixou claro que o seu ponto de vista coincide também com o do Brasil e o do Canadá. Ponto comum e básico: todos reconhecem a necessidade de evitar uma competição experimental no terreno atômico. A ideia de novas explosões na atmosfera ou submarinas e também subterrâneas é uma ideia que

[11] Nota do Revisor – NATO – *North Atlantic Treaty Organization*. Conhecida em português como OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

repugna profundamente a consciência mundial, nos nossos dias. E, por isso, se há um objetivo que esteja claro no espírito de todos, é o de fazer, desta vez, em Genebra, alguma coisa de positivo para evitar que os testes recomecem. Esse propósito, acredito, existe, sinceramente, também, no espírito da delegação soviética e da delegação norte-americana. O que o Brasil vem afirmando não se afasta do que os demais países pensam sobre essa importante questão".

Ideias e não propostas

À outra pergunta, assinalou o ministro das Relações Exteriores: "Não há proposta brasileira, como não há, na verdade, senão uma proposta dos EUA, sob a forma de um relatório, e uma proposta da União Soviética, corporificada num projeto de tratado. As demais nações não desejam, ao que parece, apresentar propostas, mas apenas trazer a contribuição de suas ideias para encontrar o termo médio em que seja possível conciliar os dois grandes Estados nucleares e criar entre eles um compromisso de desarmamento total. Isso, que já pareceu, no passado, impossível, hoje talvez seja um resultado que consigamos alcançar. O Brasil não fez propostas, de nenhuma natureza. O Brasil manifestou, apenas, as suas ideias sobre o assunto, as ideias que o governo brasileiro – responsável por 60 milhões de habitantes e pelas gerações futuras, que se multiplicarão, nas próximas décadas, passando rapidamente a casa dos cem milhões – tem o dever de observar estritamente. O governo brasileiro se sente responsável para com esses milhões de brasileiros e se sente, também, responsável para com toda a humanidade, pois, em assunto como o do desarmamento, como o das experiências atômicas, como o da cessação do risco nuclear, o país que se respeita e que está disposto a se manter à altura dos compromissos de sua soberania, não declina de nenhuma parcela de responsabilidade. Por isso, o que o governo brasileiro apresentou foram suas ideias, com o propósito de favorecer o entendimento das grandes potências nucleares. Não é pelo fato de possuir a bomba atômica, de se poder realizar experiências nucleares ou termonucleares, na atmosfera ou no subsolo, que um país está em condições de oferecer ideias políticas para remover essa grande ameaça que pesa sobre o destino dos povos. Basta que o país tenha capacidade de pensar, basta que ele tenha a consciência aberta aos problemas do seu tempo e que não adote, por

covardia, por omissão ou por incapacidade, uma atitude absenteísta. O governo brasileiro não compareceu a Genebra para adotar uma atitude absenteísta. Se assim fosse, não teríamos vindo. Se viemos, foi para participar e trazer a nossa contribuição. Essa contribuição é, fundamentalmente, moral e política. É a contribuição de um país independente, que se respeita e que quer ser respeitado e que sabe que pode, efetivamente, prestar um serviço a todos e falar, com objetividade e sem paixão, e sem se limitar a ser um comparsa, para apoiar cegamente uma posição, em detrimento de outra. Na verdade, estamos esperançados de poder desempenhar esse nobre papel. Esse é o papel que o povo brasileiro espera de nós".

Reconversão econômica

Disse, ainda, o chanceler brasileiro: "Em primeiro lugar, o Brasil manifestou com clareza que, em matéria de desarmamento, até agora, temos tido, frequentemente, diante de nós, propostas que podem ser consideradas de mera Guerra Fria, isto é, em que uma potência nuclear apresenta à outra um ponto de vista que tem plena consciência de que não poderá ser aceito, porque, se o fosse, colocaria a outra potência numa posição de inferioridade em termos de segurança nacional. Essas propostas de mera Guerra Fria são lançadas para obter um rendimento junto à opinião pública mundial. Se queremos fazer progressos, temos que abdicar desse gênero de propostas e temos que procurar apenas aquelas que, reduzindo o *quantum* de armamento em mãos de cada país, o mantenham, entretanto, nos mesmos níveis de segurança em que se encontram. Foi esse o primeiro apelo dirigido pelo Brasil aos demais membros desta conferência. O segundo foi para que, além de estudarmos a relação entre desarmamento e inspeção, estudemos, também, o problema da reconversão econômica. Não basta dizer que as somas hoje aplicadas no desarmamento são suficientes para proporcionar ao mundo um grande surto de desenvolvimento econômico e de bem-estar. Essa afirmação pode perfeitamente ser utópica se não se tomarem imediatamente as providências para que os recursos, à medida que vão sendo liberados de sua destinação armamentista, sejam encaminhados a uma destinação pacifista, realmente capaz de beneficiar todos os povos. É natural que todos receiem que o desaparecimento dos grandes compromissos de ordem militar redundem, em alguns países, na destinação desses mesmos

recursos para outras finalidades que não são de interesse geral, ou, simplesmente, na diminuição de impostos e taxas. É preciso, por conseguinte, que a reconversão econômica seja planejada. Por isso, o Brasil, em lugar do binômio desarmamento e inspeção, propôs o trinômio desarmamento, inspeção e reconversão econômica. Outro ponto por nós mencionado foi o que diz respeito à desnuclearização de determinadas zonas do mundo. Entendemos que o problema da desnuclearização tem o mérito de tornar bem claro que a consciência dos povos não desenvolvidos ou, para dizermos melhor, a consciência dos povos não armados repele o armamento atômico, não deseja sofrer as suas consequências e não deseja, de modo algum, acumpliciar-se ao seu emprego. Por isso, vemos com simpatia a ideia da desnuclearização, embora reconheçamos que ela deva ser formulada com cuidado, dentro de uma visão de segurança global do mundo. A desnuclearização não está, para nós, vinculada a nenhuma das áreas em que se situam potências que fazem parte de blocos militares. Ao contrário, sempre ligamos a ideia da desnuclearização a potências que não fazem parte de blocos militares, não dispõem, por isso, de armamentos nuclear ou termonuclear e não podem lograr acesso às decisões sobre o seu emprego tático ou estratégico. São essas nações, que estão fora da deliberação atômica, que desejam, também, ficar fora dos seus riscos. Mas não formulamos nesse sentido nenhuma proposta. Advertimos, apenas, quanto à seriedade dessa preocupação e quanto à necessidade de compreendê-la, como expressão de um anelo comum a quase todos os povos. Também tratamos da questão da suspensão dos testes nucleares. Nossa posição, nossas afirmações, neste particular, coincidem com o que foi dito em 1960, na Conferência de Genebra, interrompida, naquele ano, quer pelos Estados Unidos, quer pela União Soviética. Não temos, nesse particular, nenhum desejo de apoiar a tese de um bloco contra o outro e, sim, de verificar em que pontos os dois grandes Estados responsáveis pela paz nuclear estão em condições de entrar num acordo. Este é que é o nosso papel: descobrir que acordo eles desejam fazer; e o acordo que eles desejarem fazer, as nações não alinhadas, aqui presentes, em Genebra, têm o dever de favorecer. Então, poderemos caminhar nessa direção, poderemos fazer com que o mundo se livre de uma competição extremamente perigosa – que é, talvez, o ponto em que mais constantemente se arrisca o futuro da humanidade – e, ao mesmo tempo, de um efeito danoso ao futuro da

nossa espécie, qual seja a contaminação da biosfera pelos resíduos radioativos, que, no presente estado da tecnologia, são deixados por essas explosões. O Brasil está, portanto, aqui, consciente do seu papel, consciente do seu dever, vivendo como lhe compete, no seio das nações que o convocaram para trazer a sua contribuição construtiva a esta conferência. Esta contribuição, nós a traremos, certos de que ela traduz o sentimento do nosso povo e de que, ao apresentarmos as nossas ideias e ao oferecermos a nossa boa vontade, estamos fazendo aquilo que de nós espera o povo brasileiro".

Declaração em Sessão Plenária da Conferência do Desarmamento, em 23 de março de 1962[12]

Aos eminentes colegas e, especialmente, aos senhores representantes da União Soviética, dos Estados Unidos e do Reino Unido, quero registrar a inquietação e a decepção do meu governo diante do relatório provisório que acaba de ser apresentado pela Subcomissão do Desarmamento. A decepção provém do fato de que, após dez dias de sucessivas reuniões, não só não foi registrado qualquer progresso no encaminhamento do problema do desarmamento, mas parece que o problema retornou a uma fase menos avançada de sua elaboração. A inquietação provém da consideração de que um fracasso na presente Conferência do Desarmamento importaria no desaparecimento definitivo de qualquer entrave à corrida armamentista e na emulação no domínio das experiências atômicas.

É nosso dever continuar trabalhando para obter melhores resultados. O malogro verificado na primeira fase dos trabalhos da subcomissão não implicará a paralisação de nossos esforços. O ponto de vista brasileiro, claramente expresso nas declarações que tive oportunidade de prestar inicialmente, é no sentido de que, no problema do desarmamento, devemos evitar o impasse ditado pela conservação de posições polêmicas por parte das potências nucleares.

[12] O relatório provisório, apresentado pela Subcomissão do Desarmamento para estudar um tratado sobre a cessação das experiências atômicas, a que se referiu o chanceler San Tiago Dantas em sua declaração, tem apenas três linhas e diz que a "Subcomissão deplora não poder comunicar qualquer progresso em relação ao tratado sobre a cessação das experiências atômicas".

Um tratado de desarmamento ou cessação das provas nucleares exige confiança. Também não é admissível desarmamento sob palavra. Todo Estado tem o direito de obter a certeza absoluta de que, ao firmar um compromisso de desarmamento, não incorre em riscos incompatíveis com as necessidades de sua segurança. Para conhecermos os limites indispensáveis à inspeção e os processos aos quais ela deve obedecer, necessitamos averiguar, com objetividade, o estado atual dos conhecimentos e dos recursos tecnológicos de que dispõem as grandes potências nucleares. A troca de informações científicas é importante para que os Estados disponham de recursos e nelas possam basear sua decisão. A ideia de desarmamento sem inspeção é tão inadmissível quanto a ideia de inspeção sem desarmamento. O direito de verificar se as disposições de um tratado estão sendo observadas é contrapartida indispensável do desarmamento. Devemos repelir a ideia de um desarmamento sem verificação, do mesmo modo que não aceitaríamos uma verificação que ultrapassasse as necessidades de eliminação da incerteza sobre a aplicação de um tratado.

Quando os Estados Unidos e União Soviética propuseram a criação de uma Comissão de Desarmamento de 18 Estados, certamente que não pretenderam apenas obter testemunhas para seus esforços de entendimento mas reconheceram a essas potências um papel ativo, que elas estão em condições de desempenhar, levando sua contribuição de boa-fé à eliminação dos pontos de controvérsia que não representam obstáculos essenciais.

Respeitamos os pontos de vista manifestados pelos representantes das três potências e acreditamos que todos estejam animados do sincero propósito de chegar a um acordo sobre o desarmamento e a suspensão de testes, mas acreditamos que, muitas vezes, lhes seja difícil abandonar, no curso de suas discussões, certas posições de onde não poderiam depois retroceder. É aí que as potências "não alinhadas" podem trazer a sua contribuição construtiva, pondo em evidência as concessões que possam ser feitas sem redução da segurança indispensável a cada uma das partes.

Diante disso, desejo fazer um apelo para que, hoje mesmo, prossiga a exploração do problema na reunião da tarde e que não se tome em consideração o relatório apresentado com a expressão sequer de interrupção temporária de nossos trabalhos.

Declaração das oito Potências "Não Alinhadas" contra as Explosões Atômicas, apresentada em Genebra pelo Delegado do Brasil, Senador Afonso Arinos

I

As delegações do Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia na Conferência do Desarmamento, lamentando profundamente que não se tenha ainda chegado a nenhum acordo sobre a suspensão de experiências nucleares, dirigem sincero apelo às potências nucleares para que prossigam em seus esforços no sentido de alcançar, o mais cedo possível, um acordo que proíba para sempre os testes nucleares. As oito delegações estão convencidas de que, ao fazer esse apelo, não falam somente em nome de seus países, mas também em nome da grande maioria da opinião pública mundial, já que as bombas nucleares preocupam todos os povos e todas as nações.

II

As delegações notam que, a despeito das divergências existentes, dentro do subcomitê sobre um tratado para a proscrição de testes nucleares, há também algumas áreas de acordo. Elas esperam que essas áreas de entendimento sejam mais exploradas e alargadas e, neste contexto, submetem à consideração das potências nucleares as seguintes sugestões e ideias.

III

Acreditam elas que existe possibilidade de estabelecer, por meio de um acordo, um sistema de observação permanente e de controle efetivo em bases puramente científicas e apolíticas. Tal sistema deverá estabelecer-se com base nas redes nacionais de postos de observações e organismos já existentes e escolhidos com esse objetivo, juntamente com, se necessário, novos postos a serem estabelecidos por acordo. As redes de observação existentes já incluem entre suas funções científicas a descoberta e identificação de explosões provocadas pelo homem. Sem dúvida, esta observação poderia ser aprimorada, equipando-se estes postos com instrumentos mais aperfeiçoados.

IV

Sugerem, ainda, que seja considerada a possibilidade de constituir-se, por acordo, uma comissão internacional composta de número limitado de cientistas altamente qualificados, possivelmente oriundos de países não alinhados, a qual seria servida por um secretariado adequado. Essa comissão deveria ter como função o processamento de todos os dados recebidos do sistema convencionado de postos de observação e de comunicar qualquer explosão nuclear ou acontecimento suspeito após completo e objetivo exame de todas as informações disponíveis. Os países signatários do tratado seriam obrigados a transmitir à comissão todas as informações necessárias a determinar a natureza de qualquer acontecimento suspeito e relevante. Em decorrência desta obrigação, os países signatários poderiam solicitar à comissão que visitasse seus territórios e/ou o local onde tivesse ocorrido o acontecimento cuja natureza fosse duvidosa.

V

Quando a comissão se julgar incapaz de chegar a uma conclusão sobre a natureza de um acontecimento relevante, ela deverá comunicar ao país em cujo território tenha o fato ocorrido e simultaneamente informá-lo dos pontos sobre os quais urgente esclarecimento se torne necessário. O país signatário e a comissão consultar-se-ão sobre que outros esclarecimentos, inclusive verificação *in loco*, facilitariam a avaliação da ocorrência. O país em questão daria, na forma do parágrafo 4, pronta e total cooperação para facilitar a

qualificação da ocorrência. Após completo exame dos fatos, no qual se levará em conta qualquer dado adicional a lhe ser fornecido, como sugerido acima, a comissão internacional deverá informar os signatários do tratado de todas as circunstâncias do caso e da qualificação da ocorrência. As partes contratantes poderão determinar livremente o que fazer em face do tratado, com base no relatório da comissão internacional.

VI

As delegações do Brasil, Birmânia, Etiópia, Índia, México, Nigéria, República Árabe Unida e Suécia concitam as potências nucleares a estudar as sugestões aqui apresentadas, bem como quaisquer outras possíveis, de maneira a salvar a humanidade dos males dos testes nucleares.

Declarações do Assessor Militar do Brasil, General Emílio Ribas, na Conferência do Desarmamento em Genebra, em 23 de março de 1962

A assessoria militar da delegação brasileira na Conferência do Desarmamento está perfeitamente integrada na orientação que Sua Excelência o senhor Ministro San Tiago Dantas vem imprimindo a seus trabalhos e pronunciamentos até hoje feitos em Genebra.

Se é verdade que não cabe à assessoria militar pronunciar-se sobre aspectos puramente políticos da orientação adotada pelo governo brasileiro e seguida por Sua Excelência, pode, no entanto, assegurar que, do ponto de vista militar, tal orientação está inteiramente condizente com os imperativos da segurança externa brasileira, especialmente no que tange à sua vinculação aos tratados e organismos de defesa contra agressões de origem continental ou extracontinental.

Reafirmada a nossa integração política e cultural com o Ocidente, bem como a nossa fidelidade aos princípios da democracia representativa, acreditamos que a posição de independência defendida por Sua Excelência é a única capaz de credenciar-nos junto aos dois blocos político-militares, a fim de que possamos trazer ao problema do desarmamento nossa contribuição de país profundamente interessado na preservação da paz mundial.

Este foi certamente o espírito que ditou a inclusão do Brasil entre os oito países, ditos não alinhados, aos quais cabe nesta conferência buscar o denominador comum, de forma a vencer o impasse existente entre as grandes potências.

Justo parece dizer que a posição de equilíbrio pelo Brasil não pode ser assimilada a nenhuma outra posição de bloco ou grupos de nações e por isso mesmo vem sendo encarada com muita simpatia pelos participantes da conferência.

Ainda hoje, por ocasião da oitava sessão plenária, ao expressar a sua inquietude ante a rigidez das posições mantidas pelas grandes potências, o Ministro das Relações Exteriores reputou inaceitável o "desarmamento sob a palavra". Reiterou, deste modo, sua declaração anterior de que "não pode haver desarmamento sem controle, nem controle sem desarmamento, mas sim todo desarmamento que seja suscetível de ser controlado".

Isso posto, não julga demasiado esta assessoria militar que a posição assumida pelo Brasil perante a Comissão das 18 Nações serve inteiramente às necessidades de segurança nacional e a daqueles países a que nos ligam tradicionais afinidades e compromissos.

Visita do Presidente da República aos Estados Unidos e ao México

Discurso do Presidente João Goulart perante o Congresso dos Estados Unidos, em 4 de abril de 1962

Comunicado Goulart-Kennedy

Discurso no México - Ministro San Tiago Dantas em nome do Presidente João Goulart ao Presidente Lopez Mateos

Comunicado Goulart-Lopez Mateos, em 10 de abril de 1962

Discurso do Presidente João Goulart perante o Congresso dos Estados Unidos, em 4 de abril de 1962

Sinto-me muito honrado ao falar desta tribuna para transmitir aos representantes do povo norte-americano a saudação do governo e do povo do Brasil.

É a segunda vez que o destino me oferece tão privilegiada oportunidade. Aqui estive, em 1956, como vice-presidente, a convite do vosso vice-presidente, o ilustre senhor Richard Nixon, e hoje o faço atendendo a outro honroso convite, do eminente presidente dos Estados Unidos, senhor John Kennedy.

As relações de amizade entre nossos países vêm desde a era da independência e se acentuaram, mais recentemente, quando juntos lutamos nos dois últimos conflitos mundiais, em defesa da democracia e da liberdade. Essas relações jamais foram toldadas por atritos ou desentendimentos, mesmo quando possamos ter defendido posições divergentes.

É minha profunda convicção de que boas e exatas relações, entre o Brasil e os Estados Unidos, são convenientes e necessárias. Parece-me essencial, em termos de afirmação democrática continental, que haja sempre perfeito entendimento entre as duas maiores nações deste hemisfério.

Brasil e Estados Unidos modelaram a sua consciência democrática nas lutas pela independência e, desde então, vêm-se empenhando, num esforço contínuo, para implantar e aperfeiçoar uma forma de governo representativo,

baseada na supremacia da Constituição escrita, no respeito à autonomia dos Estados e na garantia dos direitos individuais.

Se essa semelhança de organização política conduz aos mesmos sentimentos quanto à defesa da legalidade e à preservação das liberdades públicas, há, porém, entre os nossos países uma profunda diversidade de condições socioeconômicas, que nos faz percorrer caminhos diferentes, em ritmo desigual para atingir idênticos objetivos.

O governo e o povo do Brasil não têm medido sacrifícios para vencer o atraso e o subdesenvolvimento. Estamos procurando estabelecer um desenvolvimento harmônico do país para corrigir desequilíbrios regionais e evitar o pauperismo de certas áreas para elevá-las ao nível, por exemplo, do estado de São Paulo, cuja renda *per capita* é superior à de países altamente industrializados.

Na luta pela nossa emancipação econômica, temos sofrido a influência de fatores contrários, que haveremos de superar. Há desajustamentos permanentes no sistema de relações comerciais entre países de desenvolvimento econômico desigual, com reflexos prejudiciais para as nações de economia mais fraca. Poderemos eliminar ou pelo menos atenuar esses desajustamentos através de convênios e acordos, na base de entendimentos amistosos e de fórmulas realistas.

A inflação monetária no Brasil, de que tanto se tem falado no país e no estrangeiro, não é fenômeno local e coincidiu com a economia de guerra, quando a antiga estrutura econômico-financeira sofreu o impacto das bruscas modificações das demandas e ofertas de nossos aliados. Durante os anos de conflagração, os preços dos nossos produtos de exportação permaneceram congelados em níveis muito inferiores ao seu valor real.

Restabelecidas as condições normais de comércio, foi possível aos países europeus e a outros cujas economias haviam sido destruídas pela guerra, eliminar a inflação e restaurar a prosperidade. Tiveram para isto, de 1948 a 1952, o auxílio maciço da economia norte-americana, que amparou, através de empréstimos e donativos, não só os antigos aliados como também os antigos adversários, permitindo-lhes restabelecer, em curto prazo, e mesmo ultrapassar seus níveis anteriores de produção agrícola e industrial. Refeitas suas indústrias, passaram esses países a comerciar nas condições particularmente vantajosas em que operam os exportadores de manufaturas.

Os países latino-americanos, com uma inflação oriunda da guerra, ficaram sem qualquer plano de cooperação internacional para recuperação de sua

agricultura e desenvolvimento de sua indústria e dispondo apenas, para restauração de seu comércio, da exportação de produtos primários. A história da deterioração crescente dos termos de troca entre produtos primários e manufaturas é bem conhecida de todos. De ano para ano, o mesmo número de sacas de café, ou de cacau, ou de algodão, compra menor quantidade do mesmo tipo de equipamentos e produtos manufaturados.

Ao mesmo tempo em que os nossos produtos primários têm ficado expostos a uma contínua baixa de preço, o índice de crescimento de nossa população vem aumentando em tal progressão que levará o Brasil a possuir mais de 200 milhões de habitantes no fim deste século. Apesar de tais fatores adversos, o Brasil vem mantendo um ritmo crescente no aumento de sua renda *per capita* e do seu produto bruto nacional.

Esse notável esforço de desenvolvimento deve-se, acima de tudo, às reservas ilimitadas de energia e patriotismo do povo brasileiro.

É certo que contamos com apreciáveis empréstimos bancários concedidos a juros normais e prazos regulamentares principalmente pelas agências financeiras dos Estados Unidos.

Sabemos – e disso tem plena consciência o povo brasileiro – que depende de nosso trabalho, de nossas energias e de nossos sacrifícios, vencer as dificuldades que atravessamos. Sentimos que o nosso destino está em nossas mãos e estamos de olhos abertos para encontrar as soluções adequadas ao desenvolvimento do Brasil. A consciência política das elites dirigentes e das camadas populares está cada vez mais viva, compreendendo que a luta pelo desenvolvimento é a luta do povo. Para isso, estamos empenhados na realização de reformas estruturais, entre as quais avulta a reforma agrária.

Reconhecemos a importância da contribuição estrangeira no processo de nosso desenvolvimento. Tenho dito e repetido que não alimentamos qualquer prevenção contra o capital externo e a colaboração técnica dos países mais adiantados, cuja cooperação desejamos e aos quais asseguramos, dentro dos limites legais estabelecidos e sob a inspiração dos interesses brasileiros, plena liberdade. Ainda recentemente, em pronunciamento perante a Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro, em homenagem com que me distinguiu, à véspera de minha partida, reafirmei os mesmos conceitos.

País em fase de plena expansão, o Brasil oferece amplas possibilidades à iniciativa privada estrangeira que queira lealmente cooperar para o seu desenvolvimento.

Em matéria de serviços de utilidade pública, há certas áreas de atrito que convém eliminar, tanto mais quanto – por um fenômeno natural, além de incompreensões entre poder concedente e concessionários – não raro geram equívocos entre países amigos. Foi com confiança que o Brasil recebeu a notícia da nova política dos Estados Unidos para a América Latina, expressa pelo presidente Kennedy na Aliança para o Progresso, de cujos marcos históricos faz parte a iniciativa brasileira da Operação Pan-Americana. Vemos na Aliança para o Progresso a formulação de um plano de cooperação global, que a América Latina espera desde o fim da II Guerra Mundial e que deverá ter, para o nosso hemisfério, uma vez executado, as proporções e a significação do Plano Marshall para os países da Europa Ocidental. A falta de uma iniciativa desse porte tornou extremamente difícil aos países do hemisfério a estabilização de suas economias. Tem ainda a Aliança para o Progresso o mérito de conceituar o problema da América Latina em seus aspectos econômicos e também sociais, o que lhe dá excepcional dimensão política, dela fazendo um programa de fortalecimento da democracia, como acentuou o vosso eminente chefe de Estado, nestas palavras altamente significativas: "Aqueles que tornarem impossível a revolução pacífica farão inevitável a revolução violenta".

Não escondo, porém, os meus receios quanto às dificuldades de execução. Se a Aliança para o Progresso depender de um esforço dos países latinos para alcançarem com rigor técnico absoluto um planejamento global, no campo econômico e no social, e para eliminarem previamente certos fatores de instabilidade, podemos admitir embaraços capazes de prejudicar a urgência de soluções inadiáveis. Tais dificuldades recrudescerão se a "Aliança" não refletir, principalmente, o espírito de confiança e respeito recíproco entre os governos dos países que a integram, na linha de fidelidade aos propósitos manifestados pelo eminente presidente Kennedy.

Desejo reafirmar a identificação do meu país com os princípios democráticos que unem os povos do Ocidente. O Brasil não integra nenhum bloco político-militar, mas respeita os seus compromissos internacionais livremente assumidos.

A ação internacional do Brasil não responde a outro objetivo senão o de favorecer, por todos os meios ao nosso alcance, a preservação e o fortalecimento da paz. Acreditamos que o conflito ideológico entre o Ocidente e o Oriente não poderá e não deverá ser resolvido militarmente, pois de uma guerra nuclear, se salvássemos a nossa vida, não lograríamos

salvar – quer vencêssemos, quer fôssemos vencidos – a nossa razão de viver. O fim de perigosa emulação armamentista tem de ser encontrado através da convivência e da negociação. O Brasil entende que a convivência entre o mundo democrático e o mundo socialista poderá ser benéfica ao conhecimento e à integração das experiências comuns; e temos a esperança de que esses contatos evidenciem que a democracia representativa é a mais perfeita das formas de governo e a mais compatível com a proteção do homem e a preservação de sua liberdade.

Usei uma linguagem simples e direta para exprimir o pensamento do governo e do povo brasileiro quanto aos problemas de maior atualidade em nossas relações de bons e velhos amigos. Foi essa mesma linguagem que trocaram dois grandes presidentes – Franklin Delano Roosevelt e Getúlio Vargas – em momentos cruciais para a história da humanidade, encontrando amistosas e eficazes formas de entendimento.

Ponho minha confiança em Deus e estou certo de que poderei contribuir para a paz e felicidade do mundo, eliminando a servidão econômica, o despotismo e o medo, e garantindo as liberdades populares e a segurança pessoal, dentro de um sistema político democrático e representativo.

Senhor Presidente, muito obrigado.

Comunicado Goulart-Kennedy

Comunicado Conjunto do Presidente dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América

As reuniões do presidente dos Estados Unidos do Brasil com o presidente dos Estados Unidos da América, nos últimos dois dias, foram assinaladas por um espírito de franqueza, cordialidade e compreensão mútua. Durante as conversações, os dois presidentes examinaram as relações dos dois países com respeito a tópicos de interesse mundial, continental e bilateral. Concluídas essas conversações, que foram extremamente proveitosas, concordaram em dar a público o seguinte comunicado conjunto: Reafirmo que a tradicional amizade entre o Brasil e os Estados Unidos tem prosperado através dos anos como uma consequência da fidelidade do povo brasileiro e do povo norte-americano aos ideais comuns da democracia representativa e do progresso social, ao respeito mútuo entre as nações e à determinação de ambos os governos de trabalhar juntos pela causa da paz e da liberdade. Os dois presidentes declararam que a democracia política, a independência e a autodeterminação nacional, a liberdade individual são os princípios políticos que regem as políticas nacionais do Brasil e dos Estados Unidos. Os dois países estão conjugados num esforço e âmbito mundial para atingir o progresso econômico e a justiça social, únicos alicerces seguros da liberdade humana. Os presidentes consideraram a participação de seus países nas conversações sobre o desarmamento em Genebra e concordaram em continuar a trabalhar para reduzir as tensões mundiais através de negociações que assegurem o desarmamento progressivo sob controle

internacional efetivo. Os recursos liberados como resultados desse desarmamento devem ser usados para propósitos pacíficos, que beneficiarão todos os povos. Os dois presidentes reafirmaram a dedicação de seus povos ao sistema interamericano e aos valores de dignidade humana, de liberdade e de progresso sobre os quais se baseia o mesmo sistema. Expressaram a intenção de fortalecer o mecanismo interamericano para a cooperação regional e de cooperar para proteger este hemisfério contra todas as formas de agressão. Expressaram ainda seu empenho de que as crises políticas nas nações americanas sejam resolvidas por meio de adesão pacífica ao governo constitucional, ao império da lei e à vontade do povo expressa através de processos democráticos. Os presidentes reafirmaram sua adesão aos princípios da Carta de Punta del Este e à intenção de levar adiante os compromissos que assumiram pela referida carta. Concordaram na necessidade de uma rápida execução das medidas necessárias para tornar efetiva a Aliança para o Progresso:

- planejamento nacional para a concentração de recursos em objetivos altamente prioritários de progresso econômico e social;
- reformas institucionais, inclusive reformas da estrutura agrária, a reforma tributária e outras mudanças exigidas para assegurar uma ampla distribuição dos frutos do desenvolvimento por todos os setores da comunidade e assistência internacional financeira;
- técnica para acelerar a realização de programas nacionais de desenvolvimento.

Os presidentes acentuaram o papel importante que os sindicatos, atuando dentro de princípios democráticos, devem desempenhar na consecução dos objetivos da Aliança para o Progresso. O presidente Goulart manifestou a intenção do governo do Brasil de fortalecer o mecanismo para o planejamento nacional, a seleção de prioridades e a preparação de projetos. O presidente Kennedy indicou a disposição do governo dos Estados Unidos de designar representantes para trabalharem diretamente com as agências brasileiras, a fim de que sejam diminuídos os atrasos na seleção de projetos e no fornecimento de auxílio externo. Os presidentes registraram com satisfação a cooperação efetiva dos dois governos na elaboração de um acordo para cooperação em larga escala dos Estados Unidos ao programa do governo brasileiro para o

desenvolvimento do nordeste do Brasil. Expressaram a esperança de que este programa constituirá o atendimento, em breve tempo, das aspirações do povo sofredor daquela área por uma vida melhor.

O presidente do Brasil manifestou a intenção de seu governo de manter condições de segurança que permitirão ao capital privado desempenhar o seu papel vital no desenvolvimento da economia brasileira. O presidente do Brasil declarou que nos entendimentos com as companhias para a transferência das empresas de utilidade pública para a propriedade do Brasil será mantido o princípio de justa compensação com reinvestimento em outros setores importantes para o desenvolvimento econômico do Brasil. O presidente Kennedy manifestou grande interesse nessa orientação. Os dois presidentes conversaram sobre os esforços que o governo do Brasil tem realizado, para um programa de recuperação financeira com o objetivo de conter o custo da vida e assegurar um rápido ritmo de crescimento econômico e desenvolvimento social, dentro do contexto de uma economia equilibrada. O governo do Brasil já adotou medidas importantes dentro desse programa. Os presidentes concordaram que esses esforços, levados adiante de maneira efetiva, constituirão um importante passo avante dentro da Aliança para o Progresso. Os presidentes acolheram com satisfação os recentes entendimentos entre o ministro da Fazenda do Brasil e o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, dentro dos quais os Estados Unidos estão cooperando com o programa apresentado pelo governo do Brasil, a fim de promover a expansão dos mercados latino-americanos e acelerar a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis. Os dois presidentes expressaram seu apoio à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), bem como a intenção de acelerar o desenvolvimento e o fortalecimento do mesmo. Os dois presidentes discutiram os aspectos principais do problema de matéria-prima e produtos primários. Decidiram dar inteiro apoio à conclusão de um acordo mundial sobre o café, que se acha em processo de negociação. Apoiarão conjuntamente as gestões junto à Comunidade Econômica Europeia com a finalidade de eliminar excessivos impostos de consumo, que limitam as vendas de tais produtos, e a discriminação aduaneira, que reduz o fácil acesso dos produtos de base de origem latino-americana aos mercados europeus. Em conclusão, os dois presidentes concordaram em que sua troca de ideias confirmará as estreitas relações existentes entre os seus dois governos e suas duas

nações. O presidente Kennedy reafirmou o compromisso de seu país de cooperar com o governo do Brasil no seu esforço de atender às aspirações do povo brasileiro de progresso econômico e justiça social. Os dois presidentes reafirmaram a sua convicção de que o destino do hemisfério repousa na colaboração de nações unidas pela fé na liberdade individual, nas instituições livres e na dignidade humana".

Discurso no México

Mensagem dirigida pelo Presidente João Goulart ao Presidente da Comissão permanente dos Estados Unidos mexicanos, em 10 de abril de 1962

Senhor Presidente da Comissão Permanente do Congresso da União:

Muito lamento a impossibilidade em que me encontro de assistir à sessão solene durante a qual haveria tido a insigne honra de dirigir-me pessoalmente aos eminentes representantes do nobre povo mexicano, retribuindo, dessa maneira, a visita com que Sua Excelência o senhor Presidente Adolfo Lopez Mateos honrou o Congresso Nacional brasileiro, que eu então presidia.

Grande parte da minha vida política transcorreu nas Câmaras do Poder Legislativo, federal ou estadual. Iniciei-a na Assembleia Legislativa do meu estado natal; mais tarde exerci o mandato de Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul e, finalmente, me coube presidir durante mais de cinco anos o Senado e o Congresso Nacional, o que me proporcionou o prazer de dar boas-vindas, em nome do Poder Legislativo brasileiro, ao Presidente Lopez Mateos.

Apesar da distância que nos separa, certas identidades de concepção no curso da história nos têm aproximado, e têm feito com que o Brasil acompanhe, com o mais vivo interesse, os fatos históricos marcantes da nossa vida cívica.

A defesa de princípios comuns de filosofia política, a identidade de nossas concepções do desenvolvimento econômico em fase de auspiciosa iniciativa

da "Aliança para o Progresso", e os pontos de vista que temos defendido, juntos, sobre a supremacia das normas e princípios jurídicos no convívio internacional, são fatores que nos indicam largo caminho a percorrer, sob o signo da colaboração mútua.

Com efeito, urge que as convicções que animam neste instante os dois governos, e as finalidades que ambos perseguem de comum acordo sejam partilhadas, compreendidas e apoiadas em todos os rincões destes nossos dois vastos países; pois os ideais que nos animam, a obra que pretendemos realizar não interessam apenas a este ou aquele setor de nossas populações, mas devem ser esforço e patrimônio comum de dois povos inteiros.

Os dias de hoje abrem para os nossos países uma grande era: aquela em que poderão desempenhar no mundo um papel de primeiro plano, garantido não só pela grandeza que lhes traz a crescente realização de suas possibilidades econômicas e dos recursos de energia e de tenacidade de seus povos, mas ainda e sobretudo pela autoridade moral com que serenamente têm sabido defender, no convívio internacional, o império da lei, a intangibilidade dos princípios jurídicos e a salvaguarda dessa paz, preciosa e precária da qual depende a própria sobrevivência da humanidade.

É minha profunda convicção de que duas nações como o México e o Brasil, isentas de temores e de ódios, insuspeitas de apetites ou de interesses predatórios, inacessíveis a qualquer pressão externa e fiéis aos ideais democráticos podem trazer uma valiosa contribuição à consolidação da ordem internacional.

Só agora as relações entre o Brasil e o México começam a adquirir substância maior no campo econômico, e as perspectivas que se nos abrem têm possibilidades imensas, a que dará impulso cada vez mais dinâmico a presença dos dois países na Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Entramos definitivamente numa fase em que a amizade que nos une há quase um século e meio passará a ser servida por um forte intercâmbio de interesses que ajudará a complementar e a consolidar definitivamente nossas economias, trazendo benefícios não apenas aos dois países, mas a toda a América Latina.

O Brasil e o México são países cuja política exterior independente se tem naturalmente harmonizado, seja no âmbito americano, seja na esfera da mais ampla da política internacional.

E é extremamente importante que prossiga sem tropeços essa harmonia de vistas e essa consonância de atitudes, fruto exclusivo de uma visão exata

da contribuição que podem dar nossos países à tarefa da elevação do bem-estar dos povos, de proteção da liberdade humana e da manutenção da paz universal. Para que tal aconteça, para que continuemos juntos na mesma linha de independência e de compreensão, necessitamos não apenas da aprovação mas também do estímulo dos representantes do povo.

Senhores Senadores e senhores Deputados: trago de parte do povo brasileiro, que para tanto se une sem qualquer voz discordante, uma mensagem de amizade, de admiração e de respeito ao povo mexicano, por tudo que representa como símbolo das aspirações libertárias de toda a América Latina.

Comunicado Goulart-Lopez Mateos

Declaração Conjunta Brasil-México, em 10 de abril de 1962

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, reunidos na Cidade do México, com a assistência de respectivos Ministros das Relações Exteriores, mantiveram conversações sobre assuntos de âmbito mundial, hemisfério e bilateral, de cujos resultados resolveram deixar constância na presente declaração.

Em primeiro lugar, reafirmaram os termos da Declaração Conjunta de 22 de janeiro de 1960, e constataram que nos dois anos decorridos desde sua assinatura acentuou-se a unidade de vistas existentes entre os seus governos no campo da política externa, a qual reflete as convicções e os ideais comuns ao povo brasileiro e ao mexicano.

Declararam que essa política externa tem por objetivo supremo a preservação e a consolidação da paz, e que os melhores esforços serão envidados pelos dois países, conjunta ou separadamente, na negociação do plano de desarmamento geral, sob meios eficazes de controle, com a segurança da aplicação dos recursos financeiros liberados em atividades pacíficas, no interesse de todos os povos.

Reafirmaram a fidelidade dos seus países aos princípios da democracia representativa, a supremacia da lei e aos princípios da não intervenção e de autodeterminação dos povos como condição indispensável à preservação da independência dos Estados e ao aprimoramento das instituições democráticas.

Declararam que a política externa do Brasil e do México é uma política independente, que lhes permite considerar com absoluta isenção e sob responsabilidade própria todas as questões internacionais, sem vinculação com quaisquer blocos políticos militares.

Reafirmaram a fiel observância de seus respectivos governos dos compromissos contidos nos tratados e convenções em vigor, entre os quais os da assistência recíproca para a defesa do hemisfério.

Manifestaram a intenção de se consultarem nos organismos internacionais a que pertencem, sobre quaisquer matérias de deliberação comum, com o propósito de somarem forças na defesa de soluções justas e construtivas que favoreçam a convivência entre os povos e eliminem causas de atrito ou violências.

Formularam votos para que os povos latino-americanos no gozo de seus direitos soberanos e mediante aplicação das leis que voluntariamente adotarem, tentem a solução de seus problemas no exercício efetivo da democracia que não apenas os prestigie mas também enalteça o hemisfério ocidental, em seu conjunto.

Reafirmaram a convicção de que o fortalecimento da democracia e sua mais eficiente proteção contra os riscos da instabilidade dependem, acima de tudo, do desenvolvimento econômico e da distribuição da riqueza, para que todas as classes sociais participem, de forma equitativa, da renda global do país. Sem prejuízo do respeito à iniciativa privada, impõe-se o planejamento da economia nacional e a intervenção do Estado para evitar o abuso do poder econômico e assegurar às classes trabalhadoras níveis cada vez mais elevados de vida e de segurança social.

Reconheceram e reclamaram a necessidade de um esforço conjunto e de uma ação coordenada dos Estados latino-americanos em benefício de sua integração econômica, já que a solução adequada de muitos de seus problemas depende de recursos tecnológicos e financeiros que ultrapassam as possibilidades nacionais. Nesse sentido, reafirmaram seu apoio à Associação Latino-Americana de Livre Comércio, que representa o primeiro passo para o tratamento da economia latino-americana sob o princípio da complementaridade, e abre caminho, através da integração aduaneira, à constituição de um mercado comum e de uma comunidade dos povos do hemisfério. Também reiteraram sua confiança na "Aliança para o Progresso", que, uma vez implementada, representará a forma mais evoluída do americanismo, e criará, entre os Estados americanos, vínculos de cooperação

técnica e econômica, que permitirá a eliminação, em prazo curto, da miséria, da ignorância e da doença, contra as quais só os países altamente industrializados estão em condições de lutar em escala adequada, e a redução das diferenças excessivas de níveis de renda, que hoje separam os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos.

Aprovaram, com especial satisfação, a troca de notas reversais entre os seus Ministros das Relações Exteriores, que criou o grupo industrial misto Brasil-México, e formularam votos para que esse órgão propicie o desenvolvimento de relações complementares entre as indústrias dos dois países.

Decidiram fomentar, por todos os meios ao seu alcance, as relações culturais entre o Brasil e o México, para que os dois povos se conheçam melhor e possam desfrutar em comum os resultados do seu esforço intelectual, especialmente no que diz respeito à modernização das respectivas culturas e ampliação de seus conhecimentos e à realização no domínio da ciência e da tecnologia.

Exprimiram, finalmente, a firme convicção de que o Brasil e o México possam desempenhar, unidos aos demais Estados americanos, e fiéis ao espírito de tolerância e liberdade que inspira os dois povos, um papel de conciliação e aproximação entre as nações.

Feita na Cidade do México aos dez dias do mês de abril de 1962.

João Goulart - Adolfo Lopez Mateos

COMUNICADOS CONJUNTOS

Brasil - Bolívia

Brasil - Iugoslávia

Brasil - Polônia

Brasil - Israel

Brasil - Uruguai

Comunicado Conjunto Brasil-Bolívia 25-28 de abril de 1962

Os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Bolívia, tendo examinado detidamente diversos assuntos de interesse comum e de política internacional, resolveram dar a público o seguinte comunicado conjunto:

O Brasil e a Bolívia estão convencidos da necessidade inadiável de dinamizar suas relações e, para isso, decidem tomar, no campo bilateral, uma série de medidas destinadas a aumentar a colaboração e possibilitar o melhor entendimento entre os dois países.

No que se refere às notas trocadas em Roboré sobre limites e petróleo (reversais nºs 1 e 6) os chanceleres do Brasil e da Bolívia comunicaram os pontos de vistas de seus respectivos países e coincidiram nos métodos mais adequados para atuar em consequência.

Quanto às comunicações terrestres entre os dois países, resolveram estabelecer uma Comissão Técnica Mista encarregada de proceder a um exame completo do sistema de transportes entre o Brasil e a Bolívia, à luz do que ficou acordado no Tratado de Vinculação Ferroviária de 1938 e nas reversais n. 3 e 4, de Roboré, de maneira a que fiquem melhor servidos os interesses das duas partes, sintetizados no aumento de intercâmbio comercial. Esse exame incluirá o estudo da integração da ligação entre os dois países na rede de transportes bolivianos, através de maior utilização da rodovia Santa Cruz-Cochabamba e da construção e melhoria de vias

de acesso. A Comissão Técnica Mista deverá iniciar seus trabalhos trinta dias depois de o governo brasileiro submeter ao governo boliviano um relatório sobre o assunto, já em vias de conclusão. Dentro desse espírito de vitalizar as comunicações entre os dois países e de colaborar mutuamente no sentido de possibilitar maior movimentação do sistema de transportes boliviano, o governo brasileiro sugeriu à Rede Ferroviária Federal S.A., a cessão à Bolívia de quinze locomotivas a vapor e está solicitando ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico examinar a possibilidade de material ferroviário fabricado no Brasil.

No tocante ao transporte fluvial decidiram implementar o protocolo Preliminar sobre Navegação Permanente dos Rios Bolivianos e Brasileiros no Sistema Fluvial do Amazonas, já ratificado pelo Congresso dos dois países, nomeando a Comissão Mista Especial prevista no artigo I daquele documento e abrindo o Brasil o crédito de Cr$ 10.000.000,00 a que alude o artigo VIII do mesmo instrumento.

Com referência às comunicações aéreas entre os dois países resolveram abrir negociações para atualizar o Acordo Aéreo vigente entre os dois países, com vistas a estabelecer, no mais breve prazo possível, ligação direta de La Paz com o Rio de Janeiro e São Paulo.

Decidiram fomentar, por todos os meios ao seu alcance, as relações culturais entre o Brasil e a Bolívia, concordando, para tanto, em que uma missão brasileira de cooperação técnica seja posta à disposição da Bolívia, ainda este ano, a fim de iniciar estudos no sentido de proporcionar ao povo boliviano maiores possibilidades no domínio da tecnologia.

Ainda no campo da cooperação cultural, comunicou o Chanceler brasileiro ao seu colega boliviano o desejo do Ministro da Educação e Cultura do Brasil de construir uma escola normal rural, do tipo padrão brasileiro, em três regiões bolivianas a serem indicadas pelo governo da Bolívia.

O Ministro das Relações Exteriores da Bolívia comunicou ao seu colega brasileiro ter seu país enviado um observador à Associação Latino-Americana de Livre Comércio a fim de estudar as possibilidades de participação da Bolívia naquela organização, informação que o Ministro das Relações Exteriores do Brasil acolheu com grande satisfação.

No campo internacional, verificaram, com satisfação, que os pontos de vistas dos seus governos coincidem em relação aos problemas mundiais

e interamericanos e que ambos se acham empenhados em levar adiante uma política externa de defesa e consolidação da paz.

Reafirmaram a fidelidade inquebrantável da Bolívia e do Brasil aos princípios da democracia representativa e aos compromissos internacionais livremente assumidos por ambos os países, notadamente aos que resguardam a unidade e a cooperação entre os povos americanos e manifestaram a convicção comum – aos povos e governos que representam – que a democracia, na América Latina, está vinculada intimamente à transformação da estrutura social e econômica de cada país para completar a integração social das classes populares, tanto rurais como urbanas, e eliminar progressiva e rapidamente as desigualdades econômicas pela melhor distribuição social da riqueza e pela elevação dos níveis de educação, saúde, segurança e bem-estar.

Decidiram expressar o ponto de vista comum aos seus governos de que, na integração econômica e política, está o futuro do verdadeiro americanismo, pois os povos latino-americanos só alcançarão a solução dos seus grandes problemas, em escala adequada e definitiva, quando lhes puderem dispensar um tratamento regional, sem quebra da soberania política e da caracterização cultural de cada povo.

Os Ministros das Relações Exteriores da Bolívia e do Brasil estimaram indispensável fazer presente aos povos dos dois países a convicção de que as conversações por eles mantidas num clima de absoluta confiança e perfeita compreensão dos pontos de vista das duas partes constituem segura indicação de que as relações entre o Brasil e a Bolívia entram agora em fase decisiva de realizações concretas capazes de aproximar verdadeiramente os dois povos irmãos.

Rio de Janeiro – Brasília, 25-28 de abril de 1962.

Comunicado Conjunto Brasil-Iugoslávia 11 de maio de 1962

A convite do governo brasileiro, Sua Excelência, o senhor Kotcha Popovitch, Secretário de Estado das Relações Exteriores da República Popular Federativa da Iugoslávia, visitou oficialmente o Brasil de 8 a 13 de maio de 1962. Durante sua permanência no Brasil, o Secretário de Estado Kotcha Popovitch foi recebido por Sua Excelência o doutor João Belchior Marques Goulart, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, a quem entregou mensagem de Sua Excelência o senhor Marechal Josip Broz Tito, Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia. Foi também recebido pelo Presidente do Conselho de Ministros, Sua Excelência o doutor Tancredo de Almeida Neves, e manteve diversas conversações com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Doutor Francisco Clementino de San Tiago Dantas.

Das conversações participaram, da parte brasileira, além do Ministro San Tiago Dantas, o Subsecretário das Relações Exteriores, Deputado Renato Archer, o Secretário-Geral de Política Exterior, Embaixador Carlos Alfredo Bernardes, o Secretário-Geral Adjunto para Assuntos da Europa Oriental e Ásia, Ministro Paulo Leão de Moura, o Secretário-Geral Adjunto, interino, para Assuntos Econômicos, Ministro Wagner Pimenta Bueno, o Chefe da Divisão da Europa Oriental, Ministro Everaldo Dayrell e de Lima e o Ministro Aluysio Guedes Regis Bittencourt; da parte iugoslava, além do Ministro Popovitch, participaram o Embaixador Jaksa Petric, Chefe do Departamento Político Regional da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o Embaixador

Marijan Barisic, Embaixador da Iugoslávia no Brasil, o Conselheiro Stjepan Senekovic, o Conselheiro Mirko Bruner e o Secretário Marijan Kunc.

As conversações, francas e animadas do espírito de mútua compreensão que informa as amistosas relações entre os dois países, abrangeram não só a esfera da colaboração recíproca, com aspectos da atual conjuntura política internacional. Nessa ocasião, os dois Ministros, das Relações Exteriores expressaram sua satisfação pelo favorável desenvolvimento que vêm tendo as relações iugoslavo-brasileiras.

Examinando o panorama da situação política internacional, os dois Ministros concordaram em que a preservação da paz é, atualmente, a principal tarefa da humanidade, na qual se empenha um número crescente de países.

Orientado pelos princípios de convivência competitiva e colaboração entre todos os países do mundo, independentemente de diferenças de ordem política, social e econômica internas, o Brasil e a Iugoslávia se vêm empenhando ativamente pela manutenção da paz e continuarão, dentro de suas possibilidades, a fazê-lo no futuro, através de medidas que contribuam para abrandar a perigosa tensão internacional e assegurar à humanidade relações amistosas baseadas na autodeterminação, na igualdade de direitos e na cooperação construtiva. Como países de política externa independente, o Brasil e a Iugoslávia estão convencidos de que, ao lado de outras nações, poderão trazer decisiva contribuição à busca de soluções pacíficas para as atuais divergências políticas internacionais.

Os dois Ministros atribuíram particular importância à questão do desarmamento completo e geral, pois estão certos de que a solução, pelo menos parcial, desse problema constitui contribuição essencial para o abrandamento da tensão internacional.

A esse respeito, manifestaram a esperança de que as atuais conversações em Genebra contribuirão decisivamente para a solução almejada, possibilitando, destarte, que vultosos recursos gastos presentemente em armamento possam ser utilizados em favor do rápido desenvolvimento econômico de grande número de países, com o que se obviaria, ao mesmo tempo, outra séria causa de instabilidade e inquietação do mundo, qual seja, o subdesenvolvimento. Os dois Ministros expressaram preocupação pela realização de quaisquer experiências atômicas para fins bélicos, as quais não só agravam a corrida armamentista, mas também ameaçam a vida humana. Continuarão ambos a empenhar-se pela conclusão de um acordo para cessação de tais experiências.

Os dois Ministros concordaram, outrossim, em que o desenvolvimento econômico é um objetivo comum da humanidade, que deve ser procurado pela ação conjunta de todos os países, inclusive através da colaboração econômica em bases amplas, sem condições ou limitações políticas.

Examinaram, igualmente, a situação criada pelo aparecimento de blocos de integração econômica e as sérias consequências que tal fato acarreta às economias dos países em desenvolvimento. Em consonância com o espírito da resolução aprovada sobre essa questão na XVI Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, expressaram eles a convicção de que, nas condições vigentes, é de suma importância que os países interessados envidem constantes esforços com o objetivo de ser assegurada a colaboração econômica internacional em base de igualdade de direito e isenta de qualquer forma de discriminação. Expressaram também a disposição de seus governos de, nesse sentido, colaborarem também com outros países interessados.

De acordo com as conhecidas posições dos seus governos sobre o assunto, os dois Ministros expressaram a convicção de que se torna necessária a criação de condições que possibilitem o desaparecimento do colonialismo no mundo. Nessas condições saúdam o surgimento de um número crescente de países emancipados, que já se afirmam como membros atuantes da comunidade internacional.

Reconheceram os dois Ministros, outrossim, que à Organização das Nações Unidas, na qualidade de foro universal de países soberanos de iguais direitos, cabe relevante papel na solução desses e de outros problemas internacionais. Expressaram, portanto, o firme propósito de seus governos de continuarem contribuindo para a consecução dos elevados objetivos da organização internacional.

Os dois Ministros decidiram particular atenção às relações bilaterais entre o Brasil e a Iugoslávia. Verificaram, com satisfação, os bons resultados das visitas recíprocas de estadistas e de autoridades ligadas ao comércio exterior dos dois países; grata igualmente é a proveitosa colaboração do Brasil e da Iugoslávia na ONU e em outros organismos internacionais.

Não deixaram de verificar os dois Ministros que, não obstante os resultados até agora alcançados, existem ainda, amplas possibilidades de incremento da colaboração mútua em vários domínios.

O intercâmbio comercial e a colaboração econômica, conforme foi verificado ao curso das conversações, poderão ainda ser sensivelmente incrementados, de maneira a coadunarem-se com as reais potencialidades

e necessidades dos dois países. Nessas condições, ficou decidido que uma delegação econômica brasileira visitará a Iugoslávia, a fim de estudar os meios e modos de incrementar o intercâmbio comercial e a colaboração econômica recíproca. Serão também envidados esforços, no sentido do conhecimento recíproco da criação cultural, artística e científica. Com essa finalidade, foram firmados o "Convênio Cultural Brasil-Iugoslávia" e o "Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Iugoslávia".

O senhor Kotcha Popovitch transmitiu ao senhor Presidente João Goulart convite do senhor Presidente Josip Broz Tito para, em caráter oficial, visitar a Iugoslávia e fez igual convite ao senhor Ministro San Tiago Dantas; ambos os convites foram aceitos com satisfação.

Comunicado Conjunto Brasil-Polônia 17 de maio de 1962

A convite do Presidente do Conselho de Estado da República Popular da Polônia, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, senhor San Tiago Dantas, fez uma visita oficial à Polônia de 14 a 17 de maio de 1962.

Durante a visita, o Ministro San Tiago Dantas manteve conversações com o Presidente do Conselho de Estado, senhor Aleksander Zwasdzki; o Presidente da Dieta, senhor Czeslaw Wycech; o Presidente do Conselho de Ministros, senhor Josef Cyrankiewice; e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, senhor Adam Rapacki, e teve encontro pessoais com o senhor Wladyslaw Gomulka e outras personalidades do governo.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil e sua comitiva visitaram as cidades de Gdansk, Cracóvia e Museu do campo de concentração de Oswiecim.

Nas conversações havidas no Ministério de Negócios Estrangeiros, o Ministro San Tiago Dantas fez-se acompanhar dos senhores Maury Gurgel Valente, Embaixador do Brasil na Polônia, Ministro Aluysio Guedes Regis Bittencourt, Conselheiro André Mesquita e Secretário Oscar Souto Lourenzo Fernandes.

O Ministro de Negócios Estrangeiros da Polônia, Adam Rapacki, fez-se acompanhar dos Vice-Ministros Josef Winiewicz e Josef Kutin, do Vice-Presidente do Conselho de Cooperação Científica, Econômica e

Técnica com o Exterior, senhor Romem Fidelski, do Diretor-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, senhor Jerzy Michalowski, e dos Embaixadores Henryk Birecki, Aleksander Krajewski e Wojciech Chabasinski.

No curso das conversações que decorreram em atmosfera de amizade, de compreensão e franqueza, os dois Ministros procederam a uma troca de impressões sobre as relações entre os dois países e os principais problemas internacionais que interessam à Polônia e ao Brasil.

Os dois ministros verificaram que seus governos têm o desejo de estreitar as relações de amizade e expandir a cooperação econômica e cultural entre a Polônia e o Brasil.

Concordaram que as relações de coexistência e cooperação entre Estados podem e devem basear-se no respeito ao sistema social, ideológico, político e econômico de cada um deles e no mais amplo desenvolvimento da cooperação internacional, observados os seguintes princípios: respeito à soberania e à não intervenção nos negócios internos dos Estados; extinção do colonialismo sob todas as suas formas; solução das divergências através das negociações e dos meios pacíficos.

Os dois ministros convieram ser necessário e realizável o desarmamento completo e geral, sob controle eficaz, para assegurar a preservação da paz. Os progressos conseguidos no campo do desarmamento devem assegurar a multiplicação dos recursos destinados a acelerar o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

Os dois ministros veem na aceleração da corrida aos armamentos atômicos o mais grave perigo para a humanidade. Os dois ministros formularam a esperança de que se conclua um acordo de cessação definitiva das experiências de armas nucleares e termonucleares. As propostas conciliatórias apresentadas em Genebra pelos oito países, entre os quais o Brasil, foram concebidas com este objetivo.

Os dois governos declaram-se contrários à disseminação de armas de destruição em massa e, de acordo com opiniões já manifestadas, cada um deles vê na criação de zonas desatomizadas um propósito de reduzir a área de perigo atômico e de liquidação completa das armas de destruição em massa. Com esse mesmo intuito consideram desejável a adoção de medidas que eliminem o risco de ataques nucleares de surpresa.

Os dois ministros expressaram a confiança em que nas negociações em curso sobre o problema alemão se alcance um resultado positivo de modo a

assegurar uma solução que possa satisfazer os interesses superiores da paz mundial e eliminar esse importante fator de tensão internacional. Os dois ministros manifestaram a esperança de que, através dos trabalhos da Comissão dos 18 em Genebra, serão alcançados progressos substanciais em matéria de desarmamento. A ideia de se concluir um pacto de não agressão entre os países signatários da OTAN e do Tratado de Varsóvia contribuiria para a eliminação da tensão internacional.

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil manifestou o aplauso de seu governo pelos esforços coroados de êxito levados a efeito pela Polônia na reconstrução de seu país destruído pela guerra, no desenvolvimento de sua economia nacional e de sua vida cultural, bem como nos propósitos pacifistas que têm inspirado as iniciativas do governo polonês em favor da coexistência e do desarmamento.

O Ministro de Negócios Estrangeiros da Polônia exprimiu o apreço de seu governo pelos esforços impressionantes que o Brasil vem realizando para desenvolver a sua economia nacional e pelo progresso já alcançado no sentido de aumentar e diversificar suas relações com todos os Estados de acordo com a posição internacional que corresponde às justas aspirações do povo brasileiro, contribuindo assim para a preservação da paz na América e no mundo.

Os dois Ministros consideram que a troca de visitas dos Ministros das Relações Exteriores e que as conversações entre os representantes dos governos e os parlamentares do Brasil e da Polônia contribuirão para um estreitamento ulterior das relações entre os dois países, como servirão para aprofundar a compreensão e a cooperação amistosa entre os dois povos.

Os dois ministros sublinharam com satisfação o progresso constante nas relações culturais científicas e técnicas entre os dois países. Novas manifestações culturais como uma grande exposição de arquitetura estão previstas este ano. Os Ministros decidiram proceder à elaboração em breve prazo de um plano de intercâmbio nesses domínios. Os dois Ministros, no que concerne à cooperação econômica, examinaram as possibilidades completas de expandir as trocas entre os dois países, tendo por objetivo atingir no mais breve prazo um nível efetivo de comércio de cerca de 70 milhões de dólares e concordaram nos seguintes pontos:

a) proceder ao fornecimento de consideráveis bens de equipamentos poloneses para o Brasil, tais como: uma estação termoelétrica de

200.000 KW; equipamento para minas de carvão assim como para beneficiamento de carvão; uma fábrica de montagem de tratores e outra de montagem de máquinas agrícolas; preparação de estudos técnicos "*engeneering*"; fornecimento de equipamentos e montagem de uma fábrica de ácido sulfúrico à base de pirita, com capacidade de produção de 150 toneladas por dia;

b) proceder ao aumento através de contratos a longo termo de fornecimento de produtos brasileiros agrícolas e minerais, tais como café, cacau, arroz, algodão, minérios de ferro, sisal e produtos oleaginosos, etc.;
c) convocar em breve, em Varsóvia, um grupo misto de negociadores para estudar todas as possibilidades de aumento do intercâmbio entre os dois países, grupo este que trabalhará em contato com a Comissão Mista Brasileiro-Polonesa, criada no Acordo de Comércio de 1954;
d) promover contatos mais estreitos entre industriais, homens de negócios e especialistas, assim como engenheiros e técnicos de vários ramos dos dois países;
e) esforçar-se pela concretização das disposições contidas nos instrumentos vigentes dos dois países, assim como tratar de acelerar a definitiva entrada em vigor dos documentos em via de ratificação.

Comunicado Conjunto Brasil-Israel 23 de maio de 1962

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil fez uma visita oficial a Israel, retribuindo assim a visita da Ministra das Relações Exteriores de Israel, senhora Golda Meir ao Brasil, realizada em 1959. Durante sua visita, o ministro do Exterior do Brasil foi recebido pelo Presidente de Israel, senhor Izhak Benavi e pela Ministra do Exterior, senhora Golda Meir, com os quais examinou os problemas relativos às relações entre os dois países e às questões internacionais. No final da visita, o Ministro do Exterior do Brasil e o Ministro do Exterior de Israel decidiram estreitar os laços de amizade existentes entre os dois países e estabelecer uma maior colaboração no campo do desenvolvimento econômico e social do intercâmbio de conhecimentos no interesse da paz, da liberdade e da prosperidade de seus povos.

Os dois Ministros expressaram a satisfação dos governos respectivos, por haverem tantos povos adquirido a independência e o desejo de cooperarem para o seu progresso, bem como o de que os territórios não autônomos ainda existentes, alcancem pacificamente a independência. Ambos os estadistas fizeram notar a repulsa dos seus povos a qualquer forma de segregação ou discriminação racial ou religiosa.

Os Ministros do Exterior do Brasil e de Israel reafirmaram que a política exterior de seus países se baseia, entre outros, nos seguintes princípios e objetivos:

a) respeito à soberania dos Estados e não intervenção nos seus negócios internos;
b) condenação da ameaça ou agressão nas relações entre os povos e solução das suas controvérsias através de negociações ou outros meios pacíficos, livremente aceitos, em harmonia com a Carta das Nações Unidas;
c) cooperação e entendimento entre os povos em benefício da elevação do nível econômico e cultural de todos eles;
d) preservação das liberdades fundamentais do homem sob o princípio da supremacia da lei.

Os dois Ministros consideram que a divisão do mundo em blocos e grupos políticos alinhados uns contra outros favorece as tensões internacionais, que importam em permanente ameaça à paz, e expressaram sua esperança de que se conclua, no mais breve prazo, um acordo entre os Estados para por fim às experiências nucleares e para o desarmamento geral e completo, sob controle eficaz, destinando-se a energia nuclear e os recursos financeiros, hoje absorvidos por armamentos, a atividades pacíficas capazes de melhorar as condições de vida de todos os povos.

Decidiram, ainda, estimular por todos os meios, a cooperação entre o Brasil e Israel, dentro do quadro do Acordo de Assistência Técnica assinado no Recife, em 12 de maço de 1962. Com esse propósito, Israel receberá, com satisfação, a visita de uma missão de arquitetos brasileiros, que traga a experiência do Brasil para confrontá-la com as soluções adotadas por Israel no campo das construções civis, e abrigará, em suas organizações agrícolas e universidades, um grupo de agricultores e estudantes de agricultura do Brasil, para se familiarizarem com as técnicas de exploração do solo e da organização social em zonas selecionadas. Israel estudará, igualmente, um projeto brasileiro para a defesa do solo contra a erosão, no estado do Paraná, além da instalação de uma aldeia cooperativa no Nordeste do Brasil. O Brasil receberá, por seu lado, em seus institutos e universidades, técnicos e estudantes de Israel, que desejem obter treinamento em assuntos econômicos e tecnológicos relacionados com produtos tropicais. Um programa cultural de execução prolongada será estudado pelos órgãos competentes de ambos os países, que assim exprimem o desejo de unirem seus esforços na luta pela modernização da cultura e pela procura de soluções próprias e adequadas para os problemas do meio físico e social em que se desenvolvem.

Comunicado Conjunto Brasil-Uruguai 8 de dezembro de 1961

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente do Conselho Nacional de Governo do Uruguai, desejosos de fortalecer os tradicionais laços de fraternidade que caracterizam as relações entre ambos os países e tendo em vista, também, que seus respectivos governos, conscientes da responsabilidade que lhes cabe na hora presente, devem, em conjunto, definir posições quanto aos atuais problemas internacionais, como, por iguais motivos, o fizeram com outros governos americanos.

Reafirmam o respeito aos princípios básicos do americanismo e, em especial, aos de não intervenção e de autodeterminação dos povos.

Ratificam o desejo dos governos da República dos Estados Unidos do Brasil e do Uruguai de que a vida das nações americanas se ajuste às normas da democracia representativa, que permite aos povos expressar livremente sua vontade. Dessa forma, ratificam igualmente os princípios políticos consagrados na Declaração de Santiago.

Proclamam a necessidade de que as nações integrantes do sistema americano estabeleçam maior coerência na sua vida internacional, de maneira que sua atuação na ONU e em outros organismos represente o pensamento coletivo e a vontade unânime do continente.

Reiteram seu repúdio a toda forma de extremismo que se queira impor sobre a livre vontade dos povos americanos assim como a condenação do

continente a toda intervenção que intente afetar ou afete as relações dos povos americanos.

Concordam em que o sistema da Organização dos Estados Americanos, livremente pactuado, contém as normas para a continuidade das relações entre os membros e para a solução de seus litígios.

Renovam a necessidade de se acelerarem os planos de desenvolvimento econômico e social que animaram os trabalhos do CIES na Conferência de Punta del Este e de se redobrar o esforço conjunto dos Estados americanos para elevar o nível de vida de seus povos e eliminar, no continente, as desigualdades sociais.

Asseguram que o funcionamento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio é o princípio de uma cooperação que se deve estender e estimular como base de uma integração econômica continental.

Acordam em estabelecer um regime de consultas – cujo exercício será regulamentado palas chancelarias dos dois países – para considerar os problemas de toda ordem que afetam a vida do continente e a tomada de posição relativamente aos grandes problemas universais.

Finalmente, estão de acordo em proclamar a necessidade de um desarmamento progressivo que diminua a tensão internacional e permita melhor aproveitamento dos recursos naturais para fins pacíficos, condenando as experiências nucleares que possam contaminar a biosfera, e a utilização da energia atômica com propósitos bélicos.

San Tiago Dantas: um projeto econômico para o Brasil

Adacir Reis[*] *e Carla Patrícia da Silva Reis*[**]

No seu discurso de posse como Ministro das Relações Exteriores, em setembro de 1961, San Tiago Dantas falava, com lucidez e ousadia, da aspiração natural do Brasil

> a uma dilatação cada vez maior das relações e dos contatos com todos os povos, não só porque desse modo nos habilitamos melhor para levar nossa cooperação à grande obra da paz, como também porque sabemos que o nosso país, nos seus desígnios de desenvolvimento econômico, necessita cada vez mais de grandes mercados, pois o crescimento da nossa renda social exigirá inevitavelmente que importemos sempre mais e mais, e se temos de importar, temos de exportar e, por conseguinte, não podemos colocar limites às nossas necessidades de expansão comercial.[1]

---

[*]Adacir Reis é advogado, graduado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia. Juntamente com Marcílio Marques Moreira e Arnaldo Niskier, coordenou o livro "Atualidade de San Tiago Dantas" (Editora Lettera.doc).

[**]Carla Patrícia da Silva Reis é especialista e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Foi assessora da Área Internacional da Secretaria Geral da Presidência da República.

[1] Ministério das Relações Exteriores – 1961, p. 11.

Na chamada Política Externa Independente, um dos pontos-chave era a "ampliação do mercado externo brasileiro, mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas".[2]

Ao ingressar no Governo de João Goulart, onde seria Ministro das Relações Exteriores no regime parlamentarista e, depois, Ministro da Fazenda na volta ao regime presidencialista, San Tiago Dantas já era membro da elite econômica, intelectual e política do País.

San Tiago foi advogado, professor de Direito Privado, diretor do Grupo Moreira Salles, proprietário e editor do Jornal do Comércio. Havia assessorado o Presidente Getúlio Vargas no processo de criação da Petrobras e na elaboração do projeto para a criação da Rede Ferroviária Federal. Com grande capacidade de formulação e de articulação, tinha uma visão clara sobre as forças reais do mercado tanto no âmbito nacional quanto internacional.

O fato de um país ter o direito de comercializar seus produtos com qualquer outro do sistema internacional, que nos parece, hoje, algo extremamente corriqueiro, foi objeto de evolução no pensamento de nossa elite, através de San Tiago. É a ele que devemos, em grande medida, a formulação de uma política que se apresentava como inovadora, buscando quebrar o complexo de inferioridade de que era vítima a elite política brasileira.

Em janeiro de 1963, San Tiago Dantas assume o cargo de Ministro da Fazenda, nomeado por João Goulart. Era o primeiro a ocupar a pasta econômica com a restauração do Presidencialismo, mas o terceiro do Governo Goulart, antecedido por Walter Moreira Salles e Miguel Calmon.

Durante todo o primeiro semestre de 1963, San Tiago Dantas, enquanto esteve à frente do Ministério da Fazenda, buscou dar alguma racionalidade ao Governo de João Goulart, pois sabia que o fracasso de sua política agravaria a situação econômica do País e poderia, no contexto de acirramento do embate ideológico, levar ao comprometimento das instituições democráticas.

San Tiago Dantas, a exemplo de seu amigo Walter Moreira Sales, Ministro da Fazenda no início do regime parlamentarista, tentou empreender uma austera política de estabilização monetária.

---

[2] Em: San Tiago Dantas, "Política Externa Independente", Rio de Janeiro, 1962, Civilização Brasileira, p. 6.

Como Chanceler do Brasil durante parte do período parlamentarista, havia defendido uma política externa qualificada de independente, o que o credenciara como interlocutor das chamadas forças esquerdistas. Ao mesmo tempo, San Tiago tinha despertado a antipatia das forças mais conservadoras, especialmente no famoso episódio de reatamento das relações diplomáticas com a então União Soviética e no encontro de Punta del Leste, em que, visionário, não apoiara a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos.

Como Ministro da Fazenda, e considerando o seu passado de advogado de grandes empresas nacionais e internacionais, San Tiago era visto como uma das vozes lúcidas e racionais dentro do Governo, reunindo os atributos necessários para atuar como interlocutor tanto das forças empresariais quanto dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

A inflação em 1960 tinha sido de 25,4%; em 1961, subira para 34,7%; em 1962, ultrapassaria o patamar de 50%. Juntamente com Celso Furtado, conceberia o Plano Trienal, que pretendia combater a inflação e recuperar o índice de crescimento.

É o próprio Celso Furtado que conta que Jango pensava inicialmente em uma assessoria especial de planejamento, mas San Tiago Dantas convenceu Jango a criar um Ministério do Planejamento e entregá-lo ao ilustre economista.

Num período de três anos, a inflação teria que voltar à casa dos 10%. O índice de crescimento real deveria ser fixado em 7%. O Plano Trienal era ambicioso, pois pretendia ainda alcançar o índice de crescimento dos melhores anos do Governo de Juscelino, ainda que num contexto diverso, e debelar a inflação que uns diriam foi a semente plantada, ou o tributo pago por JK para sua política desenvolvimentista. Além disso, Jango tinha compromissos históricos com as reformas educacional e agrária.

O combate à inflação deveria se dar com a adoção de um conjunto de medidas interdisciplinares. Era preciso combater o déficit público e o desequilíbrio da balança de pagamentos. Haveria ainda uma tentativa de uniformização das taxas de câmbio.

A política econômica de San Tiago, calcada na batalha anti-inflacionária, passava por quatro áreas: política creditícia, política cambial, política orçamentária e política salarial.

San Tiago enxergava o combate à inflação como um primeiro passo para promover o tão desejado desenvolvimento social do País. Em 1963, ao receber uma homenagem e lembrar esse período, o famoso advogado, que muitos

imaginavam tratar-se também de um economista, já muito doente, recordaria esse período da seguinte forma:

> Foi essa ação global que procurei preparar nos meses que tive a honra de ocupar o Ministério da Fazenda, e continuo a crer que a inflação brasileira nada contém que a torne inacessível a uma terapêutica coerente, aplicada sem descontinuidade e sem contradições. A política de contenção inflacionária representará sempre uma etapa preliminar indispensável, mas ficará privada de sentido se, através dela, não procurarmos a materialização de um projeto de reorganização nacional, em que se busque assegurar a viabilidade e a emancipação da economia brasileira, dentro do quadro institucional democrático e das reformas sociais a que acima me referi. E aí que me parece oportuno completar esse quadro, e com ele, essa definição. Creio que nenhum projeto nacional é válido, nenhuma política internacional autossustentável, se não lograr inserir o país no rumo histórico de seu tempo, e superpor harmonicamente o nacional e o universal.[3]

Quando assumiu o Ministério da Fazenda, já restaurado o Presidencialismo, San Tiago Dantas tinha clareza de que sem o apoio externo dificilmente obteria êxito no seu projeto à frente do Ministério da Fazenda. Naquela época, a dívida externa brasileira era um fator considerável.

San Tiago era um ator político que conhecia a dinâmica do mercado financeiro nacional e internacional, já à época fundamental, embora longe de representar o poderio que teria na última década do século XX e início do século XXI.

Em março de 1963, San Tiago Dantas viaja para Washington em busca de apoio. Pretendia renegociar as dívidas brasileiras e obter novas linhas de crédito. O Plano Trienal seria exibido como um esforço do Brasil em adotar o planejamento econômico e a responsabilidade fiscal.

Ao final das conversações, inclusive com John Kennedy, foram modestos os resultados. Liberou-se uma linha de crédito de US$ 398 milhões, sendo que apenas US$ 84 milhões tiveram liberação imediata. Os credores internacionais, já frustrados por compromissos anteriores não honrados por governos brasileiros, não viam firmeza na política de Jango. Talvez até já

[3] Em: "Revista Brasileira de História", São Paulo, n. 47, jul-2004, p. 9.

estivessem em negociações com as forças mais exaltadas da direita brasileira que articulavam a derrubada de João Goulart.

Na sequência, San Tiago pretendia ainda negociar com os credores europeus e dar andamento ao que havia pregado como Ministro das Relações Exteriores, ou seja, intensificar de modo agressivo as exportações, abrindo novos mercados, inclusive para o leste europeu, à época comunista.

A responsabilidade fiscal, que não se confunde com fundamentalismo fiscal, é hoje, pelo menos no âmbito federal, um valor aceito em geral pelos governantes e pela sociedade que os sustenta. Naquela época, a conversa era outra. A tentativa de racionalizar a máquina pública e emprestar-lhe previsibilidade era vista como conservadora por setores que se diziam revolucionários de esquerda.

Em abril de 1963, San Tiago promoveu uma desvalorização do câmbio oficial em cerca de 30%.

San Tiago enfrentava forte pressão dos servidores civis e militares, que reivindicavam aumento real de salários. Ao contrário da definição do salário mínimo ocorrida no final de 62, que dependia apenas de ato do Poder Executivo, o aumento de tais corporações passava pelo Congresso Nacional. Se San Tiago cedesse às pressões, colocaria em risco sua política de austeridade fiscal. Se não cedesse, o Presidente Jango ficaria em situação ainda mais embaraçosa com os militares, que se queixavam da corrosão do poder de compra de seus vencimentos em face da ascendente inflação. Se a expectativa inicial era de conceder um aumento de no máximo 40%, o Governo Jango acabou dando um aumento bem superior ao que imaginara conceder, contrariando compromissos assumidos em Washington com os credores internacionais.

No Governo Jango, sem as iniciativas de austeridade, agravou-se o descontrole financeiro e, com tal fato, a falta de apoio externo ficou pior. A escalada inflacionária, cujas raízes remontam ao Governo JK, solapou as pretensões de desenvolvimento econômico, aumentando a impopularidade do Presidente.

San Tiago não via a questão econômica como um fim em si, mas um meio para desenvolver políticas sociais de redução da desigualdade, democratização da educação, aumento do emprego e da renda, fortalecimento da empresa e da capacidade empreendedora do brasileiro. Em sua concepção de desenvolvimento, o crescimento econômico era um pressuposto para a distribuição de renda e afirmação da democracia social.

Em seu discurso de "Homem de Visão", pouco depois de deixar o Ministério da Fazenda, San Tiago lamenta o quadro que se via de empobrecimento do papel da empresa moderna:

> O que há de excepcionalmente grave no processo contínuo dessa desorganização é que, de um lado, ele está atingindo a empresa privada, inibindo o espírito empresarial e desencorajando o investimento particular, e, de outro lado, está comprometendo a empresa pública, tornando-a economicamente inviável, e gerando contradições inaceitáveis entre as suas possibilidades de sucesso e as reivindicações de seu corpo de empregados. Um país onde se desencoraja a empresa privada ao mesmo tempo em que se deteriora a empresa pública, nem se está preparando para uma expansão capitalista, nem para uma socialização, mas se está simplesmente deixando-se ir ao impulso de uma corrente descendente, que pode ancorá-lo numa estagnação a longo prazo ou precipitá-lo na desordem social.

Outro ponto nervoso na gestão de San Tiago Dantas à frente do Ministério da Fazenda se referia à expropriação de companhias estrangeiras. Depois do episódio da encampação, no Rio Grande do Sul, em 1962, da subsidiária de uma grande multinacional americana, San Tiago pretendia, no âmbito federal, tratar de tais assuntos com cautela. Com base no princípio da "justa compensação", estava em curso um acordo para a *American and Foreign Power – AMFORP.* O entendimento com a *American Foreign Power* foi assinado em Washington em abril de 63, por Roberto Campos. O empréstimo obtido pelo Brasil, depois da visita de San Tiago a Washington, teve sua primeira parcela substancialmente comprometida com o pagamento de tal acordo.

Tal episódio serviu para acirrar os ânimos e as intrigas na base governista, pois San Tiago era acusado de conduzir um acordo que seria contrário aos interesses do Brasil. Apesar das explicações de San Tiago ao Congresso Nacional (sessão na Câmara dos Deputados de 12 de junho de 1963), o desperdício de energia política em face do clima de radicalização comprometia a agenda governamental.

O projeto de reforma bancária, que causava preocupação entre os bancos multinacionais instalados no Brasil, apresentado por partidários de Jango, constituía mais um ponto de tensão. Apesar de ser uma iniciativa que mais se

destinava à platéia, em relação a tal projeto Celso Furtado[4] lembra que David Rockefeller, na época o chefe do Chase e o grande expoente em Wall Street sobre as questões referentes ao Brasil, ligou para San Tiago Dantas e, sabendo do sufoco do Brasil para o financiamento de curto prazo de suas transações comerciais com o exterior, disse sem liturgia: "Ou vocês retiram de imediato esse projeto de lei ou mando cortar todas as linhas de crédito de que hoje se beneficia o Brasil".

Segundo Furtado, San Tiago Dantas, embora arrasado, mas sem se deixar humilhar, empenhou-se com força redobrada para que o mercado financeiro internacional melhorasse sua compreensão sobre as medidas econômicas que pretendia desenvolver.

Almino Affonso, em depoimento ao *Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia*, conta que nesse período San Tiago já se tornara vítima do câncer e, às vezes, saía da sala de reunião, ocultando uma dor lancinante, tomava uma injeção e voltava para o trabalho como se nada estivesse acontecendo.

Não foi, porém, em razão da doença que San Tiago deixou o Ministério da Fazenda, em junho de 1963. Em maio daquele ano a inflação já alcançara 25%. Sua saída foi política, pois representou o fracasso do plano econômico que concebera com Celso Furtado e de sua tentativa de organizar as finanças brasileiras.

San Tiago apresentava-se como representante da esquerda positiva, em contraposição à esquerda negativa, exaltada e pretensamente revolucionária, também presente na base de sustentação daquele Governo.

Na verdade, o fracasso da esquerda positiva interessava tanto às forças mais exaltadas do Governo Jango quanto da oposição, pois cada um desses espectros políticos tinha um projeto diferente para o Brasil. Ao contrário do que pregava San Tiago e seus seguidores, tais projetos não passavam pela conciliação ou pela composição.

Leonel Brizola foi um dos que mais atacaram e tensionaram a política econômica de San Tiago, qualificando-a de reacionária, "entreguista" e a serviço dos interesses financeiros internacionais. Carlos Lacerda, no outro polo ideológico, com todo seu talento verbal, também era crítico da política de San Tiago e de tudo que se fazia no Governo Goulart, pois se tratava, em sua intensa pregação, de um governo "comunista".

[4] Celso Furtado, em: "A Fantasia Desfeita", São Paulo, Editora Paz e Terra, 2ª edição, pp. 162-165.

No plano interno, San Tiago teve dificuldades em obter apoio para suas medidas de contenção de gastos públicos e de redução da expansão monetária. O Presidente Jango, além de se revelar hesitante, não parecia ter a compreensão, ou pelo menos a capacidade, de dar à política econômica de San Tiago o respaldo de que precisava.

Na História do Brasil, há exemplos do quão importante é não só o apoio do Presidente da República à política econômica em curso, mas explicitar, sempre que houver necessidade, tal apoio, de modo a não haver dúvida dos agentes econômicos sobre o rumo que se persegue. Exemplo mais recente é o do Presidente Lula, que em seu primeiro mandato, mais de uma vez, teve que declarar que a política do então Ministro Antônio Palocci, tida por alguns setores como conservadora, era a política do Presidente, e não a de um Ministro.

No plano externo, as autoridades financeiras internacionais deixaram de colaborar com o Governo de João Goulart. A essa altura, os representantes diplomáticos dos Estados Unidos no Brasil já trabalhavam nos bastidores com outra agenda.

Considerando a convivência que teve com San Tiago Dantas no Governo Goulart, Celso Furtado traçou o seguinte retrato do então Ministro da Fazenda:

> Poucos homens terei conhecido que depositassem tanta fé na razão como instrumento para remover obstáculos. Ele confiava que sempre lograria o que buscava argumentando. Estava seguro de que os objetivos da política que lhe incumbia executar não conflitavam com os interesses da comunidade financeira internacional. As iniciativas irracionais que brotavam aqui e ali na cena política brasileira, ele as via como peripécias, e tendia a minimizar o seu significado. Impacientava-se quando alguém dava muita importância ao secundário, perdendo de vista o essencial. Foi exatamente isso o que ocorreu naquelas circunstâncias.[5]

O clima de radicalização era crescente. João Goulart, tensionado por todos os lados e sem conseguir imprimir uma linha coerente ao seu governo, começou a ceder aos apelos das alas mais exaltadas de seu partido.

Hoje, passadas algumas décadas e superado o clima de antagonismo ente "direita" e "esquerda", entre "capitalismo" e "comunismo", talvez seja

[5] Celso Furtado, em: "A Fantasia Desfeita", p. 163.

difícil captar a extensão de tal debate. San Tiago chamou de "verbalismo ideológico" essa época de muita retórica e pouca razão.

No dia 21 de junho de 1963, ou seja, no curto período de seis meses, a pasta econômica era submetida a uma nova mudança de comando. Dessa vez, Carlos Alberto de Carvalho Pinto sucedia San Tiago no Ministério da Fazenda, onde ficaria até dezembro do mesmo ano. Na sequência, tendo o Governo praticamente abandonado o plano de estabilização, viria Ney Neves Galvão, um tanto desconhecido, que também ficaria poucos meses, até o advento do Golpe Militar. Portanto, em menos de três anos de Governo, João Goulart teve cinco Ministros da Fazenda.

Os investimentos externos tinham cessado. O crescimento econômico não veio, pois o PIB, de 8,6% em 1961 declinou para 0,6% em 1963. O produto industrial apresentou, depois de muitos anos, taxa negativa. O desequilíbrio na balança de pagamentos constituía-se em outra dificuldade. Em março de 1964 a inflação anual acumulada aproximava-se do índice de 100%.

Com a ruptura institucional, favorecida pela crise econômica, nossa frágil democracia amargaria algumas décadas de ostracismo. Abria-se uma nova fase na política brasileira. Octavio Gouvêa de Bulhões, já no Governo Militar, assumiu o Ministério da Fazenda em 15 de abril de 1964. Roberto Campos que, desde maio de 64, ocuparia o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, assumiu o papel de protagonista nos próximos anos.

Em seu livro de memórias, Roberto Campos fez a seguinte afirmação sobre San Tiago Dantas:

> Foi imensa a sedução intelectual que San Tiago Dantas exerceu sobre minha geração. Talvez tenha sido o melhor cérebro daquela época: polimorfo sem superficialidade, luminoso sem eclipse, acadêmico e, contudo, operacional, capaz do rigor da ciência e da luminosidade das artes.[6]

San Tiago não veria as medidas econômicas adotadas pelo Ministro Roberto Campos, pois faleceria em setembro de 1964, doença fatal que o pouparia inclusive da cassação de seus direitos políticos.

No perfil de San Tiago Dantas, nota-se facilmente que não lhe faltaram as *virtudes* do homem público. No entanto, para recorrermos ao pensador

[6] Campos, Roberto, em: "Lanterna na Popa: Memórias", Rio de Janeiro, Topbooks, p. 846.

florentino que tão bem estudou o poder, a *roda da fortuna* não foi favorável ao nosso homenageado. Nesse ponto, a trajetória de San Tiago deve servir não só de estímulo às novas gerações, mas também de advertência, em razão das incompreensões que se acumulam quando a racionalidade quer se sobrepor à paixão, especialmente num país em que as instituições políticas, jurídicas e econômicas ainda não tinham alcançado plena maturidade.

Poderíamos indagar se a razão, personificada por San Tiago, estava forçosamente condenada à derrota, tendo em vista as paixões da época. Aqueles tempos estariam mais para Carlos Lacerda e Leonel Brizola, lideranças capazes de grandes arroubos e emoções. Mas estas personalidades, ainda que por fundamentos diversos, também experimentaram a amarga frustração de não executar seus projetos de poder. Para explicar esse desajustamento entre pretensões e resultados, talvez possamos dizer que ainda era cedo para se ter uma modulação entre razão e emoção.

Numa perspectiva histórica, poderíamos dizer que boa parte dos ideais de San Tiago Dantas sobre racionalidade econômica, desenvolvimento social e inserção do Brasil no cenário internacional foi implementada, apenas algumas décadas depois, nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, seja pela evolução histórica de nosso País, seja pelo fato de que tais administrações contaram com importantes discípulos do ideário político e econômico de nosso homenageado.

San Tiago Dantas: o Homem, o Estadista e a sua Política Econômica

Affonso Arinos de Mello Franco

A plêiade de brasileiros ilustres que se encontra neste recinto a fim de trazer depoimentos sobre a personalidade ímpar de San Tiago Dantas deveria constituir, por si só, motivo de reflexão.

Primeiro, pelo tempo decorrido desde o seu desaparecimento. Quarenta anos depois é um longo período para quem, na vida pública, não exerceu poder senão reflexo, e, mesmo esse, em decorrência exclusiva da força de suas ideias, neste país de memória tão curta, onde a ação política tanto carece de inteligência racional.

A propósito de San Tiago, serão lembrados o professor, o jurista, o advogado, o diplomata, o financista, o escritor, o estadista. Bem conheci as facetas distintas da sua personalidade poliédrica. Mas especialistas eminentes aqui tratarão de cada uma delas. Assim, tenciono limitar-me a algumas recordações pessoais especialmente marcantes para mim, que se me imprimiram na lembrança infantil, juvenil e adulta. Não passam de modestas pinceladas no retrato coletivo, que procuramos traçar, do grande homem Francisco Clementino de San Tiago Dantas. E nelas incluo os trechos mais expressivos, por vezes extensos, que, em suas memórias, Afonso Arinos de Melo Franco dedicou ao amigo fraterno.

Eu já conhecia San Tiago desde menino, quando, em 1938, ele e Arinos foram ministrar, no Uruguai, a convite do ministro da Educação, Gustavo

Capanema, ciclos de palestras universitárias sobre Direito e História do Brasil. Tornaram-se, então, muito próximos, embora Francisco fosse alguns anos mais moço. No verão de 1939 para 1940, chegou a hospedar-se, por alguns dias, na casa cercada por um bosque de *eucaliptus* que Afonso, ex-tuberculoso, alugara em Itaipava, preocupado com a congestão pulmonar que acometera, simultaneamente, os dois filhos.

Do brilho do raciocínio de San Tiago, recebi as lições mais claras quando fui seu aluno de Direito Civil, na então Faculdade Nacional de Direito. A parte geral da matéria, tal como a expôs, correspondeu, no fundo, a um curso completo de Introdução à Ciência do Direito.

Por isso, não resisto a transcrever extensa análise psicológica que Arinos fez, nas memórias, do poderoso engenho mental do amigo, no dia seguinte ao da sua morte. "O intelectualismo de San Tiago, fosse ele literário, jurídico ou político, não era artificial, mas instrumental. Certos espíritos captam o real pelo sensível, intuitivamente; outros, fortes, mas rombudos e insensíveis, devastam a realidade quando supõem apresá-la pela força; finalmente alguns – e entre estes, conspicuamente, o de San Tiago – só são capazes de penetrar a realidade com o agudo estilete do raciocínio. Não que ele fosse insensível. Ao contrário: sensível era, e muito. Mas, nele, a sensibilidade só funcionava no campo afetivo; nunca influía na conduta, cuja pauta só era marcada pelas notas da inteligência. Verifiquei, aos poucos, que isto lhe era inerente e, pois, nada tinha de superficial. Em toda a sua vida – principalmente na sua vida pública – os erros de apreciação e de conduta em que incorreu provieram, paradoxalmente, deste claríssimo poder de raciocinar. Porque, em certas oportunidades da vida política, a inteligência, quanto mais clara for, mais risco corre de conduzir ao erro. Quando chamava a atenção de San Tiago para essa verdade e para os perigos paradoxais que ela encerra, ele respondia, rindo, que não compreendia minha afirmativa e que, se ela fosse certa, não haveria remédio para ele, que não conseguia agir a não ser em função de prévios esquemas racionais. 'Já reparei que você – disse-me ele um dia – só pode pensar de pena na mão, ou instalado na tribuna; elaborar e compor são para você atos conjuntos. No fundo não sei bem se você faz o que pensa ou pensa o que faz'. Confesso que esta resposta à minha crítica atingiu-me em cheio; por isto mesmo não gostei. Mas aquela que eu lhe fazia não era menos exata. O mal de uma inteligência política superlúcida, como a de San Tiago, é que, abandonada ao seu próprio

movimento e distanciada da sensibilidade, tende invencivelmente a sobrepor ao que é aquilo que deve ser. (...) Ele tomava pelo real o que não era propriamente fantasia, mas aparência criada pelo raciocínio. Criava uma realidade lógica, que pretendia tomar como vital. Incidia, então, nos erros que surpreendiam aos amigos, mais do que a ele próprio; porque encontrava sempre outras razões lógicas para explicar os motivos do seu erro, razões da mesma claridade que aquelas que, em breve, o poderiam levar a errar novamente. Em país (...) onde os acontecimentos políticos tomam, ainda, feição rústica ou natural (...) e não racional, um homem, como San Tiago, que da natureza só conhecia diretamente as saladas, não conquistaria facilmente a confiança dos grupos elementares, de cujas maquinações depende a partilha do poder. Em uma palavra, ele era superior ao seu meio e ao seu tempo".

Aquela mente fulgurante foi ainda descrita por Afonso em curioso episódio, que tampouco me furto a citar, ocorrido durante os dias passados por ambos no Uruguai. "Vínhamos os dois em um táxi, à noite, de Pocitos para Carrasco, em Montevidéu. San Tiago falava, expunha, criava com a habitual facúndia e lucidez. Quando chegamos à porta do hotel o motorista perguntou-nos se tínhamos pressa. Que não, foi nossa resposta, surpresa. Então o rapaz pediu-nos apenas esta coisa extraordinária: que ficássemos dentro do carro, parados, com San Tiago continuando a falar. O moço uruguaio, que entendia português, estava maravilhado com o que ouvia. Claro que nos sentimos logo estupidificados com esta estranha necessidade de exibir, como num circo, a acrobacia das ideias. Nem eu nem ele pudemos dizer mais nada. Saímos corridos com a nossa súbita burrice".

Minha mulher ainda conhecia pouco San Tiago, mas o encanto da conversa e a luminosidade do intelecto do nosso amigo a fascinaram por tal forma que um dia, quando almoçávamos na sua casa de Petrópolis, ela, grávida do segundo filho, convidou-o, de supetão, a batizá-lo – convite aceito incontinenti. Tempos depois, entretanto, removido para a Embaixada na Itália, pedi-lhe, a fim de deixá-lo à vontade, que se sentisse desligado da promessa, pois não tencionávamos ficar apenas em dois herdeiros (Afonso Arinos, após ambos os filhos se casarem, manifestou o desejo de formar um time de futebol com os netos, e teve onze). Assim, ponderei, o primeiro a nascer no Brasil seria seu afilhado. Mas a resposta firme dispensou alternativas: "Marquem a data do batismo, que iremos".

Combinado o encontro com Afonso e Anah, que seria a madrinha, Francisco chegou a Roma, com a esposa, em 1957. Batizaram a criança na basílica de São Pedro.

Então, oferecemos uma pequena recepção no apartamento modesto que alugáramos para apresentar pais e padrinhos aos colegas e amigos locais. Afonso e Francisco, que haviam saído a passeio juntos, tardavam a surgir. Apareceram, afinal, sérios. Na hora, Arinos declinou dar explicações, alegando que nos divertiríamos, mas eles não acharam graça no ocorrido.

Após a partida dos convidados, narraram-nos o que sucedera. Tinham ido conhecer a igreja dos santos João e Paulo, edificada – como tantos templos antigos de Roma – sobre os restos da casa onde moraram aqueles mártires dos primeiros tempos do cristianismo. E resolveram descer ao subsolo, a que dava acesso um alçapão de madeira, para visitar as ruínas.

Os dois burgueses bem nutridos e elegantemente vestidos devem ter atraído todos os demônios da luta de classes que rondavam os trabalhadores encarregados das escavações, pois, chegadas as cinco horas da tarde, ambos ouviram surdas marteladas na madeira. Acorreram ao alçapão, mas já era tarde. A tampa fora pregada às tábuas que lhe serviam de apoio, e os operários se haviam retirado. Ocorreu-lhes, de imediato, a perspectiva de pernoitarem ali, sendo encontrados apenas quando as obras recomeçassem no dia seguinte, enquanto nós passaríamos a noite a buscá-los, em vão, nas delegacias, hospitais e necrotério da cidade. E sentiram-se logo acossados pelas neuroses respectivas: Arinos só pensava em como suportar o confinamento sem água para beber, enquanto San Tiago, que pouco enxergava através dos óculos espessos, horrorizava-se com a perspectiva das dificuldades para esgueirar-se entre aqueles restos de construções superpostas, mal entrevisto mesmo à luz do dia.

Havia, contudo, humor na precariedade da situação em que se encontravam. Francisco apelava por auxílio de trabalhadores eventualmente retardatários, gritando-lhes em italiano: "*Lavoratori! Aiudato!*". Ouvindo este brado, Afonso brincou com a filiação partidária do amigo ao trabalhismo brasileiro, comentando que o pedido de socorro lhe parecia antes um *slogan* político. San Tiago tentou escalar a rampa de madeira conducente ao alçapão, porém, vendo mal, confidenciou lá em cima: "Daqui, já não subo nem desço". Arinos, lembrado da figura heráldica medieval, comentou: "Você está parecendo um *lion rampant*". Então, prorromperam em tal alarido que um

sacerdote, ao fazer a ronda da igreja antes de cerrá-la por fora, escutou-os. E, após alguma dificuldade para despregar a tampa, conseguiu retirá-los do cárcere improvisado.

Trinta anos depois, quando embaixador no Vaticano, voltei a visitar essa igreja com minha mulher. Fomos conduzidos por um padre idoso, a quem narrei o episódio. Ele se lembrava. Era o mesmo que os tinha liberado.

As viagens e seus prazeres encantavam San Tiago. Certa vez, no sul da França, indagou ao motorista o nome do vinhedo que atravessavam. Ao ser informado, ordenou-lhe que detivesse o veículo, saltou, e foi beijar o solo produtor do *Châteauneuf-du-Pape*. De outra feita, passeando pela Grécia, resolveu banhar-se no mar Egeu, em companhia de Carlos Flexa Ribeiro. Quem conheceu os atributos apolíneos daqueles dois candidatos a grego antigo pode imaginar a cena:

"- Carlos, você está ouvindo?
- Ouvindo o que, Francisco?
- Elas, Carlos.
- Elas quem, Francisco?
- As nereidas, Carlos.
- Dizendo o que, Francisco?
- Eles voltaram!"

Em meados de 1961, Afonso Arinos ocupava o Ministério das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, quando o embaixador do Brasil nas Nações Unidas, Ciro de Freitas Vale, se aposentou. Para substituí-lo, o chanceler sugeriu o nome de San Tiago Dantas, logo aceito pelo presidente. Afonso narra, nas memórias, a reação de Francisco, ao receber o convite: ria compulsivamente, de surpresa e felicidade. Mas Quadros renunciou ao cargo logo em seguida, e Arinos fez o mesmo.

Civis e militares com posições de alto mando impugnavam a posse do vice-presidente João Goulart, então viajando pelo Oriente, enquanto outros, nos termos da Constituição, a apoiaram. Entre estes, Afonso e Francisco. Armado o impasse, a guerra civil rondava. Ambos tiveram participação decisiva na solução transacional encontrada, através da edição de um Ato Adicional à Constituição, instituindo o parlamentarismo (possuo o original do projeto, com anotações manuscritas pelos dois).

Tancredo Neves foi designado primeiro-ministro, e San Tiago, acompanhado por mim, chegou a procurar, na Câmara, o deputado Herbert Levy, presidente da União Democrática Nacional, partido de Afonso Arinos, para assegurar-se se a UDN desejava ou não manter no cargo o ministro demissionário. Mas o partido, sob a influência preponderante de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, embora evitasse o veto explícito, não apoiava a diplomacia independente que Afonso praticara. Assim, a situação prévia à renúncia de Jânio se inverteu, e San Tiago convidou Arinos para chefiar a Delegação do Brasil à Assembleia Geral da ONU.

As Nações Unidas eram a menina dos olhos de San Tiago Dantas. Senti isso quando, em 1962, ao se aproximar o fim do meu mandato de deputado à Assembleia Constituinte e Legislativa do Estado da Guanabara, manifestei-lhe a intenção, que tinha, de candidatar-me à deputação federal. Ele tentou dissuadir-me, acenando com minha volta ao Itamaraty: "Transfiro-o para a ONU, em Nova Iorque. Lá, você estará com a mão no pulso do mundo". Porém declinei a oferta generosa.

Lembro-me de quando San Tiago informou à esposa que ia sair para tirar um quisto, e voltaria logo. O quisto era um câncer de mama, que se estendeu depois, implacavelmente. Semanas mais tarde, fui visitá-lo em casa, e ele me chamou para continuarmos a conversa no quarto, enquanto trocava de roupa. Mas fê-lo atrás de um biombo, para ocultar os sinais da cirurgia devastadora.

Seus últimos tempos de vida foram heroicos. Removido para a Embaixada em Bruxelas, lá recebi uma noite, para jantar em nosso apartamento, dois deputados. Um deles tinha sido seu colega no Ministério, quando San Tiago assumira a pasta da Fazenda, e contou-me do esforço titânico em que o viu empenhado enquanto expunha, por um par de horas, a política financeira do governo, movendo-se sem cessar na cadeira, para controlar as dores que sentia.

Vitoriosa a insurreição militar de 1964 – narrou-me Evandro Lins e Silva, sogro de um filho do presidente interino da República, Ranieri Mazzili, que presenciara a cena da discussão entre dois militares –, o presidente, marechal Castelo Branco, só não cassou o mandato parlamentar e suspendeu os direitos políticos de San Tiago, conforme desejava o ministro do Exército, general Costa e Silva, para, em suas próprias palavras, apostas ao pedido da punição, não fazer dele um mártir, pois sabia que seus dias estavam contados.

Transferido da Bélgica para a Holanda, telefonei-lhe da Haia para Nancy, onde se encontrava em consulta médica. Ali, foi-lhe transmitida a sentença de morte em curto prazo. A viagem à França incluiria, ainda, por instâncias da esposa, uma visita a Lourdes, na esperança do milagre que não veio.

Lúcido e tranquilo até o fim, pediu que colocassem na parede fronteira ao leito onde se encontrava, no hospital, o seu quadro de Raoul Dufy, figurando uma praia do Mediterrâneo, a fim de amenizar o sofrimento com as recordações das belezas deste mundo.

Mas não descuidou do outro. Às vésperas da morte, San Tiago recebeu assistência religiosa. O então arcebispo dominicano Lucas Moreira Neves, mais tarde cardeal, contou-me – quando secretário da Congregação dos Bispos, enquanto eu representava o Brasil junto à Santa Sé – que uma senhora das relações de ambos oferecera ao moribundo os préstimos espirituais do amigo religioso. Francisco agradeceu, mas declinou, solicitando fosse levado a conversar com ele um filho de São Francisco, o capuchinha mais modesto e humilde que encontrassem no convento de Santo Antônio. Quem acabou por ouvir-lhe a confissão *in extremis* (ele estava fisicamente incapacitado para receber a comunhão, pois não podia mais engolir a hóstia) foi o vigário da sua paróquia de São João Batista, em Botafogo. O sacerdote diria, mais tarde, que o professor agonizante lhe ministrara verdadeira aula de teologia.

San Tiago se foi à 6 de setembro de 1964. Amigos incumbiram Afonso Arinos de falar, em nomes deles, à beira do túmulo. Afonso, nas memórias, fixou a ocasião, quando afirmara que a Francisco, "como homem público, se aplicava, no Brasil, o que há pouco se disse de Churchill, na Câmara dos Comuns: os mais velhos não conheceram ninguém parecido; os mais novos dificilmente encontrarão outro igual. (...) Tudo o que nele se acusava de versatilidade, hedonismo, ambição e vaidade, se sublimou naquele fim espartano pela bravura, estoico pela modéstia e moderação. Se vaidade havia, ela se fundiu no esforço de não provocar piedade, de não fazer sofrer os que o amavam; se existia versatilidade e hedonismo, identificam-se na calma com que, de um ano a esta parte, jogou indiferentemente as suas paradas nos dois tabuleiros, o da vida e o da morte; se restava ambição, esta transcendeu do pessoal para o nacional, pois, sabendo-se perdido, sua vocação de estadista o fez trabalhar, até o fim, no encontro de soluções nacionais de que, sabia, não poderia mais participar. Na véspera da crise final, que o prostrou, San Tiago disse-me pelo telefone: 'Estou como Mallarmé, que dizia não se

interessar pelo contingente, mas só sentir atração pelo absoluto'. Em breve, dois sentimentos se afirmarão geralmente, no Brasil, para com a memória de San Tiago Dantas: o respeito e o arrependimento".

A Política Externa do Governo Lula em Perspectiva Histórica

Celso Amorim e Luiz Feldman[1]

Esta situação, na sua extrema delicadeza, devia ter uma linguagem sua, moderada e circunspecta, mas firme e altiva, quando necessária. Tratava-se de achá-la e de a falar naturalmente, com segurança, com calma, com desassombro, com tenacidade.

Rui Barbosa, 1907

Nada é mais difícil do que ser independente, nada é mais difícil do que tomar nas próprias mãos as próprias responsabilidades. Nada se faz com maiores dificuldades, com mais duras penas e com mais sérias discordâncias do que essa tarefa que estamos empreendendo em nosso País, que é tarefa simples, e, entretanto, dificílima, de fazer com que o Brasil seja governado pelo interesse e pela vontade dos brasileiros.

San Tiago Dantas, 1961

I

Os vultos de Rio Branco, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa dominam a política externa brasileira no começo do século XX. Rio Branco, ícone

[1] Ex-Ministro das Relações Exteriores (1993-1994 e 2003-2010) e Terceiro Secretário da Carreira de Diplomata (Instituto Rio Branco, Curso de Formação). As opiniões expressas neste texto são de total responsabilidade de seus autores e não buscam representar as posições do Ministério das Relações Exteriores.

cultivado tanto pela direita quanto pela esquerda, é o patrono de nossa diplomacia. Sua abordagem era essencialmente pragmática: definia o interesse nacional de modo bastante concreto e o colocava acima de quaisquer outras considerações. Talvez por isso o legado de Rio Branco tenha um valor, por assim dizer, transideológico. Os outros dois grandes nomes do período representam, no entanto, tendências diferentes. Em alguma medida, podem ser considerados paradigmáticos de duas linhagens de pensamento que moldaram nossa história diplomática republicana. Ao passo que Nabuco concebia a *entente* com os Estados Unidos como o mais apropriado para os interesses brasileiros, Rui partia de uma concepção mais multilateral. Por um lado, tem-se uma estratégia que privilegia relações especiais com uma potência hegemônica; por outro, tem-se uma estratégia que combina maior ênfase na autonomia do país com maior pluralidade dos relacionamentos externos.

O maior feito de Nabuco, como diplomata, foi a convocação e a presidência da III Conferência Internacional Americana, que ocorreu em 1906 no Rio de Janeiro. Culminância da "aliança não escrita" entre os dois países na gestão Rio Branco,[2] esse congresso ensejou a primeira visita ao exterior de um Secretário de Estado dos Estados Unidos. No Brasil, afirmava Nabuco, o Secretário Elihu Root testemunharia "quão profundo é nosso entendimento sobre o papel de liderança (...) que os Estados Unidos têm sido chamados a desempenhar nos destinos do novo mundo".[3] A relação especial com Washington acrescentou mais tarde Nabuco em correspondência a Rui, salvaguardava os interesses brasileiros tanto junto às potências europeias quanto aos países vizinhos. Por isso, rumores de uma aliança sul-americana constituíam, a seu ver, um "sério perigo".[4]

O destaque de Rui Barbosa, por sua vez, deveu-se à sua atuação como delegado brasileiro à II Conferência da Paz, ocorrida em 1907 na Haia. A centralidade que atribuía ao multilateralismo é revelada pela enfática defesa que fez, nos debates acerca da composição de uma Corte Permanente

[2] Burns, E. Bradford. *A aliança não escrita*: o Barão do Rio Branco e as relações do Brasil com os Estados Unidos. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

[3] *Apud* Brazil looks up to us. Speech by Ambassador Nabuco at a dinner to Mr. Root. *New York Times*, 16 de fevereiro de 1906. Disponível em: http://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?res=F30A1EFF385414728DDDAF0994DA405B868CF1D3.

[4] Carta de JN a RB, 20/1/1908. In: Barbosa, Rui. *Meu caro Rui, meu caro Nabuco*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1999, p. 77.

de Arbitragem, do princípio da igualdade soberana dos Estados. Embora Rui se tenha esforçado para manter boas relações com a delegação dos Estados Unidos, sua crítica aos critérios de força propugnados por esse país para a composição da Corte o distanciou de Joseph H. Choate, plenipotenciário norte-americano. Para Rui, "É o mais abominável dos erros o que se persiste em cometer, insistindo em ensinar aos povos que as categorias entre os Estados se hão de medir segundo sua situação militar, e isto justamente numa assembleia, cujo fim consiste em nos distanciar da guerra".[5] A posição firme adotada pelo Brasil nesse primeiro teste de suas habilidades diplomáticas em um foro global rendeu muitos aplausos ao país, especialmente de nações sul-americanas, mas também palavras de advertência relativas à prioridade das boas relações com os Estados Unidos frente à defesa de princípios jurídicos considerados abstratos. As missivas de Nabuco a Rui durante e após a Conferência têm esse sentido.

De fato, o objetivo de relações especiais com Washington viria a predominar ao longo da história. Nos primeiros anos do século XX, o Brasil mostrou grande tolerância com as intervenções dos Estados Unidos na América Central e evitou endossar algumas teses que desagradariam o governo norte-americano. Esse foi o caso, por exemplo, da Doutrina Drago, proposta pela Argentina e apoiada em nossa vizinhança, que condenava o uso da força por Estados credores na cobrança de dívidas a outros Estados. Mesmo a atitude mais "ousada" da política externa na década de 1920, a controversa decisão de sair da Liga das Nações, não foi tomada por antagonismo com os Estados Unidos. Na verdade, o Brasil tentou evitar esse desenlace propondo que o assento reservado aos Estados Unidos no Conselho da Liga pertenceria ao hemisfério ocidental, e que, portanto, poderia ser ocupado pelo país enquanto os Estados Unidos permanecessem fora da organização.

Nos anos 30, ensaiam-se alguns movimentos alternativos a esse foco continental, caso da assistência francesa no treinamento das forças armadas brasileiras no entreguerras e das aproximações do Governo Vargas às potências do Eixo, em parte como reflexo de disputas políticas internas. Mas a prioridade das relações com Washington seria novamente sublinhada com

[5] O Brasil e as Nações Latino-Americanas em Haia. Sessão de 21 de outubro de 1908. In: Barbosa, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1967, v. XXXV, 1908, t. I, Discursos Parlamentares, p. 47.

a participação na Segunda Guerra Mundial junto aos Aliados. O forte comprometimento brasileiro com a causa antifascista – cabe recordar havermos sido o único país latino-americano a enviar tropas ao teatro de operações europeu – foi devidamente considerado pelo Presidente Roosevelt em seu apoio a um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas.[6] Associando-se aos Estados Unidos no esforço de guerra, o Brasil veio a se tornar um pilar do sistema de poder continental daquele país, consolidado em meados da década de 1940.[7]

A partir daí, sucessivos governos brasileiros se alinhariam às posições norte-americanas durante a Guerra Fria. O próprio segundo Governo Vargas, marcado por decisivo impulso do nacionalismo econômico, não se desviou significativamente dessa linha. Em que pese a sua decisão de não enviar tropas para a Guerra da Coreia, aliás contra o conselho do Itamaraty,[8] a diplomacia desse período conferiu centralidade aos laços com os Estados Unidos. Isso se verificou nas questões globais que contrapunham o ocidente capitalista ao bloco soviético. O Brasil não apenas evitou contatos com Estados socialistas como reconheceu o regime de Chiang Kai-Shek como o governo legítimo da China, além de manter o banimento de partidos de esquerda. As atitudes de corte mais pluralista da política externa desse momento foram tópicas. Um exemplo foi o estímulo ao trabalho da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), cuja existência foi ameaçada pela oposição norte-americana às ideias relativas ao desenvolvimento industrial divulgadas, sobretudo, por Raúl Prebisch.[9]

No Governo Kubitschek também houve decisões de cunho mais "nacionalista", especialmente nas negociações com o Fundo Monetário Internacional, mas elas não alteraram a preferência atribuída a um sólido vínculo com Washington. A iniciativa diplomática mais importante do período, a Operação Pan-Americana (OPA), ressaltava a urgência do desenvolvimento econômico e visava a canalizar multilateralmente maiores investimentos e mais assistência técnica norte-americana para a América Latina. Anunciada na

[6] Hull, Cordel. *The memoirs of Cordell Hull*. Londres: Hodder & Stoughton, 1948.
[7] Moura, Gerson. *Autonomia na dependência*: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
[8] Alves, Vagner Camilo. *Da Itália à Coréia*: decisões sobre ir ou não à guerra. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
[9] Furtado, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

esteira da tumultuada viagem do Vice-Presidente Nixon à Venezuela, a OPA partia do diagnóstico de que "a América Latina (...) passou a constituir o ponto mais vulnerável da grande coligação ocidental".[10] Reafirmavam-se os vínculos especiais no ato mesmo de indicar o risco que corriam devido à instabilidade política e ao antiamericanismo na região.

A centralidade dessa abordagem que enfatizava a interdependência e a liderança de Washington cede passo, nos governos Quadros e Goulart, a uma perspectiva plural e autonomista. Com a Política Externa Independente, o Brasil não apenas reatou suas relações diplomáticas com a União Soviética como também distanciou-se da posição de Washington na candente questão cubana. Durante a VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), ocorrida em Punta del Este em 1962, o Chanceler San Tiago Dantas posicionou-se contrariamente às tentativas de isolar a ilha revolucionária das instituições regionais. Retomando o foco de Rui na integridade do sistema multilateral pela igualdade soberana, San Tiago expandiu-o pela defesa tenaz da diversidade assegurada pelos princípios da autodeterminação e da não intervenção. De acordo com ele, "Nenhuma transformação política é válida, se é imposta à sociedade (...) pela consciência de um outro povo ou pelo poder de dominação de outro Estado".[11] A proposta de isolamento de Cuba, assim como a postura de afastamento em relação à União Soviética (revertida por San Tiago no ano anterior), procurava justificar-se pelo temor de "aniquilamento" das democracias no contato com os países socialistas. Vale citar a passagem em que o Chanceler rejeita essa preocupação, atribuída aos "tímidos":

> se é certo que os Estados socialistas se têm mostrado capazes de resolver de modo satisfatório os problemas do desenvolvimento econômico e do progresso tecnológico, são extraordinariamente pobres e inconsistentes as soluções que apresentam para a institucionalização do poder político e para a salvaguarda dos níveis indispensáveis da liberdade pessoal. A

[10] Discurso de Juscelino Kubitschek à nação e aos representantes dos Estados americanos (20 junho 1958). In: Bonavides, Paulo & Amaral, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002, Vol. VII República: Terceira República: 2a Parte (1956-1964), p. 122.

[11] Dantas, Francisco Clementino San Tiago. *Política Externa Independente*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962, p. 10.

> democracia representativa, tal como a entendemos no Ocidente, continua a ser o produto mais perfeito da técnica de governar, e sua sobrevivência depende apenas da erradicação de dois males sociais que a debilitam e contradizem: a desigualdade da participação das classes sociais na riqueza global do país e a diversidade de nível de vida entre os povos desenvolvidos e não desenvolvidos.[12]

A coexistência entre os blocos, pacífica embora competitiva, era um fato ineludível da realidade internacional. Cabia ao Brasil reconhecê-la e diversificar suas parcerias com vistas ao desenvolvimento. Como Rui, San Tiago acreditava que a contribuição brasileira consistia em aportar racionalidade à desrazão do armamentismo e da guerra (agora potencialmente nuclear), e propugnava uma "coexistência sem risco militar". Essa "consideração exclusiva do interesse do Brasil" gerou, colateralmente, discordâncias com Washington. Mas estas lhe pareciam menos intensas do que as críticas recebidas internamente, vindas "daqueles que temem (...) desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras".[13]

O golpe de Estado de 1964 reverte essa orientação, adotando estrito alinhamento aos Estados Unidos. A origem da doutrina das "fronteiras ideológicas", que norteava o primeiro governo militar, não pode ser associada à linhagem de política externa inaugurada por Joaquim Nabuco, pensador sofisticado e grande reformador social. Os modelos desenvolvidos à época baseavam-se em concepções da Guerra Fria e provinham, em alguma medida, do treinamento de oficiais brasileiros em escolas militares norte-americanas. (Em todo caso, a memória de Nabuco não deixou de ser evocada, por vezes, como exemplo do papel positivo das elites na política brasileira). Os militares rapidamente corrigiram o "desvio" cometido por Quadros e Goulart. Quando, ainda em 1964, o TIAR foi novamente invocado, desta vez para a adoção de medidas severas contra o regime de Fidel Castro, o governo brasileiro votou a favor. Relações diplomáticas e comerciais com Havana foram rompidas. De acordo com o Marechal Castelo Branco, tratava-se de "restaurar a unidade democrática do continente". A delegação brasileira à nova Reunião

[12] Id., p. 31.

[13] Ibid., p. 5. Ver também, neste livro, a "Declaração sobre a nota dos Ex-Ministros das Relações Exteriores", em que San Tiago responde à carta aberta de quatro ex-Chanceleres com críticas à postura do Brasil na questão de Cuba.

de Consulta "retomou nossas tradições de solidariedade interamericana, contribuindo para robustecer a segurança coletiva das Américas (...), tão da responsabilidade dos Estados Unidos".[14] A coexistência pacífica advogada por San Tiago era substituída por um pretenso purismo ideológico e uma política de isolamento que, no caso das relações Brasil-Cuba, se estenderia por mais de vinte anos.

As posições internacionais adotadas pelo Brasil ao longo dos vinte e um anos de regime militar não foram totalmente estáticas. Após os anos iniciais, que extremaram o alinhamento em identidade de interesses – como no adágio de que o que era bom para os Estados Unidos também era bom para o Brasil –, verificaram-se alguns "sinais de rebelião". Talvez o principal deles tenha sido a recusa brasileira de assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Embora a explicação para as ambições nucleares do Brasil pudesse estar nas rivalidades regionais, essa posição não deixava de sinalizar limites à disposição de seguir as posições de Washington. Outro episódio marcante de independência foi o pronto reconhecimento por Brasília do governo do MPLA em Angola, em 1975. Já no tema emblemático de Cuba, mesmo governos dispostos a adotar uma linha autônoma em outros assuntos relutavam em abandonar a posição herdada da doutrina das "fronteiras ideológicas". Apropriando-se da competição Leste-Oeste, o regime tomou posições rígidas que não eram compartilhadas pelas potências ocidentais, nem mesmo pelos Estados Unidos na gestão Carter. Em conversa com a Primeira Dama Rosalynn Carter, testemunhada por um dos autores deste texto, o Chanceler Azeredo da Silvera – merecidamente conhecido por suas posições audaciosas – demonstrou dificuldade com possíveis aberturas em relação a Cuba. Em paralelo, renovaram-se disputas na Bacia do Prata, especialmente com a Argentina, características de nossa diplomacia oitocentista.

Quando o fator ideológico estava presente, quanto mais as questões da pauta externa se aproximavam do território brasileiro, como no caso de Cuba, menor era a liberdade de ação do Ministério das Relações Exteriores na tomada de decisões sobre o assunto; quanto mais elas distavam do território

[14] Discurso de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, no Palácio Itamaraty, por ocasião da entrega de diplomas aos candidatos aprovados por concurso à Carreira de Diplomata, em 31 de julho de 1964. In: Ministério das Relações Exteriores. *A política exterior da revolução brasileira*: discursos. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1968, pp. 19-20.

nacional, caso de Angola e do reconhecimento do governo comunista da China, menor era a influência do *establishment* militar na formulação das posições brasileiras.[15] A necessidade de preservar internamente o regime militar demarcava esses limites da ação externa. Distante da pluralidade que Rui e San Tiago tornaram paradigmática, a política externa do regime militar tampouco se adequava com facilidade à linhagem em que Nabuco imprimiu sua marca. Áreas cinzentas eram comuns no posicionamento externo do Brasil daquele momento.

A redemocratização trouxe um *aggiornamento* em alguns temas da agenda externa. Brasil e Argentina iniciaram um processo de aproximação que redundaria na criação do Mercosul, sob o olhar cético dos cultores da geopolítica tradicional. Dessas críticas não estava de todo ausente a percepção, na linha de Nabuco, sobre o "sério perigo" de uma aliança sul-americana que não incluísse os Estados Unidos. As relações com Cuba foram reatadas e visitas bilaterais importantes ocorreram em Pequim e em Moscou. Em certo sentido, o Brasil voltava à cena mundial. Mas o unilateralismo norte-americano na década de 1980 reduzia o espaço para políticas de desenvolvimento autônomas, como a de informática. Nas negociações comerciais, em que geralmente mostrara alguma independência, Brasília acabou cedendo à pressão dos Estados Unidos para a inclusão de temas como serviços e propriedade intelectual na Rodada Uruguai, ainda que "controlando danos" ao insistir, junto a outros países em desenvolvimento, em uma linguagem flexível. Fosse a prioridade evitar confrontos com Washington, ou garantir a boa vontade do FMI em face da fragilidade econômica do país, o resultado prático era a aproximação à linhagem da interdependência. Esta era definida, já Governo Collor, como a oportunidade que a agenda liberalizante oferecia ao Brasil de ter competitividade na economia internacional, tornando-se um parceiro comercial "pequeno, mas global" (como foi dito à época).

No Governo Cardoso, o Brasil se posicionou, "sem a menor sombra de dúvida, na corrente política hegemônica da cena mundial, embora tenha tentado não se dissolver nela".[16] Nas negociações comerciais regionais, com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e multilaterais, na

[15] Moura, Gerson & Lima, Maria Regina Soares de. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 3, 1982.
[16] Silva, Carlos Eduardo Lins da. Política e comércio exterior. In: Lamounier, Bolívar & Figueiredo, Rubens. *A era FHC:* um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002, p. 298.

Organização Mundial do Comércio (OMC), a postura do governo frisou a interdependência, tanto pela convicção sobre os méritos da globalização quanto pela prioridade absoluta conferida à estabilidade macroeconômica. No campo da segurança, o Brasil reforçou sua convergência rumo a um "*mainstream* internacional" com a adesão ao TNP. No geral, o Brasil evitou entrar em choque com as políticas de Washington. Havia, no entanto, tendências contrastantes. O Brasil adotou posições firmes em questões como o acesso a medicamentos genéricos, discutido na OMC. A postulação de Rui por racionalidade na governança global não esteve ausente das propostas de reforma da arquitetura financeira internacional (que só começariam a ser concretizadas com o revigoramento do G-20 Financeiro em 2008).[17] Os fortes vínculos latino-americanos do Presidente Fernando Henrique Cardoso como intelectual não terão deixado de influenciar algumas posições no âmbito regional. O Mercosul continuou sendo um objetivo relevante, embora com menos vigor após a desvalorização cambial de 1999. E, em 2000, o Presidente convocou a Cúpula de Brasília, primeira reunião dos presidentes da América do Sul, retomando, em formato diferente, uma ideia originalmente proposta pelo Presidente Itamar Franco.

II

Não é exagerado dizer que durante os dois mandatos do Presidente Lula um salto qualitativo tenha ocorrido na política externa brasileira. Na orientação geral e na determinação e intensidade com que seus objetivos foram perseguidos, nossa diplomacia retomou sua ênfase em autonomia e pluralismo.

Apesar de sua origem humilde, Lula não era um novato na cena internacional, após um quarto de século como um importante – ou o mais importante – líder sindical do Brasil. Como fundador e líder do Partido dos Trabalhadores (PT) e candidato à Presidência da República, havia viajado bastante e tinha familiaridade com assuntos internacionais. Como geralmente ocorre em partidos de esquerda, o PT tinha uma tradição de debate sobre as

[17] Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil. Debate entre os Chefes de Estado e Governo na Reunião de Florença. In: Alcântara, Lúcio & Faria, Vilmar & Cardim, Carlos H. (Org.). *Globalização e governo progressista – novos caminhos*: Reunião de Florença – 1999. Brasília: Quick Print Ltda., 2002.

relações internacionais e de contato com organizações políticas afins, especialmente na América Latina e na Europa Ocidental. À medida que o governo passou das enunciações iniciais para ações concretas, a atitude e o escopo da diplomacia revelaram elementos da linhagem consolidada por Rui Barbosa e San Tiago Dantas.

Como se viu, a prevalência, em períodos anteriores, de uma perspectiva que enfatizava o elo bilateral importou em variadas iniciativas cujo sentido básico era atribuir aos Estados Unidos uma responsabilidade especial na superação dos diferentes desafios socioeconômicos e políticos continentais ou, mais tarde, globais. Decorriam daí desincentivos – em gradações que variavam segundo as circunstâncias – para projetos de integração latino e sul-americana, bem como para a busca de um padrão mais diversificado de relações com outros países ou grupos regionais. Distintos na vida e nos tempos, Rui e San Tiago apresentaram alternativas a esse paradigma de política externa. Sobre o primeiro, já se disse que

> Mais de um episódio de sua vida pública mostra a que ponto ele era capaz de subordinar seu senso de oportunidade a princípios superiores, que em verdade lhe serviam de constante guia (...) Admirador dos Estados Unidos e de suas instituições, que ajudou a implantar entre nós, não teve dúvidas em assumir papel saliente contra a posição norte-americana em Haia.[18]

Sobre o segundo, afirma-se com igual acerto que "Sua perspectiva, ao tratar dos assuntos de política externa, era antes a de um reformador social do que de um estrátega do mundo diplomático, cujas artes, a propósito, exerceu com grande competência".[19]

A defesa da *integridade normativa e diversidade política do sistema internacional*, bem como a causa do *progresso social como sentido último da ação diplomática*, conformam as linhas de força da tradição pluralista da

[18] Holanda, Sérgio Buarque de. *Escritos coligidos*: livro I, 1920-1949. Marcos Costa (Org.). São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 573. Convidado em 1908 a proferir a saudação à esquadra norte-americana de passagem pelo Rio de Janeiro, Rui declina escrevendo a Rio Branco: "Louvar esse resgo de prepotência marcial em plena paz seria não só constranger os meus sentimentos, mas até contradizer o meu correto papel em Haia". *Apud id*., p. 573.
[19] Lessa, Renato & Hollanda, Cristina Buarque de. Apresentação. In: Lessa, Renato & Buarque de Hollanda, Cristina (Org.). *San Tiago Dantas*: coletânea de textos sobre política externa. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 11.

política externa brasileira. Vista por essa perspectiva, a política externa *ativa e altiva* do Governo Lula pode ser compreendida no panorama mais amplo da diplomacia republicana brasileira. Cabe registrar as palavras do Presidente Lula em sua Sessão de Posse, pelo paralelo que guardam com aquelas linhas de força, e pelo contraste que marcam com o entendimento mais tímido – a que se referiu San Tiago – sobre o papel do Brasil:

> A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social (...) [Visamos] a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea. A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado (...) O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça.[20]

A ameaça de invasão do Iraque, levada a efeito poucos meses depois, colocava de imediato o problema da integridade normativa do sistema internacional. O Governo Lula demonstrou seu respeito à ordem multilateral desde o primeiro momento. Condenou a ação militar tomada à revelia do Conselho de Segurança. O Presidente realizou suas primeiras viagens bilaterais para a Alemanha e a França, cujos líderes Gerhard Schröder e Jacques Chirac se opunham veementemente ao uso da força contra o Iraque. Outras marcas da diplomacia do novo governo foram o universalismo da política externa e a busca de diversificação política e comercial. O Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), primeiro fruto dessa vertente, foi proposto em reunião bilateral com a Chanceler da África do Sul, Nkosazana Zuma, já no dia

[20] Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em Brasília (1º de janeiro de 2003). In: Lula da Silva, Luiz Inácio & Amorim, Celso & Guimarães, Samuel Pinheiro. *A política externa do Brasil*. Brasília: IPRI/ FUNAG, 2003, pp. 40-45.

seguinte à Cerimônia de Posse do Presidente Lula. Em junho de 2003, a Declaração de Brasília consagrava a criação desse novo grupo de países em desenvolvimento, que reune três democracias pujantes, multiétnicas e multiculturais. Outro fruto foi o Agrupamento BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e, mais tarde, África do Sul), que alcançou o nível de interação entre Chefes de Estado com a Cúpula de Ecaterimburgo em 2009. O BRICS correspondeu a um rearranjo de forças no campo da globalização econômica, especialmente após a crise financeira de 2008, e se notabilizou pela redistribuição de poder decisório no Fundo Monetário Internacional em favor de seus membros, em 2010. Outras iniciativas, de aproximação cultural, mas também comercial, foram as Cúpulas América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA), cujas primeiras edições ocorreram respectivamente em 2005 e em 2006. Cumpre registrar que, desde então, o volume de comércio entre o Brasil e o mundo árabe quadruplicou, enquanto o comércio com países africanos quintuplicou.

Ao mesmo tempo, o diálogo pragmático com os Estados Unidos foi preservado, desdobrando-se em iniciativas bilaterais e cooperação trilateral com países menos desenvolvidos no Caribe (especialmente no Haiti) e na África. Foram particularmente intensas as consultas entre Washington e Brasília na busca, em 2003-2004, de uma solução para o conflito civil na Venezuela que respeitasse os princípios estabelecidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e a vontade do povo venezuelano. A criação do Grupo de Amigos da Venezuela, proposto pelo Brasil e integrado pelos Estados Unidos, foi um passo decisivo nessa direção. O processo culminou com o "referendo revocatório", que ocorreu sob supervisão internacional (da OEA e do Centro Carter, entre outros) e que veio a confirmar a permanência do Presidente Chávez no poder. Em parte pela crescente importância do Brasil, em parte por nossa maior influência diplomática, a União Europeia propôs – e o Brasil aceitou – o estabelecimento de uma Parceria Estratégica, um tipo de relação que Bruxelas mantém com poucas capitais.

III

Três conjuntos de negociações tiveram particular relevância como desdobramentos dessa tradição pluralista na diplomacia conduzida entre 2003 e 2010: as discussões relativas ao ordenamento regional, que envolveram o

Mercosul, a Unasul e a ALCA; as tratativas sobre liberalização comercial, marcadas pela Reunião Ministerial de Cancún da Rodada Doha; e o envolvimento do Brasil na busca de uma solução pacífica para a questão do programa nuclear iraniano, condensadas na Declaração de Teerã.

A redefinição do lugar do Brasil no mundo devia começar pela ênfase no Mercosul e na integração sul-americana. Ao longo de sua história, o Mercosul cresceu a ponto de tornar-se o maior mercado para cada um de nossos três parceiros. No caso do Brasil, ele disputa a primazia comercial com a China, tendo superado os Estados Unidos. Essa trajetória decerto não foi desprovida de críticas e de muito ceticismo, tanto de neoliberais que preferiam o aprofundamento das relações hemisféricas quanto de ultranacionalistas que receavam que a harmonização tarifária expusesse cada vez mais o mercado brasileiro.

O sucesso do Mercosul sugeria expandi-lo, de modo a incorporar todos os países da América do Sul. A isso se opunham dois obstáculos. O primeiro, ainda não totalmente superado, tinha uma natureza técnico-econômica: alguns países da região, especialmente o Chile, têm uma estrutura tarifária muito mais baixa do que os países do Mercosul, o que tornava virtualmente impossível a união aduaneira plena prevista no Tratado de Assunção. Quando da proposta da Iniciativa das Américas pelo Governo George H. W. Bush, por exemplo, a estrutura tarifária chilena impediu que o país se coordenasse com Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.[21] No Governo Itamar Franco, uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que não exigiria a harmonização tarifária, foi proposta como forma de contornar esse tipo de barreira. A sugestão foi apresentada pelo Presidente Itamar Franco em uma Cúpula do Grupo do Rio em Santiago, no final de 1993, e detalhada em uma reunião ministerial da ALADI em Montevidéu, em fevereiro de 1994. A reação foi, quando muito, tépida. Aqui evidenciava-se o segundo obstáculo a um esquema integrador que envolvesse toda a América do Sul, ou parte substancial dela: o receio de muitos países de nossa região de serem hostis aos Estados Unidos, ou de parecerem sê-lo. Outros fatores terão estado presentes nos cálculos dos vizinhos sul-americanos, como, por exemplo, o desejo de evitar

[21] Amorim, Celso & Pimentel, Renata. A Iniciativa para as Américas: o Acordo do Jardim das Rosas. In: Guilhon de Albuquerque, José Augusto (Org.). *Sessenta anos de política externa.* São Paulo: Núcleo de Pesquisa da USP, 1996, vol. 2: Diplomacia para o Desenvolvimento.

a concorrência da indústria brasileira. Mas era difícil ver como essa preocupação se compatibilizaria com a declarada disposição de firmar acordos de liberalização muito mais amplos – pense-se na área de investimentos, para além da de comércio – com os Estados Unidos. Qualquer que fosse a razão, pouco progresso ocorreria nessa área por mais de uma década, em termos estritamente comerciais.

O ano de 2004 é um marco nessa agenda integradora. Após extenuantes esforços políticos e considerável flexibilidade do Mercosul (principalmente do Brasil, e, em alguma medida, da Argentina), as negociações comerciais entre o bloco do sul e o grupo de países andinos foram concluídas com sucesso. Surgia, na prática, como expressou a Ministra das Relações Exteriores colombiana, Carolina Barco, em uma reunião da ALADI em Montevidéu, uma área de livre comércio da América do Sul. A conjugação dessa iniciativa com as medidas na área de integração infraestrutural (a IIRSA) foi a base da decisão política de criar a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), posteriormente Unasul. O Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas foi assinado em Brasília em maio de 2008. Contra um histórico de "isolamento recíproco" e um status de "mero conceito geográfico", a América do Sul tornava-se, nas palavras do Presidente Lula, uma realidade "política, econômica e social, com institucionalidade própria. A Unasul deve ser construída como parte de nossos projetos nacionais de desenvolvimento (...) Nenhum de nossos países pode, sozinho, aspirar à prosperidade. Mais do que generosos, temos que ser solidários".[22]

A coesão política e econômica em nossa região era um imperativo em um mundo crescentemente dominado por blocos, e concomitantemente um aporte para a reconfiguração multipolar do poder mundial. A linha pluralista inaugurada pelo delegado brasileiro na Conferência da Haia foi seguida com duplo rigor na criação da Unasul. Por um lado, a convergência das nações sul-americanas foi assentada em absoluto respeito ao princípio da igualdade soberana, sem recurso a soluções de força. Por outro, a própria ideia de uma comunhão de interesses entre o Brasil e seus vizinhos era não apenas antevista como advogada por Rui: "Como reivindicar os direitos do Brasil, esquecendo

[22] Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações – Unasul. Brasília-DF, 23 de maio de 2008. Disponível em: http://www.info.planalto.gov.br/exec/inf_discursosdata.cfm.

as outras repúblicas latino-americanas? (...) A causa do Brasil era, aí, a causa da América. Eu não podia separar da defesa da América a defesa do Brasil".[23]

Não é de menor importância que esse processo de integração sul-americana se tenha dado em um contexto marcado pela iniciativa norte-americana de integração hemisférica. Desde o início, o Governo Lula enfrentava o grande desafio das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que haviam avançado consideravelmente no governo anterior. A ALCA fora lançada na Cúpula de Miami, em dezembro de 1994. Não fora possível ao Brasil, naquele momento, evitar a discussão de uma área de livre comércio hemisférica, basicamente pela necessidade de manter firme a associação com nossos vizinhos do sul. A inclusão na agenda de temas sensíveis para a política nacional de desenvolvimento, como serviços, investimentos, política industrial e propriedade intelectual, suscitava sérias reservas. Em 1994, a estratégia brasileira tinha dois objetivos principais. Em primeiro lugar, buscou-se ganhar o máximo de tempo, para desenvolver e consolidar a integração sul-americana, ou ao menos aprofundar o Mercosul. Para insatisfação da delegação dos Estados Unidos e também de alguns de nossos parceiros imediatos, estabeleceu-se de um marco de 10 anos para a conclusão das negociações. Esse "período de carência" revelou-se vital, pois permitiu que um novo governo subisse ao poder após os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Em segundo lugar, buscou-se "preencher as lacunas" do acordo proposto com temas de interesse para os países em desenvolvimento do hemisfério, os quais naturalmente não eram os mais palatáveis para os Estados Unidos: transferência de tecnologia, medidas antidumping e agricultura (especialmente subsídios).

Na campanha eleitoral de 2002, a ALCA foi objeto de intenso debate. A maior parte da *intelligentsia* do PT e dos simpatizantes do partido era decididamente contrária ao acordo, principalmente devido a ameaças (reais ou percebidas) à soberania brasileira. Paradoxalmente, havia também membros do governo, geralmente da área econômica, filiados ou não ao PT, que favoreciam uma abordagem "liberalizante". Eles viam a ALCA como uma oportunidade de abrir mercados para produtos específicos, como açúcar e têxteis. Alguns consideravam que a ALCA constituía uma garantia contra a retomada de políticas inflacionárias. A rejeição *in limine* da ALCA não parecia

[23] Barbosa, op. cit., p. 46.

razoável, mas tampouco o era o afã de fazer concessões para permitir "qualquer" acordo. O entendimento do então Ministro das Relações Exteriores, coautor deste texto, era de que o governo anterior havia cedido em aspectos delicados, tais como princípios relativos a investimentos, propriedade intelectual e compras governamentais, bem como na forma de tratar serviços. Um acordo nessas áreas nos termos então colocados dificultaria quaisquer tetativas de relançar a política industrial. Além disso, de acordo com um cronograma fixado em 2002, o Brasil deveria fazer sua oferta na área de bens (leia-se: principalmente bens industriais) no prazo de 45 dias após a posse do novo governo, sem qualquer clareza acerca do que se passaria em agricultura.

A posição do Itamaraty consistia em seguir adiante com a negociação, mas buscando alterar os seus termos de modo a torná-la mais equilibrada. Isso exigiu um árduo processo de coordenação com outros ministérios e com setores da sociedade civil. Essa posição foi objeto de frequentes e duras contestações, mas obteve o apoio do Presidente Lula. Era inconcebível que, em menos de dois meses, o Governo devesse fazer a oferta em bens sem uma nítida visão do processo como um todo. Cumpria também simplificar os assuntos discutidos, de modo a evitar compromissos nas negociações regionais que excedessem o que estava sendo discutido multilateralmente na Rodada Doha da OMC. Havia uma lógica inerente a essa abordagem. Se os Estados Unidos argumentavam que temas sistêmicos como subsídios agrícolas deviam ser discutidos na OMC, era legítimo que o Brasil e seus parceiros do Mercosul sustentassem que temas não menos sistêmicos como disciplinas em investimento e em propriedade intelectual ficassem de fora do marco regional. Obter dos países do Mercosul uma posição unificada nesses termos foi, todavia, uma tarefa complexa. Ela envolveu concessões nas negociações internas ao Mercosul e intensa atividade diplomática, inclusive diplomacia presidencial "epistolar".

Isso permitiu ao Brasil uma base mais firme para propor aos negociadores norte-americanos uma nova abordagem, que essencialmente consignaria à ALCA as questões de acesso a mercados (em bens, serviços e investimento) e deixaria temas normativos e sistêmicos para o âmbito da OMC. Naturalmente, como em qualquer acordo comercial, um conjunto de regras seria indispensável, mas ele se limitaria a tópicos como regras de origem, triangulação, etc. Brasil e Estados Unidos, que eram copresidentes das

negociações, não alcançaram um entendimento absoluto quanto aos detalhes dessa abordagem. Mas o Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), Robert Zoellick, um homem pragmático, concordou em dar seguimento às dicussões de forma não dogmática, no que ele denominava uma abordagem "*problem-solving*". O fato de que, ao fim e ao cabo, um acordo não tenha sido possível poderia ser interpretado como prova da ausência daquele entendimento. Mas nada disso impediu que o Brasil e os Estados Unidos progredissem o bastante para que, na Reunião Ministerial de Miami, em novembro de 2003, todos os países – com a única exceção da Venezuela – concordassem com uma Declaração que parecia indicar um curso de ação aceitável. A "ambiguidade construtiva" do texto do acordo em temas como direitos de propriedade intelectual e subsídios agrícolas não resistiu, entretanto, às negociações específicas. Provou-se, novamente, o dito de que "o diabo está no detalhe". Nenhuma discussão importante ocorreu em nível ministerial após Miami, mas foram necessários quase dois anos para que todos se convencessem que as negociações comerciais hemisféricas haviam de fato terminado.

É interessante notar que as negociações terminaram sem aspereza – tanto o Brasil quanto os Estados Unidos estavam, àquela altura, muito mais concentrados nas negociações comerciais multilaterais. Uma ALCA que restringisse políticas desenvolvimentistas teria convertido a interdependência em hegemonia, o que seria inaceitável. Isso é facilmente percebido com o retrospecto da crise financeira global de 2008 e do bom desempenho brasileiro durante aquela turbulência. Por contribuir para a dispersão (e não para a concentração) de poder no hemisfério, bem como por salvaguardar a flexibilidade dos modelos de desenvolvimento econômico na região, a integração sul-americana – com o Mercosul e a Unasul – foi uma prioridade correta e levada a bom termo durante o Governo Lula.

As negociações da Rodada Doha também ajudaram a redefinir o papel do Brasil no mundo. A assim chamada Agenda para o Desenvolvimento de Doha fora lançada em novembro de 2001 em meio a temores generalizados de recessão ou mesmo de crise após o 11 de Setembro. O começo de uma nova rodada de liberalização era um sinal auspicioso para a economia global. Para que isso ocorresse, a delegação norte-americana no Qatar fez concessões na área crítica das patentes, que até então impedia avanços no conjunto das negociações. A *Declaração sobre TRIPS e Saúde Pública*, que favoreceu

o pleito brasileiro e dos países em desenvolvimento no tema do licenciamento compulsório de patentes de remédios, foi o resultado dessa distensão inicial. Em 2003, o quadro era diverso. Se dois anos antes os Estados Unidos priorizaram o interesse estratégico de viabilizar a Rodada contra as demandas setoriais de sua indústria farmacêutica, agora não havia a vontade política para fazer frente ao *lobby* agrícola. E, como se sabe, a agricultura era o grande tema negligenciado pelo regime comercial desde a Rodada Uruguai, além de dínamo de crescimento para boa parte dos países em desenvolvimento que participam da Rodada Doha. A Reunião Ministerial de Cancún, em setembro de 2003, era um encontro decisivo. A reunião era planejada como a ocasião em que as "modalidades" dos resultados finais seriam acordadas. No jargão da OMC, as modalidades representam as fórmulas básicas a partir das quais se constróem os cronogramas de compromissos de cada país. Conquanto não envolvessem números específicos, as modalidades iriam em larga medida condicioná-los, restando espaço apenas para algumas barganhas limitadas.

Nos meses iniciais do Governo Lula, a política externa teve que se concentrar em outros assuntos já mencionados. As negociações da ALCA, a Guerra no Iraque e a crise na Venezuela exigiam atenção imediata. À medida que Cancún se aproximava, todavia, o tema cresceu em importância. A cerca de dois meses da reunião no México realizou-se uma "miniministerial" em Montreal, na qual o Brasil e a Índia se coordenaram muito bem, apesar de seus interesses algo distintos em agricultura – o principal assunto das discussões. Essa reunião preparatória marcou o impulso final para a formação do G-20, uma aliança informal de países em desenvolvimento que defendiam o fim das distorções criadas por práticas de países desenvolvidos no comércio agrícola. Até então, países como Brasil e Índia haviam estado separados nas discussões agrícolas. Ao passo que o Brasil, com outros exportadores de bens agrícolas como Argentina, África do Sul e Tailândia, seguia a liderança da Austrália (e, por vezes, indiretamente dos Estados Unidos) no Grupo de Cairns, a Índia, o Egito e a maioria dos países africanos, mais preocupados com a preservação de sua produção rural menos competitiva e de base familiar, tendiam a se alinhar com a União Europeia. Os representantes de Bruxelas aproveitavam todas as oportunidades para contrapor as legítimas preocupações desse segundo grupo à "ganância" do agronegócio, fosse ele dos Estados Unidos, da

Austrália ou de países em desenvolvimento. Em um lance audaz, que adquiriria importância fundamental para a evolução posterior da Rodada, Brasil, Argentina e África do Sul, de um lado, e Índia, China e Egito (para citar alguns), de outro, decidiram coordenar suas posições nas discussões agrícolas. Isso foi possível pela percepção compartilhada, desenvolvida ao longo das negociações, de que todos esses países tinham um obstáculo comum nas práticas distorcivas dos países ricos das duas costas do Atlântico. A principal meta do G-20 (mas não a única) era o fim dos enormes subsídios concedidos à produção e exportação agrícola. Coube ao Brasil, cuja diplomacia teve maior disposição a aceitar riscos no Governo Lula, assumir a liderança do grupo nos níveis técnico e político (ministerial).

A Reunião Ministerial foi marcada pelo dissenso. O Presidente do Conselho da OMC reagiu seguindo a praxe: baseou-se no documento que os Estados Unidos e a União Europeia haviam acordado entre si. Seu texto essencialmente preservava as sensibilidades defensivas de ambos os lados em agricultura, ao mesmo tempo em que tentava forçar o progresso em áreas de menor interesse para a maioria dos países em desenvolvimento, incluindo os "temas de Cingapura" (investimento, compras governamentais, política de competição e facilitação de comércio). A estrutura dos programas de subsídios à produção agrícola ficava praticamente intocada. Tampouco havia qualquer clareza sobre se os subsídios à exportação seriam eliminados e, em caso afirmativo, quando o seriam. A formulação sobre esse último tópico era ambígua. O documento acertado na Reunião Ministerial de Doha, de acordo com o qual os subsídios à exportação seriam reduzidos com vistas a serem gradualmente descontinuados ("*reducing with a view to phasing out*"), não suscitava muita confiança. O texto do Presidente tampouco o fazia. Mesmo no tema de acesso a mercados qualquer liberalização seria muito limitada e seguiria a fórmula de "cortes médios", adotada na Rodada Uruguai, que se revelara insatisfatória para responder minimamente as demandas dos países em desenvolvimento. Diante desse quadro, aceitar a convergência rumo ao "*mainstream* internacional" teria equivalido a contrariar o interesse nacional e, particularmente, a causa do desenvolvimento econômico.

Nesse ponto, um fato inesperado sucedeu. O G-20 recusou-se a trabalhar com base no documento do Presidente e propôs sua própria agenda. Para a surpresa de nossos parceiros, em uma série de reuniões o

G-20 se comportou como um verdadeiro bloco negociador, com cada país falando sobre determinado ponto, seguindo um roteiro previamente acordado. Até o arranjo físico da sala indicava não se tratar de um agrupamento enjambrado de vinte nações, mas de um grupo coerente, com posições unificadas. Em se tratando dos usos e costumes das negociações no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) ou da OMC, isso representava uma espécie de revolução. Os Estados Unidos, em especial, se indignou com essa "rebelião". O Comissário Europeu, Pascal Lamy, tendo por base a experiência mais extensa de negociações europeias com o Terceiro Mundo, reagiu de forma mais contida. O G-20 também teve um relativo sucesso em conseguir que seus pontos de vista chegassem à mídia, algo que os países em desenvolvimento não tinham o hábito de fazer de forma sistemática.

A resistência do G-20 a um mau acordo não foi a única causa do impasse de Cancún. Outros grupos de países em desenvolvimento, especialmente os ditos de menor desenvolvimento relativo, estavam insatisfeitos com as propostas em algumas áreas, como os "temas de Cingapura". É difícil afirmar em que medida eles foram encorajados a se rebelar pelas ações do G-20. O fato é que muitas autoridades e a mídia internacional atribuíram a culpa ao G-20 e ao seu líder, que supostamente se opunham a qualquer acordo. Alguns meses mais tarde, entretanto, o USTR Zoellick convidou o Brasil e mais alguns poucos países para discutir o relançamento das negociações. Fruto desse esforço, em julho de 2004 adotou-se um Acordo-Quadro (conhecido como o *July Framework*) que possibilitou negociações intensificadas, com progresso considerável no dossiê agrícola. Antes da iniciativa de Zoellick, e possivelmente contribuindo para suscitá-la, o Brasil convocou uma Reunião Ministerial do G-20 em dezembro de 2003 em Brasília. Esse foi outro movimento arriscado, levando-se em conta a defecção sucessiva de alguns países, especialmente da América Latina. Muitos deles encontravam-se sob intensa pressão de autoridades de Washington, com quem discutiam acordos de livre comércio. Contrariando a expectativa de muitos, a reunião de Brasília foi um sucesso, com grande participação e adesão de novos membros, o que compensou a saída de outros. Na ocasião, o Presidente Lula enunciou com clareza o método do grupo – "O G-20 busca uma combinação equilibrada entre a agricultura familiar e o agronegócio, entre os interesses sociais e empresariais" – e sua missão – "precisamos nos unir para que as regras do

comércio internacional sejam mais justas e para que nossa competitividade se traduza em benefícios reais".[24]

O surgimento do G-20 durante a preparação para Cancún e sua consolidação na conferência mudou permanentemente a forma como as negociações comerciais são conduzidas. A capacidade do grupo de manter sua coesão, assim como o trabalho técnico extraordinário que realizou, colocou as propostas do G-20 na linha de frente das discussões. Muitas delas se tornaram a base de documentos que viriam a ser acordados. Não menos importante foi a interlocução do G-20 com outros grupos de países em desenvolvimento, o que negou legitimidade ao argumento de que o G-20 era composto por grandes economias emergentes que não se importavam com as condições dos mais pobres. Um dos momentos mais relevantes nesse longo processo foi a decisão, tomada na Reunião Ministerial de Hong Kong, em dezembro de 2005, de que os subsídios às exportações seriam eliminados até 2013, com uma parcela substancial deles abolida entrementes. Ao nos aproximarmos dessa data sem clareza sobre o futuro da Agenda para o Desenvolvimento de Doha, essa decisão pode parecer de pouca relevância. Mas conceitualmente ela representou um enorme avanço, cujos frutos – há que ser otimista – serão colhidos em algum momento.

Em Cancún começou a surgir um sistema multilateral de comércio menos oligárquico. Com efeito, a União Européia e os Estados Unidos (que em algumas ocasiões eram acompanhados pelo Japão e pelo Canadá, os outros dois membros do "Quad", formado no tempo do GATT) já não podem mais tomar entre si decisões que, com pequenos ajustes posteriores, se aplicariam a todos os demais membros da OMC. Naturalmente, muito dessa mudança deriva das transformações na realidade econômica, como demonstra o cenário pós-crise financeira de 2008. Mas muito também se deve à conduta "moderada e circunspecta, mas firme e altiva", como queria Rui,[25] dos países em desenvolvimento em Cancún, inclusive diante dos mais variados tipos de

[24] Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em encontro com delegações da Reunião Ministerial do G-20. Brasília, 12 de dezembro de 2003. In: Ministério das Relações Exteriores. *O G-20 e a OMC*: textos, comunicados e documentos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, pp. 66-67.

[25] Discurso de Rui Barbosa em Paris, agradecendo a manifestação da colônia brasileira. In: Barbosa, Rui. *Obras completas de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962, v. XXXIV, 1907, t. I, Discursos parlamentares, p. 131.

críticas que, em alguns casos, beiravam a ofensa. Guardadas as devidas proporções, certo paralelo pode ser traçado no tocante à democratização do sistema internacional e ao papel destacado aí assumido pelo Brasil. Assim como Rui observava que a Haia "mostrou aos fortes o papel necessário dos fracos na elaboração do direito das gentes",[26] Cancún mostrou aos ricos o papel indispensável já não dos fracos, mas dos pobres e emergentes, na regulação do comércio internacional.

As negociações que levaram à Declaração de Teerã, por fim, também concorreram para uma compreensão ampliada do papel do Brasil no mundo. A complexidade da situação relativa ao programa nuclear iraniano é de conhecimento geral. Em ambientes de incerteza generalizada entre os Estados a respeito de suas respectivas intenções, podem surgir dilemas tanto de interpretação quanto de resposta à interpretação escolhida. Esse quadro, que se pode denominar um dilema de segurança,[27] pode se agravar no caso específico da dualidade civil-militar das tecnologias empregadas em programas de enriquecimento de urânio para finalidades civis. As tensões entre o Irã e os Estados Unidos (e outros países ocidentais), embora tenham razões mais amplas, envolvem esse problema da incerteza.

O caminho da construção de confiança fora proposto pelas potências ocidentais em outubro de 2009. Uma solicitação iraniana de compra de combustível nuclear para utilização no Reator de Pesquisa de Teerã ensejou a seguinte oferta pelo assim chamado Grupo de Viena (Estados Unidos, França e Rússia): o Irã enviaria 1.200 quilos de urânio levemente enriquecido (LEU, na sigla em inglês) para o exterior e obteria o combustível de que necessitava e o reconhecimento prático (pelo próprio fato do acordo) de seu direito de enriquecer urânio. Embora o Irã viesse a rejeitar a oferta, houve a partir de então a expectativa de que o país voltasse a negociar nesses termos. Aí se iniciou a participação direta do Brasil no caso.

Havia pelo menos quatro razões para esse envolvimento. A primeira é que, como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações

[26] *Id*., p. 135. Sobre a confusão entre postura independente do Brasil e inimizade em relação aos Estados Unidos, Rui comentava: "a atmosfera da Conferência ficou repleta de rumores de hostilidade do Brasil contra os Estados Unidos da América. Mas isso é ridículo!" *Apud* Cunha, Pedro Penner da. *A diplomacia da paz*: Rui Barbosa em Haia. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1977, p. 48.

[27] Cf. Booth, Ken & Wheeler, Nicholas J. *The security dilemma*: fear, cooperation and trust in world politics. Houndmills, Basinsgtoke, Hampshire e Nova York: Palgrave Macmillan, 2008.

Unidas no biênio 2010-2011, o Brasil também era responsável pelo bom encaminhamento de um dos temas que mais repercussões tem para a paz e a segurança internacionais contemporâneas. De fato, o Brasil tem sido regularmente chamado a dar sua opinião e seu voto em temas de segurança, como um dos dois países que por mais vezes ocupou um assento não permanente naquele órgão. Muito particularmente, e na linha das considerações de Rui a respeito do valor questionável de critérios militares em se tratando da busca da paz, o Brasil professa sua crença no poder do diálogo. Esta a explicação, diga-se de passagem, para o país eleger a diplomacia e não o recurso à violência como racionalidade básica de seu posicionamento no sistema internacional – e esta uma de suas melhores credenciais a um assento permanente no Conselho de Segurança.[28] Daí o Brasil preferir o diálogo ao isolamento, como ilustrado pelo episódio da Reunião de Consulta de Punta del Este. A segunda razão é o papel construtivo que o Brasil desempenha no regime de desarmamento e não proliferação nuclear. O país é membro fundador da Coalizão da Nova Agenda, que defende a eliminação total das armas nucleares, e advoga o direito aos usos pacíficos da energia nuclear na Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ao mesmo tempo que é detentor de um programa de enriquecimento de urânio para geração de eletricidade e para propulsão naval. Não falta, portanto, credibilidade às iniciativas multilaterais do Brasil nesse campo. A terceira razão é o aumento de seus laços econômicos e comerciais com o Irã, um mercado maior do que qualquer outro na América Latina à exceção do Brasil e do México. Abertos os contatos nessa área, reforçava-se a capacidade de diálogo mencionada acima. A quarta razão para o envolvimento foi o encorajamento que o Brasil recebeu de outros países para ajudar a flexibilizar as posições de Teerã e a destravar as negociações sobre o acordo de troca de combustível proposto em outubro 2009. O Presidente Obama chegou a destacar a importância de contar com parceiros que tinham interlocução com países com os quais os Estados Unidos não podiam dialogar diretamente.

O problema central nas negociações com o Irã era o reconhecimento na prática de seu direito a um programa de enriquecimento nuclear para fins pacíficos. No entendimento da AIEA, o Irã descumprira algumas de suas

[28] Amorim, Celso. O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Política Externa*, v. 3, n. 4, 1995.

obrigações, especialmente no que toca à notificação prévia de atividades de enriquecimento de urânio. Por outro lado, há tempos os países ocidentais nutrem dúvidas sobre a destinação do programa nuclear iraniano. Essas incertezas não impediram, todavia, a proposta original de troca de combustível em outubro de 2009, cujo objetivo era privar o Irã da quantidade de urânio necessária à produção de um artefato. É de notar-se, a propósito, que a oferta de troca foi feita após a descoberta da usina de Qom, anunciada com grande alrde durante a Assembleia Geral das Nações Unidas daquele ano. Ajudar a pavimentar esse caminho da construção de confiança era o objetivo a que se propunha o Brasil. Subsidiariamente, a ação contribuiria para resguardar a integridade sistêmica do direito aos usos pacíficos da energia nuclear, inscrito no Art. IV do TNP. No geral, nossa mensagem era clara: "Queremos superar dogmas e temores que empobrecem o convívio entre as nações, reduzem espaços de cooperação e conduzem o mundo a riscos inaceitáveis. Por isso também defendemos um mundo desnuclearizado e em paz".[29]

Em 17 de maio de 2010, após meses de consultas e uma longa sessão na véspera, Brasil e Turquia obtiveram do Irã um acordo que até então fora inalcançável. A Declaração de Teerã comprometia a República Islâmica com uma troca de combustível nuclear por LEU definida por três elementos totalmente verificáveis relacionados à troca: a quantidade (1.200 quilos), o cronograma (após o envio do LEU, o fornecedor, no caso a França, teria até um ano para entregar o combustível) e o lugar (território turco). Em negociações anteriores, o Irã exigia termos diferentes (quantidade inferior de LEU, simultaneidade da troca e localização da mesma em território iraniano). O país aceitou também notificar a AIEA de seu comprometimento com o conteúdo da Declaração, por escrito e em até uma semana. O feito era notável, e atendia aos três requisitos elencados em carta do Presidente Obama sobre as condições de progresso nas negociações sobre o dossiê nuclear iraniano, endereçada aos Presidentes Lula e Erdogan, da Turquia, no dia 20 de abril.

As boas relações dos dois países com o Irã foram um fator decisivo para o sucesso. Outro foi a atitude de respeito mútuo e livre de preconceitos entre as partes. Havia também a credibilidade de ambos os países na área

[29] Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita do primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan. Palácio Itamaraty, 27 de maio de 2010. Disponível em: http://www.info.planalto.gov.br/exec/inf_discursosdata.cfm.

nuclear, cabendo recordar que a Turquia é um Estado-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e uma potência regional com óbvio interesse em que o Irã siga sem um arsenal atômico. Por outro lado, o Brasil e a Turquia defendiam o direito soberano ao uso pacífico da energia atômica, ressalvada a necessidade de continuarem as inspeções pela AIEA. Finalmente, um fator relevante nos cálculos de Teerã terá sido nossa clareza a respeito de que, se o Conselho de Segurança votasse sanções ao Irã, o Brasil as respeitaria integralmente.

A Declaração de Teerã era uma medida fundamental para a construção de confiança mútua. Aceita por todas as partes, abriria "um diálogo mais amplo" sobre o programa nuclear iraniano, na expressão do Presidente Obama em sua carta. É nesse contexto que se poderiam equacionar outras questões não mencionadas na carta, mas apontadas como fontes de preocupação por funcionários norte-americanos, como o enriquecimento de urânio a 20% e a quantidade de LEU em posse do Irã. Entretanto, já no dia 18 de maio os membros permanentes do Conselho de Segurança, mais a Alemanha, anunciaram uma nova rodada de sanções ao Irã. A Resolução 1929 (2010) do Conselho de Segurança foi aprovada poucas horas depois da entrega à AIEA da resposta do Grupo de Viena à carta iraniana. Em outras palavras, mesmo que o Irã atendesse a todas as considerações dessa resposta, não deixaria de sofrer as sanções. Na avaliação do ex-Diretor-Geral da AIEA, Mohamed El Baradei, a insistência nas sanções "[era] como não aceitar o sim como resposta (...) Essa insistência em se conseguir tudo antes de começar a negociar é a razão pela qual desperdiçamos seis anos na questão iraniana".[30] Após seu empenho pela via do diálogo, Brasil e Turquia não poderiam se associar à opção do isolamento. Na interpretação de Brasília e Ancara, ainda havia – e particularmente diante de um acordo bem-sucedido e totalmente verificável – espaço para o diálogo. Esta, e não as sanções, eram a resposta certa, naquele momento, ao dilema gerado pelo dossiê iraniano. Em 9 de junho, Brasil e Turquia votaram contra a Resolução 1929.

Por ser aquinhoado pela paz, o Brasil também tem a responsabilidade de contribuir para ela. O fato de que definamos o modo dessa contribuição

[30] *Apud* Sanções vão polarizar hemisférios, diz o nobel Mohamed ElBaradei. *Jornal do Brasil*, 30 de maio de 2010. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/artigo-sancoes-vao-polarizar-hemisferios-diz-o-nobel-mohamed-elbaradei-jornal-do-brasil-30.05.2010.

segundo nossos próprios critérios não significa que não nos esforcemos pela coordenação com outros atores relevantes. Mas é com independência (no juízo e na ação) que o Brasil poderá contribuir em um Conselho de Segurança reformado. No caso do Irã, a mudança na posição de Washington, por motivações sobre as quais não interessa aqui especular, desviou os Estados Unidos do rumo que julgávamos acertado e no qual vínhamos coincidindo. Ficou claro que a democratização em curso da governança global encontra sérias resistências na área de segurança. É que, nela, desde há muito os poderes estabelecidos oligopolizam a tomada de decisão. Na quadra histórica da Guerra Fria, a linhagem pluralista da política externa brasileira já pleiteava maior diversidade política nas instâncias de gestão da segurança internacional. Manifestando-se sobre a necessidade de novas perspectivas nas negociações sobre o desarmamento nuclear entre Estados Unidos e União Soviética, San Tiago asseverava: "Se queremos a paz, é a paz, e não a guerra, o que devemos preparar; e para isso estão igualmente aptos e são igualmente responsáveis, tanto os Estados armados, quanto os não armados".[31]

IV

No período republicano, a avaliação da política externa brasileira teve por parâmetro básico os posicionamentos do país em relação aos Estados Unidos. Em um mundo crescentemente multipolar, a linhagem pluralista ganhará novos contornos, sem prejuízo de seus conteúdos clássicos. Os preceitos básicos da integridade normativa e diversidade política do sistema internacional e do progresso social como sentido último da ação diplomática preservarão seu valor.

Atenta a esse quadro, a diplomacia do Governo Lula buscou assegurar condições internacionais favoráveis à execução da obra maior do desenvolvimento econômico e da justiça social no Brasil. As negociações sobre o ordenamento regional e sobre os sistemas multilaterais de comércio e de segurança, expostas acima, foram alguns casos reveladores da medida em que a agenda de política externa esteve em sintonia com precedentes ilustres de nossa história diplomática, como os estabelecidos por Rui Barbosa e por San Tiago Dantas.

[31] Dantas, op. cit., p. 204.

Conceberam-se com desassombro o lugar e o papel do Brasil no mundo. Essa atitude envolveu, como é próprio das inovações, riscos. Mas a inquestionável elevação do perfil internacional do país na última década dá testemunho eloquente de que o Brasil soube se aproveitar de um momento internacional que se abria à ação especificamente *política* da redistribuição de encargos e competências por meio da reforma ou da invenção institucional nos níveis global, regional e inter-regional. A nova geometria das negociações na OMC, o pleito pela reforma do Conselho de Segurança, o reforço do Mercosul e a criação da Unasul e do Fórum de Diálogo IBAS, entre outros, atestam essa tendência.

Análises que partam de uma definição exclusivamente material de poder, do qual se tem ou não um estoque, não seriam condizentes com esse esforço. É certo que, nos últimos anos, o país tem conferido nova ênfase à defesa nacional e procurado aumentar os recursos para conduzir sua ação diplomática. No entanto, se a ascensão do Brasil tem alguma singularidade, ela deriva de nossa defesa da justiça e da racionalidade do diálogo.[32] Construímos poder de atração (pelo exemplo de progresso social, prosperidade econômica e pujança democrática) e de irradiação (pela conduta pacífica, cooperativa e integradora). De fato, as relações internacionais do século XXI estão a demandar novas formas de pensar e de medir o poder. Oxalá se confirmem as que semeiam a paz e não as que incitam à destruição.

[32] O Chanceler Saraiva Guerreiro, fonte da expressão sobre o excedente de poder, não o desconhecia: "A fidelidade ao diálogo e à necessidade de cooperação constitui-se, assim, em nosso instrumental diplomático por excelência". *Apud* Saraiva Guerreiro expõe, na ESG, as linhas da política externa brasileira. *Resenha da Política Exterior do Brasil*, n. 34 (jul.-set.), 1982, p. 71.

Os colóquios da Casa das Pedras: argumentos da diplomacia de San Tiago Dantas

*Gelson Fonseca Jr.**

Estas notas introduzem a transcrição de um conjunto de documentos do período em que San Tiago Dantas comandou o Itamaraty: as atas dos *Colóquios da Casa das Pedras*.[1] São textos de novembro de 1961 e revelam, em questões cruciais, como o chanceler conduzia o processo de decisões em política externa. Antes de fazer uns poucos comentários a respeito, vale situá-los.

San Tiago Dantas esteve poucos meses à frente do Ministério das Relações Exteriores, de 8 de setembro de 1961 a 12 de julho de 1962. Menos de um ano, portanto. Não lhe faltava familiaridade com questões diplomáticas, que vinha da presença em várias reuniões internacionais e culminou com a designação para a chefia da missão permanente junto às Nações Unidas por

* Diplomata de carreira, embaixador, professor do Instituto Rio Branco, autor de *A legitimidade e outras questões internacionais* (São Paulo: Paz e Terra, 1998). O autor agradece os comentários de Marcílio Marques Moreira, José Humberto Brito Cruz, Celso Lafer e Marcos Galvão e também as informações de Luiz Felipe Seixas Correa, Bernardo Pericás e Alvaro da Costa Franco. As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor e não representam a visão do Ministério das Relações Exteriores.

[1] Os documentos estão nas caixas 35 e 39 da documentação sobre San Tiago Dantas, guardada no Arquivo Nacional. Ainda que não tenham sido publicados, como agora, na íntegra, parece certo que foram compulsados e as reuniões são bem conhecidas pelos historiadores do período. Encontrei referência à reunião no artigo de Hélio Franchini Neto, "A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962" (*Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, p. 146, jul.-dez. 2005).

Jânio Quadros, às vésperas da renúncia do presidente.[2] Não chega a assumir a missão e é nomeado chanceler no primeiro gabinete do Parlamentarismo, chefiado por Tancredo Neves. Pouco depois, a partir de 1º de novembro e durante quatro dias, reúne eminentes diplomatas e o subsecretário Renato Archer para discutir livremente os grandes temas que sua gestão ia enfrentar. As reuniões acontecem fora da sede do Itamaraty na rua Larga. Talvez a amizade que unia San Tiago a seu dono e o fato de que a Casa das Pedras, de Drault Ernanny, era um confortável abrigo para reuniões políticas discretas, facilitando um clima de intimidade, tenham levado o ministro a fazer o "retiro diplomático", longe do centro do Rio.[3] As reuniões são registradas em "atas", que têm o selo de "secreto".

É pouco provável que, na história do Itamaraty, tenham ocorrido outras reuniões como aquelas. Mais precisamente, são frequentes as reuniões entre o chanceler e seus colaboradores, com vistas a examinar temas específicos e tomar decisões, porém, não sei de nenhum período em que tenham sido registradas de forma tão minuciosa. Daí, o primeiro interesse para quem lê os documentos é a possibilidade de conhecer a intimidade de um processo de decisão. Nas atas, analisam-se as razões de como e por que escolher determinado caminho, quais as alternativas, qual o peso dos ingredientes da decisão e, no que está dito com liberdade, se fala do que é impossível explicitar no discurso diplomático. No mesmo estilo e ainda mais detalhados, são os dois relatórios das reuniões da comissão de planejamento,[4] que trataram,

[2] Para a trajetória internacional de San Tiago, ver a "Introdução" de Marcílio Marques Moreira em: PERFIL Parlamentar San Tiago Dantas. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983. (Perfis Parlamentares 21). Para um exame amplo da obra de San Tiago, ver: MOREIRA, Marcílio M.; NISKIER, Arnaldo; REIS, Adacir (Coord.). *A Atualidade de San Tiago Dantas*. Rio de Janeiro: Letteradoc, 2005.

[3] A Casa das Pedras ficava num bairro elegante do Rio, a Gávea Pequena, e pertencia a Drault Ernanny de Mello e Silva, um empresário paraibano e também político. Foi deputado federal pelo PSD. Chegou a presidir a Comissão de Economia da Câmara no princípio dos anos 60. Drault era um homem de ampla convivência, próximo às lideranças brasileiras e a sua casa passou a ser um centro de encontro político e também social. Nela se hospedaram presidentes da República, de Dutra a Tancredo, mas também o astronauta Yuri Gagárin e a sra. Chiang Kai-Chek. San Tiago foi advogado de Drault na criação da refinaria de Manguinhos e os dois casais tinham relações fluidas. Em política externa, Drault defendia o reatamento com a URSS. Devo essas informações a Marcílio Marques Moreira.

[4] Os relatórios estão publicados em: DOCUMENTOS da Política Externa Independente. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2007. vol. 1., pp. 221-247. Mais adiante, será analisado por que complementam o que foi discutido na Casa das Pedras e são outro excelente exemplo do modo pelo qual San Tiago tomava decisões.

nos dias 26 e 27 de dezembro, da preparação da posição brasileira para a controvertida VIII Reunião de Consulta, que, em janeiro de 1962, suspende Cuba da OEA (sem que deixe de ser membro do organismo, as sanções só vêm em 1964) e a afasta da Junta Interamericana.

As atas não são uniformes. Algumas são mais detalhadas que outras e, na quarta reunião, o chanceler não está e quem preside é o embaixador Carlos Alfredo Bernardes, então secretário-geral do Itamaraty (ainda que não fosse o segundo da hierarquia, já que havia uma subsecretaria parlamentar, chefiada por Renato Archer e que se encarregava das relações com a Câmara e o Senado).[5] Porém, as atas revelam, inicialmente, um estilo de decisão. San Tiago apresenta temas, ouve argumentos, acrescenta qualificações, e parece que nunca usa a autoridade para "fechar uma questão". Ou melhor, a autoridade parece nascer da melhor razão. San Tiago age como um professor que ainda não sabe como completar a lição, o que, afinal, depende de quem o cerca. E é ele quem dá a forma final ao que se discutiu, ao incumbir-se pessoalmente de redigir as instruções para a ONU, no caso de Angola, ou de preparar o discurso que irá fazer em Buenos Aires. Não se encontram, no curso do debate, dogmas, posições pré-concebidas. Ter posições diplomáticas que sejam claras e buscar racionalmente a melhor estratégia e a melhor tática constituem as primeiras obrigações que San Tiago se impõe.

O segundo fato a chamar atenção é a qualidade dos interlocutores. O mais presente, certamente pela posição que ocupa na hierarquia, é o embaixador Carlos Alfredo Bernardes, reconhecidamente um dos mais completos diplomatas de sua geração e que pagou um preço pela proximidade com San Tiago, já que praticamente interrompeu a carreira em 1964, quando foi designado representante do secretário-geral da ONU em Chipre. Mas, lá estavam, então jovens embaixadores, Gibson Barbosa (chefe de gabinete de San Tiago), Araújo Castro (chefe do Departamento de Organismos Internacionais) e Vasco Leitão da Cunha (chamado de Havana para discutir o tema cubano), que chegaram à chefia do Itamaraty. Também, Dias Carneiro e Miguel Osório de Almeida, que tiveram uma presença na vida intelectual brasileira muito além do Itamaraty, especialmente na formação do pensamento sobre relações econômicas internacionais. E outros notáveis diplomatas que,

[5] O subsecretário parlamentar foi uma função que existiu somente durante o curto regime parlamentarista brasileiro.

de uma certa maneira, como os que mencionei, formaram parte da elite de uma geração, como Paulo Leão de Moura, Lauro Escorel, Henrique Valle, Maury Gurgel Valente, Carlos Silvestre de Ouro Preto e Dario Castro Alves. De fora do mundo diplomático, aparecem Renato Archer e, numa reunião sobre a Aliança para o Progresso, o jurista José Luís Bulhões Pedreira.

Não seria o caso, nesta apresentação, de tentar qualquer análise da Política Externa Independente (PEI), iniciada no governo Jânio e continuada, clara e explicitamente, no governo Goulart.[6] Historiadores poderão, com mais competência, apontar aquelas informações que, nos documentos, contribuam para esclarecer algum aspecto da PEI. Assim, o que se tenta aqui, de maneira um tanto assistemática, é chamar atenção para exemplos do "argumento diplomático" que se desenvolve nas reuniões. E o argumento diplomático começa quando os princípios se tornam insuficientes para orientar a ação. Ora porque conflitam, como no caso de Cuba, em que a diplomacia brasileira defendia a não intervenção contra os que consideravam que a opção comunista tornava o regime chefiado por Fidel tendencialmente intervencionista; ora, porque a lógica do internacional é insuficiente, como se percebe, ao examinar a situação de Angola, em que a atitude anticolonialista deveria ser ponderada por vários fatores, a partir da proximidade de setores da elite política brasileira com Portugal; ora porque os princípios precisam ser desdobrados em movimentos concretos, como se tenta na preparação da viagem à Argentina; ora porque há que levar em conta envolvimentos pessoais e o que significam politicamente. O argumento diplomático lida com "fazeres", normalmente

[6] A literatura sobre a PEI é abundante. Um dos primeiros textos acadêmicos é o de: STORRS, K. L. *Brazil's Independent Foreign Policy, 1961-1964*. Cornell: Cornell University, 1973. (Dissertation Series). Ver também: CRUZ, José Humberto Brito. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da Política Externa Independente, *Cadernos do IPRI*, Brasília: FUNAG, 1989; e AMADO, Rodrigo. A Diplomacia de João Goulart. In: GUILHON DE ALBUQUERQUE, José Augusto (Org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990).* São Paulo: Cultura Editores Associados e Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996. v. 1., p. 283 e segs. No mesmo livro, ver o meu artigo "Mundos diversos, argumentos afins: notas sobre aspectos doutrinários da Política Externa Independente e do Pragmatismo Responsável" (p. 299 e segs). Para uma visão contemporânea, vale ler a conferência que o ministro Celso Amorim fez no seminário "A Atualidade de San Tiago Dantas", realizado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 27 set. 2004 (Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=2621>. Acesso em: 17 set. 2007); bem como o artigo de Maria Regina Soares de Lima e Mario Gibson Barboza, na coletânea *Atualidade de San Tiago Damtas* (MOREIRA; NISKIER; REIS, *op.cit.*).

resistentes às ideias gerais, à aplicação direta dos princípios, mesmo quando a diplomacia a eles adere de forma plena e necessária. Aplicar princípios sem traí-los e aceitar a realidade sem ilusões é, afinal, o cerne do exercício da ética da responsabilidade e, também, da boa diplomacia.

Assim, os documentos nascem em uma reunião de diplomatas experimentados com um chanceler que tinha uma evidente sensibilidade para os temas de política externa, além de profunda compreensão para o jogo entre o interno e o externo que, apesar de existir sempre, torna-se naturalmente muito mais agudo em um regime parlamentarista e em conjuntura de polarização ideológica. As diferenças entre esquerda e direita transparecem com vigor nos debates da Câmara, especialmente na sessão em que San Tiago, ao voltar da reunião de Punta del Este, se defende de uma moção de censura na Câmara.[7] Já na intimidade da Casa das Pedras, as polarizações são filtradas, colocadas em contexto e avaliadas na repercussão sobre a diplomacia. Os protagonistas se concentram em focos claros, em que não existe espaço para divagações ou, como se diz em inglês, *posturing*. O que San Tiago pede é a melhor solução diplomática para problemas que não são nada fáceis de equacionar. Mas, comecemos pelo mais simples, a preparação da viagem à Argentina, tema da primeira sessão.

Ao apresentar o problema, Bernardes alinhava com precisão o que deveriam ser as traves mestras do discurso que o chanceler faria em Buenos Aires. No que sugere, há perfeito equilíbrio entre as formalidades necessárias (as alusões ao lugar do pronunciamento) e a clareza das "mensagens" que, por sua vez, revelam um segundo equilíbrio, entre o bilateral, centrado nas perspectivas de desenvolvimento ("Se caminharmos juntos, é difícil; se caminharmos separados, é impossível") e o multilateral. Neste caso, a ênfase é no princípio da não intervenção, diante da ameaça de uma invasão norte-americana a Cuba ("A concordância com qualquer violação desse princípio estabeleceria um segundo princípio, o de que é possível violar a não intervenção"). Ainda na visão de mundo (e o como lidar com o conflito ideológico), é o ministro quem diz da conveniência de "assinalar a pobreza das soluções políticas no campo socialista. Enquanto o seu progresso tecnológico é enorme (...), o projeto político é paupérrimo". O tema vai reaparecer mais adiante, quando se tratar da posição brasileira em relação a

[7] O texto completo do debate está no PERFIL PARLAMENTAR..., op. cit., p. 337 e segs.

Cuba. Outro ponto interessante, aliás, recorrente nos discursos diplomáticos, é o de saber se o pronunciamento iria se concentrar em uma ideia-força *novedosa* ou abordaria vários temas, a partir da ideia de uma "'união aberta', democracia, o fato de que não há problemas entre o Brasil e a Argentina, etc.". Prevalece, com o apoio de Archer, a segunda opção.

Os preparativos da viagem, como qualquer outra viagem de chanceler, vão além disto e se menciona quem constituirá a delegação, que jornalistas convidar (prática corrente até os anos 80), que atos seriam assinados, etc. Mas, vale chamar atenção para as propostas de consultas com a Argentina e a maneira de atuar em conjunto na América do Sul, inclusive para atenuar as tensões como as que existiam entre o Peru e o Equador. É sintomático que o "pragmatismo" prevaleça, quando, por exemplo, ao falar em empreendimentos conjuntos em terceiros países, temem-se as dificuldades que os argentinos levantariam. O tema volta a ser discutido na 5ª sessão e aí com a presença de Miguel Osório. O ministro volta à proposta de programas conjuntos Brasil-Argentina em terceiros países, no marco da Aliança para o Progresso, como uma maneira de atenuar a competição na vizinhança e ficar mais unido. Miguel comenta que a ideia vai encontrar a simpatia dos argentinos, mas antipatia dos pequenos. O tema do comércio também é tratado e, ainda que não esteja claro no texto, há resistências argentinas a esquemas de liberação bilateral e, do lado brasileiro, interesse em ampliar a área de livre comércio na ALALC. Aliás, é curioso que San Tiago diga, na defesa da tese, "seria muito importante conseguir que a Venezuela entre na ALALC".[8] Extremamente interessante é a exposição que Miguel Osório faz das tendências das economias brasileira e argentina. Era mestre no ofício de entender a dinâmica das economias a partir da comparação de seus números.

A preparação da viagem é modelar, ao combinar o exame da relação bilateral com uma visão do mundo e indicar maneiras como, aproximando os dois países, ganhariam diplomaticamente. Nada mais recorrente e atual na história bilateral. É interessante examinar como se combinam o impulso político (aliança necessária), o econômico (oportunidades de desenvolvimento) e o regional (o que fazer juntos na América Latina).

As quatro ou cinco páginas dedicadas a Angola permitem olhar para outros ingredientes do "argumento diplomático". É sintomático que o ministro

[8] A resistência era da FEDECAMARAS, poderoso grupo de industriais venezuelanos que não queria saber de abertura comercial.

comece a sua exposição pelos aspectos internos da questão, sobre a dificuldade de avançar quando sabe que Salazar "tem tido êxito em 'capturar' para a sua área senadores brasileiros". E sabemos que há posições diplomáticas, sobretudo quando se trata de mudanças, que sensibilizam a opinião pública e devem ser cuidadosamente calibradas. Daí, o próprio San Tiago dizer que "é débil posição dizer que o Brasil vota contra Portugal apenas por coerência de política anticolonialista", como se insinua que é a posição de Afonso Arinos, então embaixador na ONU. Aliás, é outro elemento a considerar, o peso dos agentes políticos em funções diplomáticas, sobretudo quando é um ex-chanceler, com uma história única de presença parlamentar e que ocupa uma posição estratégica no processo de formulação e execução da política externa. Um dos dilemas é como manter a coerência (a possível...), mostrando alguma forma de desagrado com a política colonialista de Portugal e minimizar os custos da decisão. Como diz Bernardes, "É verdade que, para nós, muito importante é que não fiquemos mal". A estratégia que se desenha é a de aproximar-se de Salazar, pedir alguma flexibilidade, que ele não ofereceria e, assim, "que fique claro que nós fizemos algo, mas os portugueses é que não quiseram conversa".

De outro lado, como posições diplomáticas incorporam movimentos complexos, há alguma "sinceridade" quando se imagina possível obter alguma flexibilização da posição portuguesa. Há um interesse em alguma forma suave de transição que permitisse preservar a presença europeia em Angola. A atitude pragmática é clara: não é qualquer independência que interessa, há umas melhores que outras. Comentando a disputa entre a UPA, de Holden Roberto, e o MPLA, diz San Tiago, seria uma "leviandade favorecer um movimento racista negro em Angola", representado pela UPA. Para ele, já o MPLA "tem certo colorido socialista, mas é mais intelectual do que, propriamente, político", o que parece implicar que não deveria ter muita chance de chegar ao poder. É interessante que San Tiago faz uma discreta "correção" de rumos da política externa, ao considerar o quadro interno em Angola como um dos fatores da opção diplomática brasileira: "não pode escapar a nós – o que parece ter escapado ao presidente Jânio Quadros – o quadro de forças em Angola".[9]

[9] San Tiago jamais criticou publicamente qualquer aspecto da PEI. Mas, nestes documentos, a crítica e a correspondente correção ocorrem pelo menos duas vezes. Neste caso e, como veremos, mais adiante, no caso de Cuba.

É a aceitação da complexidade e a prudência que marcam, afinal, a posição brasileira, expressa de forma clara e sutil na minuta de telegrama de instruções à missão junto à ONU, com que termina a reunião e está redigido aparentemente pelo próprio chanceler (transcrito na ata). Parte-se da adesão a princípios, mas o desafio é fazer com que valham diante dos constrangimentos políticos. É com esse espírito que se redigem as instruções. Ainda que se conheça a pouca possibilidade de que Portugal mude a sua atitude de considerar as "províncias ultramarinas" como assunto da jurisdição interna e, portanto, inacessíveis à presença da ONU, haveria que imaginar saídas para o dilema.[10] A ideia de construir pontes, conversar com Portugal, explorar caminhos com a Inglaterra, medir o que era possível fazer na ONU, equilibrar as demandas da opinião pública no Brasil e em Portugal, atender às conveniências políticas – ou seja, os fatores que se exigia considerar para tornar consistente a política portuguesa – foram considerados com lucidez e frieza, como convém.

As sessões seguintes abordam assuntos variados, a começar por um burocrático: o controle dos recursos da Aliança para o Progresso, que San Tiago prefere que fique com a Fazenda (apesar dos argumentos em favor de que se concentrasse no Itamaraty). Os outros temas são políticos: Alemanha, China e o reatamento com a URSS. São tratados rapidamente, porque as linhas de ação estão assentadas. No caso da Alemanha Ocidental, evitar posições polêmicas e, de maneira discreta, mostrar às potências ocidentais preocupação com o armamentismo naquele país;[11] aceitar que o tema da admissão da China é "importante" e exigirá, para aprovação, maioria de dois terços; e, finalmente, no caso do reatamento com a URSS, já decidido, o único problema é quando comunicar ao Congresso e se decide por fazê-lo depois de consumado formalmente. Como argumentava San Tiago, apesar de sentir que a maioria do Congresso apoiaria a medida, o anúncio do reatamento para o dia seguinte "seria abrir o caminho para manifestações

[10] Portugal foi a última potência colonial a render-se ao movimento de independência, somente nos anos 70, com a queda do regime autoritário. Infelizmente, em Angola, em Moçambique e na Guiné Bissau, as lutas pela independência continuaram em conflitos internos que, no caso angolano, só vieram a terminar em 2002, com a morte de Jonas Savimbi.

[11] Alguém, no curso da reunião, lembra que o assunto não será especialmente polêmico na ONU, porque o ultimato que a URSS anunciara não ocorreria antes de dezembro e tinha que ver com a reação soviética à atitude ocidental em face da construção do Muro de Berlim, iniciada em agosto de 1961.

'eleitoreiras' no sentido de apoiar a substância, mas considerá-la inoportuna. Melhor seria anunciar a coisa como feita e certamente esperar a reação contrária de alguns e o apoio da maioria".

Finalmente, na última sessão, a sétima, o debate se concentra em como lidar com a questão cubana na Reunião de Consulta da OEA. Não há solução simples. Em primeiro lugar, porque o continente estava dividido e se caracterizava um confronto entre os Estados Unidos, acompanhado de centro-americanos e da Colômbia, e, de outro lado, os maiores países do continente, como Argentina, México e Brasil. Ademais, o assunto tinha claras implicações internas. Num mundo dividido em blocos, as disputas de política interna entre esquerda e direita afetavam, naturalmente, as escolhas diplomáticas. Como o próprio San Tiago diria, em reunião da comissão de planejamento, "É mais uma relação do governo com a opinião pública do que relação de governo a governo". Achar o justo equilíbrio era, portanto, uma tarefa politicamente delicada.

Há dois momentos distintos nas deliberações sobre a questão. Na Casa das Pedras, o regime cubano ainda não se definiu como marxista-leninista, o que só ocorrerá em novembro de 1961, e a Colômbia pretende convocar uma reunião de consulta justamente para pedir a Cuba uma definição sobre suas vinculações com o sistema pan-americano, ligações extracontinentais, democracia, etc. No segundo momento, já em dezembro, o regime se tinha definido ideologicamente e as opções diplomáticas passam a ter outra natureza, já que a reunião de consulta, que finalmente ocorrerá em janeiro, lidará com a hipótese da expulsão de Cuba do sistema.[12] Sem pretender reconstituir o que se passa, vale a pena chamar atenção para o cerne das propostas diplomáticas.

Em primeiro lugar, nos reconhecemos como protagonistas no processo. Tínhamos peso para sê-lo. Assim, San Tiago argumenta com a consciência da responsabilidade internacional do Brasil diante de uma situação que dividia o continente. Nossas escolhas teriam consequências. A presença importante na OEA e o diálogo aberto com os dois atores principais, Cuba e EUA, nos davam trunfos únicos para tentar manter o que, para nós, era um interesse vital: que se preservassem as regras do sistema interamericano e que se

[12] O segundo momento está refletido nos relatórios da comissão de planejamento: DOCUMENTOS, op. cit.

bloqueasse a escalada de confrontação ideológica (o que, afinal, não convinha no espaço regional, pelo que trazia de negativo para as disputas de política interna). Mas, qual o lugar de Cuba no sistema?

Contra o pano de fundo da invasão da Baía dos Porcos (em abril), a alternativa que se esboça na Casa das Pedras ficou conhecida como a hipótese da *finlandização*, ou o Plano Fino. Envolvia, essencialmente, uma barganha entre os EUA, que renunciaria a agir com violência contra o regime cubano, e Cuba, que aceitaria as "exterioridades da democracia" (entenda-se, alguma forma de eleição), o corte de relações militares com a URSS, o desarmamento político (conceito curioso, mas que significava aceitar a "propaganda nacional, mas não a ideológica") e, mais adiante, o restabelecimento de relações com os EUA e o encaminhamento do problema do açúcar, dos asilados, etc.[13] Ou seja, a equação parecia simples: autocontenção norte-americana contra tributo cubano à Declaração de Santiago.[14] Esta, fruto da V Reunião de Consulta e assinada por Cuba, incorporava a democracia entre os ideais do sistema, explicitando a necessidade de eleições livres para os países do continente. Uma outra negociação poderia ser aberta com a própria URSS, já que, no Plano Fino, Cuba continuaria socialista (manteria as suas "conquistas") e poderia interessar aos soviéticos ter um *show case* no hemisfério e provar regionalmente a tese da coexistência pacífica. A negociação que conduziríamos serviria, também, para "retardar" a reunião de consulta, que, com base no plano colombiano, era "um ponto de partida, mas não de chegada".

Quando Fidel assume o marxismo-leninismo, a possibilidade do Plano Fino se compromete, porque uma de suas condições – as "exterioridades democráticas" – se torna irrealizável. O plano "ficou fora de uso", "inutilizado"... e a revisão da política brasileira será o tema das duas reuniões da comissão de planejamento. É interessante, neste sentido, rever as observações de Gibson sobre as fases do problema cubano, que começa bilateral, entre os EUA e Cuba (e, daí, o nosso primeiro movimento ter objetivo de aproximar partes),

[13] Naquele momento, os EUA já haviam cortado relações com Havana, o que ocorrera em janeiro de 1961, e, pouco depois, decretado um embargo comercial contra Cuba.

[14] Como explica, mais adiante, na comissão de planejamento, o próprio San Tiago: "Se conseguíssemos dos Estados Unidos um compromisso com a não violência, tínhamos a impressão de que poderíamos contar com a própria Cuba para obter do governo Fidel Castro uma observância progressiva da Declaração de Santiago. A Declaração de Santiago ocupa um papel muito importante, por ser o único documento firmado pelo governo Fidel Castro e no qual se contém claramente o reconhecimento de princípios democráticos".

e que se torna continental, devido em boa medida à atitude norte-americana. Agora, trata-se tanto de resolver o problema cubano quanto de salvar o sistema interamericano. Como diz Gibson, "hoje estamos à procura não de solução para o problema cubano, mas de solução para a ameaça de crise no sistema interamericano, o que é negativo" e crise que se manifestaria se as decisões de sancionar Cuba não fossem aceitas pelos membros do sistema.[15]

Mas, talvez, desta série de documentos, um dos mais preciosos para o estudo do argumento diplomático é a introdução que o ministro faz ao problema cubano na reunião da comissão de planejamento, do dia 26 de dezembro. San Tiago tem clara noção das amplas e complexas implicações da decisão que vai tomar, tanto em relação ao sistema interamericano quanto às relações bilaterais com os EUA. Quanto a este ponto, não há sinais de que o governo norte-americano vincule as relações bilaterais (inclusive auxílio financeiro) a atitudes brasileiras em temas hemisféricos, notadamente o problema cubano. Porém, San Tiago está consciente de que o processo de consultas que abriu com outros latino-americanos é visto, pelo Departamento de Estado, como um esforço de "sabotar" a consulta. Daí a preocupação, que perpassa o documento, de jogar às claras com os EUA. Aliás, é curiosa a observação que faz San Tiago sobre Lincoln Gordon, quando diz que é um embaixador de "excepcional valor", preocupado em fazer uma diplomacia de boa vontade, mas que tem aspectos negativos: "um dos aspectos negativos é que ele nos oculta um pouco as reações hostis, nos meios americanos, a atitudes nossas".

Começa, então, a discutir a posição propriamente e diz que, até então, a posição tinha sido

> muito categórica e muito simples: respeito incondicional ao princípio de não intervenção; respeito incondicional ao princípio de autodeterminação, no sentido de que só o povo é um instrumento legítimo para a escolha do

[15] Gibson faz outras observações interessantes, como a intransigência norte-americana como um dos fatores que origina a crise e as dificuldades de levar adiante, em junho ou julho, as negociações bilaterais: "jamais o Departamento de Estado aceitaria afrontar a opinião pública com a confissão de que tinha sido levado pela mão da diplomacia brasileira, mexicana ou argentina". Para uma análise de como os norte-americanos viam a ação brasileira e como encaravam a nossa posição de intermediário, é útil ver o artigo de: HERSHBERG, J. G. The United States, Brazil, and the Cuban Missile Crisis, 1962 (part 1). *Journal of Cold War Studies*, v. 2, pp. 2-20, primavera 2004. O autor analisa, com abundância de fontes norte-americanas, as conversas de San Tiago com Dean Rusk durante a visita do presidente Goulart a Washington, em abril de 1962.

> regime, especialmente se o regime é democrático. Se o que se visa é à redemocratização de Cuba, tudo quanto pudesse ser considerado imposição de fora para dentro seria, além de uma violação do princípio de autodeterminação, uma própria contradição com os princípios democráticos em si mesmos.

Lembrando que a linha de ação vinha de Jânio, San Tiago faz um esclarecimento importante e introduz outra nuance diferenciadora na PEI:

> Naquela linha havia um ligeiro toque de simpatia ideológica e uma recusa sistemática – sendo que, algumas vezes, evasiva – de se pronunciar sobre o caráter democrático do governo Fidel Castro. (...) Nossa ideia foi oposta. Começamos pelo reconhecimento de que o regime cubano não era democrático... Assim, o problema da simpatia ideológica ficava eliminado. O governo brasileiro não tem simpatia ideológica pelo regime Fidel Castro; ainda que a possam ter grupos políticos dentro do governo, o governo só tem simpatia pelo que está na Constituição e nos tratados.

É a partir da aceitação da "realidade" que se constrói a posição. Não que os princípios sejam negados, ou que haja uma oposição entre as exigências pragmáticas da política e o mundo dos valores. Ao contrário, os princípios da não intervenção e da autodeterminação continuam a ser a pedra de toque da atitude brasileira e, para San Tiago, até se revigoram, se tornam mais absolutos, "uma vez que deixou de ter influência sobre eles a questão de saber se o regime era socialista ou democrático". San Tiago percebe que a avaliação dos princípios é mais complexa do que pode parecer à primeira vista, porque há mais de um princípio relevante para a situação. O seu sentido "pragmático" nasce exatamente de uma compreensão de que ter em conta a pluralidade de princípios, suas contradições, os seus modos de adaptá-los às exigências políticas, é o caminho para permitir que a "realidade" entre em cena, em toda a sua complexidade.[16] Neste sentido, o segundo problema era lidar com a hipótese de que o regime, por ser comunista, trazia em si o germe da agressão, potencial ou presumida (na interessante distinção que faz o ministro e que lembra, hoje, as doutrinas dos ataques preventivos ou

[16] Devo esta observação a José Humberto de Brito Cruz, aliás, autor de uma das mais inteligentes interpretações da PEI, que, de certa maneira, a documentação da Casa das Pedras confirma.

preemptive).[17] É a possibilidade da agressão e que medidas de *containment* deveriam ser adotadas o que está na base do pedido da consulta pela Colômbia. O problema diplomático para o Brasil será, então, o de preservar a não intervenção e, portanto, preservar a autonomia de um regime não democrático que, pela Declaração de Santiago, se tornara "estranho" ao sistema interamericano. San Tiago introduz, então, uma distinção interessante. O sistema se guiava, em seu funcionamento, por "aspirações" e "compromissos": as primeiras, definidas em declarações e os segundos, em tratados. A não intervenção é um compromisso; a fidelidade à democracia, uma aspiração. O rompimento de um compromisso leva a uma sanção e, para San Tiago, o caso cubano não é diferente. Não é o caso de Cuba e "temos de admitir que possa haver um país socialista na América (...) e uma ação militar para descartá-lo é insustentável, inclusive praticamente, em face da composição interna da opinião pública de todos os países latino-americanos". O perigo viria da possibilidade da ligação militar com a URSS – e, daí, a necessidade de "neutralização" – e, assim, apesar de descartada, a *finlandização* voltava por outra porta. Outro ponto, válido para a posição brasileira, era o de que o Brasil estava em processo de reatar relações diplomáticas com os países socialistas.

De qualquer maneira, o fato do regime socialista gerava dilemas para a diplomacia. Comenta San Tiago:

> Porque nós dizermos que somos contra a aplicação de sanções, ruptura de relações, a favor da manutenção do *statu quo*, é uma posição que – por mais que ganhe em matéria de perseverança, em matéria de clareza e de firmeza – abre um flanco muito grande a interrogações que poderão ficar sem resposta. A opinião pública brasileira está, toda ela, convergente para o exame do problema e não nos deixará de colocar essas questões: são contra a ruptura de relações, mas o que acham? Quanto mais marxista e leninista melhor? Até que ponto, além da manifestação contra, temos que dar explicação?

É interessante anotar que, tanto nas intervenções de San Tiago, como na de seus colaboradores, uma das ideias recorrentes é a de que a experiência

[17] O próprio Araújo Castro, refletindo o ambiente da reunião da comissão de planejamento, dirá: "Não estou longe de pensar que Cuba é um perigo".

socialista cubana não duraria e seria muito pouco provável que a URSS criasse vínculos sólidos com o regime de Fidel. A atitude brasileira é consistente, mas, afinal, vai esbarrar na maneira como evoluiu o regime cubano. Na primeira fase, a barganha entre conter as hipóteses de agressão dos EUA e a restauração das formas democráticas em Cuba não funciona porque o regime se declara marxista. Na segunda, a proposta se rearticula: já não se objetiva a democratização de Cuba, simplesmente se procura evitar a intervenção violenta e, neste sentido, os nossos objetivos têm mais êxito porque, afinal, Cuba é suspensa do sistema, mas não excluída, nem sofre sanções. O Brasil preserva as suas posições de princípio, pelo menos até 1964, quando a "coexistência", ainda que precária, é finalmente derrotada.

A reunião da comissão de planejamento é rica no exame das soluções táticas e se concentra na necessidade de clareza e firmeza de nossa posição (que deveria não causar surpresas, com pré-avisos e conversas, nem aos cubanos nem aos americanos), na reflexão profunda sobre as consequências do episódio cubano para o sistema interamericano e sobre a relação entre o que ocorre em Cuba e na vida interna dos vizinhos. Neste aspecto, San Tiago afirma que a destruição, pela violência, do regime criaria reações de ordem interna "inteiramente incuráveis (...) e a transformação da luta política no hemisfério em luta ideológica". Araújo Castro comenta, com agudeza, que, com Cuba, o comunismo na América Latina encontraria, finalmente, um tema continental.

Mas, a ligação entre o interno e o internacional é posta quando San Tiago indaga: "Estamos na hora de escolher os nossos inimigos. Estou me referindo aos nossos inimigos internos. Por meio de três ou quatro atitudes tomadas, dizer de quem é que queremos receber pedradas?". É, justamente ao levantar as implicações para a política interna, que San Tiago, quase ao final da reunião, toca um dos problemas centrais da ação política moderna: como interpretá-la para a opinião pública. Faz, então, uma profunda e interessante avaliação, quase confessional, da sua própria posição. Quando o embaixador Valle diz que o "melhor seria poucas pedradas de um lado só", Santiago responde:

> Nossa situação é delicada. Em relação à política externa brasileira, estamos mais ou menos assim: não temos restrições no seio das forças armadas. Tenho conversado com o general Segadas Vianna, com o ministro da

> Marinha, com alguns almirantes e tenho ouvido também um pouco a Aeronáutica, através do brigadeiro Travassos e de dois ou três brigadeiros. O reatamento (com a URSS) não produziu efeito negativo nas classes armadas. No seio do povo, a política externa é bem aceita. Não é muito popular porque a do governo Quadros era mais. Hoje, falta à política externa um intérprete que tenha reputação muito afirmativa no país. O presidente João Goulart não responde pela política externa. O Tancredo Neves tem sido muito omisso na política externa. Em relação a mim, porque a posição do ministro do Exterior é muito limitada e também porque não sou muito esse tipo de homem público. Sou mais visto como homem de habilidade de posições do que de extremar posições.

Logo em seguida, no mesmo tema e em diálogo com Araújo Castro, outra observação que vale sublinhar. A perspectiva de crise do sistema interamericano é grave e não deixaria de ser um "fracasso". Castro diz que "nós não temos coragem do fracasso. A tendência geral do governo, por conveniência política, é achar que determinada política tinha sido um sucesso, quando não tinha. Não acho inconveniente em dizer que estamos preocupados, que não vemos solução". E a resposta de San Tiago é realmente única, já que elabora sobre uma questão raramente aberta pelos condutores de políticas públicas: a hipótese de fracasso e como assumi-la.

> Nossa vitória consistirá em irmos pouco a pouco abrindo mão desse sucesso perante a opinião pública, que foi a marca do governo Jânio Quadros e que sinto que, de vez em quando, nos impressiona. Porque, às vezes, esse sucesso corresponde a uma linha errada. Não é sempre o prêmio de uma boa política. O grande benefício que nos trouxe foi de *flatter* um pouco o amor-próprio.

Ao comentar sobre de onde vêm as "pedradas", fica muito clara a consciência, por parte de San Tiago e do núcleo decisório, de que a PEI estava em processo de passar da coluna dos ativos para a dos passivos e de que já não haveria tanto a ganhar de atitudes que tinham gerado dividendos políticos para Jânio Quadros. E, mais, talvez fosse uma ilusão a ideia de que poderiam escolher os inimigos, quando, em política, já se disse, o que normalmente ocorre é o contrário.

É provável que haja outras anotações ou documentos sobre a preparação da reunião de consulta, mas, se existirem, não estão colecionados na mesma caixa onde foram encontrados os da comissão de planejamento. Porém, a revisão das atas dos Colóquios da Casa das Pedras e os dois textos da comissão oferecem uma ideia clara sobre os métodos de trabalho de San Tiago e da construção dos argumentos diplomáticos em uma época de grandes desafios para a política externa brasileira. De fato, desde Juscelino, o Brasil vinha mudando e, claro, a política externa deveria refletir o novo rosto brasileiro. Juscelino ensaia os primeiros passos de um novo modelo de "afirmação nacional" com a OPA, em que passamos a "criar" políticas, mas é Jânio quem, inegavelmente, consolida as novas orientações, com a Política Externa Independente. Arinos, com Jânio, San Tiago e Araújo Castro, com Goulart, dão consistência e rigor ao argumento diplomático. Simplesmente se procurou fazer boa diplomacia, com base em princípios e sentido pragmático. Mais presença no mundo significa mais desafios, sobretudo num mundo em que as polarizações leste-oeste entravam, com Cuba, pela porta da frente da América Latina. Era importante que tivéssemos uma política externa consistente, que lesse com inteligência o que deveríamos projetar no mundo e o que era o mundo. San Tiago foi mestre nesse exercício. De fato, haverá muitas maneiras de ler os documentos a seguir transcritos. Mas, certamente, uma das que ressalta, sobretudo para olhos diplomáticos, é a dignidade e a racionalidade com que San Tiago encarou os desafios que teve de enfrentar.

secreto

(Desta série de documentos estão sendo tiradas quatro cópias numeradas)

COLÓQUIOS DA CASA DAS PEDRAS

1º A 5 DE NOVEMBRO DE 1961

1ª SESSÃO

NOITE DE 1º DE NOVEMBRO

A primeira sessão começou às 22 horas e terminou às 2 horas do dia 2 de novembro. Inicialmente, foi assentada a agenda das discussões, que é a seguinte:

1) Viagem à Argentina;
2) Aliança para o Progresso;
3) Cuba;
4) Reatamento com a URSS;
5) ALALC;
6) Revisão da política sobre Angola;
7) Instruções à ONU;
8) Bolívia;
9) Política cultural, especialmente na África;
10) Alemanha e Berlim;
11) China.

Viagem à Argentina

Decidiu-se examinar, em primeiro lugar, a questão da viagem do ministro de Estado à Argentina. Sobre este tema, estabeleceu-se a seguinte agenda:

a) discurso do ministro de Estado na Academia Nacional de Direito;
b) agenda das conversações com as autoridades argentinas, em dois períodos de duas horas e meia cada;
c) cobertura de imprensa;
d) condecorações.

Sobre o discurso, o embaixador Carlos Alfredo Bernardes enunciou alguns pontos considerados importantes para ser objeto do pronunciamento brasileiro. Em primeiro lugar, referência ao que historicamente já ocorreu no local do pronunciamento, discursos de personalidades, Rui Barbosa, etc. Em segundo lugar, a ideia de que os argentinos se unam a nós numa política comum. Os acontecimentos nos levaram a isso. Depois, um *tour d'horizon*

sobre a situação do mundo; diminuição da área democrática; perigo de guerra total; caráter absoluto da paz; ideia de que a sobrevivência é a única política ("a manutenção da paz e sobrevivência"), etc. Outro tema importante é a questão do desenvolvimento econômico. Referência ao aumento do *gap* entre as nações subdesenvolvidas e as grandes potências industrializadas e superdesenvolvidas cientificamente. A tremenda quantidade de recursos que são necessários hoje para o progresso econômico e científico das nações. Não somente esse progresso exige somas colossais de investimentos em estudos, pesquisas, etc., como a soma de conhecimentos acumulados pelas grandes potências nos seus grandes centros de pesquisa e universidades é tão grande que mal pode ela ser explicada aos países subdesenvolvidos. As projeções do STAP[18]. "Se caminharmos juntos é difícil; se caminharmos separados é impossível". Em quinto lugar foi mencionada a questão da não intervenção como um dos princípios supremos na convivência interamericana. A não intervenção é, em si, um princípio. A concordância com qualquer violação desse princípio estabeleceria como que um segundo princípio, o de que é possível violar a não intervenção. Quem ditaria as condições e a conveniência da aplicação desse segundo princípio, o perigo disso? O secretário Castro Alves lembrou a Convenção de Montevidéu sobre não intervenção, em 1933; declaração assinada em Buenos Aires, em 1936, durante a Conferência da Consolidação da Paz; conceito contido no recente relatório da Comissão Jurídica Interamericana sobre o princípio da não intervenção, "sem o qual não pode haver igualdade jurídica dos Estados nem pode haver comunidade organizada de Estados soberanos".

Em sexto lugar, a questão da democracia. O ministro San Tiago Dantas sustentou a conveniência de assinalar a pobreza das soluções políticas, no campo socialista. Enquanto seu progresso tecnológico é enorme, enquanto se poderia afirmar que há progresso talvez até mais rápido dentro de um caminho socialista, o "projeto político" do socialismo é paupérrimo. O embaixador Bernardes lembrou a conveniência de que constasse referência, em forma adequada, ao fato de que a união conseguida, à força, pela União Soviética, com relação a seus aliados da Europa Oriental, é o ponto fraco, o calcanhar de Aquiles do sistema.

[18] Scientific and Technical Advisory Panel.

Em sétimo lugar mencionou-se a conveniência de que constasse, ou não, referência aos atos de Uruguaiana, a questão do processo de ratificação desses atos. Seria interessante verificar, logo que possível, a posição exata em que se encontra, no Congresso brasileiro, um dos atos de Uruguaiana. São quatro os atos de Uruguaiana:

a) Convênio de Amizade e Consulta, ato formal que depende de ratificação dos respectivos Congressos (o único dessa qualidade);
b) Declaração Conjunta dos dois presidentes;
c) Declaração Econômica Conjunta dos dois governos;
d) Programa Cultural, aprovado pelos chanceleres Arinos e Taboada.

A discussão sobre o discurso concluiu mais ou menos da seguinte forma: de um lado, o embaixador Bernardes salientava a possível conveniência de que o discurso tivesse uma ideia-força, que praticamente constituísse o grande motivo do pronunciamento. Essa ideia foi posta em discussão, tendo-se finalmente chegado à conclusão de que o discurso apresentaria os vários tópicos sem uma ideia-força *novedosa*, mas que todos os pontos seriam importantes e talvez devessem ter ênfase especial à ideia de "união aberta", a democracia, o fato de que não há problemas entre Brasil e Argentina, que aqui estamos para continuar nossa amizade tradicional etc., fazendo-se referência à superação de dificuldades históricas.

O deputado Archer expôs ideias sobre a conveniência de que o discurso não se destinasse a apresentar um *leit-motiv* único.

2ª SESSÃO

MANHÃ DE 2 DE NOVEMBRO

Viagem à Argentina

Prosseguiram as discussões relativas a aspectos da viagem à Argentina. Iniciou-se com a questão da cobertura de imprensa. O ministro de Estado preparará o discurso na Faculdade de Direito, o qual será traduzido, ainda aqui no Rio, para o espanhol e para o inglês. O discurso será levado para a

Argentina e seu texto em inglês será remetido para a embaixada em Washington, a fim de distribuí-lo como *press release*.

Em princípio, irão os seguintes jornalistas: Hermano Alves, do *Jornal do Brasil*; Luís Antônio Villas Boas, do *Estado de São Paulo*; Gildo Lopes, do *Correio da Manhã*; Fernando Jacques, da Rádio Nacional; e um representante dos Diários Associados e *Meridional*. Será feito um contato prévio, no Rio, com as três grandes agências noticiosas internacionais e será recomendado serviço de radiofoto.

Quanto à lista dos integrantes da missão que vai à Argentina, ficou assentada a seguinte relação: ministro San Tiago Dantas; Cardim[19]; Levy Carneiro; reitor da Universidade de Minas (Orlando Carvalho); Henrique Valle; Mario Borges da Fonseca; João Carlos Fragoso; Rubens Ricupero; brigadeiro Salvador Lizarralde; André Mesquita; Dário Castro Alves; comandante e copiloto do *Viscount*; Aloísio Salles; Hugo Coelho; Cotrim[20] (talvez).

O ministro De Vicenzi preparará lista completa e com os nomes corretos. André Mesquita e Dário iriam alguns dias antes.

Discutiu-se, em seguida, o problema da assinatura de atos em Buenos Aires. Serão, em princípio, assinados dois tratados: assistência judiciária e extradição. A respeito do tratado de extradição, o ministro San Tiago Dantas deverá conversar pessoalmente com ministro Alfredo Nasser a respeito de alguns pontos, pois conveio-se em que não serão necessárias as mudanças propostas pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. Documento muito importante será, também, a declaração conjunta dos dois chanceleres. Mais ou menos o seguinte poderia estar incluído na declaração conjunta: "O Brasil e a Argentina, nos quadros da Aliança para o Progresso, se dispõem a cooperar com o desenvolvimento econômico dos países vizinhos, unindo os seus esforços financeiros na execução de quaisquer projetos, sejam eles elaborados pelo Brasil ou pela Argentina...". Trata-se apenas de uma questão de princípio.

O embaixador Henrique Valle lembrou que devemos pensar em meios concretos de implementar o sistema de consultas. Seria como que criado um mecanismo permanente, constituído de membros natos, que seriam funcionários das embaixadas nos dois países e funcionários das chancelarias

[19] Elmano Cardim.
[20] Possivelmente, John Cotrim.

encarregados dos setores respectivos e, talvez, funcionários representantes de outros setores da administração. De qualquer maneira, dar-se-ia um prazo concreto para criar o mecanismo que pusesse em vigência o sistema de consulta previsto em Uruguaiana.

Aventou-se a ideia de que, se Brasil e Argentina se dispusessem a colaborar reciprocamente em seus projetos financeiros com relação aos vizinhos, daí poderia decorrer a vantagem comercial para o Brasil, onde seriam feitas as compras relativas a tal ou qual projeto, mais do que na Argentina. Pensar nessa dificuldade eventual que os argentinos levantariam.

Falou-se, também, na questão Peru-Equador. Deveríamos conversar sobre este assunto na Argentina e o ministro San Tiago Dantas lembrou que, ao inconformismo do Equador com o *status quo*, oporíamos como que um lenitivo: Brasil e Argentina se interessariam por problemas econômicos do Equador e iríamos cooperar para solução de alguns de seus problemas. Isso seria matéria de uma declaração de princípio, etc.

Ficou encerrada a questão da viagem à Argentina.

Angola

O ministro San Tiago Dantas propôs, em seguida, a consideração da questão da posição do Brasil diante de Angola. Assinalou que perdemos um pouco o compasso, pois o primeiro-ministro Tancredo Neves viaja hoje e o problema de ele enviar uma carta a Salazar não está ainda assentado definitivamente. Mas ainda está em tempo e a carta deve ser objeto de nossa consideração.

A seguir, o ministro San Tiago Dantas assinalou o seguinte:

a) sabemos que temos grande reação contrária no Senado. Salazar tem tido êxito em "capturar", para sua área, senadores brasileiros. O exemplo de V.: "em Angola, estou com Salazar";
b) dificuldades nas Nações Unidas. Afonso Arinos quer manter, com certa rudeza, a sua política anticolonialista;
c) o embaixador Negrão parece bem orientado e seu relatório é bastante interessante;
d) não pode escapar a nós – o que parece ter escapado ao presidente Jânio Quadros – o quadro de forças em Angola. O partido mais

> forte em Angola é a UPA, de Roberto Holden[21]. Esse partido é racista negro. Quanto ao MPLA, tem certo colorido socialista, mas é mais intelectual do que, propriamente, político. Não apresenta chances de dominar. Seria uma leviandade favorecer um movimento racista negro na Angola. Por que abandonarmos a tese de que a cultura portuguesa deve permanecer em Angola? Devemo-nos interessar pela preservação do foco de cultura europeia em Angola.

Na carta a Salazar, o Brasil se mostraria absolutamente consciente de que o maior perigo para a cultura portuguesa seria uma política de intransigência, a qual acabaria por levar a condições mais explosivas ainda em Angola. Talvez até pensássemos na ideia de uma federação para resolver um complexo problema: Portugal não pode dar às colônias portuguesas mais facilidades ou mais liberalidades democráticas do que aquelas que existem na própria metrópole.

De fato, temos de ter o cuidado, na carta, para não darmos a ideia de que estamos "entrando na casa" de Portugal, invadindo seus domínios, etc. Na verdade, perdemos alguns meses: entre a visita de Arinos a Portugal e a presente sessão da Assembleia Geral da ONU é que deveria algo ter sido feito.

O embaixador Bernardes lembrou quão imutável e intransigente é a política portuguesa nesta questão. Os ingleses tentaram algo, mas não conseguiram qualquer progresso. É verdade que, para nós, muito importante é que não fiquemos mal. Nossa conversa com Salazar tem, sobretudo, o objetivo de nos dar elementos de defesa perante nossa opinião pública. Que fique claro que nós fizemos algo, "mas os portugueses é que não quiseram conversa". O ministro San Tiago Dantas disse que o Brasil não se sente em condições de votar a favor de Portugal, se a atitude de Portugal é rígida; se Salazar se flexibilizasse um pouco, iríamos a seu encontro, pois muito tememos que haja um forte movimento contra a cultura e a civilização portuguesas na África. É preciso que haja um certo progresso de Portugal em direção à flexibilidade. O embaixador Bernardes lembrou que, nas conversações do embaixador Rocheta em Londres, um muito leve sinal – de que os portugueses poderiam tender a um mínimo de flexibilidade – foi dado quando Rocheta

[21] Álvaro Holden Roberto.

aludiu à hipótese de que, em Angola, acontecesse algo na linha do tipo de solução histórica brasileira. O ministro Escorel indagou qual a penetração da cultura portuguesa na Angola? Será como a francesa na Argélia? O ministro San Tiago Dantas assinalou que o relatório do embaixador Negrão fala até numa certa preferência por cultura brasileira. O embaixador Bernardes lembrou, no caso, a "posição geográfica" de Angola. O ministro San Tiago Dantas disse que o embaixador Bernardes e o ministro Maury Valente vão fazer um exame dos termos da carta a Salazar.

A seguir, o ministro San Tiago Dantas passou em revista os possíveis efeitos da carta:

a) na política interna, mostrar que o Brasil quis fazer algo, "Salazar é que não quis nada". Posição defensiva;
b) perante a opinião pública portuguesa: a carta deve defender e exaltar o povo português;
c) a carta será, em princípio, a substância do discurso do senador Afonso Arinos;
d) no momento em que Arinos falar na ONU, teremos aqui, certamente, uma interpelação no Congresso. Aí faríamos nossa defesa;
e) é débil posição dizer que o Brasil vota contra Portugal apenas por coerência de política anticolonialista;
f) nossa posição poderá ter elogios de outros países;
g) o embaixador Gibson lembrou que deveríamos aludir à necessidade de uma solução, a fim de evitar a chacina que existe em Angola. Conveio-se em que este é um importante argumento interno, para nós, mas talvez não devesse constar da carta a Salazar.

O ministro San Tiago Dantas disse que devemos instruir o senador Afonso Arinos sobre o que pensamos. As seguintes ideias foram, então, aventadas:

a) o Brasil copatrocinaria um projeto mais suave do que o afro-asiático;
b) o Brasil poderia mesmo pensar em apresentar um projeto suave para ser debatido, após o que aprovaríamos o outro projeto apresentado na ONU;
c) o ministro San Tiago Dantas poderia, talvez, ir a Nova York e apresentar o projeto brasileiro sobre Angola;

d) o projeto poderia ser redigido aqui e encaminhado ao senador Afonso Arinos;
e) se o projeto brasileiro fosse rejeitado, a posição do Brasil com relação aos outros projetos seria de abstenção.

Foram ventiladas, a seguir, algumas ideias que deveriam estar contidas no projeto brasileiro, tendo o embaixador Gibson começado a leitura dos considerandos de uma ideia de projeto.

3ª SESSÃO

TARDE DE 2 DE NOVEMBRO

Angola

Foi lido pelo ministro de Estado o projeto de telegrama ao senador Afonso Arinos. O telegrama inclui em seu texto o projeto de resolução feito pelo embaixador Gibson. O telegrama e o projeto foram amplamente debatidos e revistos durante duas horas e estão apensos à presente ata.

Ficou finalmente combinada a seguinte tática: o ministro de Estado levará o projeto às comissões pertinentes da Câmara e Senado, ao presidente João Goulart e ao primeiro-ministro Tancredo Neves. Isto será feito com toda a brevidade. A posição brasileira será, portanto, negociada pelo chanceler com o Poder Legislativo e os altos poderes da República. O embaixador Otávio Dias Carneiro levará cópia dessa minuta de telegrama e do projeto de resolução para o senador Afonso Arinos ("carta de prego").

Uma vez que o ministro San Tiago Dantas já tenha reação dos poderes consultados, iniciará, imediatamente, consulta com o embaixador de Portugal no Rio de Janeiro. Daí em diante, será aguardado o desenvolvimento da situação.

Aliança para o Progresso

O secretário Castro Alves leu um memorando do ministro George Maciel sobre o andamento da Aliança para o Progresso no Brasil. Pouco está feito, segundo o memorando. O embaixador Dias Carneiro fez ampla explicação

aos presentes sobre o decreto assinado pelo presidente Jânio Quadros, a 23 de agosto último, pelo qual foi criada a comissão de planejamento. Em sua opinião, deveria o governo tocar para a frente o andamento dessa comissão, que já tem membros nomeados e cujo secretário-executivo é o senhor José Luís Bulhões Pedreira. Naturalmente, o decreto do presidente Jânio Quadros deve ser adaptado à atual situação político-administrativa brasileira. O embaixador Bernardes, o deputado Renato Archer e outros assinalaram a máxima importância de dar início a essas atividades. O ministro de Estado decidiu buscar contato imediato com o senhor Bulhões Pedreira, a fim de promover andamento de tudo o que disser respeito à Aliança para o Progresso no Brasil. O embaixador Otávio Dias Carneiro sugeriu a imediata instalação da comissão de planejamento no 9º andar do edifício do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. O antigo conselho de planejamento, pelos termos do decreto do presidente Quadros, deve suprir pessoal e material para as atividades da nova comissão de planejamento. Impõe-se considerar o problema de verbas para os trabalhos da comissão de planejamento.

[*Anexo 1*]

Minuta de telegrama à XVI Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

Resposta ao seu telegrama. A conversa que teve com Vossa Excelência o ministro do Exterior de Portugal deixou patente, sem dúvida alguma, a intransigência da posição portuguesa em relação ao caso de Angola. É verdade que o embaixador Rocheta, como já tive oportunidade de comunicar a Vossa Excelência em telegrama anterior, teve uma frase sobre o assunto, em conversação mantida no Foreign Office, que deixa entrever a possibilidade de ser a emancipação de Angola aceita por Portugal como o desfecho de um processo histórico inevitável. Não creio, entretanto, que seja de prever qualquer modificação de atitude do governo português capaz de permitir-nos uma linha fecunda de cooperação com Portugal, no encaminhamento do problema perante as Nações Unidas. Por outro lado, tomo a liberdade de recordar a Vossa Excelência as dificuldades internas que encontrou, durante a sua brilhante gestão no Itamaraty, para concretizar o voto brasileiro, tendo

em vista as reações da opinião pública nacional e a impressão produzida por essas reações sobre diversos setores do nosso governo, notadamente sobre o Congresso, mas também sobre o Executivo. Recordo a abstenção que Vossa Excelência foi levado a recomendar, depois que a sua visita a Lisboa dera integral satisfação às disposições do Tratado de Consulta e parecia haver removido os últimos entraves à retificação da linha brasileira. Não são menores, no momento atual, as dificuldades a que tenho de fazer face. No Congresso Nacional e, especialmente, no Senado, são sensíveis as simpatias pela causa portuguesa e o governo Salazar se tem mostrado disposto a convidar vários senadores para visitar a Angola e transmitir com inteira liberdade ao povo brasileiro o resultado de suas observações. Tudo isso me leva a solicitar a colaboração de Vossa Excelência e especialmente o emprego de seu alto tino diplomático, para que sigamos – na discussão e votação do caso de Angola – uma linha, em que se concilie, tanto quanto possível, a nossa decisão, já tomada, de firmar uma posição anticolonialista com o nosso zelo pelas reações da opinião pública, tanto brasileira como portuguesa, pois, como é do conhecimento de Vossa Excelência, a própria oposição em Portugal é contrária à emancipação imediata de Angola e assim robustece indiretamente as teses defendidas com intransigência pelo governo Salazar. Também me preocupa o fato de que o favorecimento puro e simples dos movimentos pela independência de Angola, notadamente da UPA, possa constituir, até certo ponto, uma grave omissão do Brasil na defesa dos valores da civilização portuguesa, condenados ao desaparecimento na Angola, se esta se transforma num Estado racista, puramente negro, ao emancipar-se. Estou, aliás, convencido de que a posição intransigente adotada pelo governo Salazar constitui hoje um fator de exacerbação, que agrava consideravelmente os riscos a que se acha exposta a cultura portuguesa na África Atlântica e que qualquer modificação de sua atitude, no sentido da maior flexibilidade e da adoção de uma fórmula política evolutiva, poderia servir para preservar aquilo que a sua irredutibilidade tão gravemente ameaça. Nesse espírito foi concebida a carta que o presidente do Conselho, senhor Tancredo Neves, ainda não enviou, mas enviará na próxima semana ao senhor Oliveira Salazar. Não pretendemos divulgar, ao menos por ora, o texto dessa carta, que transmitiremos, entretanto, a Vossa Excelência, para seu governo, em telegrama confidencial. Nesse documento, o chefe do governo brasileiro afirmará ao senhor Salazar que o Brasil está pronto a entender-se com Portugal,

no tocante a Angola, e a reajustar a sua linha de conduta internacional, desde que o governo português abandone a sua atual posição de intransigência e irredutibilidade e admita a necessidade de procurar uma solução para o caso, no arsenal largamente diversificado das soluções políticas que outros países europeus propuseram, com êxito, para os seus problemas no ultramar. Aceita, em princípio, pelo governo português esta modificação de atitude, que envolveria o apoio da metrópole à emancipação progressiva da nação angolana, o Brasil estaria disposto a enviar a Lisboa, pela segunda vez, o seu ministro do Exterior, desta vez para concertar uma ação conjunta em face dos projetos de resoluções apresentados à ONU. Não sei se a carta do *premier* Trancredo Neves chegará a Lisboa e alcançará resposta antes que Vossa Excelência tenha necessidade de pronunciar-se na ONU sobre a questão de Angola. É possível que a demora, a que fomos obrigados por diversas circunstâncias, torne este procedimento intempestivo e que o voto brasileiro tenha de definir-se antes que possamos saber se o senhor Salazar se mantém inacessível às nossas sugestões, ou se, pelo contrário, está disposto a recebê-las. Por esse motivo, penso que devemos examinar, desde já, a conduta a ser adotada por Vossa Excelência em face dos projetos de resolução que serão apresentados à comissão política. Segundo as informações que nos foram transmitidas, a delegação dos Estados Unidos não tomará a iniciativa de um projeto de resolução, senão depois de conhecer o projeto que será apresentado pelos afro-asiáticos. Supõem os americanos que estes apresentarão um projeto extremamente prático e que caberá aos Estados Unidos oferecer um segundo, em forma mais atenuada. Por mais atenuada que esta seja, é pouco provável que deixe de representar sério agravo à opinião pública de Portugal e, assim sendo, o nosso voto puro e simples em favor da proposta americana pode suscitar reações que não desejamos, tanto em Portugal como no Brasil. Daí a ideia de tomarmos, nós mesmos, a iniciativa de um projeto de resolução, logo após a apresentação do projeto afro-asiático. Este projeto brasileiro, provavelmente fadado a não aceitação, teria um sentido de grande transcendência para a nossa política interna e para as nossas relações com Portugal. Seria, em primeiro lugar, um projeto – por mim levado ao exame da Comissão de Relações Exteriores da Câmara e do Senado na próxima semana, a fim de conciliar, em torno dele, as reações dos círculos políticos dominantes no país – e representaria a nossa linha de boa vontade e compreensão para com Portugal, sem prejuízo da coerência de

nossa posição anticolonialista. Na verdade, como bem sabe Vossa Excelência, nem os projetos mais contumeliosos, nem o projeto de forma mais suave que sugerimos, representa uma solução da questão angolana, mas apenas um julgamento da posição portuguesa e uma preparação da opinião internacional. É plenamente aceitável, por conseguinte, que o Brasil afirme, sob linguagem mais recatada, os mesmos princípios e propósitos que outros afirmam de forma mais crua e direta. O discurso de Vossa Excelência na Assembleia será, estou certo, a expressão hábil e construtiva de todas essas preocupações, pois ninguém mais do que Vossa Excelência, com a sua dupla sensibilidade de diplomata e de historiador, sentirá a projeção histórica do pronunciamento brasileiro numa hora em que se delineia o futuro da cultura portuguesa nos territórios africanos. Apresentado o projeto brasileiro, é provável, senão certo, que não encontre eco junto às delegações afro-asiáticas, embora possivelmente a Grã-Bretanha, com quem vimos mantendo assídua troca de ideias sobre o assunto, tenha para com a nossa sugestão uma atitude de apoio ou pelo menos de compreensão. A posição portuguesa em face da proposta brasileira será decisiva para orientar o nosso voto na fase ulterior dos debates. Na hipótese, da qual não devemos desesperar, de que Portugal, compreendendo o alcance de nossa iniciativa, se dispusesse a apoiá-la nos debates, acredito que essa atitude abriria novas perspectivas ao desenvolvimento ulterior do caso e justificaria que o Brasil se abstivesse, uma vez mais, na votação de outros projetos de resolução. Se, porém, Portugal rechaçar o projeto por nós oferecido com tal espírito construtivo, ficaremos livres para votar o projeto de resolução que venha a exprimir a média da opinião, mas ainda assim recomendo a Vossa Excelência que transmita a esta Secretaria de Estado, antes de dar o seu voto, o texto integral de tal projeto de resolução. Passo agora a transmitir a Vossa Excelência o texto do projeto, ainda em estudos no Itamaraty, cuja apresentação deveria ser feita por Vossa Excelência, como proposta brasileira, uma vez conhecido o projeto dos países afro-asiáticos. Muito estimaria que Vossa Excelência me fizesse saber a sua opinião sobre esse texto para que, depois de conhecê-la, possamos tornar a sua adoção definitiva. É o seguinte o texto do projeto:

> A Assembleia Geral, tendo em vista a Resolução n. 1.603 (XV); considerando que não há ofensa para a soberania de nenhum país em aceitar a presença de uma comissão de

averiguação (*fact finding committee*) estabelecida pelas Nações Unidas; notando que o governo português houve por bem não permitir o acesso a Angola do subcomitê criado pela Resolução n. 1.603 (XV):

1. formula um apelo a Portugal no sentido de que ofereça todas as facilidades para que o subcomitê possa cumprir a tarefa que lhe for cometida pela Assembleia Geral;
2. expressa a esperança de que Portugal, inspirando-se na valiosa e diversificada experiência de soluções pacíficas efetivas, já adotadas por outros Estados europeus na África, tome medidas para fornecer condições adequadas em Angola para o oportuno exercício da autodeterminação.

Receba Vossa Excelência uma vez mais a reafirmação da confiança do governo no tato e na lucidez com que Vossa Excelência, em matéria tão delicada para o nosso país, certamente conduzirá a nossa delegação.

Exteriores

4ª SESSÃO

NOITE DE 2 DE NOVEMBRO

A sessão foi presidida pelo embaixador Carlos Alfredo Bernardes. O objetivo foi passar em revista as instruções políticas para a delegação do Brasil à XVI Sessão da Assembleia Geral da ONU. De um modo geral, recomendou-se a aprovação das instruções, com alterações, devidamente anotadas pelo secretário Castro Alves, nos seguintes pontos:

1) Angola: preparar minuta de telegrama para o senador Afonso Arinos, referindo-se à minuta de instruções, das quais será portador o embaixador Dias Carneiro.
2) Províncias Ultramarinas de Portugal: dizer à delegação brasileira que este assunto está, para nós, vinculado à questão de Angola e que nos consulte sobre qualquer projeto específico.

3) Reformas às instruções sobre a questão do funcionalismo internacional do Secretariado das Nações Unidas, distribuição geográfica, eleição do Secretário-Geral e escolha dos subsecretários.
4) Questão da prevenção da disseminação das armas atômicas: será expedido telegrama à delegação do Brasil para dizer que informe sobre os termos do projeto que, sobre o assunto, deverá submeter a delegação da Irlanda. Se o projeto for em termos aproximados aos dos anos anteriores, a delegação do Brasil dará seu apoio ao mesmo.

5ª SESSÃO[22]

MANHÃ DE 4 DE NOVEMBRO

Ministro Miguel Osório – (...) Isso nos leva a uma situação clara. O Brasil tem menos interesse do que a Argentina em reunir mercados. Mas o Brasil pode beneficiar-se de uma reunião de mercados. Os 9 bilhões da Argentina com os 16 do Brasil são 25 bilhões de dólares. Será um mercado equivalente ao que era a França antes da guerra. Já é um mercado plenamente acessível para todas as escalas industriais. A reunião dos dois mercados, feita com inteligência, seria um beneficio enorme para ambos. Eu gostaria mais se o senhor pudesse me dar o esquema de raciocínios para que eu pudesse trabalhar um pouco nos dados.

Ministro San Tiago Dantas – O esquema de raciocínio é o seguinte: desejaríamos demonstrar que existe uma oportunidade de interesses entre Argentina e Brasil, resultante, em primeiro lugar, de certos perigos comuns – como são aqueles que resultam do que vimos outro dia no STAP – no tocante à projeção do comércio externo dos dois países e, segundo, da competição do Mercado Comum Europeu, pois que o Mercado Comum ameaça, de um lado, a carne e, de outro lado, o café e os nossos produtos em geral. Gostaríamos de mostrar as vantagens que resultariam de uma maior união de

[22] No original, acima do subtítulo: "Nota explicativa: as minutas desta ata, na parte em que se refere ao ministro Miguel Osório, foram por ele revistas. Esta ata, por ter sido a sessão longa e com intervenções variadas e entrecruzadas, está longe de ser perfeita. Serve mais como roteiro ou lembrete das discussões ocorridas".

nossos esforços, vantagens que seriam, em primeiro lugar, para os dois países e, em segundo lugar, para o hemisfério. Mostraríamos o reflexo dessa coordenação dos esforços do Brasil e da Argentina para o bem-estar geral do hemisfério e de integrarmos também esses benefícios numa dimensão mais ampla, que seria mundial. Gostaríamos de mostrar a inexistência de razões para que "um país tenha medo de outro". E mostrar que os dois países, juntos, podem levar uma substancial cooperação ao desenvolvimento dos outros países. Isso é mais para fins das negociações a que procederemos, ou para uma frase geral no discurso. Na ordem das negociações, desejaríamos propor à chancelaria argentina que destruíssemos os pontos de emulação que hoje existem entre Argentina e Brasil no Paraguai, na Bolívia, no Uruguai e em outros lugares, onde esses países procuram contrapor projetos apoiados pela Argentina a projetos apoiados pelo Brasil; superássemos essa fase de antagonismo unindo os esforços de Argentina e Brasil na ajuda aos mesmos projetos. Por exemplo, nesses países há sempre uma estrada de ferro, que o Brasil ajuda; uma estrada de ferro, que a Argentina ajuda; uma estrada de rodagem, que o Brasil constrói; uma estrada, que a Argentina apoia, etc. Queremos propor a eles que, dentro do programa da "Aliança para o Progresso", a Argentina e o Brasil transmitam, de sua parte, ajuda a países mais atrasados, seus vizinhos. Assim sendo, deveríamos fazer isso juntos e não competitivamente. Com isso, ficamos mais unidos.

Ministro Miguel Osório – Não estou vendo ninguém aqui que tivesse estado em Punta del Este. Essa ideia foi combatida pelos pequenos em Punta del Este, liderados pelo Uruguai: a ideia de um subimperialismo na América Latina, que Brasil e Argentina se estavam preparando para absorver a quase totalidade da assistência americana, e que esses dois países passariam adiante o que os pequenos consideravam as sobras dessa assistência. Isso levou a quase situação de impasse na conferência. Houve momentos em que os uruguaios anunciaram praticamente uma retirada, porque era totalmente inaceitável. Foram necessários aqueles programas de emergência, que, aliás, foram feitos para não funcionar normalmente, pois os países foram convidados a apresentar, dentro de 60 dias, programas de 1 bilhão de dólares, entendendo-se que esses programas seriam considerados e financiados. Nenhum país apresentou programa. Uruguai apresentou programa para construção de um hospício. A verdade é que essa ideia de Brasil e Argentina

receberem ajuda e passarem adiante, encontrará tremenda resistência da parte dos pequenos e enorme simpatia da parte da Argentina, que estava insistindo por ela. A resistência dos pequenos e a antipatia pela tese são enormes, havendo mesmo, em certos momentos, criado impasses e tendo sido anunciado o *walk-out* do Uruguai e outros pequenos. O senhor terá uma simpatia transbordante da parte dos argentinos. No momento atual, se está realizando uma conferência em Montevidéu sobre a área de livre comércio, uma negociação sobre produtos específicos a serem incluídos nessa área. Essa área, de certa forma, já traz isso que, numa forma mais limitada, o senhor está sugerindo para Brasil e Argentina. Para muitos, poderá parecer um retrocesso essa fusão dos mercados argentino e brasileiro, quando já existe uma área livre muito mais ampla e que almeja esse mesmo resultado por associação de comércio.

Ministro San Tiago Dantas – Mas o que estamos enfrentando lá, segundo depoimento do nosso representante e do secretário executivo, é a extrema suspicácia da Argentina, que não vem facilitando o desenvolvimento desse sistema e fazendo "corpo duro" para não deixar a coisa caminhar. Então, temos a impressão de que esse trabalho para eliminar a prevenção no tocante a Brasil e Argentina irá, todo ele, ser investido beneficamente na ALALC.

Ministro Miguel Osório – A vantagem talvez fosse negociar com os argentinos, porém, nos termos mais amplos da zona livre. O produto nacional bruto de todos os países latinos é da ordem de 57 bilhões de dólares, enquanto que dos países membros da ALALC (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, Peru, México e Colômbia) atinge cerca de 45 bilhões de dólares, isto é, aproximadamente 80% do total.

O terceiro grande impacto é o México, que está na ALALC. Juntando-se Argentina, Brasil e México, perfazem aproximadamente 35 bilhões de dólares – 77% da ALALC e 61% do total. Os outros países são marginais.

Ministro San Tiago Dantas – Seria muito importante conseguir que a Venezuela entrasse para a ALALC.

Ministro Miguel Osório – Somos grandes fregueses de petróleo venezuelano. Estamos em situação de não poder pagar, de modo que, se os

obrigássemos a aceitar produtos brasileiros, seria muito importante. A Venezuela ou será um país americano integrado nesse complexo, ou vai ficar quase fora da América Latina, economicamente. Quanto mais tarde entrar, mais dificuldades terá para usufruir os benefícios desse mercado.

Ministro San Tiago Dantas – Pediria ao ministro Miguel Osório que nos fizesse uma exposição sobre coisas da Argentina.

Ministro Miguel Osório

1. Aspecto demográfico: a Argentina tem 21 milhões, enquanto o Brasil está com 73 milhões. A taxa de crescimento é da ordem de 1,9% para eles e de 3,3% para nós. A Argentina deverá ter aproximadamente 28 milhões de habitantes em 1975; o Brasil terá 110 milhões e, em 1980, estaremos com 140 milhões.
2. Projeções comparativas do produto nacional bruto brasileiro e argentino: a Argentina, de acordo com a projeção possível no momento, tem 9,2 bilhões de dólares (31/12/60). Em 1965, deverá ter, de acordo com a tendência passada, 10,4; em 1970, 11,5; em 1975, 12,7. No Brasil, poderemos fazer diferentes projeções. A sugerida pelo ministro Tancredo Neves, em seu programa de governo, daria (projeção ousada, mas não impossível) 24,2 bilhões em 1965. Hoje, temos 16,9; em 1970, teremos 34,8; em 1975, 50; em 1980, 71,9. Em 1975, teríamos a dimensão do mercado inglês hoje. O crescimento anual médio, de 1970-1975, que esperamos para a Argentina, é de 2,5% para o produto – o que é baixo.

Embaixador Bernardes – Qual é o *trend* nacional?

Ministro Miguel Osório – Existe uma taxa oficial, que é altamente exagerada. A verdadeira está em torno de 4%. Na Argentina, a taxa de investimentos é extremamente alta. Inverte-se aproximadamente 20% do produto nacional. A média do período 50/58 foi de 19,45. Em 1958, 20,69. Eles têm, entretanto, uma relação capital-produto de 4,06. A massa desses investimentos foi dirigida para áreas de pouca significação econômica. Foram investimentos de prestígio. É necessário investir 4,06 de unidade de renda

para obter o incremento de uma unidade por ano. No Brasil, essa relação é aproximadamente de 3. A percentagem de investimentos no Brasil é uma média de 14% (período de 1948/60).

3. Balanço de comércio: Eles têm um incremento anual de exportações, mas o incremento de importações é maior. Eles atingiram o equilíbrio no balanço comercial, sobretudo em função da não importação de petróleo. Não seria aconselhável contar com esse *trend*. De 1960/65 o incremento das exportações é de 4,9% e o das importações é de 5,2%. O Brasil tem uma tendência de aumentar as importações à taxa de 3,5 e de decaírem as exportações a uma taxa de 1,5. Tenho, para comparar produtos nacionais brutos de outros países, na mesma data que os demais, em bilhões:

- Bolívia ..... 24 milhões, ou seja, 0,324
- Colômbia 3,479
- Equador 0,736
- Paraguai 0,187
- Peru 1,787
- Uruguai 1,088
- Venezuela 4,013
- México 8,240

Dados comparativos europeus:

- Itália ..... 25 bilhões (mais ou menos Brasil + Argentina juntos)
- Áustria 4,7
- Bélgica 10,7
- França 41,6
- Alemanha Ocidental 50,0

(Retifico a taxa brasileira de comércio: exportações caíram a l,55 e as importações tendem a subir a 3,75).
Renda *per capita* da Argentina (projeção da tendência linear): 439, em 1960; 474, em 1970; 491, em 1975.

Aliança para o Progresso

Aliança para o Progresso e relações com o planejamento nacional

Ministro San Tiago Dantas – A impressão é de que a linha de ação, especialmente no que diz respeito aos Estados Unidos, mas como reflexo de todo hemisfério, está resumida no problema Aliança para o Progresso. Sendo assim, na medida em que pudermos atuar, implementando as ideias próprias desse esquema, teremos uma grande tarefa a cumprir.

Luís Bulhões Pedreira – Até agora temos muito pouco sobre isso. Há a ideia de dinamizar a comissão de planejamento, criada pelo presidente Quadros em agosto. Apresentei uma minuta de alteração do decreto, mas ainda não se precisou o que será feito. A ideia transmitida era a de fazer da comissão de planejamento um órgão de coordenação, evitando duplicar outros órgãos já existentes. Os órgãos administrativos planejariam em seus setores e a comissão torná-los-ia compatíveis entre si. Eu seria favorável a que se procurasse identificar esse órgão de planejamento também com o Itamaraty, pois isso daria mais continuidade. Os trabalhos não estariam mais sujeitos a designações de chefes de agências executivas. O órgão que sempre realizou esse trabalho foi o BNDE, que não tem andado com muito acerto em algumas ocasiões. Parece-me que esse órgão será um núcleo teórico, sem força administrativa nenhuma. Terá, em grande parte, que vender o seu programa ao país e aos órgãos administrativos.

Acredito que seria mais prudente se se concebesse um organismo para as negociações e contato com a Aliança para o Progresso. Seria aconselhável que esse organismo ficasse na área do Itamaraty, que tem homens especializados para esses contatos e que poderiam assegurar maior continuidade administrativa. O próprio Ministério da Fazenda não tem estrutura administrativa, técnica ou assessória, para este objetivo. Além disso, a tradição na Fazenda é de períodos curtos de ministros. Sob qualquer forma de organização em que se pudesse conceber, para a Aliança para o Progresso, o problema é, antes de tudo, o de negociações externas. A alimentação desses negociadores com planos tem que ver com toda a administração pública, mas o problema básico é de negociações. Assim, acho mais prudente que partisse do Itamaraty.

Ministro Miguel Osório – Tenho a impressão de que o doutor Bulhões tem razão. Esse organismo deve ser um estimulador de programas a serem organizados pelos órgãos administrativos do governo. A experiência mostra, na América Latina, que qualquer programa, mesmo mal delineado, porém implementado pelo órgão que o formulou, é superior ao programa ideal criado numa comissão distante e imposta aos órgãos executivos do governo. Deveríamos ter um órgão central do mais alto gabarito, que force os órgãos do governo a planejar. Esse programa consistirá em coordenadas gerais e no seu conjunto será concentrado numa comissão. Teremos, assim, a possibilidade de negociar recursos externos. Se não for feito assim, vai ter seus trabalhos enquistados e não vai funcionar. Vejo a necessidade de se ter esse organismo global no Ministério das Relações Exteriores, porque daí partem as negociações, forçando os setores governamentais e privados a fazerem seus programas de expansão.

Embaixador Bernardes – Há o problema dos recursos disponíveis. A Aliança para o Progresso deixou isso no ar.

Ministro Miguel Osório – No texto da Aliança para o Progresso está claro que, se um país quiser criar essa comissão, pode ir à Aliança para o Progresso e esta o financiará. A comissão pode – e deve – fazer isso.

Embaixador Bernardes – Pode financiar a preparação de projetos.

Ministro Miguel Osório – Pode ser feito em dinheiro, para pagar despesas administrativas da comissão, ou em técnicos, para integrar a comissão. Tenho a impressão de que o Brasil se está atrasando muito nesse setor.

Ministro San Tiago Dantas – Se tentássemos uma coisa audaciosa: fazer uma tentativa de "rapto" em relação à comissão. Em primeiro lugar, essa comissão deveria ser feita no Ministério da Fazenda, que detém os controles financeiros nacionais, a faculdade de liberar verbas e o comando dos bancos – Banco do Brasil e BNDE – podendo movimentar tudo isso. Em fase de simples formulação e de negociação, constituir-se-ia um grupo de alto nível. Esse grupo receberia pedidos de apoio para programas, que

lhe seriam formulados de vários setores da administração. Nós mesmos já temos pedidos da Secretaria de Saúde de Minas Gerais, pedido de São Paulo. Como não podem receber pareceres isolados, pois acabaríamos numa espécie de agência bancária, que daria opinião sobre projetos de financiamento, seríamos obrigados a fazer o quadro geral de um planejamento. Consideraríamos apenas o que pode ser obtido através da Aliança pelo Progresso. O plano exigirá, além desses, recursos vindos da economia interna do país. A comissão estudava um projeto global e, para cada um dos assuntos que lhe fossem apresentados, veria se cabiam nesse quadro. Negociaria os recursos provenientes da economia interna do país, indo aos órgãos competentes para formá-los, e os recursos externos, indo ao organismo exterior para pedir financiamento.

6ª SESSÃO

TARDE DE 4 DE NOVEMBRO

Foram passados em revista, nesta tarde, os seguintes itens:

1) Alemanha e Berlim;
2) China;
3) Reatamento com a URSS.

Alemanha e Berlim

O assunto foi objeto de ampla discussão, tendo o ministro San Tiago Dantas feito uma exposição sobre o assunto, no que foi seguido pelo embaixador Carlos Alfredo Bernardes, com a participação de todos os presentes. Foi lido memorando da divisão da Europa Ocidental, sobre a questão de Berlim, e os despachos nele apostos pelos chefes de serviço competentes. A conclusão a que se chegou é a seguinte:

O Brasil não tomará iniciativas de propostas ou soluções especiais e ficará, por enquanto, em declarações de ordem geral. Mas não somos alheios ao problema. O Brasil não apoiará posições polêmicas. Não apoiaremos posições que reforçam o armamentismo da Alemanha Ocidental. Foi lembrado

que a União Soviética como que transferiu seu *ultimatum* para data posterior a 31 de dezembro próximo e que, portanto, tudo indica que o assunto não será levantado na ONU, pelo menos este ano. O que o ministro das Relações Exteriores pretende fazer no momento seria, numa oportunidade que se apresentar, comunicar aos embaixadores dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França as preocupações e apreensões do governo brasileiro no tocante a este assunto, e comunicar-lhes que o governo brasileiro não deseja contribuir com pronunciamento seu para o agravamento da posição ocidental nesta questão. Está o governo brasileiro fazendo um esforço de contenção para nada dizer, de público, que contribua para enfraquecer a posição ocidental. Mas, não deixaremos de salientar aos embaixadores das três potências ocidentais, nossas preocupações íntimas sobre a questão e contra o rearmamento da Alemanha. O ministro San Tiago redigirá um telegrama para informar o senador Afonso Arinos sobre esta orientação. O embaixador Ouro Preto disso tomou conhecimento e foi instruído a interessar-se pelo seguinte problema: se a neutralização eventual da Alemanha Ocidental afetaria favoravelmente ou desfavoravelmente o Brasil, do ponto de vista do fluxo de capitais. Deverá ter em mente este problema e manter a Secretaria de Estado informada sobre o mesmo. O ministro San Tiago Dantas determinou que o memorando da divisão da Europa Ocidental fosse atualizado ou reajustado de acordo com o despacho nele exarado pelo encarregado da Secretaria-Geral-Adjunta para Assuntos da Europa Ocidental e África, ministro Maury Valente, com a aprovação do secretário-geral-adjunto para Europa Oriental e Ásia, despacho esse que estava na linha da orientação que se firmou na sessão.

China

Foi examinada a posição em que se encontra presentemente a questão na ONU. Dois itens estão incluídos na agenda da presente sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas:

a) questão da representação da China;
b) restauração legal da representação da China nas Nações Unidas.

O primeiro item foi incluído por unanimidade, a pedido da Nova Zelândia. O segundo item foi incluído por iniciativa da União Soviética. O Itamaraty

deu instruções, à delegação do Brasil à XVI sessão, no sentido de que ela examine qual o comportamento do Brasil diante da aplicação do Artigo 18, alínea b, e 18, alínea c da Carta das Nações Unidas. Este estudo diz respeito à posição do Brasil sobre a qualificação de importante de determinado tema submetido à consideração da assembleia. Ao receber, na Secretaria de Estado, esse estudo da delegação, tomaremos definitivamente uma posição fundada diante da proposta norte-americana de considerar a questão da China como importante e, consequentemente, como sujeita a decisão por maioria de dois terços de votos. Aliás, ficou assinalado que essa é nossa posição *a priori* sobre o assunto. Trata-se de questão de evidente importância e cuja inclusão no temário da Assembleia Geral da ONU foi tentada durante 10 anos, tendo somente neste ano sido efetivada a inclusão. Isto é um argumento em favor da importância do tema. O ministro San Tiago Dantas determinou que o secretário-geral-adjunto para assuntos de Europa Oriental e Ásia e o secretário-geral-adjunto para assuntos de organismos internacionais preparassem um papel sobre a questão da China.

Reatamento

O ministro San Tiago Dantas explicou que os estudos estavam concluídos e que os soviéticos haviam aceito as minutas propostas pelo Brasil. O problema girou em torno da apresentação da decisão governamental ao Congresso Nacional. Em princípio, o ministro San Tiago Dantas, ao regressar da Argentina, irá ao Congresso Nacional e fará uma exposição sobre os seguintes assuntos:

a) resultados de sua visita à Argentina;
b) medidas que está tomando o governo brasileiro para pôr em execução a Aliança para o Progresso no Brasil;
c) reatamento: em princípio, o ministro anunciaria o reatamento, como já efetivado. A discussão girou então sobre se seria conveniente anunciar que o reatamento se daria no dia seguinte. Essa tese foi sustentada pelo embaixador Gibson e, com menos ênfase, pelo embaixador Bernardes. Argumentou este que o governo não deve correr o risco de reatar e pouco depois ter de romper. O ministro San Tiago Dantas disse que sentia que o Congresso, em sua maioria daria apoio ao reatamento. Anunciar o reatamento para o dia seguinte

seria abrir caminho para manifestações "eleitoreiras", no sentido de apoiar a substância da política, mas considerá-la *inoportuna*. Melhor seria anunciar a coisa como feita e certamente esperar a reação contrária de alguns poucos e o apoio da maioria. Essa orientação parece ter prevalecido.

7ª SESSÃO

MANHÃ DE 5 DE NOVEMBRO DE 1961

A sessão teve inicio às 10h30min, sob a presidência do ministro San Tiago Dantas e com a presença do embaixador Vasco Leitão da Cunha, embaixador Carlos Alfredo Bernardes, embaixador Mario Gibson Barboza, embaixador Henrique Valle, ministro Maury Gurgel Valente e secretário Castro Alves. Assunto:

Cuba

O ministro San Tiago Dantas começou por apreciar em linhas gerais o chamado Plano Lleras. Seria convocada uma reunião de consulta, como que para pedir a Cuba uma definição sobre suas vinculações com o sistema pan-americano, sobre ligações extracontinentais, democracia, etc. Numa segunda fase é que pensariam, então, os Estados americanos no que fazer. Essa posição colombiana não é aceitável para o Brasil, pois, como assinalou o ministro San Tiago Dantas, ela é um ponto de partida, mas não um ponto de chegada.

O embaixador Vasco pediu que fosse informado do ponto exato em que se encontra o governo em matéria de Cuba, quanto ao problema fundamental, que apresentou da seguinte forma:

1) o Brasil tem esperança de ver Cuba recuperada à amizade continental, por meios diplomáticos suasórios;
2) é necessário o retorno de Cuba ao sistema continental por meios coercitivos, os únicos eficazes para resolver o caso cubano.

O ministro San Tiago Dantas afirmou que estamos na primeira posição. O embaixador Vasco disse ser esta a que o governo adotara, até 31 de maio

último, pelo que soubesse por experiência própria, pois fora – até àquela data – secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores. Não há, pois, mudança de atitude do governo no tocante a este assunto.

O embaixador Vasco acentuou que o ponto de partida de qualquer conversa com Cuba seria à base de que ela (já no novo governo revolucionário) havia assinado a chamada "Declaração de Santiago", da V Reunião de Consulta. O embaixador Bernardes lembrou, então, o seguinte: desde que fique entendido que não haverá violência no tratamento da questão cubana. O ministro San Tiago Dantas qualificou a Declaração de Santiago como uma espécie de ilha a que temos de nos agarrar nessa matéria, pois foi o único ato que o atual governo de Cuba assinou. Falou-se, então, a propósito da anunciada visita de Berle ao Brasil. Foi lembrada a frase do embaixador Lincoln Gordon ontem à noite, na Casa das Pedras: *big mistake*, a propósito da vinda de Berle.

O ministro San Tiago Dantas explicou que nosso papel será o de um retardador, com relação a propostas apressadas para solução do caso cubano por forma violenta. Temos de funcionar com um retardador e atuar nesse sentido, em Buenos Aires, junto ao chanceler Cárcano. Se o México, Argentina e Brasil forem contra uma ação precipitada no caso cubano, então, é seguro que o continente não pode embarcar em uma ação coletiva importante contra Cuba. Em suma, sem esses três países, difícil será que haja uma "aventura" contra Cuba, em nome do continente. O embaixador Gibson lembrou que talvez devêssemos pedir pelo menos um mês de trégua.

A seguir e após explicações do embaixador Vasco sobre a posição da Finlândia diante da URSS e o caso austríaco, ficou mais ou menos esboçado um plano em que o Brasil pensará no curso dos próximos meses, depois de apresentado nosso binômio preliminar: não violência *versus* Declaração de Santiago. O primeiro, por parte dos Estados Unidos; o segundo, por parte de Cuba. Em suma, o plano brasileiro (Plano Fino) seria o seguinte:

Os Estados Unidos aceitariam a tese de não empregar a violência no caso cubano, embora não se pedisse que essa posição fosse garantida por tempo indeterminado. Pediríamos uma espécie de moratória na violência. Conseguido esse objetivo inicial, passar-se-ia a trabalhar na substância do Plano Fino, que seria a seguinte:

1) As conquistas de Cuba serão mantidas. A Revolução Cubana, em sua essência, terá sua existência garantida.
2) Deverão ser restabelecidas as "exterioridades" democráticas de Cuba.
3) Desmilitarização de Cuba. Este item trata de "desarmar" Cuba, ou limitar seus armamentos, ou parar suas compras de armamentos na União Soviética. Em suma, algo nesta linha, a exemplo do que aconteceu com países como Áustria, Finlândia, etc.
4) "Desarmamento político" de Cuba. Cuba não seria um regime político hostil aos demais países latino-americanos. Aí entra o conceito de "propaganda nacional" e "propaganda ideológica". O primeiro é aceito, o segundo não o é.
5) Com o andamento da questão até este ponto, a moratória ficaria então definitiva.
6) Nessa fase, dar-se-ia o restabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos da América e Cuba, e simultaneamente, como assinalou o embaixador Bernardes, ocorreria o ponto que se segue.
7) Seria resolvido o problema das relações econômicas entre os Estados Unidos da América e Cuba no que tange ao açúcar. Pelo menos metade do que os Estados Unidos antes importavam de Cuba, em açúcar, voltaria a ter assegurado seu mercado nos Estados Unidos.
8) Dever-se-ia pensar no problema dos asilados cubanos anticastristas nos Estados Unidos (cerca de 100.000). A este propósito, o embaixador Vasco lembrou que a legislação interna norte-americana não permite o chamado internamento. Se o governo federal limitasse a residência a asilados, eles certamente veriam sua causa vencedora nos tribunais. Mas, assinalou o embaixador Vasco, seria interessante que o governo federal dos Estados Unidos desse mostras de boa vontade de resolver o assunto e encaminhasse projeto de lei sobre o assunto no Congresso.
9) Entre Cuba e a União Soviética deveria ficar entendido, um "tecido de relações econômicas", que permitisse a efetivação de um certo comércio de açúcar.
10) Não estaria fora de cogitações negociarmos, também, com a própria União Soviética. A ela deveria ser dito que já é uma grande vantagem

soviética o estabelecimento de um regime socialista no hemisfério ocidental e que ela deveria interessar-se pela afirmação desse regime para provar a tese da coexistência. Cuba poderia tornar-se um *show-case* de seu mundo socialista. Caberia, pois, preservar seu sistema. A fórmula prevista no Plano Fino viria a esse encontro.

Ÿ

O embaixador Gibson lembrou o seguinte: só estaremos dispostos a concordar com a consulta se pudermos previamente chegar, no continente, a um consenso sobre o tipo de ação que nela se vai adotar. O contrário seria sujeitar o sistema interamericano ao debilitamento resultante de dissensões importantes – ainda que, eventualmente, minoritárias – que se manifestariam fatalmente na reunião.

Ficou, pois, bem claro que nossa ação inicial será no sentido da apresentação do binômio: não violência *versus* Declaração de Santiago. A ideia acima referida como do embaixador Gibson será posta em termos claros na carta que o ministro San Tiago Dantas dirigirá muito breve ao chanceler colombiano Calcedo Castillo.

O plano de ação do ministro San Tiago Dantas será o seguinte: no dia 14, conversará com o chanceler argentino; no dia 27, com o chanceler venezuelano; no dia 28, com o colombiano; no dia 30, com o mexicano e, depois, com o chileno. Temos, pois, de primeiramente "vender nosso binômio". Depois é que entraríamos no Plano Fino.

O embaixador Bernardes pediu o registro da seguinte frase: "Cuba é problema do hemisfério somente quando se busca uma solução pacífica". Isto é, Cuba não é problema do hemisfério se o desejo norte-americano for de violência. O embaixador Gibson acrescentou: "E qualquer solução só será duradoura se for pacífica".

A seguir, o ministro San Tiago Dantas assinalou que tudo o que previmos foi com base na hipótese de uma iteração favorável. Temos de pensar também no "descarrilamento" de nossos planos. Assim, se os movimentos que estão sendo gestados no sentido da imediata convocação de uma reunião de consulta atingirem seus resultados positivos, então não teremos "chance" de pôr em funcionamento nossos "retardadores". Por exemplo, se o Plano Lleras se positivar, então temos de avançar na

apresentação de nosso Plano Fino, *à fonds-perdu*, numa reunião de consulta que se decidir convocar.

Não podemos deixar de conjugar esforços de vária ordem para fazer funcionar o Plano Fino. Por exemplo, num estágio avançado deveríamos conversar com Goodwin, Schlesinger, Gordon e, mesmo, Walter Lippmann.

Ficou assentado que o ministro San Tiago Dantas faria um telegrama a nosso embaixador em Caracas. E, mesmo, chamaria para conversa no Itamaraty o embaixador venezuelano, senhor Bastardo.

A Política Externa Independente e a Luta Modernizadora de San Tiago

Marcílio Marques Moreira

A curta, mas luminosa, gestão de San Tiago Dantas à frente do Ministério das Relações Exteriores (dez incompletos meses de 11 de setembro de 1961 a 3 de julho de 1962) pode ser mais bem compreendida quando inserida em sua trajetória intelectual e nas circunstâncias da conjuntura brasileira e do cenário internacional da época.

São vetores fundamentais para situar a atuação de San Tiago, a quem coube, naqueles poucos meses, esculpir formulação definitiva à Política Externa Independente, iniciada por Affonso Arinos, na presidência Jânio Quadros. Alguns episódios e textos representativos, inclusive os relativos à sua gestão no Ministério da Fazenda, destinam-se a dar mais vida à narrativa.

Na Introdução ao nº 21 dos Perfis Parlamentares, chamei atenção para o fato de que a familiaridade, tanto teórica quanto prática, de San Tiago com os problemas internacionais foi sendo construída em longo percurso.[1] Desde cedo, mostrou interesse nos grandes embates ideológicos e políticos que dominaram a década de 1930, no auge da Idade dos Extremos.[2] E não

[1] San Tiago Dantas, "Discursos Parlamentares". Seleção e Introdução de Marcílio Marques Moreira, nº 21 de Perfis Parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983, p. 51.

[2] Eric Hobsbawm, *The Age of Extremes: A History of the World*, 1914-1991. New York: Pantheon Books, 1944. Segundo Hobsbawm, "A grande depressão confirmou os intelectuais, ativistas e cidadãos comuns na crença de algo fundamentalmente errado com o mundo em que viviam", p. 102.

descurou da temática econômica mundial. Exemplo é seu artigo de 1933 sobre os problemas gerados para o comércio internacional pela flutuação e desvalorização de uma das moedas de troca desse intercâmbio – a prata. O tema continua atual hoje, com a desvalorização crescente do dólar e a dificuldade de substituí-lo por outra moeda capaz de gerar a confiança que a moeda americana costumava inspirar.[3]

Na década seguinte, San Tiago teria sua primeira experiência prática, em relações internacionais quando, em 1943, representou o Brasil na Primeira Conferência de Ministros da Educação das Repúblicas Americanas, no Panamá. Em 1948 participou da seção brasileira da Missão Abbink, de que foi relator da Comissão de Comércio e Estudos Gerais, assim como da Submissão de Investimentos. Em 1951 foi Conselheiro da Delegação Brasileira à Quarta Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Washington. Em 1952 passou a integrar o Comitê Permanente de Arbitragem da Haia e, de 1955 a 1958, presidiu a Comissão Interamericana de Jurisconsultos, sediada no Rio de Janeiro.

Entre 1951 e 1962 pronunciou várias conferências na Escola Superior de Guerra sobre temas de política internacional, destacando-se duas proferidas em 1953, em que, inspirado na reflexão de Max Weber sobre tipos de poder – carismático, tradicional, e burocrático – analisou tanto a noção de Poder Nacional no contexto de ampla visão das relações entre Estados Nacionais, quanto o que se entende por objetivos permanentes e aspirações nacionais.[4]

Nessas conferências, que causaram forte impacto e deram início a toda uma elaboração posterior na ESG sobre o poder nacional, seus fundamentos, dimensões e limites,[5] já se podem perceber vários elementos que vieram a ser posteriormente articulados por San Tiago em sua formulação da Política Externa Independente, a que dedicaria conferência na mesma ESG, nove anos mais tarde, já como Ministro das Relações Exteriores.[6]

---

[3] Dantas, "O comércio internacional e a situação da prata" in Revista Econômica, Ano 5, nº 1, Novembro 1933. Rio de Janeiro: Revista Oficial da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, pp. 61-73.

[4] Francisco Clementino San Tiago Dantas, "O Poder Nacional e Seus Móveis, Interesses e Aspirações. Realismo e Idealismo Políticos". Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra A-02-53, 24 de maio de 1953, p2, pp. 6-8.

[5] O General do Exército Augusto Fragoso, ex-comandante da ESG, considera-os como "documento de suma relevância para quem aspire a compreender bem a evolução do conceito de Poder nacional adotado pela ESG", em O Estado de São Paulo, 13 de agosto de 1978, p. 143 *apud* Marcílio, 1983, p. 44.

[6] Dantas, "Política Exterior do Brasil". Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, c-02-62, 1962.

Inicia a primeira das conferências, definindo o Poder Nacional como "a soma dos meios de que dispõe o Estado Nacional para assegurar, na ordem internacional, o preenchimento de seus fins". Deixa claro, em seguida que, "é através de atos internos do governo, em que são partes o Estado e seus súditos que aqueles fins são precipuamente alcançados". Isto não significa "isolamento absoluto", pois aqueles fins não poderão ser alcançados sem levar em conta a influência de fatores externos, inclusive os interesses de outros Estados Nacionais.[7]

Para San Tiago, "não temos a subsistência da comunidade nacional e o seu desenvolvimento econômico na dependência de obtermos determinação sobre áreas compreendidas na jurisdição de outro Estado, ... não estamos na dependência de alcançarmos determinação sobre áreas externas". E conclui, em sintonia com sua convicção, que é a realidade interna que deve ser o foco principal de nossa preocupação e que é ela que pode adensar a legitimidade de nossas posições negociadores: "As grandes dificuldades da sociedade brasileira estão todas elas relacionadas com a própria utilização de sua área... e o preenchimento dos fins do Estado Nacional Brasileiro consiste essencialmente, em desenvolver, dentro de suas atuais possibilidades territoriais naturais e demográficas [a] sociedade"[8].

É útil lembrar que a época era a do Segundo Governo Vargas, ao tempo em que se realizava o trabalho da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, com a colaboração de San Tiago desde as negociações com autoridades americanas, que João Neves e ele conduziram em Washington, em 1951, por ocasião da citada IV Conferência de Consulta, para sua concretização[9]. A Comissão instalada em 19 de junho de 1961 mapeou os gargalos de estrangulamentos que freiavam o nosso potencial de crescimento e os polos de germinação que poderiam servir de alavanca para um programa de reaparelhamento econômico, com ênfase em transportes e energia. Seguiu-se-lhe a criação do BNDE, em 1952, da Petrobras, em 1953, e de outras empresas públicas que se tornariam importantes impulsionadores de nosso avanço institucional em prol do desenvolvimento. A tese subjacente

[7] Dantas, 1953, p. 1.

[8] San Tiago Dantas, 24 de maio de 1953, p. 18.

[9] Maria Celina Soares D. Araujo, "O Segundo Governo Vargas, 1951-1954: Democracia, partidos e crise política". São Paulo: África, 2ª ed., 1982, p. 163. Sobre a comissão mista, veja também Sérgio Besserman Vianna, "A Política Econômica no Segundo Governo Vargas" (1951-1954). Rio de Janeiro: BNDES, 1987, esp. pp. 38-42.

contrasta com a teoria da dependência, pois enfatiza o esforço interno, muito embora não desdenhasse, antes buscasse, "cooperação voluntária internacional", que julgava de grande valia potencial ao esforço de desenvolvimento essencialmente doméstico. Embora o Brasil ainda pertencesse ao grupo de países das nações de baixo nível de vida "em que permanecem em estado potencial a maioria de seus recursos", o país apresentava, segundo San Tiago, "características dinâmicas de uma economia em desenvolvimento".

Não necessitando alargar nosso espaço vital como vimos acima, o pacifismo era "o fundo da conduta internacional brasileira", a que se somava a ideologia "arbitralista". San Tiago conclui:

> Nós somos por destinação ideológica os homens da posição jurídica e não da posição vital E isto precisamente porque a posição jurídica é a que convém à nossa posição vital.[10]

Esse posicionamento se coaduna com sua avaliação de que inexiste antagonismo entre idealismo político e realismo político, pois "toda ideologia é... idealista nos seus meios e realista nos seus princípios e fins". Ao mesmo tempo idealista e realista, pacifista e homem de posição jurídica, San Tiago era congruente com seu amor ao Direito Civil, disciplina a que dedicava especial devoção, na medida em que ela prefere "as conquistas aluvionais", os avanços cumulativos, "aos saltos mortais". Fiel ao mesmo espírito, concede importância especial à legitimidade:

> Ter a seu favor a legitimidade representa um extraordinário reforço de poder em qualquer conflito de interesses que se possa apresentar.[11]

O apego brasileiro à paz, cuja relevância San Tiago enfatizara na Escola Superior da Guerra, ele o retomou como um dos temas centrais dos editoriais chamados "Várias do Jornal do Commercio". Este tradicional órgão, mais do que centenário, fora comprado por San Tiago, que tentou renová-lo entre 1957 e abril de 1959. Mas, neste ano, a sede do jornal foi destruída por incêndio impiedoso o que o obrigou a vendê-lo, inviabilizando mais um dos sonhos que concebera. Nas Várias, de 29 de março de 1958 afirmara que:

[10] San Tiago Dantas, 24 de maio de 1953, p. 21.
[11] San Tiago Dantas, 24 de maio de 1953, pp. 16. Citações menores foram colhidas entre p. 16 e p. 21.

> A preservação da paz tornou-se ... um ideal absoluto e não como sempre fora, um ideal relativo, suscetível de ser completado por atos de categoria superior... É no modo de assegurar a paz e de institucionalizá-la que se diferenciam qualitativamente as fórmulas de convivência.[12]

Em discurso de 1963, ele voltará ao tema ao afirmar que "a continuidade da civilização... depende de nossa capacidade de preservar a paz...".[13]

Antecipando, por sua vez, o tema da universalização das relações externas do Brasil, ele formula, como conclusão lógica desse engajamento pacifista, a tese da

> convivência normal entre o Ocidente e o Oriente, com o risco de competição e de interpenetração política e econômica. Apesar dos riscos, as democracias, longe de se intimidarem com a influência e a competição dos países soviéticos, devem confiar na superioridade de seu estado de vida, que tenderá a triunfar num sistema de contatos internacionais, desde que cada Estado democrático se disponha a adotar internamente uma política de elevação de nível de vida e melhor distribuição de riqueza.[14]

Mais reveladora ainda da trajetória que levaria San Tiago, quase que como caminho natural, à liderança de nossa política externa em setembro de 1961, foi sua participação decisiva na V Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, que teve lugar de 12 a 18 de agosto de 1959 em Santiago do Chile, a que San Tiago compareceu como membro da Delegação Brasileira, representando a Câmara dos Deputados.

O objetivo da Reunião era a análise abrangente da situação recorrente de instabilidade política no Caribe, inclusive com repetidas invasões "informais", e das propostas concretas para enfrentá-la, assim como o estudo de medidas de fortalecimento da democracia e de proteção efetiva dos direitos humanos. San Tiago se debruçou com empenho sobre o assunto, e, designado pelo chanceler Horácio Lafer, apresentou ao plenário a proposta da Delegação Brasileira sobre a aspiração pan-americana à democracia e a defesa dos direitos humanos no Hemisfério.

---

[12] *Apud* Marcílio, 1983, p. 51.
[13] San Tiago Dantas, "Ideias e Rumos para a Revolução Brasileira". Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1963, p. 4.
[14] "Jornal do Commercio", 29 de março de 1958, *apud* Marcílio, 1983, p. 52.

Segundo San Tiago, no discurso de 26 de agosto de 1959, em que prestou contas à Câmara de sua atuação no conclave, a proposta brasileira de uma Declaração dos Ministros do Hemisfério, conhecida como Declaração de Santiago, propunha-se a "mobilizar a opinião pública internacional e o próprio sistema regional contra regimes ditatoriais",[15] com o fortalecimento dos "regimes democráticos" e a simultânea reafirmação dos princípios de não intervenção e autodeterminação.

A declaração repele qualquer intervenção de fora, ainda que com o objetivo de combater regimes totalitários, e rejeita, consoante com a preferência de San Tiago, "a adoção de terapêuticas mais radicais". E constitui-se em conclamação à consciência internacional a favor da democracia, dos direitos humanos e da solidariedade moral com a "população dos países vítimas dos regimes ditatoriais ou da opressão financeira externa".

Em relação à defesa, mesmo que apenas moral, da democracia, a proposta brasileira procurou "materializar, num número reduzido de preceitos, aqueles traços que os povos americanos, na presente fase de sua evolução política consideram fundamentais para identificar o regime democrático, e para atribuírem ou recusarem essa condição ao governo ou regime que praticam".[16] É impressionante a consistência dos preceitos enumerados e sua surpreendente utilidade para avaliar situações, mesmo as de hoje.

O primeiro princípio é "a supremacia, ou império da lei, isto é, o princípio que coloca a autoridade dos governos abaixo da autoridade da lei". É a *rule of law*, isto é o "Estado de Direito".

Segue-se-lhe o princípio que exige que os governos resultem de *eleições livres*.

O terceiro proscreve a perpetuação no poder e seu exercício por prazo indeterminado.

O quarto e quinto se referem à proteção dos direitos individuais em regime de liberdade e de justiça social, com *habeas corpus*, mandado de segurança e recursos de amparo.

A proposta brasileira incluiu entre os princípios definidores de democracia a proteção da livre manifestação de opinião, o que, por sugestão da Delegação da Colômbia, se completou com referência explicita à liberdade da imprensa, rádio e televisão.

[15] San Tiago, 1983, p. 275.
[16] San Tiago, 1983, p. 27.

Os dois últimos princípios referiam-se à condenação da proscrição política e ao dever de cooperação econômica entre os Estados.[17]

Em meados de 1961, San Tiago é nomeado Embaixador junto às Nações Unidas e por isso se despede da Câmara dos Deputados, em discurso pronunciado em 24 de agosto. Começa enfatizando o momento por que estava passando a vida política do país, com "contradições tão graves" que "assumem feições de crise".

O pano de fundo de acirramento das contradições políticas, aguçado pela inflação crescente, que corroia salários e mercados e inibia investimentos, foi agravado pela deterioração de nossas contas externas. Esse legado da, de outro modo bem sucedida, Presidência Kubitschek, acabou adensando os riscos de instabilidade econômica e política. Preocupação constante de San Tiago nos três anos seguintes. No xadrez da vida, San Tiago procurava, e muitas vezes conseguia, antever os próximos movimentos de qualquer situação difícil de avaliar, o que o levou a assombrar-se com a ameaça, que percebia crescente, de grave retrocesso institucional. Eu mesmo dele ouvi essa preocupação, quase angústia premonitória, quer em conversas a dois, quer em troca de ideias com terceiros, como já tive a oportunidade de relatar em outra oportunidade.[18]

Como que querendo exorcizar essa premonição, ele procura afastá-la por palavras, em direção diametralmente oposta à que teme seja perseguida. Logo depois de referir-se às contradições que se aguçavam, afirma que "sabemos bem que essas crises já não poderão abalar os alicerces de nossas instituições" e conclui, num misto de reafirmação de apreço pela democracia e de esperança de que (*wishful thinking*), seus temores não se materializassem:

> A confirmação da convicção democrática, esse amadurecimento político, que se incorporou à nossa experiência, e que permite tenhamos hoje a certeza de estarem conjurados, de modo permanente, os riscos, que nos saltearam, tantas vezes, dos regimes de exceção, e das tentativas de quebra da continuidade da vida democrática, mediante golpes de Estado.[19]

---

[17] San Tiago, 1983, pp. 281-282.

[18] Marcílio Marques Moreira, "Diplomacia, Política e Finanças: De JK a Collor". Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, pp. 90-95.

[19] San Tiago, 1983, p. 314, transcrito também em "Revista Brasileira de Política Internacional", Ano VII, Setembro-Dezembro de 1984, pp. 408-409.

Em sequência, San Tiago lembra que a Política Externa do Governo Jânio Quadros não constitui "nenhuma transformação, nenhuma contradição em relação à linha de política externa que temos seguido nos últimos anos e notadamente no governo anterior" de Kubitschek.

O tema continuidade versus ruptura será objeto de controvérsia em muitas análises futuras.[20] A PEI, de fato, preserva muitos elementos tradicionais à diplomacia brasileira. A operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek também precede à PEI, especialmente ao colocar a Política Externa a serviço de nosso desenvolvimento econômico. E há outros aspectos que revelam continuidade, como a ênfase nos princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos.

San Tiago prossegue defendendo a necessidade de universalização de nossas relações externas, lembrando que a Convenção Nacional do PTB, em 1º de maio de 1959, já houvera incluído entre as prioridades da Política Externa, "relações diplomáticas e intercâmbio comercial e cultural com todos os povos e "a eliminação do pauperismo e do subdesenvolvimento" no hemisfério pan-americano.[21]

O discurso é transcrito no Diário do Congresso no dia seguinte, em 25 de agosto. É o dia em que, para surpresa geral, e por motivo que se tornaria objeto das mais diversas especulações, Jânio Quadros renuncia à Presidência da República e isto no momento exato em que seu Vice-Presidente João Goulart se encontrava em visita oficial na China, o que conferiu à situação tom dramático adicional.

Preparado para assumir a chefia de nossa Delegação junto à ONU e às vésperas de cirurgia para extirpar tumor maligno, é obrigado a mudar radicalmente sua agenda e mergulhar nas negociações que assegurariam a posse de João Goulart como Presidente do novel regime parlamentarista, em que Tancredo Neves seria designado, Primeiro Ministro, e San Tiago, Ministro das Relações Exteriores.

João Goulart tomaria posse como Presidente do regime parlamentarista em 7 de setembro. Por sua vez, menos de três semanas após ter-se despedido da Câmara de Deputados para assumir a chefia da Delegação do Brasil junto

[20] Maria Regina Soares de Lima comenta que o tema "tem sido objeto de amplas considerações pela historiografia brasileira". "Política Externa Independente de San Tiago Dantas", in Marcílio Marques Moreira *et al* (coords), Atualidade de San Tiago Dantas, São Paulo 2005, p. 56.
[21] San Tiago, 1983, pp. 327-328, e "Revista Brasileira", 1964, p. 427.

a ONU, San Tiago seria empossado, em 11 de setembro, no cargo de Chanceler. No interregno, havia participado ativamente na busca de uma solução para a, em suas palavras, "importante crise institucional, que durante dias manteve a Nação brasileira em estado de alarme".

No discurso de posse, mais uma vez faz um voto de confiança em nossa maturidade política, embora a crise houvesse justamente evidenciado a sua fragilidade. Referiu-se, então, ao "nosso gênio político" que teria

> provado que a Nação Brasileira não se afastará mais, em circunstância, alguma dos moldes da legalidade democrática em que estão vazados os nossos costumes e as nossas instituições.[22]

Após dizer-se "intérprete e servidor" da tradição diplomática brasileira, traçou os objetivos da política externa a que se propunha:

> Se de um lado a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar por todos os meios o nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso País, de outro lado, cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional...

Reitera, em seguida, a defesa infatigável "do princípio de não intervenção e da autodeterminação dos povos" e o objetivo de dilatação cada vez maior das relações e dos contatos com todos os povos não só pela contribuição que isso possa prestar "à grande obra da paz", serão também com forma de alargar os mercados às nossas exportações.[23]

Se, no plano interno, a renúncia de Jânio em 25 de agosto de 1961 conduz o Brasil ao limite de gravíssima crise institucional, formalmente equacionada, mas não resolvida em sua essência, com a introdução do regime parlamentarista, no plano internacional, evento-chave ocorrera, no mesmo mês, em 13 de agosto. O líder da República Democrática Alemã, Walter

[22] "Revista Brasileira", Setembro 1964, pp. 440-445 e Álvaro da Costa Franco, org. Documentos da Política Externa Independente, Brasília e Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão – Centro de História e Documentação Diplomática, 2007, vol. 1, pp. 159-164.
[23] Ibid., pp. 442-443.

Ulbricht, a quem a União Soviética havia transferido as funções de controle de Berlim Oriental, bloqueou, então, todos os acessos a Berlim Ocidental e inicia a construção do famigerado muro que persistiria como divisor implacável entre as duas Alemanhas e símbolo emblemático da Guerra Fria.[24]

As reações são imediatas: os Estados Unidos reforçam suas tropas na parte ocidental da cidade e a União Soviética retoma as explosões – testes nucleares – que havia suspendido. A grave tensão resultante durará até que a mais séria crise da Guerra Fria, a dos mísseis soviéticos em Cuba, chegasse a seu fim, após dias de tensão máxima, pelo acordo Kennedy-Kruschev, formalizado em uma troca de cartas entre os dois, em 27 de outubro de 1962.

Ted Sorensen, que teve participação decisiva na redação dessa troca de cartas, deixou impressionantes testemunhos, escritos e falados, o último em entrevista pouco antes de sua morte em 31 de outubro de 2010, sobre aquele momento dramático – "o ponto mais alto da Guerra Fria" em suas palavras – e que todos à época temiam poder levar ao impensável, à guerra nuclear.

O curioso é que ambos os episódios, construção do Muro de Berlim e Mísseis Soviéticos em Cuba, ocorreram quando já havia sido iniciado o período da *détente*, depois da morte de Stalin, do fim da Guerra da Coreia e da ascensão definitiva de Kruschev, que denunciou os crimes de Stalin e esvaziou os *gulags*, que simbolizavam o totalitarismo stalinista.[25]

Após a abertura dos arquivos secretos soviéticos e depois de mais bem conhecidos os americanos, parece firmar-se a convicção que tanto a União Soviética, quanto os Estados Unidos já haviam abandonado a ambição, que parecia terem abraçado no inicio da Guerra Fria de resolver sua rivalidade através de guerra nuclear. Suas estratégias estavam sendo gradualmente

[24] O assunto foi tema dos chamados Colóquios da Casa das Pedras, em sua 6ª sessão, na tarde de 4 de novembro de 1961. A conclusão de ampla discussão sobre o tema foi que o Brasil "não tomará iniciativas de propostas ou soluções especiais", mas não deixará de fazer chegar às grandes potencias ocidentais "nossas preocupações íntimas sobre a questão e contra o rearmamento da Alemanha". Abster-se-á, entretanto, de "fazer pronunciamento que possa contribuir para o agravamento da posição ocidental nesta questão". Veja Colóquio da Casa das Pedras – 1º a 5 de novembro de 1961 in "Cadernos do CHDD", Ano 06, nº 11, Segundo Semestre 2004, p. 389. Sobre os antecedentes que levaram à construção do Muro e as reações dos dois lados – USA e URSS –, veja André Fontaine, *Histoire de La Guerre Froide*, *vol. II: De la guerre de Corée à la crise des alliances 1950-1971*, Paris: Fayard, 1971, esp. capítulo 18: *Le Mur*, pp. 461-481.

[25] Eric Hobsbawm, *The Age of Extreames: A History of the World, 1914-1991*. New York: Partheon Books, 1994. Chapter 8: *Cold War*, pp. 242-243.

substituídas por outra que previa passos cumulativos a serem trilhados sequencialmente. Tal percepção se reforça pela clara preferência de Kennedy por um "bloqueio naval" versus um "air strike" no dramático confronto em Cuba, apesar da recomendação de alguns *hawks*, como o Vice-Presidente Johnson, e pela decisão de Kruschev de retirar os mísseis e os respectivos lançadores, cuja implementação só veio a ser dificultada pela intransigência de Cuba de Castro e as críticas a Kruschev de parte da China.

Em relação a essa evolução, San Tiago lembra que "nos últimos anos, o principal centro de elaboração doutrinária do comunismo, a União Soviética, marcou uma posição nova em relação à inevitabilidade da Guerra e da revolução violenta, abrindo a oportunidade de entendimentos...".[26] Marcel Roncayolo, por sua vez, registra que, à época, o General Maxwell Taylor e o novo Ministro da Defesa dos Estados Unidos "elaboraram a teoria da resposta gradual".[27]

Tais posições mais equilibradas dos dois lados, entretanto, cediam, vez e meia, a arroubos retóricos típicos dos dois líderes – Kennedy e Kruschev – que assim procuravam contentar, ou ao menos apaziguar, as suas "constituencies" mais aguerridas, "eleitorados" entendidos *lato sensu*.

A *détente* permitiu à política externa brasileira ampliar seu espaço de manobra, cujo evento mais marcante foi o reatamento das relações com a União Soviética, em novembro de 1961. O processo, conduzido por San Tiago, havia sido iniciado, na área comercial, por Horácio Lafer, e na área política por Afonso Arinos. Naquela época, também já se haviam processado os contatos preliminares com a China para onde Jânio enviou o próprio Vice-Presidente da República, acompanhado pelo Embaixador Araújo Castro. Não é fora de propósito, entretanto, a interpretação de que o objetivo principal da viagem já fazia parte da estratégia de Jânio de renunciar quando seu Vice, objeto da suspeição por seus vínculos sindicalistas, percebidos como socialistas, estivesse longe e justamente em missão à China, o que adensaria sua rejeição pelas elites políticas e militares mais conservadoras.

Apesar da insistência de San Tiago em evitar que a Guerra Fria no eixo Leste-Oeste se internalizasse, a resistência em aceitar Jango, ainda mais

[26] San Tiago Dantas, "Política Exterior e Desenvolvimento". Discurso de paraninfo pronunciado em 10 de dezembro de 1963 no Palácio Itamaraty in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Setembro de 1964, pp. 528-529.

[27] Marcel Roncayolo, *Le Monde Contemporain de La Second Guerre Mondiale à nos Jours*. Paris: Robert Laffont, 1985, p. 349.

"oriundo" da China, como substituto constitucional de Jânio auto-afastado, assim como a reação no Congresso, na opinião pública e nos meios militares ao reatamento das relações com a União Soviética mostra a dificuldade de executar a Política Externa Independente, sem poder contar com histrionismo com que Jânio a conduzia junto à opinião pública. Como bem observou Gelson Fonseca, a PEI havia deixado de ser um ativo, como fora na Presidência Jânio, para tornar-se um passivo após a renúncia deste.[28]

San Tiago tinha, portanto, de caminhar com extremo cuidado, pois não podia deixar de levar em conta os problemas externos sobre os quais havia de decidir, ao mesmo tempo em que não podia esquecer as reações internas que as decisões provocariam. Como explicitou na reunião da comissão de planejamento, em 26 de dezembro de 1961, é preciso saber escolher "os nossos inimigos internos", de "quem é que queremos receber pedradas". Como comentou Gelson, entretanto, é uma ilusão "querer escolher inimigos em política". Eles podem surgir de onde menos se espera. Talvez, por isso, em um dos primeiros despachos no Itamaraty, na bem humorada recordação de Aluisio Salles, San Tiago sentenciou, ao lhe ser submetida, para assinatura uma dura resposta a uma comunicação recebida do exterior, "Alto lá, economia de inimigos e brigas só as combinadas!".[29]

Velejar com cuidado, entre Scylla e Charibdis, para evitar chocar-se com rochedos internos e externos, não significava, para San Tiago, render-se à tentação de neutralismo. Essa posição ele a repele, sem deixar sombra de dúvidas, em seu já citado discurso de paraninfo, em 10 de dezembro de 1963, em que seria saudado pelo orador da turma, uma das mais brilhantes inteligências da nova geração, José Guilherme Merquior. A política externa, afirmou então San Tiago, conquistou "flexibilidade" com um traço de maturidade, o que lhe permitia a não recear "identificar-se... com uma posição soviética num caso especifico", e a não "hostilizar por sistema, posições dos Estados Unidos", comportamento que, para ele, seria "imaturo, sem uma avaliação correta do interesse do país". E conclui:

[28] Gelson Fonseca Jr., "Os Colóquios da Casa das Pedras: argumentos da diplomacia de San Tiago Dantas" in *Cadernos do CHDD*, 2º semestre 2007, p. 365. Esse texto está sendo reproduzido na presente edição de "Política Externa Independente".

[29] Ibid, pp. 364-365. Nessa mesma reunião, San Tiago reconhece que, sem Jânio, "falta à política externa um intérprete que tenha reputação muito afirmativa no país". Aduz em apoio a essa tese que "o Presidente João Goulart não responde pela política externa. O Tancredo Neves tem sido muito omisso na política externa... e, em relação a mim, não sou muito esse tipo de homem público". A lembrança de Aluisio Salles foi em depoimento ao autor.

> Fica assim, também dissipada qualquer confusão entre a independência e o neutralismo. A independência é um estágio a que os povos atingem pela transformação de sua consciência, e que lhes permite adotar, na polarização política de hoje, ora uma das proposições propostas, ora uma alternativa diversa, mas sempre nacional, isto é, autônoma. Já o neutralismo é uma linha de ação, adotada por motivos táticos, que tende para a rigidez de uma posição intermédia, e que, aliás, teve fastígio mais breve que se supunha, ante as modificações havidas no cenário mundial.[30]

Em outra ocasião, San Tiago descreve nossa política externa como a da aceitação da convivência competitiva:

> A coexistência longe de ser apenas uma aceitação recíproca e indiferente dos regimes e dos campos ideológicos em que o mundo está dividido, contem uma idéia inerente de competição... a democracia com a superioridade que lhe é inerente como sistema político, como forma de Governo, como nível de proteção das liberdades individuais, tende a impor a superioridade de suas soluções.

Em contraste, para San Tiago, "a organização política dos Estados socialistas apresenta formas muito rudimentares de estruturação do poder político". Portanto, conclui, as instituições democráticas, pela sua adaptação maior aos interesses humanos, mostrou uma superioridade indisfarçável e no dinamismo histórico essa superioridade não pode deixar de prevalecer.[31]

Nesse ponto, San Tiago era congruente com a tradicional postura brasileira de fazer-se representar como observador, sem participar formalmente, do chamado grupo de "não alinhados", que procurou mobilizar os países subdesenvolvidos no "movimento de Bandung", conhecido pelo nome da cidade na Indonésia, em que se realizara, em 1955, sua primeira conferência. Os países do terceiro mundo, que mantiveram certa liberdade de ação em relação aos dois pólos que se opunham no embate Leste e Oeste, procuraram, assim, contrapor-lhe o eixo Norte-Sul em que se confrontariam –

[30] San Tiago Dantas, "Política Exterior e Desenvolvimento", Discurso de Paraninfo pronunciado em 10 de dezembro de 1963, no Palácio Itamaraty, in *Revista Brasileira de Política Internacional*, Setembro 1964, pp. 528-529.

[31] San Tiago Dantas, "Política Exterior do Brasil", Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra em 11 de junho de 1962. Documento C-02-62, p. 12.

de maneira pacifica é claro – os países subdesenvolvidos do Sul, do Terceiro Mundo, expressão, aliás, então recém-criada, e os países desenvolvidos do Norte, o Primeiro Mundo.

Como observou Eric Hobsbawm, os inspiradores do movimento eram ex-revolucionários radicais da luta contra a dominação colonial, Jawaharlal Nehru, da Índia, Sukarno da Indonésia, Gamal Nasser do Egito, além do Presidente Tito da Iugoslávia. Consideravam-se socialistas de uma espécie própria (isto é, não soviética), mas simpatizavam, de certa maneira, com a União Soviética, ou ao menos se dispunham a dela receber ajuda militar e econômica.[32]

O Brasil, em contraste, embora presente desde o início, verdadeiro *founding observer* do movimento preferia manter a condição de mero observador, que não considerávamos um ritual de passagem"[33], nas palavras do chefe da Delegação Brasileira, observadora, à cúpula de Nova Dehli, em 1963.

Se San Tiago defendeu, com resultado positivo, a equidistância brasileira entre Leste e Oeste, mas mais difícil foi-lhe evitar que o país se abrisse à internalização da Guerra Fria, que ao adensar a radicalização das forças políticas internas, de direita e esquerda, ameaçava transformar a revolução brasileira em "mera subsidiária de um processo internacional".[34]

Infelizmente, partiram das lideranças daquelas forças as iniciativas mais radicais que espelhavam, internamente, a Guerra Fria, provavelmente na ilusão de que quanto pior melhor, sem medir os altos riscos envolvidos. Criaram assim, intencionalmente ou não, sérios embaraços a Jango, procurando forçá-lo a abraçar posições mais radicais do que era seu feitio perseguir.

Exemplos foram a encampação da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT, pelo Governador Leonel Brizola, em março de 1962, apenas um mês antes da visita de Goulart aos Estados Unidos e a encampação, em 1º de abril, praticamente às vésperas da visita que se iniciaria em 3 de abril, da Companhia Telefônica Brasileira (CTB) subsidiária do grupo canadense *Brazilian Traction*, pelo Governo da Guanabara comandado por Carlos Lacerda, embora esta encampação fosse tornada nula, no dia seguinte,

[32] Hobsbawm, 1995, Capítulo 12, *The Third World*, p. 358.
[33] Marcos de Azambuja, "A Encrenca: A renúncia de Jânio, o peso do Vietnã e de Cuba na vida brasileira, a Guerra Fria e o golpe militar – os riscos da política externa nos anos 60", Piauí nº 58, julho de 2011, p. 26.
[34] Dantas, 1963, p. 12.

pela intervenção imediata na Companhia pelo Governo Federal. Houve em ambos os casos uma exploração histriônica, pelos dois líderes, um de esquerda, outro de direita, da insatisfação dos usuários com os serviços em deterioração crescente das concessionárias de serviços públicos, devida a processo inflacionário crescente, aliada a um nacionalismo difuso. Era uma forma de disputar a primazia nos palanques populistas.

Nos Estados Unidos, a reação foi imediata contra a encampação que atingira empresa subsidiária da matriz norte-americana, a belicosa ITT, comandada por Harold T. Geneen, ambicioso líder empresarial que se orgulhava de ter construido vistoso conglomerado industrial. A reação também ganhou força, na medida em que se somou à de uma outra subsidiária, esta na área elétrica, de empresa estadunidense, a American Foreing Power – AMFORP, que havia sido encampada pelo mesmo Governo Rio-Grandense, em 1959.

A reação especialmente agressiva da ITT mobilizou o Congresso Americano, que aprovou emenda à legislação sobre auxílio externo sugerida pela própria ITT através do Senador Republicano Bourke Blakemor Hickenlooper. Determinava que a concessão de qualquer ajuda financeira passasse a ser condicionada à plena e justa indenização às empresas de capital norte-americana atingidas por desapropriação ou encampação de seus investimentos.

Roberto Campos, em suas memórias registrou que a ITT deflagrara, às vésperas da chegada de Goulart a Washington, "enorme estardalhaço publicitário".[35] Além de propor a emenda Hickenlooper, transformou o assunto em um dos principais temas da agenda Goulart-Kennedy, o que obrigou o Governo Brasileiro a dedicar-lhe especial atenção.

Segundo registro de Campos transcrito em Relatório da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos – CONESP, o Governo se propunha a adotar, grosso modo, a seguinte política:

- Respeitar o princípio constitucional de justo pagamento;
- Encetar negociação global com as empresas estrangeiras para a nacionalização pacífica dos serviços de utilidade pública;
- Pagamento de pequena soma inicial e o restante em parcelas a negociar;

[35] Roberto Campos, "A Lanterna na Popa", Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 471.

- Para evitar desinvestimento no país, as empresas estrangeiras reinvestiriam a maior parte do que recebessem em setores considerados vitais para o desenvolvimento.[36]

A proposta, tal como exposta por Goulart a Kennedy, foi bem recebida por este. Ela refletiu raciocínio familiar ao defendido por San Tiago em outras instâncias já referidas, ao combinar fidelidade a princípios jurídicos com o pragmatismo que, levando em conta potencialidades, interesses e limitações, constrói soluções engenhosas e realistas.

San Tiago deixa isso claro em memorável discurso à Câmara de Deputados ao se despedir dela, como Ministro da Fazenda. Ainda hoje partilho a emoção de tantos que então o ouviram, conscientes de que se tratava de momento muito especial em que expôs independência frente às potências estrangeiras, prevalência de nossos interesses próprios e fidelidade constante aos princípios do Direito:

> Creio, por isso... que não podemos ter receio de enfrentar, de cabeça erguida, o Congresso e o País por essa transação que ainda não está concluída, mas que o Governo tem o propósito de concluir, não porque esteja sendo obrigado a isso por nenhuma potência estrangeira, mas por estar sinceramente convencido, já há bastante tempo, antes mesmo da atual administração, de que a melhor maneira de atender a nossos interesses na nacionalização desses serviços não era seguir a via dos atritos, das dificuldades, dos incidentes, mas procurar uma negociação altiva e sincera, a via da harmonia, do entendimento mútuo, da amortização a longo prazo, de acordo com as possibilidades do País.[37]

Essa coincidência de propósitos, infelizmente muitas vezes ausente na condução de nossas políticas públicas, se evidencia no discurso que, em 3 de abril de 1962, na própria data em que se iniciou a visita de Goulart a Kennedy, Tancredo Neves pronunciou na Câmara de Deputados, discurso que para ser reproduzido na íntegra, ocupou várias páginas de O Globo, ainda em seu formato maior. Referindo-se à desapropriação da Companhia

[36] Relatório da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP), de 19/02/1963 in "Revista Brasileira de Política Internacional", Ano VIII, nº 30, junho de 1965.
[37] San Tiago Dantas, 1983, p. 250.

Telefônica Brasileira, acompanha a mesma linha de raciocínio aplicado ao caso da AMFORP. De fato, Tancredo endossa o Parecer do Consultor Geral da República, Antônio Balbino, que se refere a "razões de ordem prática, às quais nenhum jurista tem o direito de ser insensível", e defende vigorosamente, a adoção de:

> ...critérios práticos de uma conciliação e de um entendimento com as empresas concessionárias, para que, através de uma composição amigável, fossem evitados os malefícios que redundariam para o País de uma desapropriação no plano internacional e do pesado ônus que a Nação [teria] de se impor para efetivar essa desapropriação.[38]

O caso da subsidiária da ITT teria solução provisória ainda nas últimas semanas de 1962, na gestão na Fazenda do Ministro Miguel Calmon Du Pin Almeida Sobrinho, por meio de negociações acompanhadas por seu sucessor San Tiago Dantas e conduzidas com competência que mereceu a admiração de San Tiago, pelo chefe de gabinete de Calmon, Victor Gradin. A transação envolveu um *swap* cruzeiros-dólares, que, dada a desvalorização rápida da moeda brasileira, equivalia, economicamente, a uma indenização quase à vista e em dólares, solução possível pelo pequeno montante envolvido. Isto neutralizou a estridência da ITT, e evitou a entrada em vigor imediata da emenda Hickenlooper, que, embora não endossada por Kennedy, teria dificultado a negociação da assistência econômico-financeira que San Tiago pretendia obter dos Estados Unidos.

A temática econômica permeou, embora com poucos êxitos a mostrar, dada a instabilidade política prevalecente, toda trajetória da Política Externa Independente, desde a Presidência de Jânio Quadros.

Muito embora se viesse a convencer que "a era dos grandes programas nacionais de ajuda externa, que culminou com o plano Marshall, parece, claramente declinar"[39], San Tiago se preocupa em otimizar, tanto quantitativamente, quanto qualitativamente a cooperação externa, e o explicita desde as já referidas conferências na ESG. Nelas ele deixou claro que são as políticas e as posições internas as alavancas essenciais para que o Estado Nacional possa assegurar a consecução de seu objetivo prioritário, o

[38] Tancredo Neves, "A Posição do Governo no Caso da Telefônica foi o desdobramento de uma Política Executada com Prudência, Firmeza e Coragem" in *O* Globo, 09/04/1962, p. 18.
[39] *Ideias e Rumos*..., 1963, p. 13.

desenvolvimento da sociedade. Para isso, entretanto, julga relevante poder contar com a "cooperação voluntária internacional"... porque somos um país subdesenvolvido".[40]

Ter colocado a diplomacia brasileira a serviço do desenvolvimento econômico com reformas estruturais e preocupação social é, sem dúvida, um dos eixos-mestres da política externa independente.

Isto já transparece na Reunião de Consulta de 1951, em que San Tiago acompanha João Neves da Fontoura, ocasião que aproveitam para negociar auxílio financeiro ao Brasil de 300 milhões de dólares, a ser concedido pelo Banco Mundial e o EXIMBANK, nos quadros de programa a ser elaborado pela Comissão Mista Brasil Estados-Unidos, no espírito da política do chamado Ponto IV, que havia sido anunciada pelo Presidente Truman em seu discurso inaugural em janeiro de 1949, mas que só ganhou praticidade com a aprovação de verbas orçamentárias, através do "Act for International Development", em junho de 1950.[41]

A mesma linha de pensamento, San Tiago a perseguiu na V Reunião de Consulta, em Santiago, em agosto de 1959. Ele mesmo o declina ao relatar à Câmara as conclusões da conferência, em que a representou:

> No campo econômico, a tese em que vimos insistindo, desde a IV Reunião de Consulta em Washington, em 1951, é de que a estabilidade das instituições democráticas resulta, em grande parte, do próprio grau de desenvolvimento econômico e do tipo de estrutura social que logrem alcançar os países subdesenvolvidos deste hemisfério.[42]

Essa ideia também presidirá sua atuação tanto no Itamaraty, quanto na Fazenda, em relação à Aliança para o Progresso. Exprimiu-o nos Colóquios da Casa das Pedras, como segue:

> A impressão é de que a linha de ação especialmente no que diz respeito aos Estados Unidos, mas como reflexo de todo hemisfério, está resumida no problema da Aliança para o Progresso.[43]

---

[40] Dantas, 24/03/1953, p. 20.
[41] Campos, 1994, pp. 154-155.
[42] Dantas, 1983, p. 280.
[43] "Cadernos do CHDD" – 2º semestre 2007, p. 386.

Para implementar essa diretriz, previu reformular e dinamizar a Comissão do Planejamento, criada por Decreto ainda de Jânio, de 23 de agosto de 1961, tendo como secretário-executivo o brilhante advogado José Luis Bulhões Pedreira.

San Tiago resume as tarefas que visualizava para essa comissão nas seguintes palavras:

> A comissão [estudaria] um projeto global e para cada um dos assuntos que lhe fossem apresentados, veria se cabiam nesse quadro. Negociaria os recursos provenientes da economia interna do país, indo aos órgãos competentes para formulá-los, e aos externos, indo ao organismo exterior para pedir financiamento.[44]

Na linha dessa política de expandir novas fronteiras comerciais e assegurar recursos através de cooperação financeira, Jânio e seu Ministro da Fazenda Clemente Mariani Bittencourt, pouco depois de empossado o novo Governo, enviaram três missões, mais ou menos simultâneas, aos Estados Unidos, à Europa Ocidental e à Europa Oriental, chefiadas, respectivamente por Walther Moreira Salles, Roberto Campos e João Dantas, dono do influente Diário de Notícias, que já havia acompanhado Jânio em várias viagens internacionais, a última à Cuba.

A primeira daquelas missões, à qual o Ministro da Fazenda Clemente Mariani se juntaria no momento da formalização de seus resultados, reestruturou os pagamentos devidos ao FMI e ao Tesouro Americano, entidades chefiadas, respectivamente, pelas figuras emblemáticas de Per Jacobsson e Douglas Dillon. As negociações, de que participei intensamente, envolveram também os grandes bancos e companhias petrolíferas americanas e corresponderam à reestruturação de uma dívida total de dois bilhões de dólares, uma das maiores transações do gênero realizadas mundialmente até então. Infelizmente, a piora das condições econômicas, sobretudo a aceleração inflacionária interna e a deterioração das contas externas, obrigaria San Tiago, já então respaldado pelo Plano Trienal, a dedicar boa parte de sua visita em março de 1962 a Washington a uma nova tratativa com o FMI.

Preparado por Celso Furtado, Ministro do Planejamento, com o apoio de San Tiago, o Plano Trienal, se comparado aos programas anteriores, como

[44] Ibid., p. 388.

o Plano de Metas, representou importante avanço conceitual e prático por ter incluído, além das diretrizes mestras de planejamento, não só referências às fontes de financiamento dos investimentos propostos, senão também um programa consistente de estabilização financeiro-monetária.

Negociou-se, também, a muito custo, mas com êxito, promessa de programa de apoio financeiro nos quadros da Aliança, a maior parte a ser concedida pela USAID, dirigida por David. E. Bell. De fato, o comunicado Dantas-Bell, ao final dos entendimentos incluiu referência a quase 400 milhões de dólares de financiamento, dos quais 84 milhões de utilização imediata.

Do ponto de vista político, o evento mais relevante da visita foi o encontro de San Tiago com o Presidente Kennedy, no Salão Oval da Casa Branca, que agendado para durar 20 minutos, estendeu-se por uma hora adicional. San Tiago era portador de uma carta de Goulart a Kennedy, traduzida em uma vigília na Embaixada. Kennedy, após ler a carta por leitura dinâmica, comentou-a ponto por ponto, demonstrando capacidade de memória e análise lógica impressionantes. A carta expunha as razões do Governo em buscar uma abertura à esquerda na política interna para não perder sua capacidade de iniciativa, com vistas a assegurar apoio a seu programa de reformas estruturais e de inclusão social – à época denominadas reformas de base – como a reforma agrária, a reforma monetária (de fato um plano de estabilização financeira), para evitar a erosão dos salários e a inibição de investimentos e, portanto do emprego, além da ênfase em educação, saúde, ciência e tecnologia. O objetivo era não perder essas bandeiras para grupos radicais de esquerda, vários ainda com vínculos ideológicos com a União Soviética.

A potencialidade promissora, que acabou se frustrando, da Aliança para o Progresso precedeu até mesmo sua formalização. A visita que Celso Furtado, então, Superintendente da SUDENE, fizera a Washington foi precedida por uma série de reportagens de Tad Szulc, do *New York Times*, sobre o Nordeste, que foi seguida por outras veiculadas pela cadeia de televisão ABC. O conjunto dessas reportagens causou forte impacto sobre a opinião pública, o que representou plano de fundo favorável às negociações de Furtado, que conseguiu, em 1961, a promessa de empréstimos à SUDENE, de US$ 131 milhões, na época uma soma considerável e uma das primeiras iniciativas concretas nos quadros da Aliança para o Progresso. A Aliança receberia o respaldo de todos os países membros da OEA, com exceção de Cuba, na primeira Conferência, de Punta Del Este, em agosto de 1961.

San Tiago se refere ao papel da dimensão econômica da política externa em que se engajara em seu discurso de Homem de Visão de fins de 1963:

> Tive a ventura, no primeiro dos governos a que pertenci, de restaurar, em sua plenitude, as nossas relações com a área socialista, e de realizar, no segundo, um esforço leal, e a meu ver frutuoso, para normalizar nossas relações financeiras com os Estados Unidos... O que resulta da soma desses atos é o sentido de independência, e não de preferência ideológica que procurei dar à política brasileira, e o principio de fidelidade exclusiva aos interesses de nosso País...[45]

Para San Tiago, independência externa, mesmo que dedicada prioritariamente aos interesses nacionais de desenvolvimento econômico com reforma social, exige, para evitar o que chamou de o neosubdesenvolvimento, resultante de crescente hiato científico-tecnológico, esforço ingente de modernização:

> no campo da educação e da cultura, para que possamos evitar, ou pelo menos minimizar, os efeitos do distanciamento tecnológico que nos ameaça e a outros povos em condições evolutivas semelhantes, num momento em que a ciência faz dar um prodigioso salto para diante justamente aos países mais ricos e poderosos do globo.[46]

Os países mais ricos e os mais poderosos de cinquenta anos atrás não são os mesmos de hoje. A China, então paupérrima, controla hoje a segunda economia do mundo, A União Soviética, que rivalizava com os Estados Unidos em termos de mísseis balísticos, e os ameaçava com as armas de destruição assegurada, não mais existe e há mesmo quem proponha que a Rússia não é mais nem mesmo uma economia emergente, mas sim declinante.

O Japão, nesses cinquenta anos, subiu aos píncaros da tecnologia e riqueza, mas há vinte anos está ancorado em estagnação aparentemente sem fim. E os Estados Unidos, então potência econômica incontestável, lutam hoje contra uma recessão quase inédita, conduzem duas guerras em que só há perdedores, e ainda convivem com polarização política interna de deletérios efeitos devastadores.

---

[45] *Ideias e Rumos*..., p. 13.
[46] Ibid., p. 16.

O Brasil também mudou, e muito, e isto se revela em inúmeras dimensões. Nossa situação é hoje muito melhor e muito mais tranquilizadora do que nas décadas de 80 e 90 do século passado. Mas, se tanto mudou, os desafios permanecem tão presentes e assustadores quanto antes, entre eles a educação ainda menosprezada, a infraestrutura deteriorada, a saúde e o saneamento deixando tanto a desejar. E o que preocupa, sobremaneira, são os costumes tanto públicos quanto privados, que exigem pronta e profunda faxina e reforma transformadora.

Mas, se os desafios são imensos, os nossos ativos também o são. E o registro da Política Externa Independente, com seus acertos e insucessos, está aí para provar que foi e é parte de um processo contínuo que perdura, não deixando lugar para desânimo ou tergiversação. Nas palavras de San Tiago, de 1963, que devem continuar a nos inspirar, a

> ...modernização, ao mesmo tempo tecnológica, cultural e espiritual, não é fácil quando pensamos nos fatores materiais e culturais de que depende, mas não é impossível de ser alcançada, e sobretudo é uma opção sem alternativa.[47]

Esse objetivo de modernização, San Tiago não logrou testemunhar em vida. Como ele mesmo comentou sobre a inacabada obra financeira de Rui Barbosa, "Não foi possível. Dirão outros: era cedo".

Mas muitas das suas ideias, de suas intuições, de seus ensinamentos, continuam a reverberar e a enriquecer o debate sobre as indispensáveis reformas estruturais e estruturantes, políticas, econômicas, sociais e culturais, o que nos credencia a referir a ele a feliz formulação com que concluiu o belo ensaio sobre a rica trajetória do Visconde de Cairu, que segundo San Tiago, nos deixou "fecunda lição de sua vida e de sua carreira",

> a de que o destino individual só se realiza plenamente quando o homem logra, pela mobilização de suas energias e faculdades, entrar em equação com a sua época, e exprimir na peripécia de sua própria vida a trama dos problemas em que se debate a sociedade a que pertence.[48]

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 2011.

[47] Ibid., p. 16.

[48] San Tiago Dantas, "Figuras do Direito". Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962, p. 36 e p. 20.

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)